

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO – 2014 TRIBUNAL DE JUSTIÇA



**Estado do Ceará
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça**

Fortaleza, junho de 2015



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Sumário

Descrição Geral, Missão, Finalidade e Competências.....	3
Estrutura Organizacional.....	7
Estratégia.....	8
Projetos Estratégicos.....	28
Relatório de Gestão 2014.....	37
Relatório Consolidado de Metas por Eixo, Área Temática e Programa.....	194
Recursos Orçamentários e Financeiros.....	196
Recursos Patrimoniais.....	199
Infraestrutura.....	200
Quadro de Pessoal.....	221
Indicadores de Gestão e de Desempenho.....	222
Transferências de Recursos mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Instrumentos Congêneres outros.....	265



DESCRIÇÃO GERAL, MISSÃO, FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

1. DESCRIÇÃO GERAL

A depender do campo de atuação, o Judiciário brasileiro se divide em cinco segmentos: Justiça Federal, Estadual, Eleitoral, Trabalhista e Militar.

Os cinco segmentos do Poder Judiciário nacional, podem, ainda, ser analisados sob a perspectiva da seguinte classificação: Justiças especializadas e Justiça comum. As especializadas referem-se à Justiça Trabalhista, Eleitoral e Militar, estando suas competências previstas, respectivamente, nos artigos 114, 121 e 124, da Constituição Federal. A Justiça comum subdivide-se em Justiça Federal e Justiça Estadual. A Justiça Federal atua na solução de conflitos de interesse da União, de suas autarquias e empresas públicas federais. Já a Justiça Comum Estadual possui competência residual, ou seja, resolve os conflitos não abrangidos pela Justiça Federal. Envolve, portanto, matérias cíveis, criminais, de família, do consumidor, de sucessões, de falências e recuperações judiciais (antigas concordatas), da infância e juventude, entre outras.

No Estado do Ceará, o Poder Judiciário é identificado pelas seguintes unidades:

1.1 Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

O Tribunal de Justiça é o órgão do Poder Judiciário com atuação em todo o território cearense e com a devida competência para decidir, via de regra, em 2º grau de jurisdição, as questões relativas à Justiça Comum Estadual. O Tribunal de Justiça, por maioria absoluta dos seus membros efetivos e por votação secreta, elege, dentre os desembargadores mais antigos, os ocupantes dos cargos de direção, cujos mandatos são de dois anos. Os três desembargadores mais votados ocupam, respectivamente, os cargos de Presidente, Vice-Presidente e de Corregedor Geral da Justiça.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

1.2 Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará

De acordo com o artigo 56 do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará (Lei Estadual nº 12.342/1994), "a Corregedoria Geral da Justiça, órgão de fiscalização, disciplina e orientação administrativa, será exercida em todo o Estado por um desembargador com denominação de Corregedor-Geral da Justiça". A Corregedoria também se responsabiliza por orientar, disciplinar e fiscalizar a administração da Justiça de 1º grau, zelando pela eficiente prestação jurisdicional ao cidadão cearense.

No exercício de suas missões institucionais, são realizadas correições – gerais ou parciais – e inspeções nas comarcas e nas serventias judiciais e extrajudiciais da Capital e do interior do Estado. As inspeções das serventias extrajudiciais ocorrem sobre os cartórios. No período correicional, é verificado se as varas judiciais e os cartórios prestam um serviço satisfatório à comunidade.

Também são funções da Corregedoria: apurar procedimentos administrativos contra juízes e, se necessário, remetê-los ao Tribunal Pleno; desenvolver ações voltadas para a melhoria dos serviços da Justiça e, ainda, orientar magistrados e servidores na busca de uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva

1.3 Fórum Clóvis Beviláqua

No Fórum da Capital – Clóvis Beviláqua – funcionam, atualmente, 173 varas, das quais 34 são virtuais. Desse total, observa-se uma distribuição em diversas competências judiciais, quais sejam: Família, Cível, Sucessões, Fazenda Pública, Recuperação de Empresas e Falências, Registros Públicos, Execuções Fiscais e Crimes contra a Ordem Tributária, da Infância e da Juventude, Criminal, Júri, Trânsito, Delitos sobre Tráfico e uso de Substâncias Entorpecentes, Execuções de Penas Alternativas e Habeas Corpus, Execuções Criminais e Juízo Militar.

1.4 Fóruns das Comarcas do Interior

O Poder Judiciário está presente em todos os 184 Municípios do Estado do Ceará. Cada um deles corresponde a uma comarca, ou área de jurisdição. As comarcas do Judiciário cearense são



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

classificadas em três entrâncias: inicial, intermediária e final.

1.5 Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECCs)

Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais são regidos pela Lei nº 9.099/95 e Lei Estadual nº 12.553/95. Foram criados no intuito de dar agilidade às soluções de conflitos, contribuindo para o descongestionamento da Justiça. Atingem as demandas de menor complexidade, denominadas de "pequenas causas".

Os Juizados Especiais possuem competência para processar e julgar causas cíveis de até 40 salários mínimos e infrações de menor potencial ofensivo, assim consideradas as contravenções penais e os crimes para os quais a lei prevê pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.

Na comarca de Fortaleza, existem 20 unidades de Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Já no restante do Estado, outras 17 unidades podem ser encontradas nas comarcas de Aquiraz, Aracati, Baturité, Caucaia, Crateús, Crato, Iguatu, Itapipoca, Icó, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Maracanaú, Quixadá, Senador Pompeu, Sobral, Tauá e Tianguá.

1.6 Fórum das Turmas Recursais

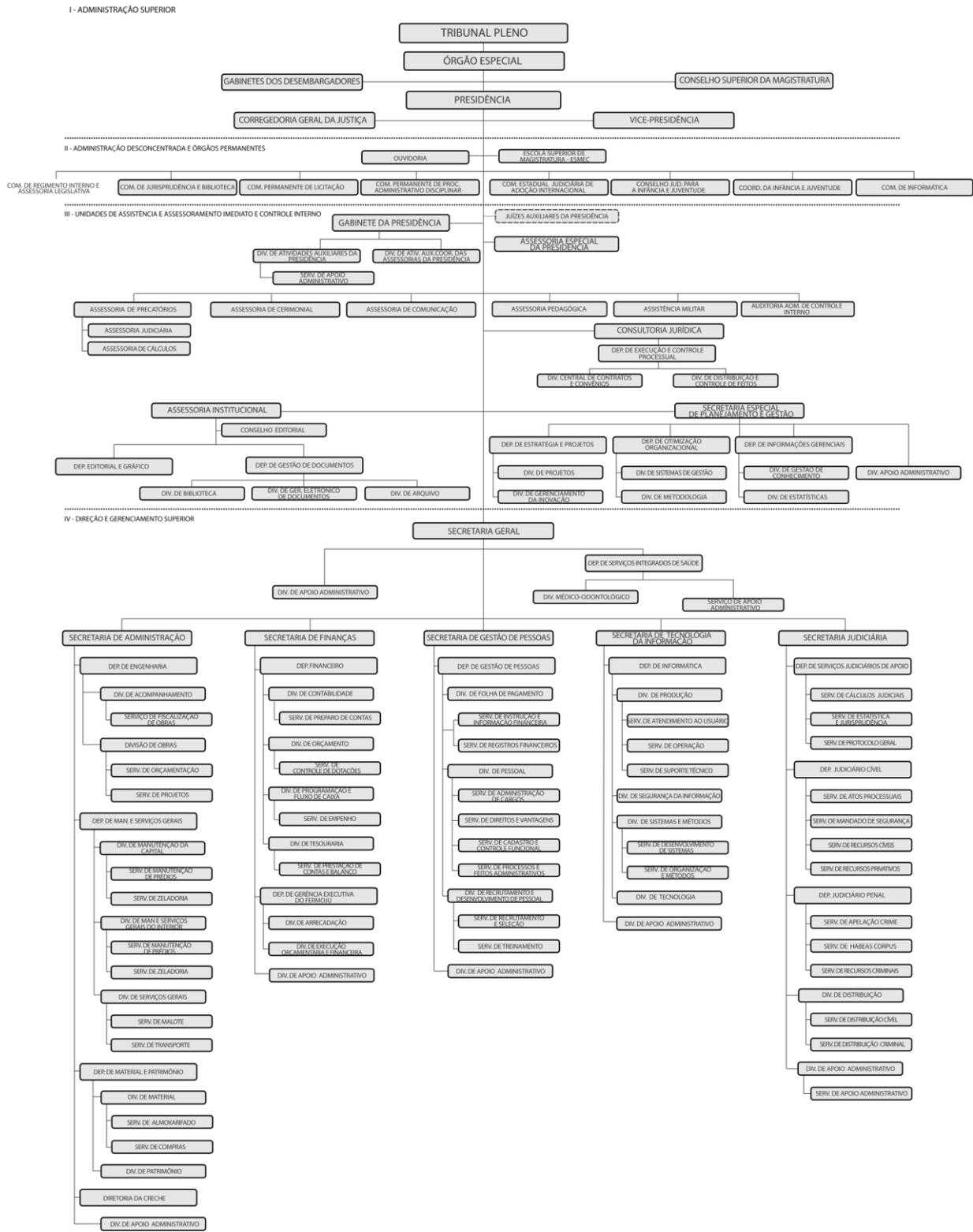
O Fórum das Turmas Recursais – Professor Dolor Barreira – é composto por seis unidades (turmas), cada uma delas formada por três juizes de direito. São competentes para julgar os recursos interpostos no âmbito dos processos que tramitam em qualquer dos Juizados instalados no Estado do Ceará, funcionando como o 2º grau de jurisdição em tais demandas.

1.7 Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec)

A Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará, criada pela Lei Estadual nº 11.203, de 17 de junho de 1986, destina-se à preparação e ao aperfeiçoamento acadêmico de magistrados e servidores do Poder Judiciário cearense. Cuida-se de um órgão auxiliar e permanente do Tribunal de Justiça do Estado, credenciado ao Conselho de Educação do Ceará para oferecer cursos de pós-graduação (especializações). A Esmec se ocupa da formação, reciclagem e



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



Reformulação da Lei Nº 12.483/95, com alterações introduzidas pelas Leis Nºs: 13.956/2007; 14.257/2008; 14.258/2008; 14.302/2009; 14.310/2009; 14.311/2009; 14.407/2009; 14.813/2010; 14.816/2010; 14.913/2011; 14.916/2011; 15.144/2012 e 15.380/2013.

Secretaria Especial de Planejamento e Gestão/
Departamento de Otimização Organizacional /
Divisão de Metodologia / Contato: 3207.6862



ESTRATÉGIA

O Plano Estratégico 2010-2014 do Poder Judiciário cearense foi aprovado pela Resolução nº. 02, de 21 de janeiro de 2010, publicada no Diário da Justiça em 27 de janeiro de 2010. A construção do Plano foi conduzida em 2009 pela então Assessoria de Planejamento, que contou com a participação de magistrados e servidores, os quais apresentaram propostas de projetos a serem contemplados no plano.

O art. 6º da resolução supramencionada prevê uma revisão no Plano Estratégico ao início de cada gestão. Assim sendo, no período de fevereiro a maio de 2011, a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão (Seplag), responsável pelo monitoramento dos projetos e metas do Plano Estratégico 2010-2014, conduziu a Revisão 2011-2013 de indicadores, metas e projetos, normatizada pela Resolução nº 13, de 25 de novembro de 2011, do Órgão Especial.

Em meados de março de 2013, sob coordenação da Seplag, e com os objetivos de validar as metas e revisar o portfólio de projetos constantes do Plano Estratégico 2010-2014, iniciou-se o processo de Revisão 2013-2015. Por meio da Resolução nº. 06, 26 de julho de 2013, do Órgão Especial, foi publicada a lista dos indicadores institucionais com suas respectivas metas para os anos de 2013 e 2014 e incluídas as metas para o Judiciário Nacional, no Plano Estratégico 2010-2014 do Poder Judiciário cearense.





Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Missão:

Prover Justiça em busca da harmonia social.

Visão:

Ser reconhecido pela sociedade como modelo de instituição moderna, ética e que assegure o direito e a cidadania.

Atributos de Valor para a Sociedade:

- Celeridade
- Efetividade
- Acessibilidade
- Transparência
- Responsabilidade social e ambiental
- Imparcialidade
- Coerência

Indicadores Relacionados à Visão:

- 1) Índice de satisfação do jurisdicionado.

Indicador	Meta						Gestor
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Índice de satisfação do jurisdicionado	Aumentar para 50% a satisfação do jurisdicionado, até 2014*						Assessoria Especial da Presidência
	50%**	(-)	38%	44%	45%	50%	

*Para que essas metas sejam cumpridas, deverá haver a participação das unidades que compõem o Poder Judiciário cearense

** Estimado com base em pesquisa de confiança realizada em 2008 pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)

(-) Não mensurado



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tema:

Excelência.

Objetivo Estratégico:

Assegurar uma prestação jurisdicional célere e efetiva.

Descrição do Objetivo:

Assegurar que, ao tempo em que as decisões sejam proferidas em um prazo razoável, sejam elas construídas com o máximo de qualidade, a fim de que tenham caráter definitivo; e não transitório. A efetividade deve ser prioritária. Atentar não apenas para o julgamento, mas também para o cumprimento da sentença.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 2) Taxa de Congestionamento no 2º grau;
- 3) Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento no 1º grau;
- 4) Taxa de Congestionamento na fase de execução no 1º grau;
- 5) Taxa de Congestionamento nas Turmas Recursais;
- 6) Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento nos Juizados Especiais; e
- 7) Taxa de Congestionamento na fase de execução nos Juizados Especiais.

Indicador	Meta						Gestor
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Taxa de Congestionamento no 2º grau	Reduzir para 40% a taxa de congestionamento, até 2014						Secretaria Judiciária
	47% ¹	71%	54%	43%	47%	40%	
Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento no 1º grau	Reduzir para 54% a taxa de congestionamento, até 2014						Corregedoria Geral da Justiça
	67% ²	72%	74%	66%	60%	54%	
Taxa de Congestionamento na fase de execução no 1º grau	Reduzir para 65% a taxa de congestionamento, até 2014						Corregedoria Geral da Justiça
	82% ³	82%	87%	79%	70%	65%	
Taxa de Congestionamento nas Turmas Recursais	Reduzir para 40% a taxa de congestionamento, até 2014						Fórum das Turmas Recursais
	64%	63%	62%	43%	49%	40%	
Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento nos Juizados Especiais	Reduzir para 57% a taxa de congestionamento, até 2014						Corregedoria Geral da Justiça
	63% ⁴	67%	62%	62%	59%	57%	
Taxa de Congestionamento na fase de execução nos Juizados Especiais	Reduzir para 65% a taxa de congestionamento, até 2014						Corregedoria Geral da Justiça
	87% ⁵	90%	76%	72%	70%	65%	

- (1) Na formulação do Plano, em 2009, foi considerada a linha de base de 90%, a qual foi recalculada devido à baixa administrativa
- (2) Na formulação do Plano, em 2009, foi considerada a linha de base de 65%, a qual foi recalculada devido à revisão dos filtros



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

- (3) Na formulação do Plano, em 2009, foi considerada a linha de base de 79%, a qual foi recalculada devido à revisão dos filtros
 - (4) Na formulação do Plano, em 2009, foi considerada a linha de base de 55%, a qual foi recalculada devido à revisão dos filtros
 - (5) Na formulação do Plano, em 2009, foi considerada a linha de base de 91%, a qual foi recalculada devido à revisão dos filtros
- **Meta 2 de 2009** - Identificar e julgar todos os processos judiciais distribuídos (em 1º, 2º grau ou tribunais superiores) até 31/12/2005;
 - **Meta 2 de 2010** - Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31 de dezembro de 2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31 de dezembro de 2007;
 - **Meta 3 de 2010** - Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31 de dezembro de 2009);
 - **Meta 2 de 2012** - Julgar, até 31/12/2012, pelo menos, 90% dos processos distribuídos em 2007, nas Turmas Recursais Estaduais, e no 2º Grau da Justiça Estadual;
 - **Meta 1 de 2013** - Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013;
 - **Meta 2 de 2013** - Julgar, até 31/12/2013, pelo menos, 90% dos processos distribuídos em 2008, nas Turmas Recursais Estaduais e no 2º Grau da Justiça Estadual; e
 - **Meta 18 de 2013** - Identificar e julgar, até 31/12/2013, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2011.

Projetos Relacionados:

Projetos em andamento:

- 1) Custeio da Prova em Processos Cíveis com Gratuidade Judicial (SEGER);
- 2) Padronização das Rotinas do Processo Eletrônico (FCB);
- 3) Racionalização, Mapeamento e Manualização de Procedimentos e Rotinas de Trabalho Alusivos à Tramitação Processual no Âmbito do Tribunal de Justiça do Ceará (SEJUD).

Projetos concluídos:

- 4) Grupo de Trabalho para Agilização da Certificação do Trânsito em Julgado (SEJUD).



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tema:

Social e Ambiental.

Objetivo Estratégico:

Exercer a responsabilidade socioambiental.

Descrição do Objetivo:

Incentivar e apoiar ações de gestão social e gestão ambiental, por meio da atividade dos magistrados, servidores e de parcerias com organizações públicas, privadas e não-governamentais.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 8) Número de ações socioambientais realizadas;

Indicador	Meta						Gestor
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Número de ações socioambientais realizadas*	Realizar 01 ação ou conjunto de ações somadas que contemple, pelo menos, 75% do Poder Judiciário cearense**						Comissão de Responsabilidade Socioambiental
	(-)	(-)	(-)	(-)	50%	75%	

* Indicador incluído na Revisão 2013-2015

** Para que essas metas sejam cumpridas, deverá haver a participação das unidades que compõem o Poder Judiciário cearense

Projetos Relacionados:

Projetos em andamento:

- 5) Programa de Projetos de Eficiência Energética (SECAD).

Projetos concluídos:

- 6) Implantação da Comissão de Responsabilidade Socioambiental (SEPLAG).



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tema:

Acesso à Justiça.

Objetivo Estratégico:

Maximizar o acesso dos cidadãos à Justiça.

Descrição do Objetivo:

Promover ações com vistas a facilitar o acesso à Justiça e a torná-la mais próxima ao cidadão.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 9) Número de novas unidades judiciárias implantadas; e
- 10) Número de ações para ampliar o atendimento ao cidadão.

Indicador	Meta						Gestor
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Número de novas unidades judiciárias implantadas*	Obter 79 novas unidades judiciárias implantadas, até 2014						Assessoria Especial da Presidência
	(-)	(-)	11	35	44	79	
Número de ações para ampliar o atendimento ao cidadão**	Realizar, pelo menos, 2 (duas) ações a cada ano, até 2014 ***						Assessoria Especial da Presidência
	(-)	(-)	nd	2	2	2	

* A implantação de novas unidades judiciárias está condicionada à aprovação das Mensagens de Lei a serem encaminhadas à Assembleia Legislativa

** Indicador incluído na Revisão 2011-2013

*** Para que essas metas sejam cumpridas, deverá haver a participação das unidades que compõem o Poder Judiciário cearense

(-) Não mensurado

nd – Não disponível

Projetos Relacionados:

Projetos em andamento:

- 7) Garantir a Descentralização do Acesso dos Cidadãos às Certidões Cíveis e Criminais (SEJUD);
- 8) Novo Portal TJCE (SETIN).



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tema:

Suporte.

Objetivo Estratégico:

Informar para conscientizar.

Descrição do Objetivo:

Prestar comunicação clara e transparente, visando à conscientização do cidadão sobre o papel e o funcionamento do Judiciário.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 11) Índice de matérias institucionais positivas veiculadas; e
- 12) Número de participantes em ações de conscientização sobre o papel e o funcionamento do Judiciário cearense.

Indicador	Meta						Gestor
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Índice de matérias institucionais positivas veiculadas	Obter 65% de matérias institucionais positivas, até 2014*						Assessoria de Comunicação
	58%	51%	55%	64%	64%	65%	
Número de participantes em ações de conscientização sobre o papel e o funcionamento do Judiciário cearense**	META CUMPRIDA						Secretaria Especial de Planejamento e Gestão

* Para que essas metas sejam cumpridas, deverá haver a participação das unidades que compõem o Poder Judiciário cearense

** Indicador incluído na Revisão 2011-2013

Projetos Relacionados

Projetos concluídos:

- 9) A Justiça na Mídia (ASSCOM);
- 10) Judiciário Cearense em Evidência (ASSCOM);
- 11) Justiça e Cidadania (SEPLAG);
- 12) Portal da Transparência (SEPLAG).



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tema:

Suporte.

Objetivo Estratégico:

Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.

Descrição do Objetivo:

Reavaliar as necessidades de despesa, implantar controles efetivos e sensibilizar os magistrados e servidores para a eliminação de desperdícios.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 13) Número de ações para a redução dos custos operacionais; e

Indicador	Meta						Gestor
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Número de ações para a redução dos custos operacionais*	Realizar 01 ação ou conjunto de ações somadas que contemple, pelo menos, 75% do Poder Judiciário cearense**						Secretaria de Administração
	(-)	(-)	(-)	(-)	50%	75%	

* Indicador incluído na revisão 2013-2015

** Para que essas metas sejam cumpridas, deverá haver a participação das unidades que compõem o Poder Judiciário cearense
(-) Não mensurado

Projetos Relacionados

Projeto concluído:

- 13) Manutenção Predial e Reformas Terceirizadas (SECAD).



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tema:

Suporte.

Objetivo Estratégico:

Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições.

Descrição do Objetivo:

Buscar parcerias com entidades públicas, privadas, comunidades, outras instâncias do Judiciário, além dos outros Poderes (Executivo e Legislativo), visando a cooperações mútuas e a resultados satisfatórios para todas as partes envolvidas.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

14) Número de parcerias formais em prol da justiça.

Indicador	Meta						Gestor
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Número de parcerias formais em prol da justiça	Obter, no mínimo, 15 parcerias formais em prol da justiça a cada ano, até 2014*						Assessoria Especial da Presidência
	18	18	nd	16	15	15	

* Para que essas metas sejam cumpridas, deverá haver a participação das unidades que compõem o Poder Judiciário cearense
nd – Não disponível

Meta Nacional do Poder Judiciário Relacionada ao Objetivo:

- **Meta 19 de 2013** - Realização de parcerias entre o Conselho Nacional de Justiça, os Tribunais de Justiça, os Tribunais Federais, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Tribunais de Contas, para aperfeiçoamento e alimentação do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa.

Projetos Relacionados

Não há projetos diretamente relacionados ao objetivo.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tema:

Suporte.

Objetivo Estratégico:

Melhorar a produtividade.

Descrição do Objetivo:

Aumentar a relação entre produtos e serviços realizados e o número de colaboradores (magistrado e servidor), garantindo a qualidade e o foco na gestão por resultados.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 15) Produtividade do magistrado de 2º grau;
- 16) Produtividade do magistrado de 1º grau;
- 17) Produtividade do magistrado dos Juizados Especiais;
- 18) Produtividade do magistrado das Turmas Recursais; e
- 19) Índice de alcance das metas setoriais.

Indicador	Meta						Gestor
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Produtividade do magistrado 2º grau	Obter 690 decisões terminativas por magistrado						Secretaria Geral
	550	531	536	585	637	690	
Produtividade do magistrado 1º grau	Obter 750 sentenças por magistrado						Corregedoria Geral da Justiça
	374	367	413	756	700	750	
Produtividade do magistrado Juizados Especiais	Obter 3.300 processos julgados por magistrado						Corregedoria Geral da Justiça
	603	687	669	2.866	3.000	3.300	
Produtividade do magistrado Turmas Recursais	Obter 447 processos julgados por magistrado						Fórum das Turmas Recursais
	163	170	178	458	447	447	
Índice de alcance das metas setoriais*	Obter 89%, por ano, do Índice de Alcance de Metas Setoriais						Assessoria Especial da Presidência
	(-)	(-)	(-)	89%	89%	89%	

* Indicador incluído na Revisão 2013-2015
(-) Não mensurado

Projetos Relacionados

Não há projetos diretamente relacionados ao objetivo.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tema:

Suporte.

Objetivo Estratégico:

Buscar a modernização contínua.

Descrição do Objetivo:

Implantar instrumentos e mecanismos de gestão disponíveis na administração moderna e que sejam aplicáveis ao Judiciário cearense, com o objetivo de desburocratizar os serviços prestados e de incrementar-lhes os resultados.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

20) Número de boas práticas de gestão implementadas.

Indicador	Meta						Gestor
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Número de boas práticas de gestão implementadas	Implantar, pelo menos, 05 (cinco) boas práticas de gestão*						Secretaria Especial de Planejamento e Gestão
	(-)	1	11	5	5	5	

(-) Não mensurado

* Para que essas metas sejam cumpridas, deverá haver a participação das unidades que compõem o Poder Judiciário cearense

Metas Nacionais do Poder Judiciário Relacionadas ao Objetivo:

- **Meta 16 de 2013** - Fortalecer a unidade de controle interno no Tribunal; e
- **Meta 17 de 2013** - Desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos.

Projetos Relacionados

Projetos em andamento:

- 14) Análise, Modelagem e Otimização dos Processos de Trabalho da Jurisdição Criminal do Fórum Clóvis Beviláqua (FCB);
- 15) Implantação do Escritório de Processos (SETIN);
- 16) Solução de Desenho de Processos de Service Desk (SETIN).

Projetos concluídos:

- 17) Criação da Editora do Poder Judiciário (SEGER);
- 18) Escritório Corporativo de Projetos (SEPLAG);
- 19) Implantação do Serviço de Atendimento ao Usuário (SECAD);
- 20) Manual do Fornecedor do TJCE (SEFIN);
- 21) Terceirização do Arquivo (SEFIN);

Projeto cancelado:

- 22) Elaboração do Manual de Direitos e Serviços Disponíveis ao Servidor do Judiciário Cearense (SEPLAG).



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tema:

Suporte.

Objetivo Estratégico:

Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Judiciário.

Descrição do Objetivo:

Garantir que as unidades administrativas e judiciárias estejam alinhadas à estratégia do Poder Judiciário cearense.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

21) Percentual de projetos estratégicos concluídos.

Indicador	Meta						Gestor
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Percentual de projetos estratégicos concluídos	Obter 80% de sucesso na execução de projetos estratégicos, até 2014*						Secretaria Especial de Planejamento e Gestão
	70%	22%	18%	35%	65%	80%	

* Para que essa meta seja cumprida, deverá haver a participação das unidades que compõem o Poder Judiciário cearense

Projetos Relacionados

Projetos concluídos:

- 23) Implantação da Gratificação por Alcance às Metas Estratégicas - Setorial (SEPLAG/SGP);
- 24) Implantação do Comitê Estratégico do Poder Judiciário Cearense (SEPLAG);
- 25) Transformação da Assessoria de Planejamento em Secretaria Especial de Planejamento e Gestão (SEPLAG).



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tema:

Desenvolvimento Humano.

Objetivo Estratégico:

Garantir a valorização dos magistrados e servidores.

Descrição do Objetivo:

Reconhecer os magistrados e servidores, conferir-lhes oportunidades e capacitação de excelência, a fim de que se sintam efetivamente afiliados à Instituição e de que sejam dotados de habilidades, atitudes e conhecimentos necessários ao bom funcionamento da Entidade.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

22) Índice do clima organizacional.

Indicador	Meta						Gestor
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Índice do clima organizacional	Obter 65% de magistrados e servidores satisfeitos com a Instituição						Secretaria de Gestão de Pessoas
	(-)	(-)	68%	70%	65%	65%	

(-) Não mensurado

Projetos Relacionados

Projetos em andamento:

- 26) Acompanhamento Psicossocial de Magistrados (SGP);
- 27) Cursos de Aperfeiçoamento de Magistrados (ESMEC);
- 28) Solução Integrada em Mapeamento de Competências, Avaliação e Gestão por Desempenho, Ascensão Funcional e Plano de Capacitação Funcional dos Servidores do Poder Judiciário Cearense (SGP).
- 29) Valorização do Servidor (SGP);

Projetos concluídos:

- 30) Convênio Imobiliário (SEFIN);
- 31) Elaboração e Implantação de Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (SGP);
- 32) Implantação da Gratificação de Estímulo à Interiorização (SGP);
- 33) Núcleo de Educação à Distância (SGP);
- 34) Garantir a Correção das Distorções Vencimentais entre Servidores da Capital e do Interior (SGP).

Projetos cancelados:

- 35) EAD na ESMEC (ESMEC).



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tema:

Desenvolvimento Humano.

Objetivo Estratégico:

Alinhar pessoas às demandas de prestação de serviços.

Descrição do Objetivo:

Garantir que cada unidade do Judiciário cearense seja provida de magistrados e servidores em número suficiente e com conhecimentos, habilidades e atitudes adequadas, visando a uma melhor prestação jurisdicional.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 23) Índice de capacitação nas competências estratégicas;
- 24) Quantitativo de vagas ofertadas para magistrados em cursos de formação e/ou de aperfeiçoamento credenciados pela ENFAM;
- 25) Índice de atendimento das necessidades de treinamento dos servidores;
- 26) Percentual de unidades judiciárias com quantidade mínima de pessoal.

Indicador	Meta						Gestor
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Índice de capacitação nas competências estratégicas	Obter 50% de servidores treinados nas competências estratégicas, até 2014						Secretaria de Gestão de Pessoas
	0%	4%	nd	22%	40%	50%	
Quantitativo de vagas ofertadas para magistrados em cursos de formação e/ou de aperfeiçoamento credenciados pela ENFAM*	Ofertar, pelo menos, 200 vagas anuais, até 2014						Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará - ESMEC
	(-)	(-)	nd	640	200	200	
Índice de atendimento das necessidades de treinamento dos servidores*	Obter 85% de atendimento às necessidades de treinamento, até 2014						Secretaria de Gestão de Pessoas
	(-)	(-)	94%	100%	85%	85%	
Percentual de unidades judiciárias com quantidade mínima de pessoal*	Aumentar para 50% o percentual de unidades judiciárias com quantidade adequada de pessoal, até 2014						Secretaria de Gestão de Pessoas
	27%	(-)	nd	47%	47%	50%	

* Indicador incluído na Revisão 2011-2013

(-) Não mensurado

nd – Não disponível



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Projetos Relacionados

Projetos em andamento:

- 36) Concurso Público para Ingresso de Magistrados (SGP);
- 37) Concurso Público para Ingresso de Novos Servidores e Cadastro de Reserva (SGP);
- 38) Desenvolver o Plano de Capacitação (SGP);
- 39) Promoção de Quadro Funcional Adequado para a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ);

Projetos concluídos:

- 40) Concurso para Ingresso de Magistrados (COMCON);
- 41) Desenvolvimento do Sistema “JUS COMARCA” (SEPLAG);
- 42) Implantação das 40 horas de Forma Parcelada (SGP);
- 43) Implantação de Novas Unidades Jurisdicionais no Fórum Clóvis Beviláqua (SGP).



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tema:

Tecnologia da Informação.

Objetivo Estratégico:

Automatizar e integrar procedimentos e sistemas.

Descrição do Objetivo:

Automatizar e interligar procedimentos e sistemas por meio da informatização, visando à racionalização, padronização e otimização das rotinas de trabalho das atividades fim e meio e à promoção de informações gerenciais fidedignas e em tempo hábil.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 27) Índice de virtualização dos processos judiciais novos; e
28) Índice de Cumprimento das Metas do PETI Alinhadas ao Objetivo Estratégico Prover Sistemas de TIC Interoperáveis e Documentados.

Indicador	Meta						Gestor
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Índice de virtualização dos processos judiciais novos	Obter 65% dos processos judiciais novos virtualizados, até 2014						Secretaria de Tecnologia da Informação
	(-)	5%	nd	50%	60%	65%	
Índice de Cumprimento das Metas do PETI Alinhadas ao Objetivo Estratégico Prover Sistemas de TIC Interoperáveis e Documentados*	Obter 95% de cumprimento de metas, até 2014						Secretaria de Tecnologia da Informação
	(-)	(-)	(-)	91%	93%	95%	

* Indicador incluído na revisão 2013-2015
(-) Não mensurado nd – Não disponível

Projetos Relacionados

Projetos em andamento:

- 44) Custas Judiciais (SETIN);
45) Implantação de Solução de Ferramenta para Disponibilização de Informações Gerenciais (SETIN);
46) INTEGRAJUS (SETIN);
47) Módulo de Distribuição e Controle Integrado de Mandados (SETIN).

Projetos concluídos:

- 48) Aprimoramento do Ponto Eletrônico (SETIN);
49) Eficiência.Jus (SEPLAG);
50) Implantação do Sistema de Malote Digital (SEJUD);
51) Justiça em Movimento (SEPLAG);
52) Sistema de Precatórios (SETIN);
53) Virtualização da Justiça - 1º Grau – Capital (SETIN).

Projeto cancelado:

- 54) Sessão de Julgamento (SETIN).



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tema:

Financeiros.

Objetivo Estratégico:

Assegurar recursos para a execução da estratégia.

Descrição do Objetivo:

Buscar recursos junto às entidades públicas e privadas, nas esferas estadual, federal e internacional, visando ao aumento da garantia da execução da estratégia.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 29) Índice de execução do orçamento estratégico; e
- 30) Índice de otimização da arrecadação.

Indicador	Meta						Gestor
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Índice de execução do orçamento estratégico	Executar 80% do orçamento estratégico, até 2014*						Assessoria Especial da Presidência
	(-)	(-)	(-)	14%	60%	80%	
Índice de otimização da arrecadação**	Otimizar em 100% a arrecadação do FERMOJU, até 2014						Secretaria de Finanças
	(-)	(-)	(-)	(-)	30%	100%	

* Para que essas metas sejam cumpridas, deverá haver a participação das unidades que compõem o Poder Judiciário cearense

** Indicador incluído na revisão 2013-2015

(-) Não mensurado.

Projetos Relacionados

Projetos concluídos:

- 55) Comissão de Orçamento Participativo (SEFIN);
- 56) Garantia de Autonomia Financeira (CGJ);
- 57) Remuneração dos Depósitos Judiciais (SEFIN).



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tema:

Infraestrutura.

Objetivo Estratégico:

Garantir infraestrutura adequada.

Descrição do Objetivo:

Viabilizar instalações adequadas, tanto para a recepção do jurisdicionado, quanto para a prestação dos serviços por parte dos magistrados e servidores.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 31) Índice de bom estado das instalações físicas dos Fóruns; e
- 32) Índice de Cumprimento das Metas do PETI Alinhadas ao Objetivo Estratégico Garantir Infraestrutura de TIC necessária para as atividades Jurisdicionais e Administrativas.

Indicador	Meta						Gestor
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Índice de bom estado das instalações físicas dos Fóruns	Incrementar 12 (doze) pontos percentuais sobre o valor base do 1º semestre/13, até 2014						Secretaria de Administração
	(-)	(-)	(-)	(-)	4%	12%	
Índice de Cumprimento das Metas do PETI Alinhadas ao Objetivo Estratégico Garantir Infraestrutura de TIC necessária para as atividades Jurisdicionais e Administrativas*	Obter 95% de cumprimento das metas						Secretaria de Tecnologia da Informação
	(-)	(-)	(-)	91%	93%	95%	

* Indicador incluído na revisão 2013-2015
(-) Não mensurado

Projetos Relacionados:

Projetos em andamento:

- 58) Consultoria e Solução de Gestão em Segurança de TI (SETIN);
- 59) Contratação Rede Metropolitana de Fortaleza (Gigafor) (SETIN);
- 60) Modernização do Projeto de Segurança do TJCE (ASSMIL);
- 61) Fórum Novo de Assaré (SECAD);
- 62) Fórum Novo de Boa Viagem (SECAD);
- 63) Fórum Novo de Cascavel (SECAD);
- 64) Fórum Novo de Crateús (SECAD);
- 65) Fórum Novo de Frecheirinha (SECAD);



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

- 66) Fórum Novo de Itapipoca (SECAD);
- 67) Fórum Novo de Milagres (SECAD);
- 68) Fórum Novo de Pedra Branca (SECAD);
- 69) Fórum Novo de Pereiro (SECAD);
- 70) Fórum Novo de Quixeramobim (SECAD);
- 71) Fórum Novo de Russas (SECAD);
- 72) Fórum Novo de Senador Pompeu (SECAD);
- 73) Fórum Novo de Tabuleiro (SECAD);
- 74) Fórum Novo de Uruburetama (SECAD);
- 75) Fórum Novo de Várzea Alegre (SECAD);
- 76) Implantação do PJe (SETIN);
- 77) NOC / Grupo de Resposta a Incidentes de Segurança – GRIS (SETIN);
- 78) Novo JECC de Aracati (SECAD);
- 79) Plano de Continuidade / Contingência (SETIN);
- 80) Reforma do Fórum Clóvis Beviláqua (SECAD);
- 81) Risc – Renovação Garantia – IBM (SETIN).
- 82) Sala de Audiência - Gravação Áudio Vídeo (SETIN);
- 83) Solução de Gerenciamento de Service Desk (SETIN);
- 84) Solução para Virtualização de Espaço e Armazenamento de Dados (SETIN).

Projetos concluídos:

- 85) Aquisição de Mobiliário para Atendimento da Capital e Interior (SECAD);
- 86) Aquisição de Leitores Ópticos de Códigos de Barras (SETIN);
- 87) Aquisição de Estações de Trabalho (SETIN);
- 88) Aquisição de Impressoras Matriciais Não Fiscais (SETIN);
- 89) Aquisição de Nobreaks para Estações de Trabalho do Interior (SETIN);
- 90) Aquisição de Servidores de Rede de Médio e Avançado Desempenho com Software de Virtualização (SETIN);
- 91) Aquisição de Switchs de Acesso/Distribuição (SETIN);
- 92) Ampliação dos Links de Comunicação (2 Mbps) (SETIN);
- 93) Ampliação, Implantação e Aquisição de Rede Wireless (SETIN);
- 94) Arquivo Deslizante (SECAD);
- 95) Central de Serviços (SETIN);
- 96) Construção do 3º Pavimento do Edifício Sede do TJCE (SECAD);
- 97) Expansão dos Storages em uso no TJCE (SETIN);
- 98) Extensão do 2º Monitor – Sistemas Judiciais – Capital (SETIN);
- 99) Fábrica Externa de Softwares (SETIN);
- 100) Ferramentas de Gerenciamento / Performance e *Tunning* de Banco de Dados (SETIN);
- 101) Impressoras e Multifuncionais (Serviços de Impressão) (SETIN);
- 102) Integração a Gigafor (SETIN);
- 103) Novos *Notebooks* para Modernização do Judiciário (SETIN);
- 104) Reforma da ESMEC (SECAD);
- 105) Reforma do Fórum das Turmas Recursais (SECAD);
- 106) Reforma do Fórum de Amontada (SECAD);
- 107) Solução CAS (SETIN);
- 108) Solução de Armazenamento e Recuperação de Cópias de Segurança (SETIN);
- 109) Solução de Certificados Digitais (Aquisição/Ampliação) (SETIN);
- 110) *Storage* SAN (SETIN).

Projetos cancelados:

- 111) Aquisição de Balanceadores de Links Internet (SETIN);
- 112) Consultoria Oracle (SETIN);
- 113) Contratar Consultoria Jurídica para Política de Segurança (SETIN);
- 114) Nova Edificação da 10ª Unidade JECC, Juizado Móvel e Perícia do Detran (SECAD);
- 115) Reforma do Fórum de Cariré (SECAD);



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

- 116) Reforma do Fórum de Quiterianópolis (SECAD);
- 117) Reforma Fórum de Guaiuba (Ampliação) (SECAD);
- 118) Reforma Fórum de Itapajé (SECAD);
- 119) Reforma Fórum de Jardim (SECAD);
- 120) Reforma Fórum de Miraíma (SECAD);
- 121) Reforma Fórum de Russas (SECAD);
- 122) Totens de Atendimento para o Acesso à Justiça (SETIN).



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Tabela 1: Projetos Estratégicos - 2014

Nome do Projeto	Status	Escopo/Finalidade	Alinhamento Estratégico
Modernização do Projeto de Segurança do TJCE	Ativo	Aquisição de portais de detecção de metais para todas as unidades do poder judiciário, da capital e interior; Aquisição de portas giratórias e catracas para as Entrâncias Finais do poder judiciário, incluindo a sede do TJCE e o FCB; Implantação de crachás de identificação para os servidores e funcionário do TJCE; Realizar a identificação de todas as pessoas que adentrem as dependências das unidades do poder judiciário; Instituir o sistema de CFTV com dispositivo de sensor de presença nos períodos fora dos expedientes normais; Aquisição de detectores de metais portáteis; Elaborar estrutura orgânica de segurança que englobe as orientações do CNJ para a proteção a magistrados, inclusive com recursos do FUNSEG.	Tema: Excelência. Objetivo Estratégico: Assegurar uma prestação jurisdicional célere e efetiva
Fórum Novo de Itapipoca	Ativo	Construção de um Novo Fórum.	Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada.
Novo JECC de Aracati	Ativo	<p>Após análise geral do edifício e seus ambientes internos, constatou-se a necessidade de se executar, prioritariamente, alguns serviços básicos. Esses serviços serão demonstrados de forma detalhada nos projetos arquitetônico e complementares. As principais soluções são as seguintes: Ampliar ambientes existentes e criar novos espaços buscando atender a resolução Nº 114 do CNJ e Lei 14.407/2009.</p> <p>Promover a acessibilidade para portadores de necessidades especiais (cadeirantes, idosos, deficientes visuais), conforme a NBR 9050, instalando rampas e banheiros especiais.</p> <p>Viabilizar a instalação de uma nova sede para o Juizado em local central de fácil acesso para a população de forma a atender a demanda crescente de processos.</p> <p>Segurança preventiva da edificação com a instalação de gradis, cerca em espiral elétrica e CFTV que contribuirão para resguardar o acervo jurídico.</p>	Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Nome do Projeto	Status	Escopo/Finalidade	Alinhamento Estratégico
Fórum Novo de Senador Pompeu	Ativo	<p>Utilização de materiais adequados às soluções tecnológicas propostas, já utilizados em Fóruns de outras comarcas e encontrados no mercado com facilidade e a preços acessíveis, com o objetivo de garantir uma manutenção mais eficiente e econômica.</p> <p>Promoção da acessibilidade para portadores de necessidades especiais (cadeirantes, idosos, deficientes visuais), com a construção de rampas e banheiros adaptados conforme a NBR 9050.</p> <p>Construção de ambientes com dimensões mais adequadas às suas funções, inclusive atendendo a resolução 114 do CNJ.</p> <p>Assegurar vagas para estacionamento de público (externo) e servidores (interno).</p> <p>Climatizar os ambientes de acordo com as necessidades de cada atividade realizada no fórum, dentro dos padrões utilizados.</p> <p>Viabilizar as instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias segundo padrão estabelecido nas normas da ABNT.</p> <p>Promover a segurança preventiva da edificação com a instalação de gradis e de cercas em espiral, que contribuirão para resguardar todo o acervo jurídico do Fórum.</p>	<p>Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada.</p>
Fórum Novo de Russas	Ativo	<p>Realização de reforma no prédio adequando à lei de acessibilidade.</p>	<p>Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada.</p>
Garantir a Descentralização do Acesso dos Cidadãos às Certidões Cíveis e Criminais	Ativo	<p>Escopo: Extensão da “Certidão on line” para os processos em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Finalidade: Facilitar o acesso às certidões negativas para os cidadãos. Atingir meta do CNJ que estabelece maior acesso ao cidadão. Reduzir o atendimento no Departamento Penal, que expede, mensalmente, cerca de 30 (trinta) certidões negativas.</p>	<p>Tema: Acesso à justiça. Objetivo Estratégico: Maximizar o acesso do cidadão à justiça.</p>
Análise, Racionalização e Manualização de Processos do Departamento Judicial de Apoio e Divisão de Distribuição	Ativo	<p>Produzir documentação contendo o mapeamento do fluxo do andamento processual nos setores da Secretaria Judiciária do TJCE; Analisar e racionalizar, quando necessário, os procedimentos desses setores, identificando problemas (gargalos/sobreposição) de atividades, o tempo de execução de cada atividade e a possibilidades de delegação, evitando retrabalhos; Padronizar as rotinas das unidades conforme suas competências; Elaborar Manual de Normas e Procedimentos Internos do TJCE, compreendendo tanto os procedimentos humanos quanto os de sistema (SAJ-SG e SAJ-PRO) e a ser instituído por ato normativo próprio; Divulgar, inclusive através de disponibilização na Intranet, o mapeamento dos fluxos processuais vinculados às normas e procedimentos a serem seguidos, informando ao usuário interno o motivo, o tempo e a forma de fazer as suas atividades diárias, facilitando a multiplicação dos conhecimentos.</p>	<p>Tema: Suporte. Objetivo Estratégico: Melhorar a Produtividade.</p>



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Nome do Projeto	Status	Escopo/Finalidade	Alinhamento Estratégico
Elaboração do Plano Estratégico 2015-2020 do Poder Judiciário do Estado do Ceará	Ativo	<p>Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria para desenvolvimento das seguintes atividades:</p> <p>Elaboração do Plano Estratégico 2015-2020, abrangendo todo o processo de formulação e acompanhamento inicial da implantação do Plano Estratégico 2015-2020 do Poder Judiciário do Estado do Ceará;</p> <p>Proposição de melhorias no modelo de Gestão Estratégica do Poder Judiciário do Estado do Ceará no que diz respeito a atividades cotidianas de planejamento, bem como aprovação, monitoramento, divulgação, revisão da estratégia etc.</p>	Objetivo Estratégico: Criação de um Novo Plano Estratégico.
Sala de Audiência – Gravação Áudio Vídeo	Ativo	Adquirir equipamentos que permita a gravação de áudio e vídeo das salas de audiência, através do Novo Sistema Processual.	Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada.
Módulo de Distribuição e Controle Integrado de Mandados – Oficiais de Justiça	Ativo	<p>Integrar o módulo de controle de mandados judiciais, no âmbito do 2º grau, ao sistema SAJSG;</p> <p>Possibilitar a expedição, distribuição, acompanhamento e cumprimento dos mandados judiciais dentro do sistema SAJSG;</p> <p>Possibilitar à gerência do TJCE de gerar relatórios relativos a produtividade e cumprimento de metas para o setor;</p> <p>Tornar eletrônica a tramitação dos mandados judiciais que, hoje se encontra na forma tradicional (em papel);</p> <p>Gerar e enviar informações ao Banco Nacional de Mandados de Prisão, de acordo com a Resolução 137 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.</p>	Tema: Suporte. Objetivo Estratégico: Melhorar a Produtividade.
Implantação de Ferramenta de Informações Gerenciais	Ativo	<p>a) Aquisição da Ferramenta de Visualização de Informações Gerenciais;</p> <p>b) Aquisição da Ferramenta de ETL e Suporte de 12 meses;</p> <p>c) Treinamentos nas Ferramentas de Visualização de Informações Gerenciais e ETL.</p>	Tema: Tecnologia da Informação. Objetivo Estratégico: Automatizar e integrar procedimentos e sistemas



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Nome do Projeto	Status	Escopo/Finalidade	Alinhamento Estratégico
Integrajus	Ativo	<p>Implantação de processos de trabalho para a Central de Apoio à Área Criminal (CIAAC), com realização de Piloto de automação de processos;</p> <p>Implantação do Malote Digital para tramitação de documentos entre SEJUS/SSPDS e TJCE;</p> <p>Base de Processos criminais com identificação dos réus utilizando Biometria;</p> <p>Solução automatizada para visão unificada de todos os procedimentos de um Réu no âmbito do TJCE;</p> <p>Solução automatizada para prover visão unificada de Mandados, Contra mandados, Alvarás de Soltura e Salvo-conduto referentes a réus no âmbito do TJCE;</p> <p>Implantação de integração entre sistema de processo judicial eletrônico e sistemas de Informação da SEJUS/SSPDS de forma a facilitar para os usuários do TJCE a consulta de Localização de Presos, Vagas nas Unidades Prisionais, Dados de endereço do Réu/testemunhas, Permitir troca de documentos eletronicamente e acesso a Visão integrada da Vida Criminal do Réu, entre outros;</p> <p>Adaptação de Serviços (Webservices) de disponibilização de acesso a dados processuais para uso diretamente dos Sistemas da SEJUS e SSPDS, conforme necessidade daquelas Secretarias;</p> <p>Adequação do SAJ 1º grau para atender a Resolução Nº 108 do CNJ;</p> <p>Implantação de página Intranet para área criminal na Comarca de Fortaleza, com intuito de divulgar procedimentos de trabalho, ações e demais informações para a referida área.</p>	<p>Tema: Tecnologia da Informação. Objetivo Estratégico: Automatizar e integrar procedimentos e sistemas</p>
Modernização dos Portais TJCE	Ativo	<p>Criar Novo Portal Internet/Intranet.</p>	<p>Tema: Acesso à justiça. Objetivo Estratégico: Maximizar o acesso do cidadão à justiça.</p>
Solução Integrada em Mapeamento de Competências, Avaliação e Gestão por Desempenho, Ascensão Funcional e Plano de Capacitação Funcional dos Servidores do Poder Judiciário cearense	Ativo	<p>Desenvolver solução integrada em mapeamento de competências, avaliação e gestão por desempenho, ascensão funcional e plano de capacitação funcional dos servidores do Poder Judiciário cearense.</p> <p>Mapear todas as competências estratégicas, técnicas e gerenciais dos 28 (vinte e oito) cargos efetivos e dos 181 (cento e oitenta e um) cargos em comissão do Poder Judiciário cearense.</p> <p>Elaborar e apoiar a implantação do modelo de avaliação e gestão de desempenho com base em competências e resultados para os servidores do Poder Judiciário cearense;</p> <p>Elaborar e apoiar a implantação do modelo de avaliação e acompanhamento de servidores em estágio probatório;</p>	<p>Tema: Desenvolvimento Humano. Objetivo Estratégico: Alinhar pessoas às demandas de prestação de serviços.</p>



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Nome do Projeto	Status	Escopo/Finalidade	Alinhamento Estratégico
		<p>Elaborar e apoiar a implantação da sistemática de Ascensão Funcional (promoção e progressão) baseada em critérios objetivos, com sistema de pontuação com base nos critérios definidos no modelo de avaliação e gestão de desempenho (parte quantitativa);</p> <p>Formular Plano de Capacitação Funcional integrado ao modelo de avaliação e gestão de desempenho;</p> <p>Definir mapas de competências com desenho de, pelo menos, 25 (vinte e cinco) programas voltados para as áreas Judiciárias e Administrativas do Poder Judiciário cearense;</p> <p>Implantar o Modelo de Avaliação e Gestão do Desempenho, baseado em competências, integrado com a sistemática de ascensão funcional e com o plano de capacitação funcional.</p>	
Concurso Público para Ingresso de Magistrados	Ativo	Realizar concurso público para provimento de cargos de Magistrados de 1º grau	Tema: Desenvolvimento Humano. Objetivo Estratégico: Alinhar pessoas às demandas de prestação de serviços.
Cursos de Aperfeiçoamento de Magistrados	Concluído	O objetivo do projeto é promover cursos de aperfeiçoamento, sendo: 60h/a de cursos em 2013 e 60h/a de cursos em 2014.	Tema: Desenvolvimento Humano. Objetivo Estratégico: Garantir a valorização dos Magistrados e Servidores.
Fórum Novo de Boa Viagem	Concluído	Construção de um Novo Fórum	Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada.
Fórum Novo de Crateús *	Concluído	Construção de um Novo Fórum.	Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada.
Reforma do Fórum Clóvis Beviláqua	Concluído	Readequar 68.000m ² de área existente à criação de mais 40 varas e ao processo de virtualização em curso.	Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada
Fórum Novo de Assaré	Concluído	Construção de um Novo Fórum.	Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada
Programa de projetos de eficiência energética	Concluído	<p>Através do conjunto de resultados dos projetos propostos e de outros de mesmo cunho, que eventualmente possam vir a ser adicionados, redução em médio prazo dos gastos com energia elétrica, maior conforto, confiabilidade e continuidade de uso das instalações das unidades do Poder Judiciário.</p> <p>Projeto de subestações de média tensão: Planejamento de critérios de transformação de unidades de baixa para média tensão. Aquisição de subestações aéreas de média tensão.</p> <p>Minicentrais Split: Planejamento de critérios de substituição de minicentrais tipo janeliros e splits com mais de 10 anos por novos; Aquisição de ~800 equipamentos.</p> <p>Bancos de Capacitores; Aquisição de novo banco de capacitores para o Palácio da Justiça;</p>	Objetivo Estratégico: Exercer a responsabilidade socioambiental



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Nome do Projeto	Status	Escopo/Finalidade	Alinhamento Estratégico
		Automação: Desenvolvimento de plano de automação de principais sistemas: Aquisição de sistema de automação.	
Custeio da Prova em Processos Cíveis com Gratuidade Judicial	Concluído	<p>Normatização dos requisitos, procedimentos e fluxos de trabalho para o pagamento de honorários de peritos, tradutores e intérpretes, em processos judiciais com parte(s) favorecida(s) pela gratuidade de justiça, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará;</p> <p>Abertura e manutenção de cadastro dos profissionais para nomeação em processos judiciais atendidos pela atividade;</p> <p>Definir tabela de honorários, especialidades e requisitos técnicos dos profissionais que deverão ser incluídos no cadastro;</p> <p>Desenvolver e implantar sistema informatizado para acompanhamento, controle e realização dos pagamentos efetuados e das informações relativas ao projeto, envolvendo dados da ação, da quantidade de processos, das pessoas físicas assistidas e dos valores pagos, dentre outros;</p> <p>Disponibilizar no site do TJCE modelos de laudos periciais, visando à uniformização da prestação do serviço;</p> <p>Implantar estrutura física e de pessoal adequada;</p> <p>Divulgar a atividade perante as unidades jurisdicionais da capital e interior.</p>	<p>Tema: Excelência. Objetivo Estratégico: Assegurar uma prestação jurisdicional célere e efetiva.</p>
Solução de Gerenciamento de Service Desk	Concluído	<p>a) Aquisição de uma ferramenta para gerenciamento de serviços de TI baseada no ITIL;</p> <p>b) Implementar a solução e os processos ITIL já em uso pela CATI; c) Capacitar os operadores do CATI e administradores/gerentes do Service Desk no uso do software da solução</p>	<p>Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada</p>
Expansão do PJe	Concluído	<p>1) Implantação da versão 1.4.6.6 do sistema PJe em todos os Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Ceará até dezembro de 2014.</p> <p>2) Implantação da versão 1.4.6.6 do sistema PJe em todas as Turmas Recursais do Estado do Ceará.</p>	<p>Tema: Tecnologia da Informação. Objetivo Estratégico: Automatizar e integrar procedimentos e sistemas.</p>
Implantação do PJe	Concluído	<p>Com o andamento do projeto são esperadas melhorias como as listadas abaixo:</p> <p>1. Implantar o PJe nos dois juizados especiais piloto;</p> <p>2. Construir uma base de conhecimento que permita a implantação nos demais juizados.</p>	<p>Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada</p>
Consultoria e Solução de Gestão em Segurança de TI	Concluído	<p>Implantar o processo de Gestão de Segurança de TI e realizar a análise de risco em ativos de TI (pessoas, processos e tecnologia) do TJCE. Em virtude do Projeto de Virtualização, os dados que outrora estava no suporte em papel.</p>	<p>Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada.</p>



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Nome do Projeto	Status	Escopo/Finalidade	Alinhamento Estratégico
NOC / Grupo de Resposta a Incidentes de Segurança - GRIS	Concluído	Municar uma nova área de gerenciamento da estrutura computacional do TJCE, incluído o gerenciamento dedicado da Segurança da Informação utilizando sistemas e pessoas.	Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada
Plano de Continuidade / Contingência	Concluído	Manter a continuidade dos serviços de TI essenciais do TJCE.	Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada
Cálculos Judiciais	Concluído	a) Implantar Emissão de Custas no Portal de Serviços; b) Implantar Funcionalidades de Cálculos de Atualização Monetária e Emissão/Acompanhamento de Custas no SAJPG e no SAJSG; c) Treinar usuários nas novas funcionalidades de 1º e 2º Grau e Equipe da Secretaria de Finanças	Tema: Tecnologia da informação. Objetivo Estratégico: Automatizar e integrar procedimentos e sistemas
Valorização do Servidor	Concluído	Programa de Valorização do Servidor.	Tema: Desenvolvimento Humano. Objetivo Estratégico: Garantir a valorização dos Magistrados e Servidores
Concurso Público para Ingresso de Novos Servidores e Cadastro de Reserva	Concluído	a) Nomeação de 227 (duzentos e vinte e sete) Novos servidores; b) Formação de um cadastro de reserva de 5 (cinco) vezes o número de vagas ofertadas.	Tema: Desenvolvimento Humano. Objetivo Estratégico: Alinhar pessoas às demandas de prestação de serviços.
Desenvolver o Plano de Capacitação	Concluído	Estabelecer o Plano de Capacitação para os Servidores.	Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir Infraestrutura adequada
Acompanhamento psicossocial de Magistrados	Concluído	Implantação de unidade dotada de estrutura física e funcional para acompanhamento Psicossocial dos servidores e Magistrados, ativos e inativos, que necessitam de ajuda psicossocial no que tange aos problemas emocionais de depressão, estresse do trabalho e emocional, estafa mental etc.	Tema: Desenvolvimento Humano. Objetivo Estratégico: Garantir a valorização dos magistrados e servidores.
Promoção de Quadro Funcional Adequado para a Corregedoria Geral da Justiça	Suspensão	a) Disponibilizar um analista judiciário para cada um dos Magistrados Auxiliares (4 atualmente), até julho de 2013; b) Disponibilizar mais um Auditor e três Auxiliares para compor o quadro da Auditoria desta Casa Censora, até junho de 2013; c) Disponibilizar mais um assessor jurídico (atualmente 2) para a corregedoria; d) Disponibilizar mais dois militares (atualmente 4) para estruturar a assistência militar; e) Prover a CGJ de 04 Estagiários no Curso de Direito, até setembro de 2013.	Tema: Desenvolvimento Humano. Objetivo Estratégico: Alinhar pessoas às demandas de prestação de serviços.
Fórum Novo de Tabuleiro	Suspensão	Construção de um Novo Fórum.	Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir Infraestrutura adequada.
Fórum Novo de Várzea Alegre	Suspensão	Utilização de materiais adequados às soluções tecnológicas propostas, já utilizados em Fóruns de outras comarcas e encontrados no mercado com facilidade e a preços acessíveis, com o objetivo de garantir uma manutenção mais eficiente e econômica. Promoção da acessibilidade para portadores de necessidades especiais (cadeirantes, idosos, deficientes visuais), com a construção de rampas e banheiros adaptados conforme a NBR 9050. • Construção de	Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Nome do Projeto	Status	Escopo/Finalidade	Alinhamento Estratégico
		<p>ambientes com dimensões mais adequadas às suas funções, inclusive atendendo a resolução 114 do CNJ.</p> <p>Assegurar vagas para estacionamento de público (externo) e servidores (interno).</p> <p>Ambientes climatizados de acordo com as necessidades de cada atividade realizada no fórum, dentro dos padrões utilizados.</p> <p>Instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias segundo padrão estabelecido nas normas da ABNT.</p> <p>Segurança preventiva da edificação com a instalação de gradis e de cercas em espiral, que contribuirão para resguardar todo o acervo jurídico do Fórum.</p>	
Padronização das Rotinas do Processo Eletrônico	Cancelado	<p>Dotar as salas de audiência do prédio do Fórum Clóvis Beviláqua de Infraestrutura tecnológica que aprimores a virtualização dos autos do processo eletrônico, bem como o acompanhamento dos autos que se desenvolvem no andamento das audiências.</p>	<p>Tema: Excelência. Objetivo Estratégico: Assegurar uma prestação jurisdicional célere e efetiva.</p>
ModelaJUS	Cancelado	<p>Este projeto tem por objetivo mapear os procedimentos da Jurisdição Criminal com fim de padronizar, uniformizar e manualizar o “modus operandi” nos itens de caráter objetivo, sempre respeitando a discricionariedade de cada magistrado nos procedimentos de caráter subjetivo, de forma a propiciar a realização das trocas de informações internas e das integrações de sistemas de informação com instituições cooperadas que são partícipes na administração da justiça criminal, inclusive atender premissa básica do projeto “Integra” (Convênio nº 020/2011). Além disso, o projeto contribuirá para:</p> <ol style="list-style-type: none">1- Alinhar os processos de trabalho (modus operandi) com os objetivos estratégicos da instituição e as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça;2- Identificar e classificar as oportunidades de melhoria e simplificação dos processos, conferindo economia de recursos, maior celeridade, qualidade e desempenho nas atividades desenvolvidas;3- Identificar e propor a normatização para os procedimentos da Jurisdição Criminal pelo Poder Judiciário;4- Facilitar a realização das correções dos procedimentos criminais;5- Favorecer o intercâmbio de informações com a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, a Secretaria de Justiça, o Ministério público, o Tribunal Regional Eleitoral e outros órgãos necessários à administração eficiente e eficaz da justiça criminal;6- Racionalizar os processos de trabalho (modus operandi);7- Agregar valor a instituição melhorando seu posicionamento estratégico;8- Melhorar a compreensão e segurança do trabalho a ser executado;9- Diminuir o esforço na criação e atualização de conteúdos para treinamentos;10- Melhorar a efetividade dos treinamentos;	<p>Tema: Suporte. Objetivo Estratégico: Buscar a modernização contínua.</p>



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Nome do Projeto	Status	Escopo/Finalidade	Alinhamento Estratégico
		11- Facilitar o processo de adaptação dos Novos servidores;	
Fórum Novo de Milagres	Cancelado	Construção de um Novo Fórum.	Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada.
Fórum Novo de Uruburetama	Cancelado	<p>Uso de materiais adequados às novas soluções tecnológicas e com especificações modernas garantindo uma manutenção mais eficiente e econômica.</p> <p>Atendimento as Normas gerais da ABNT e atendimento aos requisitos da Norma Técnica Brasileira – NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos) com a introdução de banheiro para Portador de Necessidades Especiais – PNE e a inserção da sinalização podotátil no piso de acesso ao prédio.</p> <p>Criação de novos ambientes anteriormente não existentes no prédio do Fórum tais como celas, depósito de bens apreendidos e banheiros PNE.</p> <p>Estrutura de concreto, construção de alvenarias e execução de diversos tipos de pavimentação e de revestimentos.</p> <p>Execução de forros.</p> <p>Fornecimento e instalação de esquadrias novas, ferragens e vidros. Execução de pintura em todo o edifício.</p> <p>Fornecimento e instalação de louças, metais e equipamento de copa.</p> <p>Instalações hidrossanitárias.</p> <p>Instalação de Sistemas de CFTV e alarme. Instalação de Sistemas de detecção e alarme e combate a incêndio.</p> <p>Instalação de sistema de proteção contra descargas atmosféricas.</p> <p>Sistema de climatização.</p> <p>Segurança preventiva da edificação com a instalação de gradis e de cercas em espiral, que contribuirão para resguardar todo o acervo jurídico do Fórum.</p>	Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada.
Implantação do Escritório de Processos	Cancelado	<p>Ao final do projeto espera-se alcançar os seguintes objetivos:</p> <p>a) Implantação e divulgação do escritório de processos organizacionais;</p> <p>b) Definição de atribuições e responsabilidades;</p> <p>c) Treinamento da equipe do escritório; d) Metodologia e ferramentas para a gestão de processos definidas e disponibilizadas;</p> <p>e) 5 (cinco) processos-piloto mapeados, melhorados, normalizados e documentados.</p>	Tema: Suporte. Objetivo Estratégico: Melhorar a Produtividade.

Fonte: Seplag-TJCE



RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

Ao longo do exercício de 2014, sob a Presidência do Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido, a Vice-Presidência do Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva e a Corregedoria-Geral do Des. Francisco Sales Neto, foram priorizadas iniciativas que contribuíssem para o aprimoramento da prestação jurisdicional, para a profissionalização da gestão judiciária e para a utilização plena e racional dos recursos.

Uma visão completa e detalhada das ações e resultados das unidades que compõem esta instituição poderá ser extraída da análise das seções seguintes.

1. PRESIDÊNCIA

1.1 Introdução

A Presidência do Tribunal de Justiça, auxiliada pelas unidades administrativas que a compõem, tem buscado implementar ações para efetivar a modernização do Poder Judiciário no Estado, determinando à sua Assessoria Especial, aos Juízes Auxiliares e ao Grupo de Apoio da Presidência (Chefia de Gabinete, Diretores e Chefe de Serviço) a análise criteriosa das demandas que chegam ao crivo da Administração Superior, a fim de obter subsídios na tomada de decisões que melhor atendam aos anseios dos que buscam pela excelência na prestação do serviço público.

Dentre as atividades desenvolvidas, é importante realçar a elaboração de projetos e mensagens de lei, resoluções, portarias, provimentos, atos, despachos, acompanhamento dos procedimentos junto ao Conselho Nacional de Justiça, bem como o atendimento às suas resoluções e recomendações, orientações a magistrados e servidores, encaminhamento de documentos oficiais aos setores e órgãos competentes, atendimento pessoal a interessados e o direcionamento para a solução de problemas administrativos.

Cumprir ressaltar a iniciativa desta Administração de promover encontros com os magistrados das comarcas do interior do Estado, por meio de reuniões de trabalho, realizadas em cada sede de Zona Judiciária, onde foram apresentadas as ações implementadas na administração, esclarecendo ainda sobre os projetos em andamento para a melhoria do Judiciário, especialmente da segurança e das condições de trabalho de magistrados e servidores.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

1.3 Ações e projetos

As ações da Presidência se consolidaram, em sua maioria, em atos normativos, de onde se extrai o quadro estatístico, abaixo listado:

Tabela 3: Atos Normativos

Tipo	Quantidade
Portarias	3.883
Resoluções do Tribunal Pleno	10
Resoluções do Órgão Especial	27
Assentos Regimentais	4
Provimentos	81

Fonte: Presidência do TJCE

Dentre as iniciativas do biênio, ganharam maior destaque aquelas decorrentes de pleitos mais antigos dos servidores e magistrados.

Foram implantadas promoções e progressões para servidores, pagamento de gratificações por execução de trabalho relevante, técnico ou científico àqueles lotados em comarcas do interior do Estado e a isonomia salarial entre servidores do interior e da capital.

Partiram da Presidência, também, o restabelecimento e determinação de cumprimento literal dos horários de expedientes orientados pelo Conselho Nacional de Justiça, a regulamentação do pagamento de auxílio-moradia onde não havia residências oficiais de magistrados e o recolhimento e destruição de armas apreendidas em todo o Estado, bem como a determinação de instauração de licitações que visavam à execução de obras e aquisição de materiais de informática e segurança, tais como: notebooks e detectores de metais; construções de novos fóruns e realização de reformas nos prédios da justiça.

Novas varas foram instaladas, a exemplo do 22º Juizado Especial Cível e Criminal de Fortaleza; 3ª Vara da Comarca de Itapipoca; 3ª Vara da Comarca de Iguatu; 1ª e 2ª Varas de Família e Sucessões, 3ª e 4ª Varas Criminal, ambas da Comarca de Caucaia; Vara Única de Família e Sucessões do Crato; 3ª Vara Cível de Juazeiro do Norte; e 10ª a 15ª Varas da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza.

Ademais, o Chefe do Poder Judiciário proveu 35 cargos de magistrados, designando-os



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

para atuarem nas entrâncias iniciais do Estado, criando em seguida, comissões para efetivação de estudos visando à realização de concursos para servidores e magistrados.

Merecem destaque, ainda, as atividades desempenhadas no âmbito da gestão estratégica, por meio da Assessoria Especial da Presidência, a saber:

- i. coordenação da Comissão Participativa;
- ii. coordenação do Comitê Executivo;
- iii. assessoramento ao Presidente em assuntos administrativos relacionados a outros poderes;
- iv. articulação com Secretários e Técnicos do Poder Executivo;
- v. reuniões administrativas com o Governador onde foram tratados:
 - PIMPJ;
 - Suplementações Orçamentárias;
- vi. elaboração de projetos estratégicos:
 - Projeto de Visitas do Presidente ao Interior;
 - Projeto para Utilização de Residências Oficiais Desocupadas;
- vii. acompanhamento de projetos estratégicos:
 - Projeto de Segurança Institucional;
 - Isonomia para os Servidores;
 - Concursos Públicos;
 - Construção de Fóruns;
 - Redefinição do Site Institucional;
 - Projeto Cidadania Judiciária;
 - Instalação PJe.
- viii. acompanhamento de todos os processos do TCE (inclusive em contas da gestão anterior);
- ix. acompanhamento das ações da Auditoria Interna;
- x. interlocução entre Secretários/Assessores com o Presidente;
- xi. reunião com sindicatos de servidores;
- xii. assessoramento sobre decisões na área de gestão Administrativa e Financeira.

Isto observado, percebe-se que a Presidência atuou com abrangência, destacando atenção prioritária a órgãos outrora identificados como carentes de acompanhamento institucional.

Neste caminho, alcançou-se melhorias estruturais e procedimentais, bem como se preparou um alicerce organizativo para a próxima gestão.



2. GESTÃO DE PESSOAS

2.1 Implantação da isonomia salarial

A Mensagem de Lei que trata da isonomia salarial foi aprovada pelo Tribunal Pleno na sessão do dia 1º de novembro de 2013, tendo sido entregue pelo Presidente do TJCE ao Presidente da Assembléia Legislativa e aprovada por esta em 11 de junho de 2014.

A proposta era oriunda de pleito dos servidores efetivos para sanar as diferenças vencimentais entre ocupantes de mesmo cargo e com as mesmas atribuições, por estarem lotados na capital ou no interior, ou por terem ingressado no Poder Judiciário cearense na capital entre os anos de 2002 e 2006.

Foram beneficiados mais de 1300 (mil e trezentos) servidores. O pagamento se dará em 5 (cinco) etapas anuais, tendo a primeira ocorrido em julho de 2014 e as demais no mês de julho dos anos subsequentes, progressivamente.

2.2 Concurso público para ingresso de novos servidores e cadastro de reserva

A realização de concurso público para provimento de cargos de servidores efetivos busca prover as unidades do Poder Judiciário cearense, especialmente do interior do Estado, com quantitativo suficiente de servidores, tornando a prestação jurisdicional mais célere, ágil e suficiente, para facilitar o acesso do cidadão à Justiça, viabilizar o atendimento num prazo razoável e, por conseguinte, cumprir o objetivo estratégico do órgão que preceitua “Maximizar o acesso dos cidadãos à Justiça”.

Com intuito de dar andamento à organização e realização do concurso público, foi instituída, por meio da Portaria nº 1.114/13, publicada em 23 de setembro de 2013, a Comissão do Concurso Público, a qual, dentro do prazo previsto de 180 dias, teve a atribuição de fornecer as informações necessárias à elaboração do concurso; aprovar os editais e comunicados aos candidatos; acompanhar e fiscalizar todas as etapas do desenvolvimento dos serviços prestados pela Organizadora do concurso; e notificar a contratada a respeito de imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, para que, por ventura, pudessem ser adotadas as medidas corretivas necessárias.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Foi designada ainda, mediante portaria nº 1.820/2013, equipe de servidores da Secretaria de Gestão de Pessoas para, no prazo de 180 dias, auxiliarem a Comissão Examinadora do Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de juiz substituto nas providências necessárias à realização do referido concurso.

O projeto foi conduzido pela Secretaria de Gestão de Pessoas e teve suas atividades concluídas em 13/10/2014, encontrando-se atualmente em fase de convocação dos candidatos aprovados.

2.3 Concurso público para ingresso de magistrados

Tem por objetivo a realização de concurso público para provimento de 80 cargos de juiz substituto como forma de propiciar a melhoria do funcionamento de unidades judiciárias do interior do Estado.

O certame está sendo realizado pela Fundação Carlos Chagas e é composto de 05 etapas, a saber:

- 1ª etapa: prova objetiva seletiva;
- 2ª etapa: prova discursiva e sentença;
- 3ª etapa: inscrição definitiva;
- 4ª etapa: prova oral;
- 5ª etapa: prova de títulos.

Com o intuito de dar andamento à organização e realização do referido concurso, foi instituída, por meio da Portaria nº 976/2013, de 30 de agosto de 2013, a Comissão do Concurso Público de Provas e Títulos para o Provimento de cargos de Juiz Substituto do Estado do Ceará, conforme preceitua a Resolução nº 75 de 12 de maio de 2009 e a Resolução nº 118, de 3 de agosto de 2010, ambas do Conselho Nacional de Justiça, que tratam das normas e critérios relacionados ao concurso para ingresso na carreira da magistratura do Poder Judiciário em todo o Brasil.

O projeto vem sendo conduzido pela Secretaria de Gestão de Pessoas e, em dezembro de 2014, encontra-se na fase final da 2ª etapa (91%), com 58% das atividades concluídas e previsão de conclusão para agosto de 2015.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Judiciário cearense, inclusive daqueles que se encontram em estágio probatório; definir a nova sistemática de Ascensão Funcional (promoção e progressão) baseada em critérios objetivos, com sistema de pontuação baseado nos critérios definidos no modelo de avaliação e gestão por desempenho (parte quantitativa); e formular Plano de Educação Corporativa integrado ao modelo de avaliação e gestão por desempenho, com o desenho de, pelo menos, 25 programas de capacitação voltados para as áreas Judiciárias e Administrativas do Poder Judiciário cearense.

O projeto vem sendo conduzido pela Secretaria de Gestão de Pessoas, encerrou sua fase de mapeamento de competências e encontra-se atualmente na primeira etapa da Avaliação e Gestão de Desempenho – Módulo Quantitativo, com 40% das tarefas gerais concluídas e previsão de término para abril de 2015.

2.7 Projeto de valorização do servidor

Tem como principal objetivo garantir a valorização dos servidores por meio de ações que lhe promovam bem-estar e um sentido de maior aproximação com a Instituição.

Dentre seus objetivos específicos está a implementação de três ações que visem a preparar o servidor para a aposentadoria; executar ações que promovam a integração dos novos servidores, atingindo no mínimo 70% do público-alvo e a realização de pelo menos um evento de convivência (campeonatos, corridas etc.), dentre outros.

Em 2013, por meio do Projeto de Valorização do Servidor, realizou-se ação de convivência intitulada “Semana do Servidor” para comemorar o dia do Servidor Público Estadual, em 28 de outubro.

Houve homenagem aos servidores com 40 anos ou mais de Serviço Público no Poder Judiciário cearense e um show de talentos com apresentações de servidores. Ocorreu também o I Concurso Cultural de Redação em parceria com a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, bem como exposição de fotografias.

2.8 Acompanhamento psicossocial de magistrados

O projeto tem como principal objetivo diagnosticar os principais estressores psicossociais existentes no exercício da magistratura cearense, com vistas a propor ações que



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

diminuem a incidência dos mesmos.

O projeto foi realizado pela Secretaria de Gestão de Pessoas, em parceria com a Associação Cearense de Magistrados, sendo concluído em 18/12/2013, com a entrega do diagnóstico dos estressores psicossociais dos magistrados.

2.9 Educação corporativa de servidores do Poder Judiciário cearense

Tendo como objetivo fundamental garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Judiciário através da Educação Corporativa, aprimorando a excelência na prestação jurisdicional, o projeto de Educação Corporativa da Secretaria de Gestão de Pessoas promoveu a elaboração do Levantamento de Necessidade de Treinamento (LNT), e o credenciamento de facilitadores internos.

No ano de 2014 foram capacitados 1.441 servidores através da oferta de 74 cursos nas áreas de Formação Continuada, Capacitação em Competências Estratégicas, Treinamentos Específicos e Qualidade de Vida. No total, 972 servidores foram capacitados em competências estratégicas no corrente ano, em obediência ao Indicador nº 23 do Plano Estratégico do Poder Judiciário cearense 2010-2014, que prevê “obter 50% de servidores treinados nas competências estratégicas até 2014”.

Dentre os cursos ofertados, merecem destaque o preparatório para obtenção de certificações em metodologias relacionadas a boas práticas e gestão de TI (ITIL, COBIT e CAPM), alguns dos quais incluíram a contratação dos respectivos exames.

No Fórum Clóvis Beviláqua, foram realizados 275 eventos de formação, totalizando 2.711h/a com 3.901 concludentes.

Ainda no campo da capacitação de servidores, o Tribunal de Justiça designou dois servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação para, em Brasília, participarem do treinamento de desenvolvimento do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), promovido pelo Conselho Nacional de Justiça.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

2.10 Seleções internas e normatização da concessão de gratificação por execução de trabalho relevante, técnico ou científico (GTR)

A Portaria nº 938/2013, publicada em 26 de agosto de 2013, estabeleceu critérios e parâmetros eminentemente técnicos para concessão e gerenciamento da Gratificação por Execução de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico (GTR), prevista no inciso IV do art. 132, da Lei estadual nº 9.826/74, no âmbito do Poder Judiciário cearense.

Trata-se de regulamento cujo escopo mostra-se inédito, na medida em que promoveu, de maneira consistente, a revisão de antigos critérios, o redimensionamento de valores defasados e a inclusão de novos parâmetros, estabelecendo, ainda, condições objetivas para a concessão e a cessação da gratificação. Soma-se, a isso, o efeito de interiorização da gratificação, que passa a ser estendida a servidores que prestam assistência direta aos magistrados nas comarcas de entrâncias intermediária e inicial.

Merece destaque, ainda, as seleções internas realizadas pela Auditoria de Controle Interno e pelo Fórum Clóvis Beviláqua para fins de recrutamento de quadros técnicos por meio da publicação de editais, aplicação de provas com caráter classificatório e realização, no caso do Fórum Clóvis Beviláqua, de cursos de formação.

2.11 Reajuste das diárias de viagem de serviço

As Resoluções do Órgão Especial nº 04 e nº 09, de 25 de julho e 22 de agosto de 2013, respectivamente, reajustaram os valores das diárias concedidas em viagem de serviço a servidores e magistrados, bem assim atualizaram e disciplinaram as regras para concessão das mesmas. As regulamentações anteriores sobre o assunto datavam do ano de 2009.

2.12 Nova normatização de estágio

A Resolução do Órgão Especial nº 08/2013, de 22 de agosto de 2013, normatizou a concessão de estágios a estudantes universitários no âmbito do Poder Judiciário cearense, trazendo como principal inovação a possibilidade de celebrar com agentes de integração, públicos ou privados, convênio ou contrato para recrutamento e pré-seleção de candidatos a estágio, bem como



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

o acompanhamento das atividades realizadas pelos estagiários.

2.13 Implantação do novo sistema de gestão de recursos humanos (GRH)

O novo sistema GRH, implantado em maio de 2014, é responsável por gerenciar as informações de recursos humanos, como nomeações, promoções, substituições, exonerações, aposentadorias, histórico de lotações, férias, licenças, consulta e validação de frequência. Em seguida, há previsão de implantação dos módulos de treinamentos e concursos.

Trata-se de um novo sistema unificado e padronizado que substituiu os antigos sistemas de recursos humanos, a saber: SIRH, SGFU, SFERIAS, SMED, SPONTO, SPONTO Interior e Abono On-line.

2.14 Realização de estudo para estabelecimento de parâmetros para distribuição da força de trabalho nas unidades da área fim

Em atendimento à Meta 3 de 2014 do Conselho Nacional de Justiça, que versa sobre a distribuição da força de trabalho das unidades da área fim, foram realizados levantamentos visando à proposição de parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho nas unidades judiciárias e na área de apoio direto à atividade judicante do TJCE, vinculados à demanda de processos, com garantia de estrutura mínima das unidades da área fim.

Para construção dos versados parâmetros, tomou-se como referência inicial o modelo estatístico proposto pelo CNJ no âmbito da Resolução nº 184/2013 e da Minuta de Resolução sobre distribuição de Força de Trabalho, e foram realizados levantamentos visando à identificação dos parâmetros que melhor retratassem a demanda e a produtividade das unidades judiciárias e de apoio direto do 1º e 2º graus. Foram observados ainda, para fins de comparação e análise, os critérios de similaridade das atividades e processos de trabalho, nas áreas de apoio direto, e os critérios legais de competência material e territorial, nas unidades judiciárias.

O estudo, que vem sendo coordenado pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, com a participação da Secretaria de Gestão de Pessoas e da Secretaria Judiciária, tem previsão de conclusão para dezembro de 2014.



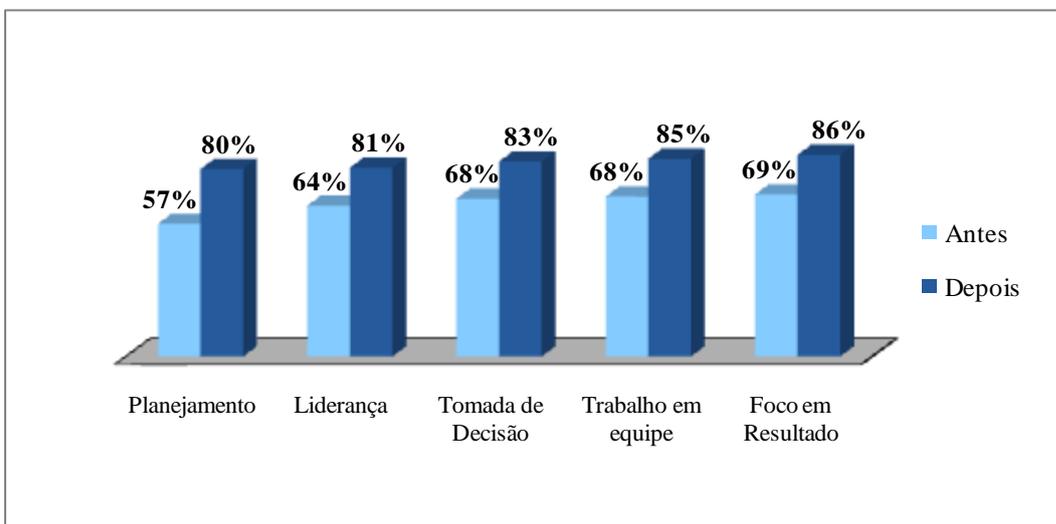
Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

2.15 Programa de desenvolvimento de gestores judiciais – PDJud

Em março de 2013, com o objetivo de profissionalizar os diretores de secretaria para gerirem as suas unidades e prepará-los para exercerem o papel típico de um líder/gestor, foi criado, no âmbito do Fórum Clóvis Beviláqua, o Programa de Desenvolvimento de Gestores Judiciais – PDJUD.

O foco da primeira etapa do programa foi a capacitação desses servidores em temas como: liderança, planejamento, trabalho em equipe, tomada de decisão, foco em resultados, aquisição de conhecimento, habilidades, competências e atitudes. A segunda etapa do programa voltou-se para o conhecimento sobre ferramentas de gestão com foco no acompanhamento dos resultados da unidade judiciária. Foi realizado um ciclo de palestras com o intuito de fomentar uma nova cultura de gestão com foco no cidadão. A terceira etapa aprofundou os conhecimentos sobre liderança e planejamento e ampliou-se para conhecimento sobre motivação e comunicação.

Gráfico 1 – Resultados do PDJud (abr-jun/2013): Questionário de Compreensão por Temas (Autoavaliação)

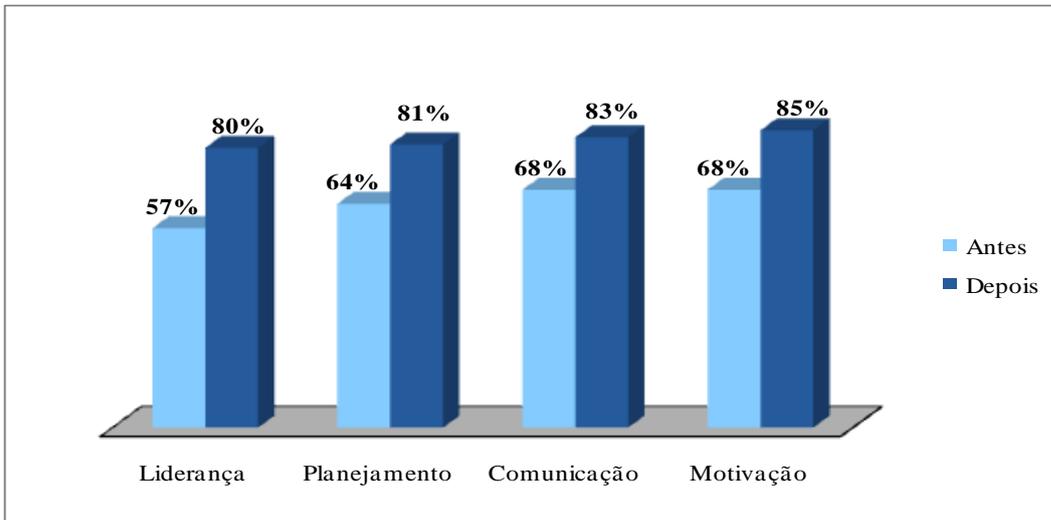


Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Gráfico 2 – Resultados do PDJUD (ago-nov/2014): Questionário de Compreensão por Temas (Autoavaliação)



Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

2.16 Redistribuição de servidores nas unidades judiciárias do Fórum Clóvis Beviláqua

Como forma de favorecer a equanimidade no número de analistas judiciários existentes nas varas do Fórum Clóvis Beviláqua, foi realizada a redistribuição desses colaboradores em março de 2013.

2.17 Ambientação de novos servidores, terceirizados e estagiários

O Fórum Clóvis Beviláqua, por meio do seu Departamento de Administração, adotou a prática de promover a ambientação e integração dos novos colaboradores (servidores, terceirizados e estagiários), por meio de treinamentos e palestras que são realizadas antes da assunção dos colaboradores em seus novos cargos/funções.

2.18 Qualidade de vida no trabalho

O programa de qualidade de vida no trabalho, conduzido pelo Fórum Clóvis Beviláqua, teve como ações:

- i. Parceria com o serviço ambulatorial de urgência e emergência;



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

- ii. Acompanhamento nutricional dos servidores;
- iii. Parceria com o Posto de Saúde Matos Dourado para campanhas de vacinação;
- iv. Parceria com o ISSEC para campanhas de medição de pressão e glicemia;
- v. Ciclo de palestras nutricionais voltadas para reeducação alimentar e cuidado com a saúde;
- vi. Projeto Semana da Saúde, em homenagem ao Dia do Servidor Público, com atividades de massoterapia, dança de salão, treinamento funcional, palestras educativas, higiene bucal, pilates solo, corte de cabelo, dentre outras;
- vii. Cursos sobre:
 - Inteligência Emocional;
 - Comunicação não Agressiva;
 - Lúdico e o Equilíbrio no Ambiente Laboral;
 - Meditação no Ambiente de Trabalho, Aposentadoria - um novo começo;
- viii. Curso “Estresse e o cultivo do equilíbrio emocional”;
- ix. Projeto de meditação no ambiente de trabalho.

2.19 Convênios de cooperação técnica para a cessão mútua de servidores, compartilhamento de conhecimentos técnicos e experiências prático-profissionais

Outra ação na área de gestão de pessoas foi a celebração de 194 convênios de cooperação técnica entre o TJCE e outros entes públicos da Administração Direta ou Indireta, visando à cessão mútua de servidores, para troca de conhecimentos técnicos e experiências prático-profissionais.

A ação contou com a participação ativa da Consultoria Jurídica do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, a quem coube tanto a elaboração dos termos de convênio, por meio da Divisão Central de Contratos e Convênios, quanto o exame da legalidade de suas cláusulas, mediante



3. GESTÃO DE RECURSOS

3.1 Otimização dos recursos financeiros e orçamentários

Otimizar a administração dos recursos e executar com excelência a gestão dos sistemas orçamentários, financeiros e de contabilidade no âmbito do Poder Judiciário cearense, com ética e transparência, constituíram premissas primordiais que nortearam as ações empreendidas ao longo do biênio 2013-2014, como foco em: a) ampliar a independência financeira do TJCE; b) buscar meios alternativos de gerar receitas, sem onerar o contribuinte; c) tornar os processos da Secretaria de Finanças mais eficientes; d) aperfeiçoar os controles sobre o processo de arrecadação do Fermoju; e e) otimizar e racionalizar os custos do TJCE.

Neste sentido, foram empreendidas diversas ações no âmbito da Secretaria de Finanças, culminando na elaboração do seu planejamento estratégico e na definição dos principais projetos executados no exercício de 2014, a saber:

- i. monitoramento das Serventias Extrajudiciais: com o fito de executar atividades de acompanhamento e controle dos recursos do Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará (Fermoju) junto aos cartórios, foram realizadas, até novembro/2014, inspeções em 46 serventias, repercutindo na identificação de débitos no valor de R\$ 1,4 milhão, além de outras irregularidades. A Portaria nº 2.070, de 24 de outubro de 2014, tornou permanente a Comissão de Monitoramento das Receitas do Fermoju;
- ii. alteração do Regimento de Custas: elaboração de proposta de modificação da tabela de cobrança de custas processuais, de maneira que se possa exigir o pagamento justo pela manifestação estatal, levando em consideração o valor da causa e o tipo de manifestação do Poder Judiciário. O trabalho foi coordenado por servidores da Secretaria de Finanças, em atendimento à determinação da Presidência do Tribunal de Justiça por meio da Portaria nº 1.724/2013, de 11 de novembro de 2013;
- iii. instituição, por meio da Portaria nº 1.776/2013, de 11 de novembro de 2013, de grupo de trabalho com a finalidade de buscar a excelência da gestão dos custos operacionais, com foco na eficiência e otimização das despesas públicas pelo Poder Judiciário. Como resultado, foram identificadas e sugeridas às secretarias do



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tribunal de Justiça boas práticas voltadas à redução de despesas por meio do uso racional dos recursos relacionados à energia elétrica, água e esgoto, telefonia fixa e móvel, *internet* e impressão;

- iv. instituição, por meio da Resolução nº 02 do Órgão Especial, de 10 de fevereiro de 2014, do regime de parcelamento de dívidas das serventias extrajudiciais junto ao Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará, regulamentação esta que possibilitou às serventias a renegociação dos seus débitos junto ao Fundo;
- v. Desenvolvimento do Selo Extrajudicial Digital: o projeto, que vem sendo conduzido pela Secretaria de Finanças, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação e com a Corregedoria Geral da Justiça, tem por objetivo substituir o selo físico convencional pelo selo digital, de forma a garantir maior transparência e segurança jurídica aos atos praticados pelos cartórios. Ademais, busca tornar célere a comunicação entre os cartórios e o TJCE no envio dos selos, além de permitir que o usuário possa validar a autenticidade do documento por meio do portal do TJCE. O projeto visa, ainda, eliminar a possibilidade de extravios e roubos de selos, bem como eliminar custos de aquisição, distribuição e controle dos mesmos, contribuindo, de igual forma, com a responsabilidade socioambiental, uma vez que se eliminará o uso do selo em papel. A instituição e a implantação do selo digital restou disciplinada por meio da Resolução nº 5 do Órgão Especial, de 9/06/2014.
- vi. Negociação com os bancos públicos para a assinatura de termo de credenciamento para o pagamento de *spread* sobre os saldos médios mensais dos depósitos judiciais, que culminou na licitação para a seleção do novo banco gestor da conta única do Programa de Inovação, Desburocratização, Modernização da Gestão e Melhoria da Produtividade do Poder Judiciário do Estado do Ceará – PIMPJ (Pregão Presencial nº 01/2014), que teve como vencedora a Caixa Econômica Federal - CEF (Contrato nº 26, de 14 de julho de 2014). O processo foi conduzido pela Secretaria de Finanças, em parceria com a Consultoria Jurídica;
- vii. Aprovação do orçamento 2015: a proposta orçamentária do Poder Judiciário para o ano 2015 foi aprovada pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça na sessão realizada no dia 28 de agosto de 2014, compreendendo os seguintes valores:



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tabela 4 - Lei Orçamentária do Poder Judiciário para o ano 2014 (em R\$1,00)

Órgão	Orçamento 2014
Tribunal de Justiça	857.832.334
FERMOJU	140.175.890
FUNSEG	3.237.585
Total	1.001.245.809

Fonte: SIOFWEB

Na Lei Orçamentária para 2014, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi 85,67% do total de recursos disponíveis para gastos com pessoal, custeio e investimentos. O total de recursos disponíveis foi 3,9% maior frente aos recursos totais em 2013. O total de recursos disponíveis ao Tribunal de Justiça foi 15,4% maior frente aos recursos em 2013.

3.2 Otimização de impressões e serviços gráficos

Imbuída do propósito de aproximar-se ao máximo da utilização plena e racional dos recursos e almejando a eficiência orçamentária em seus Departamentos e Divisões, a Assessoria Institucional procedeu à revisão do Contrato nº 24/2009, firmado entre o Tribunal de Justiça e a empresa que fornece as máquinas de impressão utilizadas pelo Departamento Editorial e Gráfico. Como resultado desta análise, obteve-se a solicitação de supressão do contrato em 20%, reduzindo, portanto, a quantidade de franquia não utilizada, bem como o valor pago mensalmente, com base no parágrafo I, do art. 65, da lei 8666/93, que assim dispõe:

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

Tal ação foi motivada pela implantação da nova metodologia de apreciação das demandas de serviços gráficos, disciplinada por meio da Portaria nº 911/2008, que proporcionou uma análise mais apurada quanto aos materiais de impressão solicitados. Como consequência, o Departamento Editorial e Gráfico passou a executar os serviços de forma mais racional, resultando em significativa economia no quantitativo da franquia que era, até então, utilizado.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Com base nessa redução e para se evitar o desperdício pela não utilização integral da franquia de impressão, a revisão contratual foi preponderante e proporcionou a redução do valor contratual de R\$ 37.682,53 para R\$ 30.146,03, representando uma redução de 20% no valor mensal pago anteriormente.

Oportuno salientar que o Contrato nº 24/2009 encerrou-se em maio de 2014, oportunidade em que a Assessoria realizou uma nova análise relativa à franquia utilizada, diminuindo-a e adequando-a à produção média mensal. Tal fato possibilitou a redução do valor mensal pago pelo novo contrato (nº 30/2014), o qual, atualmente, registra o montante de R\$ 27.547,50.

Além dos fatos expostos, salienta-se que foi incluído no novo contrato dispositivo que contempla a possibilidade de acúmulo de saldo por parte do TJCE, ou seja, a franquia não utilizada no mês é revertida como bônus para os meses subsequentes, limitados ao término do contrato.

Salienta-se, por fim, que as referidas reduções mensais nos gastos com a locação de máquinas de impressão importaram ao TJCE uma economia anual de R\$ 121.620,36 e que, em decorrência do controle de produção aplicado pelo Departamento Editorial Gráfico, não ocorreu na atual Gestão utilização de excedente de franquia.

3.3 Pagamento de precatórios

Iniciando o ano de 2013, foram realizadas durante o mês de janeiro, pelo então Serviço de Precatórios, audiências de conciliação entre Estado do Ceará e credores que, respeitada a cronologia, manifestaram interesse na conciliação, resultando no pagamento de R\$9.157.485,00, devidamente amortizados da dívida de precatórios do Estado do Ceará.

Merecem ainda menção outras ações empreendidas no biênio 2013-2014, dentre elas os pagamentos de parcelas prioritárias no montante de R\$1.625.244,78 para 111 credores do Estado do Ceará, R\$7.469.729,70 para 126 credores do Município de Fortaleza e R\$230.738,55 para credores dos municípios do interior, bem como o pagamento de precatórios segundo listas cronológicas de credores, incluindo requisições de pequeno valor, de responsabilidade do Estado do Ceará, de municípios do interior e do município de Fortaleza, totalizando R\$9.604.320,64, R\$4.745.314,84 e R\$20.198.709,41, respectivamente.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tabela 5 – Pagamento de Preferência – Ano 2013

Ente Devedor	Deferidos	Pagos	Valor Total (R\$)
Estado do Ceará	41	40	602.521,54
Município de Fortaleza	78	77	4.384.606,82
Municípios do Interior	0	0	0,00

Fonte: Assessoria de Precatórios

Tabela 6 – Pagamento de Preferência – Ano 2014

Ente Devedor	Deferidos	Pagos	Valor Total (R\$)
Estado do Ceará	71	71	1.022.723,24
Município de Fortaleza	49	49	3.085.122,88
Municípios do Interior	9	9	230.738,55

Fonte: Assessoria de Precatórios

Tabela 7 – Pagamento de Precatórios por Cronologia e Requisição de Pequeno Valor – Ano 2013

Ente Devedor	Créditos Pagos (R\$)
Estado do Ceará	3.948.308,33
Município de Interior	742.259,80
Municípios do Fortaleza	5.917.123,50

Fonte: Assessoria de Precatórios

Tabela 8 – Pagamento de Precatórios por Cronologia e Requisição de Pequeno Valor – Ano 2014

Ente Devedor	Créditos Pagos (R\$)
Estado do Ceará	5.656.012,31
Município de Interior	4.003.055,04
Municípios do Fortaleza	14.281.585,91

Fonte: Assessoria de Precatórios

Foram também realizados, no ano de 2013, sequestros em valor superior a R\$3.400.000,00, tanto para aporte de valores de parcelas mensais ou anuais às contas especiais de municípios devedores em regime especial (Barro, Quixeramobim, Ubajara, Baturité etc), como para o pagamento de precatórios de responsabilidade de municípios sujeitos ao regime ordinário, como Caucaia. No exercício de 2014, o valor dos sequestros superou R\$ 3.700.000,00 em relação a municípios sujeitos ao regime especial (Acarape, Alcântaras, Aurora, Baixio, Baturité, Granjeiro, Groaíras, Hidrolândia, Ibiapina, Itatira, Jaguaratama, Massapê, São Benedito e Trairi).



4. GESTÃO ESTRATÉGICA

4.1 O Plano Estratégico 2010-2014

O principal instrumento de acompanhamento e execução da Estratégia do Poder Judiciário do Estado do Ceará vigente nos últimos anos foi o Plano Estratégico 2010-2014. Coube, portanto, à gestão 2013-2015 encabeçar ações alocadas no período de término da vigência do Plano. Construído de acordo com a metodologia *Balanced Scorecard*, o Plano trouxe a definição da identidade organizacional do Poder Judiciário do Estado do Ceará junto a outros itens como objetivos estratégicos, indicadores, metas e projetos. A citada metodologia busca tratar as diversas demandas de melhoria gerencial de uma organização em quatro perspectivas que se complementam mutuamente: clientes (sociedade), procedimentos internos, aprendizagem organizacional e recursos. Ao elaborar o citado plano e ao adotar essa metodologia, o TJCE seguiu orientação nacional e se alinhou com o Plano Estratégico do Judiciário brasileiro construído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e com a Resolução nº 70/2009, do CNJ.

No tocante a ações adotadas no ano de 2013 que beneficiaram estruturalmente o Plano 2010-2014, podem ser destacadas a revisão do Plano para a gestão 2013-2015, incluindo a realização de reuniões de sensibilização junto à Comissão Participativa de Elaboração e Execução do Orçamento e do Planejamento Estratégico do TJCE (Comissão Participativa); a validação das metas institucionais pelos gestores e a revisão do portfólio de projetos para 2013 e 2014 pelas respectivas unidades responsáveis e a revisão dos indicadores setoriais para fins de percepção da Gratificação por Alcance de Metas Estratégicas (GAM) no intuito de desdobrar as metas institucionais do Plano em metas setoriais.

4.1.1 Ações de acompanhamento

A busca pelo alcance dos objetivos estratégicos e, em consequência, da Missão e da Visão do Plano 2010-2014 se deu através da execução de projetos e pelo esforço de atingir metas estratégicas, estas, por sua vez, alinhadas a indicadores de medição de desempenho.

A rotina de acompanhamento das metas, indicadores e projetos estratégicos foi conduzida pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão (Seplag) que, no nível da Alta



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Administração do TJCE, contou com o apoio do Comitê Estratégico, do Comitê Executivo e da Comissão Participativa.

Com relação ao Comitê Estratégico, que é responsável por acompanhar, monitorar e executar o Plano Estratégico do Poder Judiciário cearense, coube à Seplag coordenar a realização de seis Reuniões de Análise da Estratégia no período compreendido entre 2013 e 2014.

Com relação ao Comitê Executivo, criado no ano de 2013 por iniciativa conjunta entre a Seplag e a Sefin, coube à Seplag apresentar informações acerca do cumprimento do Planejamento Estratégico, tendo sido realizadas 40 reuniões ordinárias e 06 extraordinárias do Comitê nos anos de 2013 e 2014.

Por sua vez, no tocante à atribuição de acompanhar a execução do orçamento e o processo de elaboração da proposta orçamentária anual do Poder Judiciário que cabe à Comissão Participativa de Elaboração e Execução do Orçamento e do Planejamento Estratégico (Comissão Participativa), a Seplag tratou, nos anos de 2013 e 2014, de orientar o encaminhamento, por parte de diversas unidades do Judiciário estadual, de propostas de iniciativas para compor a proposta orçamentária, bem como de reunir tais iniciativas para posterior avaliação acerca do enquadramento das mesmas como possíveis projetos estratégicos ou itens atinentes à manutenção da prestação do serviço judiciário.

Também apoiaram a execução do Plano Estratégico os Gestores de Metas, que são pessoas responsáveis pelo acompanhamento do nível de cumprimento de metas estratégicas, bem como por ações que visaram ao alcance das mesmas.

4.2 Aprimoramento da cultura de gerenciamento de projetos

O Gerenciamento de projetos é a aplicação de conhecimentos, habilidades e técnicas relativas às atividades de execução dos projetos para atender aos seus requisitos e aos objetivos organizacionais. Maturidade é o grau em que o gerenciamento de projetos é utilizados na Organização. Desta forma, em agosto de 2011, antes da implantação do Escritório Corporativo de Projetos, foi realizada avaliação (por meio de questionário no modelo Prado-MMGP, o qual permite avaliar cinco níveis de maturidade, considerando: processos, pessoas, tecnologia e estratégia) para analisar o nível de conhecimento em gerenciamento de projetos do Tribunal de Justiça do Estado do



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Ceará e, baseado nessas análises, diversas ações foram empreendidas entre os anos de 2013 e 2014 para elevação da maturidade em gerenciamento de projetos.

Destacam-se algumas das ações empreendidas com vistas à elevação da maturidade do gerenciamento de projetos do Poder Judiciário do estado do Ceará:

- i. normatização da Gratificação por Execução de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico (GTR) para gerentes de projetos estratégicos (com estabelecimento da avaliação periódica dos projetos e avaliação individual dos gerentes de projetos);
- ii. revisão e informatização de metodologia de gerenciamento de projetos;
- iii. implementação de melhorias/atualizações nas ferramentas (*softwares* livres) utilizadas para gerenciamento de projetos;
- iv. realização de encontros para transferência de conhecimentos entre a consultoria que prestou suporte técnico e a equipe do ECP;
- v. realização de capacitação em CAPM (*Certified Associate in Project Management Certification*) e PMP (*Project Management Professional Certification*) para 30 servidores efetivos.

Ainda com relação ao aumento da maturidade da cultura de gerenciamento de projetos, e também visando ao incremento da profissionalização dos gerentes de projetos, nos anos de 2013 e 2014 o ECP empreendeu as seguintes ações de capacitação:

Tabela 9: Ações de Aprimoramento da Cultura de Gerenciamento de Projetos

Ação	Nº de Participantes	Ano
Revisão do Portfólio de Projetos 2013-2014	41	2013
Treinamento na nova Metodologia de Gerenciamento de Projetos	20	2013
Oficina “Técnicas de Recuperação de Cronograma”	14	2013
Oficina “Relatório de Acompanhamento de Projetos – RAP e Técnicas de Estimativas de Prazos”	16	2013
Capacitação introdutória em Gestão de Projetos	19	2013
Balanço do ano de 2013 e um direcionamento para 2014	20	2013
Reunião sobre sistema de acompanhamento das fases dos projetos estratégicos	13	2014
Reunião orientativa sobre as propostas das iniciativas orçamentárias de 2015	14	2014
Treinamento “Gerenciamento de Projetos – Conceitos e Práticas”	11	2014
Treinamento “Comunicação Efetiva”	9	2014
Treinamento “Gerenciamento de Riscos”	8	2014

Continua



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Continuação

Ação	Nº de Participantes	Ano
Treinamento “Administração de Conflitos”	4	2014
Oficina “Elaboração, acompanhamento e atualização do cronograma”	15	2014
Oficina “A arte de Liderar”	8	2014
Palestra “Projetos e Processos: mais sinergia que divergência”	14	2014
Palestra “Por que os Projetos falham”	14	2014
Palestra “Gestão de Recursos”	6	2014
Capacitação “O Gerenciamento de Projetos no contexto da Governança Organizacional”	8	2014
Visitas de acompanhamento discussão de dúvidas junto a gerentes de projetos	80	2014

Fonte: Escritório Corporativo de Projetos/Seplag

4.3 Comunicação da Estratégia

A título de divulgação das ações relativas ao alcance da Estratégia empreendidas nos anos de 2013 e 2014, podem ser destacadas:

- i. reestruturação do Blog Plano Estratégico em Ação – com a finalidade de divulgar os resultados dos projetos estratégicos e da execução da estratégia do Poder Judiciário cearense foi criado o Blog Plano Estratégico em Ação. O canal recebeu mais de 20 postagens, entre publicações de resultados da execução da estratégia a artigos relacionados à discussão da gestão estratégica;
- ii. pesquisa de Compreensão da Estratégia – realizada nos meses de setembro e outubro de 2013, a pesquisa objetivou conhecer, junto ao público interno do Poder Judiciário cearense, o nível de compreensão acerca de conceitos, canais e ações da Estratégia do órgão. Participaram da pesquisa 276 pessoas, entre magistrados, servidores e demais colaboradores da Justiça do Ceará. A pesquisa obteve o resultado de que 74% dos respondentes afirmaram compreender, total ou parcialmente, a estratégia do Judiciário cearense;
- iii. realização de concurso cultural no qual os servidores elaboraram redações acerca do tema “Gestão Estratégica”;
- iv. exposição e atualização dos resultados das metas anuais e status dos projetos estratégicos na Central do Conhecimento do Poder Judiciário do Estado do Ceará.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Já com vistas à divulgação e favorecimento da participação do público interno e externo na construção da proposta do Plano Estratégico 2015-2020, foi desenvolvido o *hotsite* do Planejamento Estratégico 2015-2020. O canal objetivou acompanhar os trabalhos de elaboração da proposta do Plano e possibilitar o envio de sugestões para enriquecer esse processo. A atualização do *hotsite* se deu após a efetivação de cada novo passo do processo de construção do novo Plano. Além disso, disponibilizou seção onde o público visitante pode tecer comentários acerca do processo de construção do Plano e enviar sugestões de melhorias no serviço prestado pelo Judiciário cearense a serem contempladas no Plano Estratégico 2015-2020. Ao todo, foram enviadas mais de 450 sugestões.

4.4 Incentivo à cultura de planejamento estratégico

Com o objetivo de disseminar a cultura do planejamento no TJCE foram empreendidas as seguintes ações:

- i. elaboração do Plano Estratégico da Assessoria de Precatórios: em atendimento à recomendação do CNJ, em 2013 a Seplag conduziu a elaboração de Plano Setorial que visou alinhar a atuação da Assessoria de Precatórios ao Plano Estratégico 2010-2014. Dotado de elementos similares ao Plano institucional (Missão, Visão, objetivos, metas, indicadores e projetos), o Plano da Assessoria de Precatórios possibilitou melhorias na estruturação organizacional, de pessoal e de gestão do setor;
- ii. desenvolvimento e divulgação da “Ferramenta de Elaboração e Acompanhamento de Planos de Ação”;
- iii. realização de cursos voltados a servidores e magistrados, abordando os temas Planejamento Estratégico e Administração Judiciária.

4.5 Elevação da maturidade em gestão estratégica

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará obteve a segunda colocação (pontuação de 95%) entre os Tribunais estaduais na avaliação do nível de maturidade em gestão estratégica no ano



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

de 2013 em relatório divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na classificação geral (Tribunais dos Estados, Eleitorais, do Trabalho, Superiores e Conselhos), o TJCE ocupa a quarta colocação. Entre os 20 órgãos com maior nível de maturidade em gestão estratégica estão TJRN (98%), Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região – TRT/18 (97%), TRT/14 (96%), TJCE (95%), TJSE (92%), TRT/1 (91%), TRT/5 (91%), TRT/15 (90%), Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR (89,50%), TJAL (89%), CNJ (87%), TRT/7 (86,50%) e Superior Tribunal de Justiça – STJ (85%).

O resultado demonstra a evolução pela qual a Justiça do Ceará vem passando nos últimos anos. Como ações que contribuíram para esse alcance, destacam-se a elevação do nível de maturidade em gerenciamento de projetos, participação de servidores e magistrados na elaboração das propostas orçamentárias e formulação da estratégia, instituição de comitês para elaborar e monitorar a execução do Plano Estratégico, elaboração de plano de aquisição integrado à estratégia e aprimoramento da comunicação do Plano Estratégico.

4.6 O Plano Estratégico 2015-2020

A elaboração do Plano Estratégico 2015-2020 se iniciou em setembro de 2014. Uma vez que o Plano então conduzido pelo Poder Judiciário do Estado do Ceará chegava ao final de sua vigência (2010-2014), foi necessário envidar esforços que resultassem na construção de novo Plano Estratégico para o período compreendido entre os anos de 2015 e 2020.

Dessa forma, na busca por dar continuidade ao aprimoramento da gestão estratégica do TJCE, nos meses de setembro a dezembro de 2014 foram executados os trabalhos necessários para o desenvolvimento do Plano Estratégico 2015-2020. Para apoiar a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão e o Comitê Estratégico do TJCE, foi contratada empresa de consultoria especializada no desenvolvimento de planejamentos estratégicos. Tal contratação foi feita por meio do Pregão Eletrônico nº 34/2014, ocorrido em 08 de julho de 2014. As etapas de desenvolvimento do Planejamento 2015-2020 se deram da seguinte forma:

4.6.1 1ª etapa

Encontros com magistrados e servidores de todo o Estado para caracterização dos



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

cenários internos e externos do Poder Judiciário e coleta de propostas de ações de melhorias. Foram realizados quatro encontros, ocorridos em 15, 19, 22 e 26 de setembro de 2014, dos quais participaram um total de 241 pessoas dentre as nove zonas judiciárias do Ceará.

4.6.2 2ª etapa

Encontro com organizações da sociedade civil, órgãos do sistema judicial e entidades de classe do Judiciário para coletar opiniões sobre a atual forma de prestação do serviço judiciário, bem como sugestões de melhoria do serviço para o futuro.

Participaram do encontro: Ministério Público, Decon, Rede Nacional dos Advogados Populares (RENAP-CE), OAB-CE, Associação dos Juízes pela Democracia (AJD-CE), Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA-CE), Pastoral Carcerária, Associação Cearense dos Magistrados, Sindicato dos Servidores do Judiciário do Ceará e Sindicato dos Oficiais de Justiça do Estado do Ceará. O encontro ocorreu em 29 de setembro de 2014 e contou com o grupo representativo de construção do Plano Estratégico 2015-2020 como expectador.

O grupo representativo foi formado por 60 pessoas dentre magistrados e servidores oriundos da capital ou do interior, do 1º ou do 2º grau, de setores judiciários ou administrativos. A formação do grupo se deu a partir de indicações do Comitê Estratégico e, a pedido deste, por designações procedidas por gestores das diversas áreas funcionais do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Em reconhecimento a essa 2ª etapa do Planejamento Estratégico 2015-2020, o TJCE veio a receber, em 10 de dezembro de 2014, uma homenagem do Fórum Justiça (composto pela Justiça Federal e outras entidades) que buscou enaltecer a iniciativa de democratização do processo de elaboração do Plano 2015-2020 do Judiciário cearense.

4.6.3 3ª etapa

Definição dos elementos do Plano Estratégico 2015-2020 (identidade organizacional, objetivos estratégicos, indicadores, metas e projetos estratégicos) com o grupo representativo. Os encontros se deram nas seguintes datas com as respectivas definições:



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

- i. 03 de outubro – Identidade Organizacional:
 - Missão: Garantir direitos para realizar Justiça;
 - Visão: Ser referência em gestão judiciária, reconhecida como instituição confiável e célere na promoção da justiça;
 - Valores: Celeridade, Efetividade, Acessibilidade, Transparência, Responsabilidade Social e Ambiental, Probidade e Meritocracia.
- ii. 10 de outubro – Mapa Estratégico (temas e objetivos estratégicos). Os três temas estratégicos propostos foram:
 - Diálogo com a Sociedade;
 - Desjudicialização de conflitos;
 - Gestão eficiente e participativa.
- iii. 17 de outubro – continuação do Mapa Estratégico e início da elaboração dos indicadores. Foram construídos 11 objetivos estratégicos:
 - Aprimorar o atendimento e o acesso do cidadão à Justiça;
 - Intensificar a interlocução com a sociedade;
 - Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional;
 - Otimizar e padronizar processos judiciais e administrativos;
 - Aprimorar a Governança Judiciária;
 - Fortalecer a adoção das soluções alternativas de conflitos;
 - Aprimorar a gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes;
 - Garantir a infraestrutura adequada;
 - Aprimorar a gestão de pessoas;
 - Aprimorar a governança e a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação;
 - Garantir a sustentabilidade financeira.
- iv. 24 de outubro – indicadores. 34 indicadores foram sugeridos. Para cada indicador foi vinculada uma meta institucional que, por sua vez, teve a definição de patamares a serem perseguidos a cada ano da vigência do Plano;
- v. 31 de outubro e 03 de novembro – proposição de projetos estratégicos. Foi proposto um total de 38 projetos estratégicos.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

As metas estratégicas foram estipuladas pelos respectivos gestores de metas (escolhidos pelo grupo representativo) com o apoio da equipe da Secretaria Especial de Planejamento e Gestão.

4.6.4 4ª etapa

Desdobramento do Plano Estratégico nas diversas áreas do Poder Judiciário do Estado do Ceará com fins de obter ações de execução voltadas para o alcance dos objetivos estratégicos planejados para os próximos seis anos. Esta etapa ocorreu entre os meses de novembro e dezembro de 2014. Um total de 17 planos setoriais foram produzidos. Cada um se vincula a um setor da Justiça cearense responsável diretamente por executar parte da Estratégia construída no Plano 2015-2020.

4.6.5 5ª etapa

Proposição de melhorias no modelo de Gestão Estratégica (formas de acompanhamento, execução e institucionalização que facilite o cumprimento dos propósitos da Gestão Estratégica do Poder Judiciário do Estado do Ceará). A proposição foi interposta no início do mês de dezembro de 2014.

Duas apresentações dos resultados do processo de Planejamento da Estratégia para os anos de 2015 a 2020 foram feitas ao final dos trabalhos de elaboração do Plano: uma para o Comitê Estratégico (onde foram validadas/ajustadas as metas sugeridas pelos respectivos gestores) e outra para o Grupo Representativo de construção do Plano Estratégico 2015-2020 e equipe de transição da gestão que tomará posse no mês de janeiro subsequente.

Até janeiro de 2015, o Comitê Estratégico submeterá a proposta do Plano Estratégico 2015-2020 à Presidência desta Corte de Justiça que, oportunamente, encaminhará à apreciação do Órgão Especial.

4.7 Sala de Situação

A Sala de Situação é um ambiente virtual desenvolvido sob a coordenação da Assessoria Especial da Presidência, em parceria com a Secretaria Especial de Planejamento e



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Gestão e com a Secretaria de Tecnologia da Informação. Tem por objetivo promover a disponibilização direta de informações administrativas e judiciárias consolidadas à Presidência do TJCE de forma a subsidiar o processo de tomada de decisão. São disponibilizadas informações relacionadas às seguintes áreas: Gestão, Agenda do Presidente, Viagens da Presidência, Aquisições, Informações Semanais, Mapa de Ocupação de Cargos de Magistrados, Metas Nacionais e Projetos Prioritários. A Sala de Situação possui atualização compartilhada entre as unidades do TJCE e controle de acesso por meio de perfis de usuários e senhas, estando acessível em computadores e dispositivos móveis.

4.8 Plano Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI

A Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin) atingiu, em 2014, 82% das metas previstas no PETI cujo período de vigência estende-se até 2015. Além disso, foram iniciadas as atividades para elaboração de um novo Planejamento Estratégico de TI alinhado ao novo Planejamento Estratégico do TJCE, cuja vigência se estenderá até 2020.

Visando propiciar a divulgação das ações, projetos e metas, bem como a promoção de alinhamento e a integração entre as diversas unidades que compõem a Secretaria, são realizadas reuniões bimestrais com todos os servidores lotados na Setin,.

Como forma de facilitar o acompanhamento das ações estratégicas, foi ainda desenvolvido um portal para monitoramento dos indicadores da Gratificação por Alcance de Metas Estratégicas (GAM) e dos indicadores do PETI, o qual possibilita a participação mais efetiva dos servidores no esforço para o alcance das referidas metas.

4.9 Certificação ISO 9001:2008

O Departamento Judicial e a Secretaria Única das Varas da Fazenda Pública do Fórum Clóvis Beviláqua têm sido preparados para a certificação ISO 9001:2008. Foram desenvolvidas as seguintes etapas: palestra de conscientização, descrição do negócio, desenvolvimento de fluxogramas, validação dos fluxogramas junto às lideranças, desenvolvimento dos procedimentos de gestão (PGs), implantação da ferramenta Gestão à Vista, reorganização e mudança de *layout*, solicitação de melhorias para a infraestrutura do atendimento no balcão, identificação da interação



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

entre os processos, criação de instruções de trabalho, treinamento dos colaboradores quanto à interpretação da Norma ISO 9001:2008.

A certificação ISO 9001:2008 está prevista para 2015, haja vista a necessidade de realização de licitação.

4.10 Democratização das decisões do Fórum Clóvis Beviláqua

A Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, com o intuito de democratizar e garantir a implementação das decisões tomadas no âmbito daquele Fórum, sistematizou as reuniões do Comitê Gestor de Juízes Coordenadores, instituiu o Núcleo de Apoio à Gestão, o Comitê para Acompanhamento do Plano de Melhoria e o Comitê Gestor para Assuntos Administrativos, este último formado pelos diretores de departamento.

4.11 Padronização de rotinas de gestão

Dentre as ações realizadas em prol da padronização das rotinas de gestão no Fórum Clóvis Beviláqua estão: elaboração de procedimentos gerenciais (PGs), implantação de um sistema de reuniões com pauta e ata de reunião, elaboração de instruções de trabalho (ITs), fluxograma de procedimentos, gerenciamento da rotina no Núcleo de Apoio à Jurisdição e no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania.

4.12 Implantação do *software* Geplanes

Foi implantado, no Fórum Clóvis Beviláqua, o *software* Gesplanes que permite a gestão estratégica desde a fase de elaboração do planejamento até a execução das ações. Por meio da ferramenta é possível gerenciar metas e seus desdobramentos, os indicadores e definir ações preventivas e/ou corretivas. O Gesplanes fornece ainda diversas ferramentas, como o Painel de Indicadores, bem como relatórios e gráficos que auxiliam na gestão e na melhoria do desempenho organizacional.



4.13 Visitas de *benchmarking*

Foram realizadas, pela Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, visitas a organizações com reconhecidas práticas na área de excelência da gestão. Cada visita foi seguida de relatório e as práticas passíveis de execução no Fórum foram incluídas no Plano de Melhoria da Gestão.

4.14 Banco de Informações Gerenciais – BIG

Como forma de sistematizar o fornecimento de informações gerenciais à Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, foi criado o Banco de Informações Gerenciais – BIG, que tem como objetivo apoiar a tomada de decisão por parte daquela Diretoria.

4.15 Exercício da responsabilidade socioambiental

Foi criado pelo Fórum Clóvis Beviláqua o Grupo de Apoio às Ações da Comissão de Responsabilidade Socioambiental do TJCE, que promoveu as seguintes ações: otimização da coleta seletiva de lixo no Fórum Clóvis Beviláqua, aquisição de *containers* para separação de papel, doação de móveis e cadeiras para entidades filantrópicas, campanha para doação de sangue e cadastro de doadores de medula óssea em parceria com o Hemoce, doação de material reciclável para Associação de Catadores de Lixo e doação de bens inservíveis do Depósito Público.

4.16 Adesão ao GesPública

4.16.1 Premiação do Fórum Clóvis Beviláqua no Prêmio Ceará de Gestão Pública

Em julho de 2013, foi firmado termo de compromisso pela Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua junto ao Núcleo Estadual do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GesPública) com o objetivo de implantar o Modelo de Excelência em Gestão Pública – MEGP naquele fórum. Foram realizadas duas autoavaliações com base no referido modelo de gestão e implantados dois Planos de Melhoria da Gestão para executar as oportunidades de melhoria identificadas.



5. ESTATÍSTICA PROCESSUAL

5.1 Descongestionamento e Metas Nacionais do CNJ

Ao longo do biênio 2013-2014 foram empreendidas diversas ações objetivando a melhoria da produtividade de servidores e magistrados, bem como o aperfeiçoamento das estatísticas judiciais do TJCE, de forma a refletirem com maior fidedignidade a realidade do Poder Judiciário cearense. Dentre as referidas ações, as quais foram conduzidas pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação, com a Secretaria Judiciária e com a Comissão Gestora da GAM, destacam-se:

- i. alinhamento das metas setoriais da GAM (Gratificação por Alcance de Metas Estratégicas) às Metas Institucionais e às Metas Nacionais do CNJ, por meio da Portaria nº 1.931, de 30 de dezembro de 2013;
- ii. revisão de filtros de extração das informações relacionadas às Metas Nacionais 2014 nos sistemas processuais (SAJ, SPROC e PROJUDI), considerando os parâmetros estabelecidos no Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário – 2014 e as sugestões colhidas junto às unidades judiciárias de 1º e 2º graus;
- iii. elaboração e disponibilização de relatórios automatizados às unidades judiciárias de 1º e 2º graus contendo suas listagens de processos enquadrados nas metas 2, 4 e 6 de 2014 do Conselho Nacional de Justiça, bem assim as relações de processos julgados até 31/12/2013 e que não registram movimentação de baixa (Índice de Descongestionamento), todos identificados mediante extração direta no banco de dados dos sistemas processuais SAJ, SPROC e PROJUDI;
- iv. realização de treinamentos presenciais destinados aos Gabinetes de Desembargadores, Secretarias de Câmaras e Secretarias de Varas/Juizados da Comarca de Fortaleza, bem assim disponibilização de vídeo-aula às comarcas do interior sobre os Indicadores e Metas do Conselho Nacional de Justiça para 2014, com enfoque nas metas de litigiosidade presentes no Plano Estratégico do Poder Judiciário cearense 2010-2014 e em indicadores da Gratificação por Alcance de Metas Estratégicas;



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

- v. repasse periódico de dados para acompanhamento das metas e suporte no planejamento de ações em prol do alcance das mesmas junto aos gestores das metas institucionais referentes à taxa de congestionamento (Corregedoria Geral da Justiça, Fórum das Turmas Recursais e Secretaria Judiciária) e às Metas Nacionais do CNJ, designados por meio da Portaria nº 1.307, de 12 de junho de 2014 e da Resolução nº 13 do Órgão Especial, de 24 de novembro de 2011, alterada por meio da Resolução nº 06 do Órgão Especial, de 25 de julho de 2013;
- vi. publicação da Resolução nº 06 do Órgão Especial, de 05 de junho de 2014, que disciplina a realização das devidas correções e atualizações nos sistemas processuais por parte das unidades judiciárias de 1º e 2º grau, concernentes aos processos enquadrados nas Metas do Judiciário Nacional e à Taxa de Congestionamento, ambas do CNJ;
- vii. publicação da Portaria nº 1.473, de 27 de junho de 2014, que determinou a realização dos estudos e levantamentos necessários, por parte da Secretaria Judiciária, do Fórum Clóvis Beviláqua e do Fórum das Turmas Recursais, objetivando a elaboração, a revisão e a validação dos parâmetros de extração de dados nos sistemas processuais, a partir dos quais serão re-extraídos e retificados junto ao CNJ todos os dados ajustados referentes à série histórica do TJCE dos indicadores do Relatório Justiça em Números. Os trabalhos, que estão sendo coordenados pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão e supervisionados pela Secretaria Geral, visam, ainda, a extração via sistemas processuais dos dados referentes à produtividade dos magistrados, como forma de dar maior consistência e confiabilidade às informações.

5.2 Selo Ouro Justiça em Números

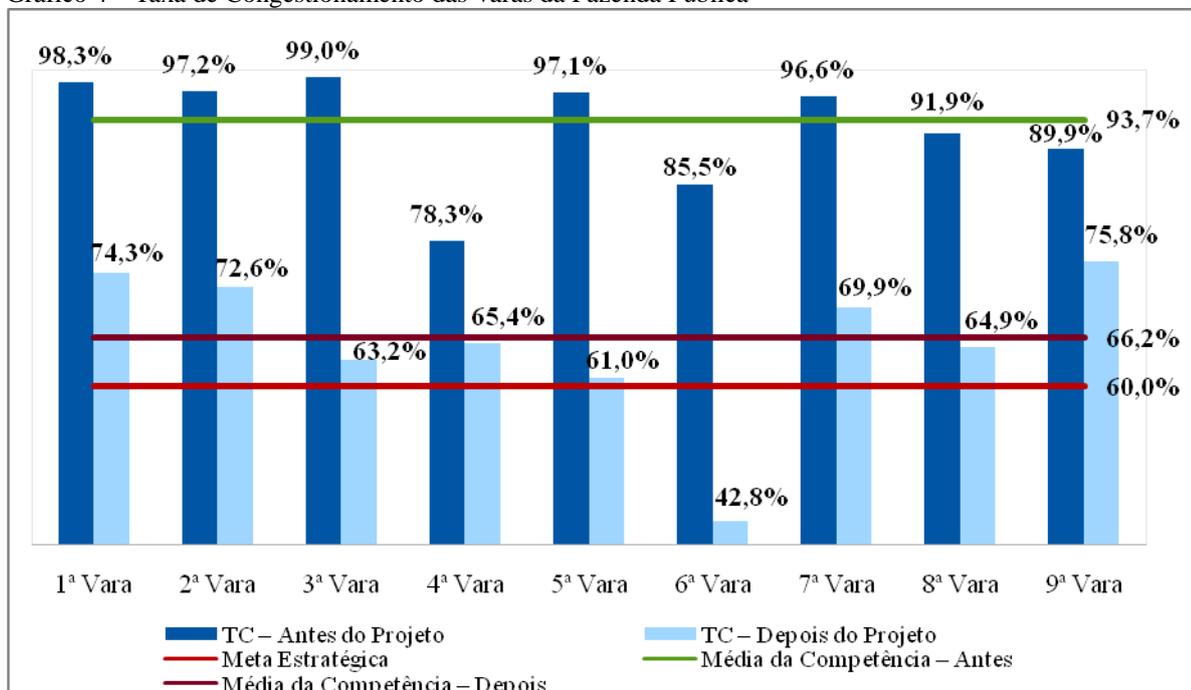
O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) foi agraciado com o Selo Justiça em Números, na categoria Ouro, pelos esforços empreendidos em prol do aprimoramento do sistema de estatística de informação do Judiciário cearense.

Contribuíram para a premiação o cumprimento dos prazos e o envio integral das informações, além da extração dos dados de litigiosidade por meio de sistemas automatizados e em



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Gráfico 4 – Taxa de Congestionamento das Varas da Fazenda Pública

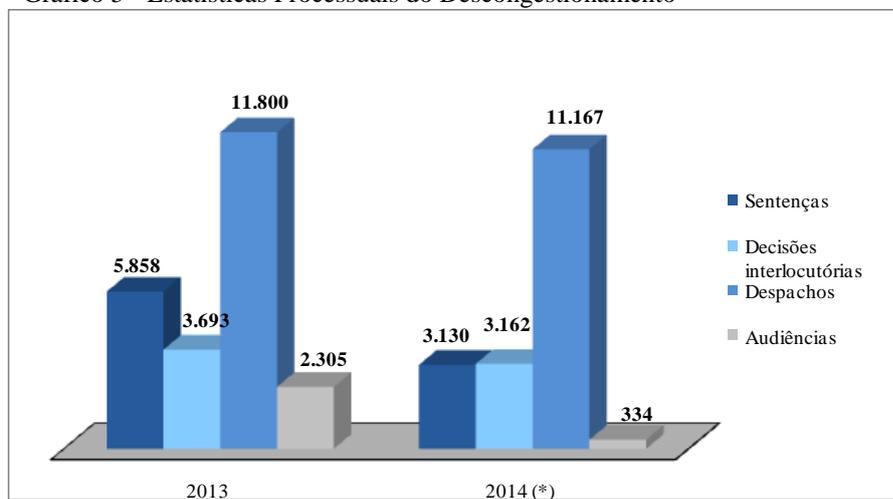


Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

5.3.2 Grupo de Descongestionamento

De 2013 a 2014, o Grupo de Descongestionamento elaborou 8.988 sentenças, 6.855 decisões interlocutórias e 22.967 despachos. Foram realizadas, também, 2.639 audiências referentes aos processos judiciais.

Gráfico 5 - Estatísticas Processuais do Descongestionamento



*Dados atualizados até julho de 2014

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

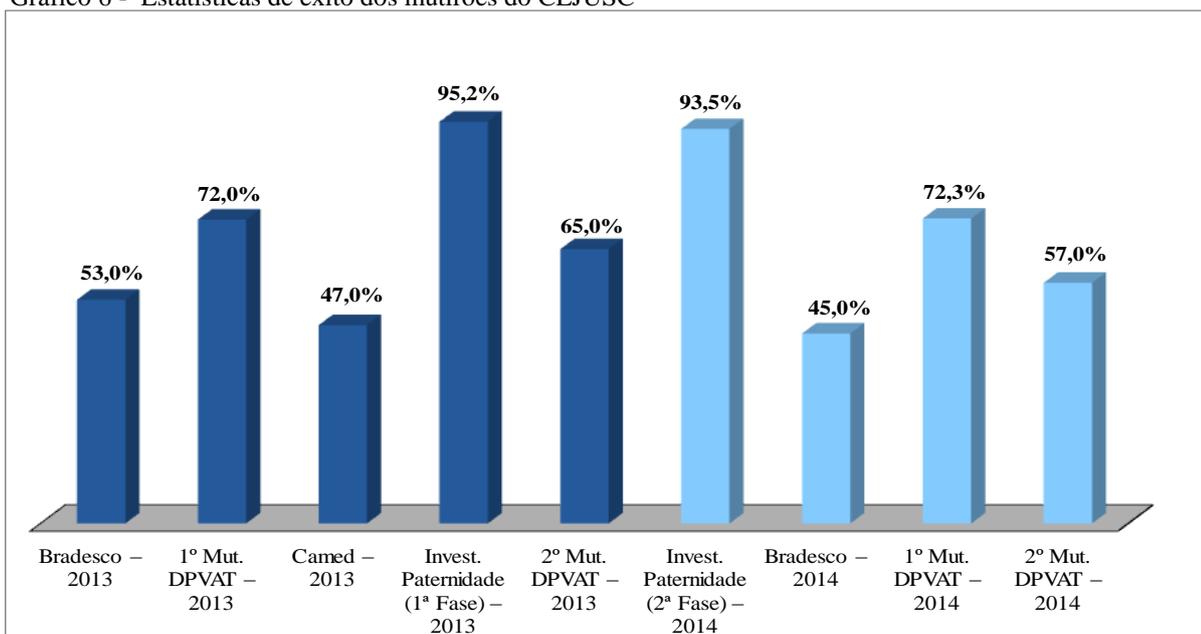


Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

5.3.3 Centro Judiciário de Solução de Conflitos

Foram realizados, pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos – CEJUSC, oito mutirões: dois de Investigação de Paternidade, dois financeiros junto ao Bradesco, três Ações DPVAT e um junto à Camed. Desde 2013, o CEJUSC vem realizando, além da conciliação, Sessões de Mediação Familiar, conduzidas por duas mediadoras especializadas, com excelentes resultados, em especial nos processos que versam sobre a disputa de guarda. Em 2014, o Centro passou a realizar Oficinas de Pais e Filhos (projeto do CNJ), que tem por objetivo auxiliar os pais a manter um diálogo pacífico após situação de ruptura familiar. Em conjunto com o Juizado da Violência Doméstica, passou-se a encaminhar famílias para a referida oficina.

Gráfico 6 - Estatísticas de êxito dos mutirões do CEJUSC

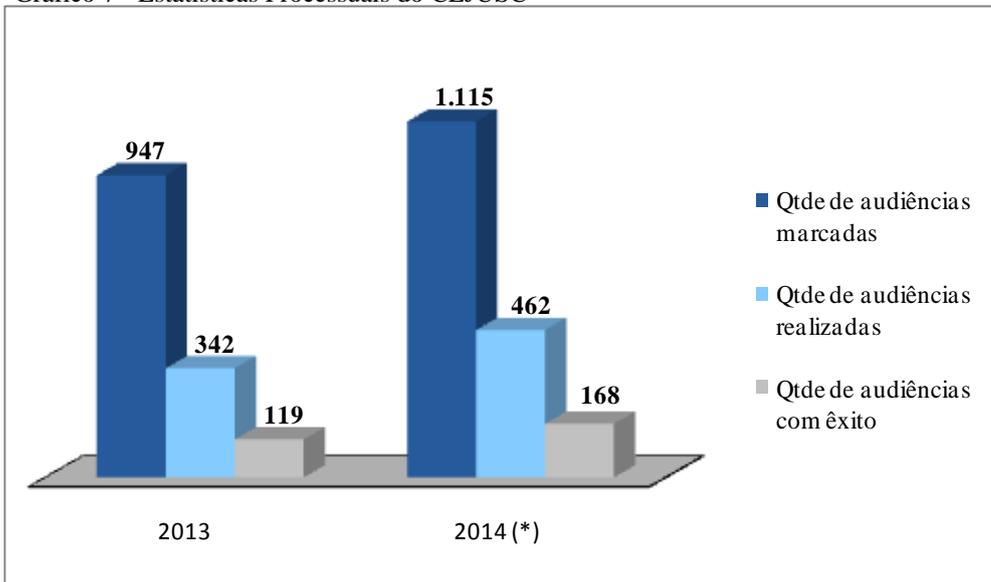


Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua



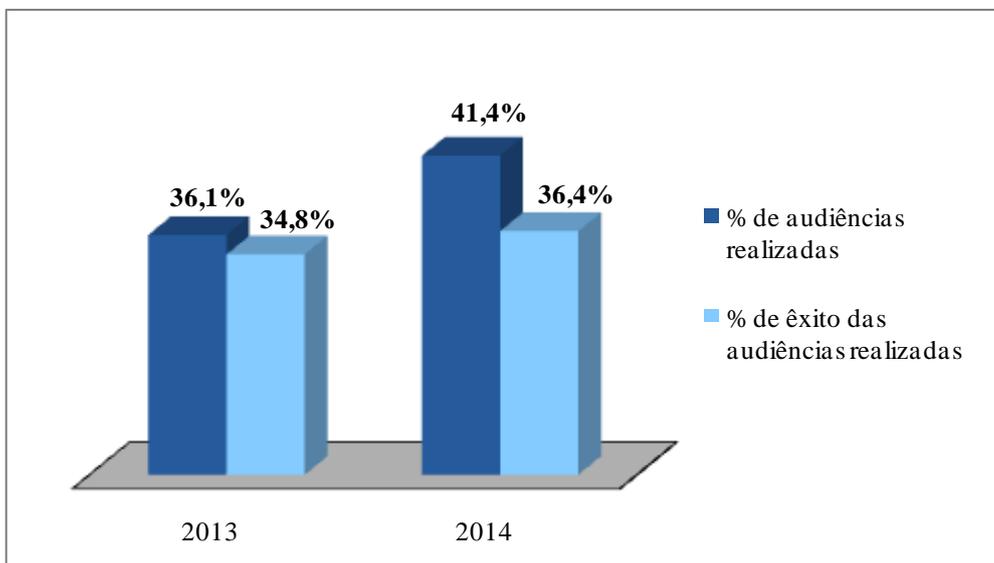
Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Gráfico 7 - Estatísticas Processuais do CEJUSC



Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

Gráfico 8 - Estatísticas Processuais do CEJUSC



Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tabela 12 – Julgamentos e Expedientes do Conselho Superior da Magistratura

Julgamentos/Natureza	2013	2014
Inspeção – Administrativa	23	50
Correição Geral	01	00
Recurso Administrativo	01	01
Providência Administrativa	01	02
Embargos Declaratórios	00	00
Reclamação Administrativa	01	00
Expedientes Apreciados	431	824
Certidões Nada Consta	88	243
Ofícios	354	452
Memorandos	502	832

Fonte: Conselho Superior da Magistratura

5.5 Estatística processual da Secretaria Judiciária

5.5.1 Implantação do núcleo de digitalização do 2º grau vinculado ao Departamento de Serviços Judiciários de Apoio

A Secretaria Judiciária empreendeu esforços, em parceria com a Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, no sentido de elaborar a normatização necessária para a formalização dos Núcleos de Digitalização de 1º e 2º graus, por meio da Portaria nº 593/2013, de 12 de junho de 2013, de maneira a realizar a digitalização dos processos e recursos, bem como petições físicas. Como resultado, o Núcleo de Digitalização do TJCE promoveu, no biênio 2013-2014, a digitalização de 33.860 processos, conforme a tabela abaixo.

Tabela 13 - Quantidade de processos digitalizados (referente ao período de 1º/01/2013 a 30/10/2014)

Ano	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
2013	1.044	1.289	1.304	1.779	1.804	1.766	2.109	1.223	2.028	1.608	1.414	843	18.211
2014	1.552	1.707	1.409	1.820	1.641	1.382	1.844	1.283	1.555	1.456	nd	nd	15.649

Fonte: Núcleo de Digitalização TJCE



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

5.5.2 Incremento da equipe responsável pelo envio dos processos em sede de recurso especial e extraordinário aos Tribunais Superiores

Foram alocados três servidores exclusivamente para digitalização e envio dos processos em sede de recursos especial e extraordinário, resultando nos seguintes quantitativos de processos encaminhados aos Tribunais Superiores:

Tabela 14 - Comparativo da quantidade de processos encaminhados aos Tribunais Superiores (referente ao período de 1º/01/2013 a 14/11/2014)

Discriminação	2013	2014
Recursos para STF (digitais e físicos)	187	78
Recursos para STJ (digitais e físicos)	1.365	1.140
Total	1.552	1.227

Fonte: Serviço de Recursos Privativos

5.5.3 Elaboração de expedientes

Alinhado ao Plano Estratégico 2010-2014, deu-se continuidade à deliberação que instituiu que decisões que ensejam a elaboração de expedientes devem ser assinadas diretamente pelo Secretário Judiciário, de ordem do Desembargador Relator, a exemplo do que ocorre no Superior Tribunal de Justiça como forma de dar maior celeridade ao cumprimento desses. Neste contexto, foi expedida, de ordem, a quantidade de expedientes discriminados na tabela a seguir.

Tabela 15 – Quantitativos de Expedientes

Tipo	2013	2014
Cartas e Mandados Intimação Cível	2.804	2.981
Ofícios Cíveis Expedidos	9.421	9.668
Certidões Cíveis Expedidas	439	652
Mandados Criminais Expedidas	221	259
Ofícios Criminais Expedidos	5.727	6.681
Certidões Criminais Expedidas	1.576	2.109

Fonte: Departamento Judiciário Cível e Gabinete da Secretaria Judiciária (1º/01/2013-12/11/2014) e Departamento Judiciário Penal (1º/01/2013 a 17/11/2014)

Registre-se que, para o cumprimento de despachos, visando à intimação pessoal da parte de forma mais célere e, também, à redução de custos, a Secretaria Judiciária continua expedindo Mandado de Intimação em vez de Carta de Intimação, na Cidade de Fortaleza.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tabela 16- Percentual de Cumprimento de Mandados (referente ao período de 1º/01/2013 a 17/11/2014)

Mandados	2013	2014
Encaminhados	6.931	5.265
Cumpridos	6.819	5.189
Percentual Cumprimento	98,38%	98,56%

Fonte: Sala dos Oficiais de Justiça

5.5.4 Distribuição processual

Dando continuidade à análise de prevenção e a distribuição dos feitos ingressos no TJCE, tem-se o seguinte resultado no biênio:

Tabela 17 – Quantitativo de Processos Distribuídos/Redistribuídos e Transferidos no Biênio (referente ao período de 1º/01/2013 a 31/08/2014)

Tipo	2013	2014
Distribuição/Redistribuição	44.115	35.345
Transferência	12.215	2.093
Total	56.330	37.438

Fonte: Divisão de Distribuição

Frisa-se que a ferramenta “alteração de relatoria”, na versão 1.7.4-31, cujos relatórios são apresentados na própria ata de distribuição, foi disponibilizada no SAJ-SG e instalada em 02 de maio de 2014. Assim, verificou-se, em 2014, uma representativa diminuição do quantitativo de processos transferidos, quando comparado ao ano de 2013.

5.5.5 Sessões de julgamento

Ressalta-se, também, o preparo integral dos processos para julgamento das Câmaras Reunidas Cíveis e Criminais, ou seja, a elaboração de pautas, certidões de julgamento e atas, resultando no quantitativo de processos julgados discriminados na tabela a seguir:

Tabela 18 - Quantitativo de sessões realizadas e processos julgados nas Câmaras Reunidas (referente ao período de 1º/01/2013 a 31/10/2014)

Variável	Cíveis Reunidas	Criminais Reunidas
Sessões Realizadas	31	31
Processos Julgados	166	143

Fonte: Gabinete da Secretaria Judiciária



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

5.6 Estatística processual da Consultoria Jurídica

No decorrer do ano de 2014, entraram no fluxo de trabalho da Consultoria Jurídica um total de 1.617 processos administrativos, tratando, no mais das vezes, de direitos e deveres de servidores ou magistrados, bem como de licitações, contratos administrativos e apuração de responsabilidade de contratados. Nesse mesmo interregno, saíram da Consultoria Jurídica 1.619 processos administrativos, número superior ao dos que deram entrada. Seguem os relatórios sintético e analítico dos Processos Administrativos tramitados na Consultoria Jurídica em 2014:

Tabela 20 – Processos Administrativos Tramitados na Consultoria Jurídica – Ano 2014

Unidade	Entrada	Saída	Arquivado	Saldo	Tramitado
Consultoria Jurídica	710	679	68	117	864
Dep. de Execução e Controle Patrimonial	6	8	0	1	9
Dep. de Execução e Controle Processual	899	928	5	37	970
Div. de Distribuição e Controle de Feitos	2	4	0	0	4
Total	1.617	1.619	73	155	1.847

Fonte: Consultoria Jurídica

Por outro lado, é de se ver, outrossim, que em relação aos Processos Judiciais (Pedidos de Suspensão de Liminar, Agravos, Recurso Extraordinário ou Especial etc.), o número de casos solucionados (716) supera em 41,78% o dos que entraram em 2014 (340).

Em virtude disso, se promovida uma análise comparativa dos números de 2014 com os de 2013, pode-se verificar que, nesse período, houve uma redução de, aproximadamente, 62,05% no acervo de processos conclusos ao Presidente, implicando um sensível e notório descongestionamento no fluxo de trabalho do Sistema e-SAJ Judicial.

Confira-se, a seguir, o relatório dos Processos Judiciais que entraram e saíram da Consultoria Jurídica no decorrer de 2014:

Tabela 21 – Processos Judiciais no ano de 2014

Unidade	Acervo	Entrada 2014	Saída 2014	Saldo
Susp. de Lim. ou Ant. de Tutela	25	169	182	12
Agravo Regimental	117	109	132	94
Agravo	27	9	32	4
Susp. de Execução de Sentença	4	7	10	1
Embargos de Declaração	68	45	103	10
Reclamação	0	29	25	4

Fonte: Consultoria Jurídica



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tabela 22 – Processos Judiciais no ano de 2014

Unidade	Acervo	Entrada 2014	Saída 2014	Saldo
Agravo de Instrumento	16	3	18	1
Mandado de Segurança	0	1	1	0
Apelação / Reexame Necessário	16	0	16	0
Petição	1	1	2	0
Recurso Especial	66	91	156	1
Recurso Administrativo	0	2	1	1
Restauração de autos	0	1	1	0
Avocatória de autos	0	0	0	0
Habeas Corpus	0	12	12	0
Revisão Criminal	0	25	25	0
Conflito de Competência	0	1	1	0
Total	340	505	716	129

Fonte: Consultoria Jurídica

Finalmente, merece especial registro que, durante o ano de 2014, a Divisão Central de Contratos e Convênios atuou na elaboração de diversos contratos, convênios e aditivos, totalizando um montante de 477 atos formalizados, como se pode observar no quadro a seguir:

Tabela 23 – Contratos e Convênios firmados no ano de 2014

Contratos e Convênios Firmados	2014
Contratos Formalizados	46
Aditivos de Prorrogação de Contratos (sem ajustes)	37
Aditivos de Prorrogação de Contratos (com ajustes)	27
Aditivos de Prorrogação de Contratos (com inclusões)	5
Aditivos de Prorrogação de Contratos (com supressões)	14
Aditivos de Prorrogação de Contratos (com redução de valor)	1
Aditivos de Acréscimos	6
Aditivos de Alteração de Cláusulas	4
Aditivos de Realinhamento	13
Atas de Registros de Preço	32
Convênios	9
Convênios de Cessão de Servidores	194
Aditivos de Convênios	18
Termos de Concessão de Uso	71
Total	477

Fonte: Consultoria Jurídica



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

5.7 Estatística processual da Assessoria de Precatórios

A Assessoria de Precatórios (Asprec), cumprindo recomendações da Corregedoria Nacional de Justiça, passou a realizar análise processual de todos os precatórios em trâmite, com o fim de identificar o cumprimento da fase processual do art. 730 do CPC, o que implicou na confecção de pareceres jurídicos e decisões, além da realização de diligências juntos aos juízos de origem de diversos feitos, de modo a permitir que fossem auditadas as contas de atualização (2013):

Tabela 24 – Atividades realizadas em cumprimentos a Portaria nº 383/2013

Ações	Quantidade
Análise em observância do rito do art. 730 do CPC	1.100
Decisões sobre a regularidade da expedição dos precatórios	823
Decisões determinando a expedição de ofício ao Juízo da Execução solicitando informações requeridas pelo Serviço de Cálculos	41
Decisões determinando a expedição de ofício ao Juízo da Execução solicitando informações para o complemento dos autos de precatórios	231
Decisões determinando o cancelamento de precatórios	16

Fonte: Assessoria de Precatórios

Cumpridos os fins da Portaria nº 383/2013, a atividade de análise de precatórios se tornou uma rotina de trabalho aplicada a todos os precatórios novos ingressados na ASPREC, bem como àqueles já em tramitação que demandam nova análise, seja jurídica ou de cálculos, em virtude de novas peças encaminhadas aos autos ou incidentes processuais neles ocorridos.

Além dessa atividade, o setor, exercendo ordinariamente suas atribuições, expediu ofícios requisitórios conforme tabela abaixo:

Tabela 25 – Ofícios Requisitórios – 2013

Ofício	Estado	Município de Fortaleza	Interior	INSS	Total
Precatório	71	1	13	3	88
RPV	12	0	0	3	15

Fonte: Assessoria de Precatórios

Tabela 26 – Ofícios Requisitórios – 2014

Ofício	Estado	Município de Fortaleza	Interior	INSS	Total
Precatório	32	19	6	0	57
RPV	10	0	0	0	10

Fonte: Assessoria de Precatórios



6. MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

6.1 Virtualização dos precatórios

Foi obtida a cessão, junto ao TJMS, do SAPRE (Sistema de Administração de Precatórios), cujo uso, aprovado em Resolução do Órgão Especial nº 13, de 18 de outubro de 2013, permite o eficaz envio, cadastro e controle de precatórios, bem como a inserção de todos os precatórios no sistema SAJ (Sistema de Automação da Justiça), tornando virtual a tramitação dos precatórios.

Como o SAPRE cuida apenas do gerenciamento financeiro do precatório e das contas especiais, a Presidência do TJCE determinou ainda, de modo a imprimir maior transparência e celeridade na tramitação do precatório, a adoção do sistema SAJ-SG para o processamento dos requisitórios. Para tanto, todos os processos físicos de precatórios e RPVs sofreram o processo de virtualização, trabalho que compreende a higienização, a digitalização, autuação, importação, indexação, assinatura, liberação das peças nos autos e distribuição de todos os feitos, ações desenvolvidas pela Assessoria de Precatórios em parceria com a Secretaria Judiciária, com a Assessoria Institucional e com a Secretaria de Tecnologia da Informação. O projeto, desenvolvido em 2013, está em continuidade no que pertine à digitalização e inserção no SAJ das peças rotineiramente protocoladas em meio físico pelos credores.

Após a virtualização, a consulta aos autos, até então apenas presencial, foi disponibilizada na *internet* para os advogados e partes por meio de senha eletrônica fornecida pela Assessoria de Precatórios.

Quanto à implantação do SAPRE, é necessário apontar que a funcionalidade "cadastro e envio de precatórios" está em plena utilização pelos juízos da execução (1º e 2º graus). Entretanto, a ferramenta de controle e atualização de cálculos de precatórios ainda está em fase de testes pela Setin/TJCE para posterior implantação.

6.2 Sistemas, portais e formulários

No biênio 2013-2014, diversos sistemas, portais e formulários eletrônicos foram disponibilizados ou passaram por evoluções, sendo os mais relevantes apresentados da seguinte



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

forma: implantação de novos sistemas, evoluções em sistemas implantados, integrações entre sistemas, implantação ou melhoria de portais e disponibilização de formulários eletrônicos.

Tabela 27 - Implantação de novos sistemas

Sigla	Descrição
SAJADM – SCL	Sistema de Compras e Licitações
SAJADM – GRH	Sistema de Gestão de Recursos Humanos
CADARM	Sistema de Controle de Armas
SIOGE	Sistema de Ouvidoria
SBJE	Sistema de Busca de Juizados Especiais (permite, de forma ágil, a localização das unidades de JECC em uma determinada área)
SIME	Implantação do Sistema SIME para uso das Unidades Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) e Central de Conciliação do 2º Grau
PJE	Processo Judicial Eletrônico (sistema desenvolvido pelo CNJ e implantado nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais dos JECC's)
PEIS	Portal de Envio de IRPF para Servidores
VWACESSO	Sistema de controle acesso às dependências das unidades que compõem o Poder Judiciário cearense
SAPRE	Sistema de Administração de Precatórios (cedido pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, gerido pela Assessoria de Precatórios - permite o envio de ofícios requisitórios, gerados pelas ações de 1º e 2º graus, para a Assessoria de Precatórios)

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

Tabela 28 - Evoluções em Sistemas Implantados

Sigla	Descrição
SAJ	Implantação do Processo Eletrônico na 1ª Turma Recursal Fazendária, utilizando o sistema SAJ-SG
	Integração dos sistemas SAJ-PG e SAJ-SG disponibilizando: <ul style="list-style-type: none">• Envio de recursos da classe Apelação do SAJ-PG para o SAJ-SG;• Devolução de recursos da classe Apelação do SAJ-SG para o SAJ-PG;• Envio de ações com pedido de Diligência e Declínio de Competência do SAJ-SG para o SAJ-PG;• Envio de recursos mais de uma vez do PG para o SG.
	Disponibilização de um novo fluxo digital no SAJ-SG para contemplar atividades de arquivamento e desarquivamento de processos judiciais eletrônicos de segundo grau, pela Divisão de Arquivo e Departamentos da Sejud.
	Disponibilização de nova versão do SAJ-SG para acesso via internet.

Continua



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Conclusão

Sigla	Descrição
SAJ	Implantação do módulo de Voto Provisório, possibilitando a votação antecipada em julgamento de processos
PJe	Evolução do PJe para a versão 1.6.5.18 que incluiu correções de erros e implantação de novas funcionalidades relacionadas a movimentação e localização de processos, elaboração de expediente, assinatura em lote e destaque em processos sigilosos
SCON	Atualização estrutural do sistema de publicação de conteúdos (SCON)
SAJADM	Implantação do Módulo de Gestão de Convênios
SIGNO	Inclusão do módulo de boletins de notícias
DESEMPENHO	Evolução do Sistema de Ascensão Funcional para adequação às ascensões do exercício atual
SAPRE	Adequação do sistema obtido do TJMS à realidade do TJCE e importação de dados dos credores dos precatórios do SAJ

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

Tabela 29 - Integrações entre Sistemas

Descrição
Integração do Sistema Financeiro (SAJADM) com serviços (WebServices) disponibilizados pela SEFAZ
Integração entre os sistemas SPROC (TJCE) e Arquimedes (PGJ)
Integração entre o sistema SAJ (TJCE) e sistema da Procuradoria Geral do Município de Fortaleza (PGM)
Integração entre os sistemas SAJ e SAPRE para importação dos dados dos Credores

Fonte: Secretaria de tecnologia da Informação

Tabela 30 - Implantação/Melhoria de Portais.

Descrição
Novo Portal da Internet do Poder Judiciário
Novo Portal de Licitações do TJCE
Portal da Central do Conhecimento
Portal da Sala de Situação (disponível inclusive para <i>tablets</i> e <i>smartphones</i>)
Portal de Autoridades para a Assistência Militar
Portal do Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação (NUPEMEC)
Portal do Planejamento Estratégico 2015 – 2020.
Portal da Coordenadoria da Infância e Juventude
Portal da Secretaria de Administração (Secad)
Portal do Coordenaria da Infância e da Juventude (CIJ)
Reformulação do Portal de Precatórios
Reformulação do Portal da ESMEC
Reformulação do Portal da Transparência

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tabela 31 - Disponibilização de Formulários Eletrônicos

Formulários Eletrônicos
Formulário para inscrição nos cursos ofertados pelo TJCE
Formulário para cadastramento de peritos, intérpretes e tradutores através da Internet
Formulário para cadastro de currículo dos novos concursados
Formulário para pesquisa de clima organizacional
Formulário para inscrição da Creche Escola do TJCE

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

6.3 Infraestrutura de tecnologia da informação

Objetivando o aprimoramento da infraestrutura de tecnologia da informação do Poder Judiciário cearense, diversas ações foram realizadas entre 2013 e 2014, entre as quais se destacam:

Tabela 32 - Ações em Infraestrutura

Infraestrutura	Descrição
Infraestrutura de Rede	Duplicação da velocidade de transmissão de dados nas comarcas de entrância final do interior do estado e nas comarcas de Crato e Barbalha
	Configuração e disponibilização de rede WiFi nas comarcas de Crato e Barbalha, no Tribunal do Povo e na Assessoria de Precatórios do TJCE
Equipamentos	Distribuição de 221 <i>notebooks</i> aos Magistrados do Poder Judiciário
	Instalação de 1.000 <i>no breaks</i> para garantir fornecimento de energia à rede de dados do Poder Judiciário e para os computadores das comarcas do interior do estado
	Distribuição e instalação de 2.148 microcomputadores, sendo 1.148 doados pelo CNJ para unidades judiciárias do Fórum FCB, Sobral, Tauá, Iguatu, Juazeiro, Quixeramobim e Região Metropolitana de Fortaleza
Certificação Digital	Emissão de 1.345 Certificados Digitais para Magistrados e Servidores
Atendimento	Implantação de nova ferramenta de gestão de central de serviços de TI, proporcionando maior transparência no acompanhamento online dos chamados

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

6.4 Projetos conduzidos pela Secretaria de Tecnologia da Informação

Durante o biênio 2013-2014, a Secretaria de Tecnologia da Informação concluiu 17 projetos alinhados ao Planejamento Estratégico de tecnologia da informação e comunicação e chega ao quarto trimestre de 2014 com outros 14 projetos ativos no seu portfólio, sendo que, destes, 12 se encontram com mais de 50% de execução, conforme apresentado nas tabelas a seguir.

Entre os benefícios alcançados com os projetos, destacam-se: a implantação do Processo Judicial eletrônico (PJe) em 10% das unidades do Poder Judiciário cearense (conforme determinação do CNJ), que visa à unificação dos sistemas processuais eletrônicos; a otimização do trabalho de servidores de outras áreas; a centralização das informações pessoais, através da substituição de sistemas obsoletos por soluções integradas para controle de recursos humanos; e a melhoria do monitoramento de recursos de infraestrutura de TI.

Tabela 33 - Projetos Finalizados pela Secretaria de Tecnologia da Informação

Nome	Objetivos / Entregas	Unidades envolvidas
Implantação do Pje	Implantação do sistema PJe nos juizados especiais da capital e nas turmas recursais	a) Sejud b) Comissão de Informática c) Coordenação dos JECCs
Expansão do Pje	Implantação do sistema PJe em todos os Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Ceará (interior)	a) Setin b) FCB
Sistema de Gestão de Recursos Humanos – GRH	Implantação de sistema para gestão de recursos humanos	a) Setin b) SGP
Sistema de Compras e Licitações - SCL	Implantação de sistema para o acompanhamento automatizado dos processos de solicitação de aquisição, lançamento de edital, licitação e compra de produtos e serviços	a) Setin b) Comissão Permanente de Licitação c) Secad
Ferramenta de busca a Juizados Especiais	Desenvolvimento de uma ferramenta de busca a Juizados Especiais a ser incorporada ao site do Poder Judiciário cearense	a) Setin b) FCB
Cálculos Judiciais	Implantação de funcionalidades de cálculos de atualização monetária de 1º e 2º grau e treinamento de usuários do setor de contabilidade e setor de cálculos nas novas funcionalidades de cálculos judiciais	a) Setin b) Sejud c) FCB

Continua



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Continuação

Nome	Objetivos / Entregas	Unidades envolvidas
Virtualização de Precatórios	Adequação tecnológica do módulo de cadastro do sistema SAPRE para o ambiente tecnológico do Poder Judiciário cearense	a) Assessoria de Precatórios c) Diretoria do FCB d) Sejud
AR Digital - 1º Grau	Implantação de solução de envio de AR de forma eletrônica e integrada ao sistema dos Correios	a) Setin b) Fórum Clóvis Beviláqua
Notebooks para o Judiciário Cearense	Fornecimento de equipamento móvel (<i>notebooks</i>) para o Judiciário cearense	a) Setin b) Secad
No breaks para Infraestrutura do TJCE	Aquisição de <i>no breaks</i> para infraestrutura de comunicação e servidores – interior e capital	a) Setin b) Secad
NOC	Contratação de serviço de monitoramento da infraestrutura de TI através de modernas ferramentas de controle	Setin
Consultoria e Solução de Gestão em Segurança de TI	Contratação de serviços de consultoria para amadurecimento da gestão em Segurança da Tecnologia da Informação	Setin
Plano de Continuidade / Contingência	Contratação de serviços de consultoria técnica para elaboração de Plano de Contingência de Tecnologia da Informação	Setin
Aquisição de Software de Backup	Ampliar a capacidade do TJCE na realização de <i>backup e restore</i>	Setin
Licenças para estações de trabalho e servidores de rede	Aquisição de licenças para estações de trabalho e servidores de rede para modernização do parque computacional do TJCE	a) Setin b) Todas as unidades do Poder Judiciário Cearense
Extensão da Garantia dos Servidores DELL	Extensão da garantia dos equipamentos de processamento de dados (servidores DELL) pertencentes ao Tribunal de Justiça do Ceará	Setin
Ferramenta Anti-Spam	Contratação de ferramenta de proteção para serviço de correio eletrônico do TJCE	Setin

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

Tabela 34 - Projetos em Andamento pela Secretaria de Tecnologia da Informação

Nome	Objetivos / Entregas	Unidades Envolvidas	Progresso	Fase
Selo Extrajudicial Digital	Desenvolvimento e implantação de solução para utilização do Selo Extrajudicial Digital.	a) Sefin b) Corregedoria Geral de Justiça c) Setin	98%	Realização

Continua



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Continuação

Nome	Objetivos / Entregas	Unidades Envolvidas	Progresso	Fase
Unificação do Sistema de Ponto	Fornecimento de equipamentos para solução de controle de registro de ponto biométrico às unidades jurisdicionais.	a) Setin b) SGP	94%	Realização
Solução de Gerenciamento de Service Desk	Aquisição de software para Gerenciamento de Service Desk com base nas melhores práticas do ITIL.	a) Setin	93%	Realização
Serviço de Impressão	Contratação de serviços de impressão e digitalização de documentos.	a) Setin b) Todas as unidades do Poder Judiciário Cearense	90%	Realização
Renovação de Licenças - AIX	Renovação do sistema operacional do servidor de banco de dados (AIX).	a) Setin	81%	Realização
Modernização dos Portais TJCE	Implantação dos novos Portais Intranet e Internet do TJCE.	a) Seplag	34%	Realização
Módulo de Distribuição e Controle Integrado de Mandados - Oficiais de Justiça	Integração do módulo de controle de mandados judiciais ao sistema SAJ-SG, no âmbito do 2º grau, possibilitando a expedição, distribuição, acompanhamento e cumprimento dos mandados judiciais através deste sistema	a) Setin b) Sejud	72%	Realização
Implantação de Ferramenta de Informações Gerenciais	Aquisição da Ferramenta de Visualização de Informações Gerenciais	a) Setin b) Seplag c) Sejud	72%	Realização
Construção do sistema acadêmico da ESMEC	Construção do sistema SESMEC para apoio à Escola Superior da Magistratura	a) Setin b) Esmec	70%	Realização
Solução de Serviços de Service Desk	Contratação de serviços de atendimento e suporte em Tecnologia da Informação para o Poder Judiciário cearense	a) Setin	65%	Realização
INTEGRAJUS	Projeto para integração das informações criminais entre TJCE, SSPDS e Sejus	a) Fórum Clóvis Beviláqua b) Sejud c) Sejus e SSPDS	60%	Realização
Implantação do SAJ em Maracanaú	Implantação do Sistema SAJ para controlar os processos que tramitam em papel, em substituição ao sistema SPROC, e as novas ações de forma eletrônica na comarca de Maracanaú, excetuando a unidade dos juizados especiais desta Comarca. Implantação do módulo de controle da Central de Mandados do sistema SAJ na comarca de Maracanaú.	a) Fórum Clóvis Beviláqua b) Fórum de Maracanaú c) Setin d) Sejud	54%	Realização

Continuação



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Continuação

Nome	Objetivos / Entregas	Unidades Envolvidas	Progresso	Fase
Sala de Audiência - Gravação, Áudio e Vídeo	Aquisição de equipamentos que permitam a gravação de áudio e vídeo das salas de audiência	a) Fórum Clóvis Beviláqua b) Comissão de Licitação c) Secad	50%	Realização
Renovação das Estações de Trabalho	Aquisição de 3.019 microcomputadores para renovação do parque tecnológico do Poder Judiciário cearense.	a) Setin b) Todas as unidades do Poder Judiciário Cearense	3%	Concepção

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

6.5 Projetos conduzidos pelo Departamento de Informática do Fórum Clóvis Beviláqua

6.5.1 Projeto de digitalização de processos

Foram criados cinco núcleos de digitalização, compostos de infraestrutura tecnológica para digitalização, bem como de equipe especializada para realizar todas as etapas necessárias à digitalização. A execução da conversão dos processos físicos em digitais atendeu todas as secretarias cíveis, tendo sido digitalizados 77.000 processos, totalizando aproximadamente 75% do acervo em tramitação nas varas cíveis.

6.5.2 Projeto de migração de dados processuais

Criado com o objetivo de realizar a migração dos dados processuais dos sistemas legados para o Sistema SAJ, buscando a unificação da base de dados. Foram submetidos à migração, em sua totalidade, os processos das seguintes unidades da Comarca de Fortaleza: Varas Cíveis, Varas Criminais, Vara da Auditoria Militar, 2ª Vara de Sucessões, Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Varas da Infância e da Juventude, além da migração por demanda de processos redistribuídos no SProc, oriundos do interior, para as diversas unidades virtualizadas, totalizando 809.344 processos migrados.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

6.5.3 *Implantação da governança de TI através da metodologia Cobit*

Implantado no Departamento de Informática a governança em Tecnologia da Informação baseada na metodologia do Cobit.

6.5.4 *Implantação do processo de execução criminal – PEC para as varas criminais*

Implantado no sistema SAJ-PG de procedimento para cadastramento do Processo Executório Criminal - PEC de forma digital.

6.5.5 *Projeto de implantação do AR digital*

Tem como objetivo permitir que as correspondências referentes à emissão de Carta de Citação possam ser automática e digitalmente enviadas aos Correios. A implantação da funcionalidade foi concluída em novembro de 2014.

6.5.6 *Implantação do cadastro nacional de advogados no portal e-SAJ*

Implantado com o objetivo de permitir que advogados de outros Estados possam se habilitar no peticionamento eletrônico do Portal e-SAJ sem a necessidade de se deslocarem ao Estado do Ceará.



7. OTIMIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS

7.1 Padronização e normatização para instituição dos trabalhos em grupo

No campo da padronização organizacional, foi elaborada pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão proposta contendo os parâmetros para criação, denominação e remuneração dos grupos de trabalho do TJCE, com o objetivo de disciplinar e padronizar a instituição e o funcionamento dos referidos grupos. Após minucioso estudo técnico, a proposta foi finalizada e encaminhada à Secretaria de Gestão de Pessoas.

Convém salientar que o estudo contemplou a catalogação e atualização de todos os grupos de trabalho existentes no TJCE.

7.2 Sistema de Padronização Organizacional (SPO)

Visando à instituição de normas para elaboração, identificação e controle de documentos no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, foi desenvolvido pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão o Sistema de Padronização Organizacional – SPO (Portaria nº 1.464/2013), com a elaboração, a padronização e a disponibilização de modelos de documentos administrativos, que foram divididos em dois Módulos, a saber:

- i. Sistema de Atos Normativos, com modelos de Ata de Sessão, Ata de Reunião, Certidão, Declaração, Edital, Informação, Memorando, Nota Técnica, Ofício, Parecer, Portaria, Provimento, Requerimento, Resolução, Termo de Referência e Projeto Básico;
- ii. Sistema Normativo Administrativo, com modelos de Formulário e Manual.

7.3 Estudo organizacional do Gabinete da Presidência

Com intuito de otimizar os processos de trabalho do Gabinete da Presidência do TJCE, foi realizada por parte da Secretaria Especial de Planejamento e Gestão a análise de seus processos de negócio, que resultou na otimização e formalização de suas rotinas, com a elaboração dos seguintes produtos:



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

- i. Diagnóstico Organizacional;
- ii. Manual de Atribuições;
- iii. Manual de Orientações ao Atendimento;
- iv. Manual de Orientações ao Protocolo;
- v. atualização do organograma do Gabinete da Presidência.

7.4 Padronização dos procedimentos de emissão e recebimento de atestados de capacidade técnica (Meta 17/2013 do CNJ)

Em atendimento à meta 17 de 2013 do Conselho Nacional de Justiça, que tem por objetivo desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos, foi realizada a padronização dos procedimentos para emissão e recebimento de atestados técnicos, com a elaboração de “Modelo padrão para emissão de Atestados de Capacidade Técnica”.

7.5 Elaboração de metodologia para diagnóstico organizacional

Foi elaborada pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão metodologia para realização de Diagnósticos Organizacionais, contendo orientações para o desenvolvimento de trabalhos desta natureza, além da criação do “Roteiro de Elaboração de Diagnóstico Organizacional”.

7.6 Normatização e manualização dos serviços do Núcleo de Terceirização

Em atendimento à recomendação da Auditoria Interna do TJCE, a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão mapeou os processos de trabalho do Núcleo de Terceirização e normatizou seus processos e procedimentos internos, além da elaborar do “Manual de Terceirização”, documento disponibilizado para os gestores e servidores do TJCE na Central do Conhecimento.

7.7 Elaboração de metodologia de gestão por processos

Com intuito de disseminar e implantar a cultura de gestão por processo, além de



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

padronizar as iniciativas desta natureza, foi elaborada pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão a “Metodologia de Gestão por Processos” que estabelece padrões, processos e atividades, papéis e responsabilidades, ferramentas e técnicas, bem como modelos de documentos para a realização da Gestão por Processos, contemplando:

- i. Desdobramento da Estratégia em Processos;
- ii. Execução de Projetos de Transformação;
- iii. Gestão do Dia-a-Dia;
- iv. Modelagem de Processos.

7.8 Redesenho de processos

Foram realizados, pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, projetos com vistas a definir fluxos de trabalho de processo, incluindo análise e padronização de atividades e formulários, bem como sua manualização e sua normatização. Como produto, foi elaborado um conjunto de documentos e de normativos fundamentais à regulamentação dos seguintes processos:

- i. aquisições: bens de consumo e permanentes; soluções de TI; serviços de engenharia e de consultoria;
- ii. diárias;
- iii. digitalização e importação de processos judiciais;
- iv. protocolo e cadastro de petições;
- v. auto de prisão em flagrante;
- vi. inquérito policial.

Cabe ressaltar que os Manuais de Aquisições e de Diárias (dentro e fora do Estado) estão disponibilizados para os gestores e servidores do TJCE na Central do Conhecimento.

7.9 Estudos para reestruturação de unidades

Em atendimento às demandas de criação de unidades judiciárias e de elevações de comarcas, a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão realizou estudos com a elaboração de pareceres envolvendo:



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

- i. elevação das Comarcas de:
 - a) Crato;
 - b) Iguatu;
 - c) Juazeiro do Norte;
 - d) Maracanaú;
 - e) Sobral;
 - f) Itaitinga;
 - g) Jaguaribe.
- ii. implantação de vara especializada de Infância e Juventude na Comarca de Juazeiro do Norte;
- iii. criação de Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
- iv. alteração dos artigos 77 e 79 do Código de Organização Judiciária.

7.10 Racionalização, mapeamento e manualização de procedimentos e rotinas de trabalho alusivos à tramitação processual no 2º Grau

O projeto tem como objetivos, dentre outros, analisar, racionalizar e padronizar as rotinas, de maneira a identificar problemas (gargalos/sobreposição) de atividades, o tempo de execução em cada atividade e a possibilidades de delegação, evitando retrabalhos, bem como produzir documentação contendo o mapeamento do fluxo do andamento processual e o Manual de Normas e Procedimentos Internos. Atualmente, o projeto encontra-se em fase de execução, sob coordenação da Secretaria Judiciária.

7.11 Manualização dos procedimentos de auditoria

O Manual de Procedimentos de Auditoria foi editado em janeiro de 2013, objetivando a definição de procedimentos e padrões de auditoria, a uniformização de papéis de trabalho e o fornecimento de diretrizes gerais para planejamento, execução e monitoramento dos trabalhos de auditoria, possibilitando à unidade de Auditoria Administrativa de Controle Interno cumprir suas atividades sob as normas técnicas de auditoria e observância aos princípios da eficiência, da eficácia e da efetividade.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Em maio de 2014, o manual foi atualizado com o objetivo de adequar às normas previstas na Resolução nº 171, de 1º de março de 2013, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre as normas técnicas de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização nas unidades jurisdicionais vinculadas ao Conselho Nacional de Justiça, bem como atualização acerca da previsão da Constituição Estadual quanto ao Controle Interno da Administração Pública Estadual, consoante Emenda Constitucional Estadual nº 75, de 20 de dezembro de 2012.

Com a disponibilização desta ferramenta técnica, necessária para maior controle e confiabilidade no planejamento e na execução das atividades fiscalizatórias, pretende-se contribuir para dar maior qualidade aos trabalhos de auditoria, de sorte a favorecer o fortalecimento dos controles internos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

7.12 Manualização e otimização de precatórios

Foi disponibilizado no sítio eletrônico do TJCE, além da normatização reguladora da matéria relacionada aos precatório e às RPV, o Manual de utilização do Sistema de Administração de Precatórios – SAPRE, para consulta de todos os interessados. Cuidou-se, também, de encaminhar o referido material a todas as unidades jurisdicionais.

Demais disso, encontra-se em desenvolvimento o Manual de Precatórios do TJCE, onde deverão estar disciplinadas todas as rotinas de trabalho inerentes ao precatório, desde a sua expedição até o efetivo pagamento, projeto este que deverá ser concluído até dezembro de 2014.

Buscando, ainda, otimizar o pagamento dos precatórios, a Asprec adotou, em 2014, a rotina do provisionamento dos valores de precatórios cujo pagamento já seria possível em razão da posição na lista cronológica (caso de o precatório ocupar a primeira colocação) e da existência de recursos para tanto, mas que não pode ser realizado por ainda carecer o precatório de providências que competem aos interessados (habilitação dos herdeiros de credores falecidos e partilha na forma da lei sucessória, ausência e localização do credor e seus dados bancários, por exemplo). O objetivo dessa ação consiste em permitir o regular e legal pagamento do precatório seguinte àquele já garantido pela reserva.

Atendendo recomendação da Corregedoria Nacional de Justiça, foi alterado o artigo 25 da Resolução nº 10/2011 do Órgão Especial do TJCE para permitir que o pagamento dos



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

precatórios fosse realizado diretamente à conta pessoal indicada pelos credores, dispensando, assim, a confecção e entrega de alvarás.

A rotina relacionada aos pedidos de prioridade também foi otimizada com a edição da Resolução nº 13/2013 do Órgão Especial do TJCE, permitindo que os pedidos fossem apresentados em processos incidentes aos respectivos precatórios, o que facilitou a identificação dos pedidos e acelerou a análise e pagamento preferencial previsto no § 2º do artigo 100, da CF/88.

Também consistiu em ação voltada à otimização dos precatórios, planejada em 2013 e implantada em 2014, a realização de reuniões com os gestores públicos de municípios devedores de precatórios inseridos no regime especial de pagamento, na modalidade anual, objetivando garantir o pagamento da dívida de precatórios no ano de 2014 por meio de retenção mensal do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Colheu-se, como resultado dessa ação, a autorização de 20 municípios para o referido bloqueio.

7.13 Automação de processos de trabalho da TI

Foi instituído, na Secretaria de Tecnologia da Informação, grupo de automação de processos de trabalho, constituído de servidores da própria secretaria, atuando de forma autodidata, que culminou na construção de 12 processos automatizados, com 31 versões desenvolvidas e implantadas. Na tabela a seguir estão relacionados os referidos processos e as respectivas áreas demandantes.

Tabela 35 - Processos Automatizados

Demandante	Processo	Descrição
Fórum Clóvis Beviláqua	Cumprir Alvará de Soltura	Auxilia na gestão operacional da localização (por parte da CIAAC) de presos que tiveram um alvará de soltura expedido
	Requisitar Preso para Audiência	Auxilia na gestão operacional da localização (por parte da CIAAC) de presos que devem comparecer a audiências
Seplag (TJCE)	Planejar Projeto	Orquestra as atividades de elaboração de artefatos das fases iniciais de projetos, de acordo com a metodologia do ECP (Escritório Corporativo de Projetos)

Continua



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Continuação

Demandante	Processo	Descrição
TJCE (diversas áreas)	Conceder de Permissão ao Repositório de Arquivos	Gerencia as solicitações de concessão de permissão a repositórios de arquivos (armazenados na tecnologia SVN)
	Criar Repositório	Auxilia na gerência de solicitações de criação de repositórios (na tecnologia SVN)
	Incluir Usuário em Processo	Auxilia a criação de usuário na ferramenta de automatização de processos utilizada no TJCE (Bonita XP)
Setin (TJCE)	Acompanhar Projetos	Orquestra as tarefas do ciclo de vida de um projeto da Setin, estando alinhado com a metodologia do ECP e do escritório de projetos da Setin
	Automatizar Processo	Define as atividades necessárias para se atender pedidos de automação de processos, advindos de qualquer unidade judiciária do TJCE e priorizados pela Setin
Setin (TJCE)	Processo de Desenvolvimento de Software (PDS)	Orquestra o trabalho realizado para a criação de um novo software
	Desenvolver Versão de Sistema	Subprocesso do PDS, relacionado ao desenvolvimento de uma versão de sistema
	Criar Projeto no <i>Redmine</i>	Auxilia no atendimento a solicitações de criação de projetos na ferramenta interna de gestão de tarefas da Setin (<i>Redmine</i>)
	Solicitação de Publicação de Conteúdo	Gerencia as publicações (no site da Intranet e Internet) solicitadas por diversos usuários do TJCE

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

7.14 Oficinas de modelagem e simplificação de processos

Foram realizadas no Fórum Clóvis Beviláqua quatro oficinas de modelagem e simplificação de processos, permitindo a análise e melhoria de processos dos seguintes departamentos do Fórum: Departamento de Apoio aos Serviços Judiciais, Departamento de Informática, Departamento de Administração e Departamento de Patrimônio.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

7.15 Elaboração de procedimento gerenciais e instruções de trabalho

Após as oficinas de Modelagem e Simplificação de Processos, foram descritos os principais procedimento gerenciais (PGs) e as principais instruções de trabalho (ITs). Atualmente, existem 80 procedimentos gerenciais descritos, os quais estão disponíveis na *intranet* do Fórum Clóvis Beviláqua.

7.16 Implantação da Secretaria Única das Varas da Fazenda Pública

A Secretaria Única da Fazenda Pública encontra-se instalada sob a forma de projeto piloto, conforme termos da Portaria nº 03/2014. Em decorrência desse caráter experimental, foi implantada sob a forma de comissão temporária (composta por um coordenador, dois supervisores e até 35 servidores. Mensalmente, é realizado um levantamento estatístico do desempenho das atividades, tanto da Secretaria Única, como dos Gabinetes. No cômputo geral, considerando o período de funcionamento da Secretaria Única (de janeiro a outubro de 2014), em comparação com o mesmo período do exercício anterior, tem-se um incremento significativo conforme se observa na tabela a seguir:

Tabela 36- Resultados da Secretária Única

Atos/Expedientes	jan-out/2013	jan-out/2014	Incremento (%)
Expedição de mandados, cartas, ofícios, alvarás	10.607	15.668	47,71%
Encaminhamento/Publicação no DJ	35.141	38.887	10,66%
Devolução de carta precatória	846	1.690	99,76%
Despachos	25.837	36.436	41,02%
Decisões	7.413	11.265	51,96%
Sentenças	6.525	6.691	2,54%
Movimentações	119.026	160.465	34,82%

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

7.17 Melhorias procedimentais nas unidades do Fórum Clóvis Beviláqua

7.17.1 Seção de Certidões

Foram realizadas as seguintes melhorias no âmbito da Seção de Certidões:



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

- i. aplicação da Resolução do CNJ nº 121/2010 para a expedição de certidões de antecedentes criminais;
- ii. atualização do Manual de Procedimentos para Expedição de Certidões de Antecedentes Criminais;
- iii. implantação do Malote Digital; 4) implantação de Pesquisa de Satisfação;
- iv. envio para trituração e doação dos documentos não retirados pelos interessados em tempo hábil como parte das ações de responsabilidade ambiental;
- v. emissão das certidões em frente e verso, conforme determina a Portaria nº 863/2006, o que resultou numa economia de cerca de 30% no consumo de papel.

7.17.2 Protocolo e Distribuição

Foram realizadas as seguintes melhorias nos setores de protocolo e distribuição:

- i. contratação de novos funcionários;
- ii. diminuição do tempo de entrega de petições;
- iii. otimização da remessa de processos e petições às varas;
- iv. adequação da divisão dos Serviços de Distribuição Cível e Penal, com a finalidade de melhor organizar e otimizar as atividades correlatas de cada Serviço, proporcionando celeridade ao serviço prestado;
- v. implantação do Projeto CAF – Compartilhar, Alinhar e Finalizar;
- vi. instalação de Núcleo de Digitalização;
- vii. mudança no recebimento e na remessa das petições protocolizadas para encaminhamento ao Malote, que agora são devidamente conferidas;
- viii. criação de um balcão de atendimento prévio com o objetivo de fazer triagens;
- ix. os documentos advindos do Malote Digital passaram a ser impressos em PDF para evitar a impressão em papel;
- x. integração SAJ-PG/SAJ-SG.

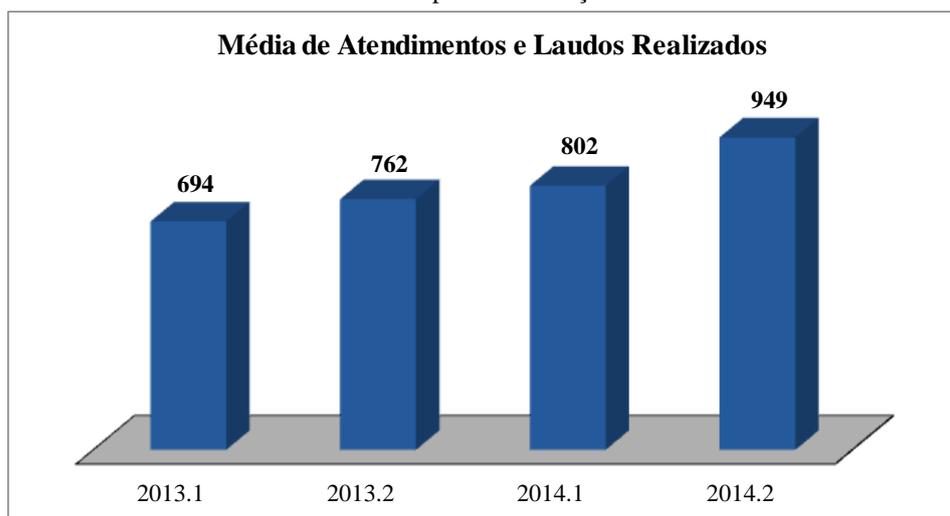
Como resultado das ações obteve-se a remessa de processos para as varas com mais eficiência e eficácia: o mesmo número de processo que era remetido em um mês passou a ser remetido em menos de dois dias.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

- i. Escuta de Crianças e Adolescentes em Processo de Guarda: em defesa do melhor interesse da criança;
- ii. Capacitação Continuada em Temas Relacionados à Psicologia, ao Serviço Social e ao Direito de Família;
- iii. Construção dos Fluxogramas, Procedimentos Gerenciais e Rotinas de Trabalho;
- iv. Proposta de criação do NUVEP - Núcleo das Varas de Execução Penal, para a reinserção laborativa e social dos apenados em regime de livramento condicional;
- v. Interação entre o NAJ e as Varas de Família, para promover a interdisciplinariedade entre essas unidades.

Gráfico 12 – Resultado do Núcleo de Apoio à Jurisdição



Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

7.17.4 Depósito Público

Foi realizada a destinação de bens inservíveis, conforme a Portaria nº 1.635/2014, cujo quantitativo gerou cerca de: 1.300 sucatas de bicicletas e ciclomotores; 300 monitores danificados; 6.000 artigos de couro, como bolsas, carteiras, cintos etc, completamente deteriorados; 100 cadeiras e mesas de plástico quebradas; e 31 carcaças de veículos sem vinculação processual, os quais foram destinados à reciclagem ou doados a instituições de utilidade pública, mediante lavratura de Termo.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

7.17.5 Departamento de Recursos Humanos

Foram realizadas as seguintes melhorias no âmbito do Departamento de Recursos Humanos:

- i. parceria com o Instituto Euvaldo Lodi para a contratação de estagiários;
- ii. implantação do novo Sistema de Gerenciamento de Postagens.

7.17.6 Serviço de Partilhas e Leilões

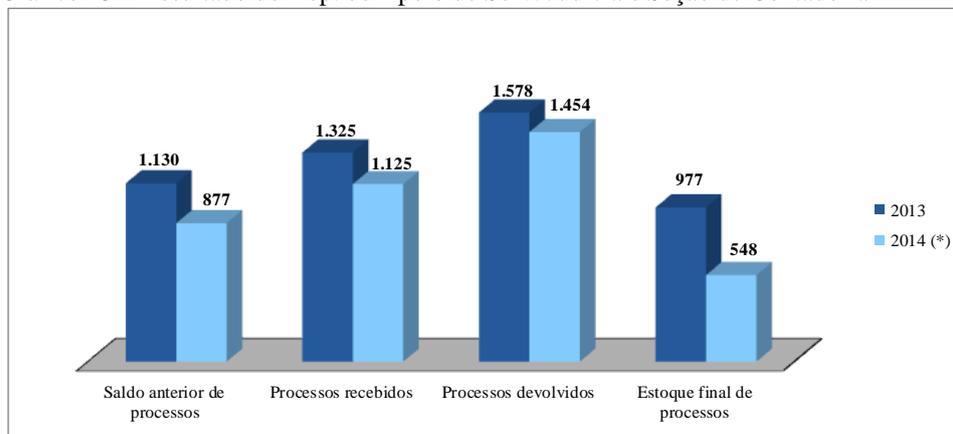
Foi efetivada a inclusão desse setor no fluxo do SAJ-PG, permitindo o encaminhamento de autos virtuais para a realização de partilhas determinadas pelas autoridades judiciais.

7.17.7 Seção da Contadoria

Foram realizadas as seguintes melhorias no âmbito do Seção de Contadoria:

- i. implantação do Módulo de Cálculos Judiciais no Sistema SAJ, o qual se encontra em fase de testes;
- ii. criação do indicador Taxa de Congestionamento dos processos da Contadoria, que apresentou excelente progresso tendo reduzido de 55,39%, em 2012, para 34,28% em outubro de 2014, o que representou uma queda de 1.153 processos, em janeiro de 2013, para 525 processos atualmente.

Gráfico 13 – Resultado do Dep. de Apoio de Serv. Judiciais Seção de Contadoria



Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

* Dados atualizados até outubro/2014



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

7.17.8 Arquivo

Foram realizadas as seguintes melhorias no âmbito da Seção de Arquivo:

- i. substituição de caixas e etiquetas de todo o acervo das Varas de Família, Júri e Falência (estimados em cerca 20 mil caixas). Em 2014, o trabalho foi estendido às outras especialidades, o que importou na troca de mais de 120 mil caixas e etiquetas;
- ii. padronização das atividades de arquivamento e desarquivamento de processos, por meio do Ofício Circular nº 82/2013 – DIR;
- iii. descarte de peças exordiais, autorizado pela Resolução nº 11/2010, e regulamentada pelo Provimento nº 18/2011. Já foram publicados 07 Editais de Ciência, relacionando 9.000 petições para descarte, das quais 5.057 petições iniciais foram descartadas (resultando num total de 833kg de papel), recolhidas e trituradas pela Associação dos Agentes Ambientais Rosa Virgínia;
- iv. criação do Serviço Interno de Digitalização de autos físicos arquivados para atender aos pedidos de desarquivamento.

7.17.9 Telejustiça

Melhoria da qualidade do atendimento por meio do desenvolvimento de ações voltadas

a:

- i. capacitação e reciclagem em atendimento, resiliência e competências profissionais;
- ii. avaliações diárias do atendimento com a coleta de reclamações e sugestões dos usuários;
- iii. gerenciamento semanal das avaliações dos usuários;
- iv. criação e monitoramento dos indicadores setoriais;
- v. elaboração dos procedimentos gerenciais de atendimento e da alimentação das bases locais;
- vi. migração das bases locais para os servidores de produção do TJCE;
- vii. campanha de conscientização sobre a responsabilidade ambiental;
- viii. realização de reuniões semanais.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

7.17.10 Central Integrada de Apoio à Área Criminal

Foram realizadas as seguintes melhorias no âmbito da Central Integrada de Apoio à Área Criminal:

- i. fortalecimento das ações de integração dos sistemas do Judiciário e dos órgãos de segurança pública para agilizar a troca de informações;
- ii. implantação do fluxo automatizado do Alvará de Soltura;
- iii. implantação do fluxo automatizado do Ofício Requisitório de réu preso.

7.17.11 Gestão de Patrimônio, Bens e Serviços

Foram implementadas as seguintes ações:

- i. desenvolvimento de projeto para controle de solicitações de serviços que geram ordens de serviço (desenvolvido com a linguagem *Basic* do *Excel*);
- ii. realização de visitas periódicas nas diversas Unidades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (no total de 24) e realização dos serviços de manutenção necessários;
- iii. acompanhamento de contratos de serviços e fornecimento de bens de consumo pertinentes ao Fórum Clóvis Beviláqua;
- iv. acompanhamento de solicitações de serviços e materiais via CPA;
- v. elaboração mensal de relatórios e gráficos para acompanhamento dos itens movimentados pelo Almoxarifado;
- vi. maior controle do consumo de papel e copos descartáveis;
- vii. otimização no atendimento de requisições de materiais, gerando maior rapidez;
- viii. aperfeiçoamento da condução de veículos, prevenção de acidentes e o consumo consciente de combustíveis, através de cursos específicos;
- ix. início da implantação do sistema de veículos “*on line*”, que possibilitará que o usuário, através do CPA, requisite o veículo diretamente à Seção de Transporte.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

8. INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA

8.1 Construção de novos fóruns

Segue lista dos projetos do biênio 2013-2014, envolvendo a construção de novos fóruns:

Tabela 37 – Projetos de construção de novos fóruns

Construção do novo fórum da comarca de Assaré	
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para a construção do novo Fórum da Comarca de Assaré
Entregas Previstas	Edifício composto de uma vara, totalizando área construída de 770,89m ² em terreno de 3.037,52m ² , conforme projetos construtivos
Unidades Envolvidas	Secad e Setin
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído em junho/2014
Construção do novo fórum da comarca de Boa Viagem	
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para a construção do novo Fórum da Comarca de Boa Viagem
Entregas Previstas	Edifício será composto de duas varas, totalizando área construída de 1.043,21m ² em terreno de 2.516,95m ² , conforme projetos construtivos
Unidades Envolvidas	Secad e Setin
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído em novembro/2014
Construção do novo fórum da comarca de Crateús	
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para a construção do novo Fórum da Comarca de Crateús
Entregas Previstas	O edifício será composto de três varas e JECC, totalizando área construída de 1.366,18m ² em terreno de 4.696,95m ² , conforme projetos construtivos
Unidades Envolvidas	Secad e Setin
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído em novembro/2014
Construção do novo fórum da comarca de Itapipoca	
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para a construção do novo Fórum da Comarca de Itapipoca
Entregas Previstas	Edifício composto de três varas, totalizando área construída de 1.417,64m ² em terreno de 6.040,46m ² , conforme projetos construtivos
Unidades Envolvidas	Secad e Setin
Progressos	40%
Fase Atual	Execução da Obra
Construção do novo fórum da comarca de Várzea Alegre	
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para a construção do novo Fórum da Comarca de Várzea Alegre
Entregas Previstas	Edifício composto de duas varas, totalizando área construída de 821,10m ² em terreno de 3.000,00m ² , conforme projetos construtivos

Continua



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Conclusão

Construção do novo fórum da comarca de Várzea Alegre (continuação)	
Unidades Envolvidas	Secad e Setin
Progressos	20%
Fase Atual	Orçamento
Construção do novo fórum da comarca de Senador Pompeu	
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para a construção do novo Fórum da Comarca de Senador Pompeu
Entregas Previstas	Edifício composto de uma vara e JECC, totalizando área construída de 963,23m ² em terreno de 4.490,29m ² , conforme projetos construtivos
Unidades Envolvidas	Secad e Setin
Progressos	13%
Fase Atual	Elaboração de Projetos
Construção do novo fórum da comarca de Russas	
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para a construção do novo Fórum da Comarca de Russas
Entregas Previstas	Edifício composto de duas varas, totalizando área construída de 1.285,39m ² em terreno de 6.171,22m ² , conforme projetos construtivos
Unidades Envolvidas	Secad e Setin
Progressos	13%
Fase Atual	Elaboração de Projetos
Construção do novo fórum da comarca de Milagres	
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para a construção do novo Fórum da Comarca de Milagres
Entregas Previstas	Edifício composto de Vara Única, com Cartório Eleitoral, Ministério Público, depósito de bens, arquivo, Ministério Público e Cartório Eleitoral totalizando área construída de 822,22m ² em terreno de 1.806,35m ² , conforme projetos construtivos
Unidades Envolvidas	Secad e Setin
Progressos	13%
Fase Atual	Compatibilização de Projetos

Fonte: Secretaria de Administração

8.2 Reformas e manutenções prediais

Segue lista dos projetos do biênio 2013-2014, envolvendo a reformas e manutenções prediais:

Tabela 38 – Reformas e manutenções prediais

Reforma geral e ampliação de prédio para abrigar o novo Juizado Especial Cível e Criminal de Aracati	
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para a reforma geral com ampliação do prédio que irá abrigar o Juizado Especial Cível e Criminal de Aracati
Entregas Previstas	Reforma geral do edifício existente será de 156,32m ² , afora os serviços nos muros, passeios e acesso principal. A ampliação corresponderá a um área de 61,82m ² relativa a um depósito de bens, diretoria de secretaria, banheiros para servidores, espaço para rack e depósito de lixo

Continua



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Continuação

Reforma geral e ampliação de prédio do Poder Judiciário para abrigar o novo Juizado Especial Cível e Criminal - JECC de Aracati (continuação)	
Unidades Envolvidas	Secad e Setin
Progressos	87%
Fase Atual	Execução da Obra
Execução de readequações no prédio que abriga o Fórum Clóvis Beviláqua - FCB e Serviços de complementação das instalações prediais do FCB	
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra de readequações no prédio que abriga o Fórum Clóvis Beviláqua
Entregas Previstas	Serviços executados: alvenarias, painéis, esquadrias, instalações elétricas, telefônicas, lógica, instalações para o sistema de ar condicionado, demolições e remoções diversas
Unidades Envolvidas	Secad e Fórum Clóvis Beviláqua
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído em julho/2014
Projeto de contratação de manutenção de subestações abrigadas e grupos geradores	
Objetivo	Prezar pela segurança dos utilizadores, manter as unidades citadas em condições adequadas de operação, reduzir o número de falhas consequentes da falta de manutenção, contribuir para o aumento da vida útil do equipamento e diminuir custos com manutenção corretiva
Entregas Previstas	Contrato com empresa especializada em manutenção de subestações e grupos geradores
Unidades Envolvidas	Juazeiro do Norte, Sobral, Caucaia, CDI, Palácio da Justiça e Fórum Clóvis Beviláqua (subestações abrigadas) e as unidades de Caucaia, Sobral, CDI e Fórum Clóvis Beviláqua (grupos geradores)
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído
Projeto de aproveitamento da água subterrânea	
Objetivo	Aproveitar a água proveniente do poço de drenagem do TJCE
Entregas Previstas	Aquisição de equipamentos para promover o deslocamento e tratamento da água proveniente do poço de drenagem
Unidades Envolvidas	Palácio da Justiça
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído
Elevação do sistemas de refrigeração tipo VRF do Palácio da Justiça	
Objetivo	Evitar danos aos equipamentos devido ao acúmulo de água pluviais, assim como obter melhor rendimento dos equipamentos
Entregas Previstas	Aquisição de plataformas e serviço de desinstalação e instalação dos equipamentos de refrigeração do tipo VRF
Unidades Envolvidas	Gabinetes de Desembargadores
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído
Recuperação dos detalhes da fachada do Palácio da Justiça	
Objetivo	Melhorar a estética da fachada e evitar acidentes com usuários devido à queda de material da estrutura
Entregas Previstas	Recuperação e pintura dos detalhes da fachada do Palácio da Justiça
Unidades Envolvidas	Palácio da Justiça
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído

Continua



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Continuação

Reforma da estação de tratamento de esgoto do Palácio da Justiça	
Objetivo	Adequar a estação de tratamento de esgoto para manter condições de operação
Entregas Previstas	Estação de tratamento de esgoto reformada
Unidades Envolvidas	Palácio da Justiça
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído
Controle de pragas e vetores	
Objetivo	Contratação de Empresa para prestação de serviços especializados de controle e manejo de pragas e vetores e de animais sinantrópicos nocivos que representem riscos à saúde pública e a prestação dos serviços de responsabilidade do Tribunal de Justiça do Ceará
Entregas Previstas	Contrato com empresa especializada em controle de pragas e vetores
Unidades Envolvidas	Todas as unidades do Poder Judiciário
Progressos	50%
Fase Atual	Realização de Pesquisa de Mercado
Contratação de manutenção em subestações aéreas	
Objetivo	Obter serviços de manutenção preventiva, contemplando: limpeza, ajuste, pintura, reaperto de conexões, análises e medições e manutenção corretiva contemplando o atendimento emergencial, reparo e substituição de peças com o intuito de corrigir, restaurar, recuperar a capacidade produtiva de um equipamento ou instalação que tenha cessado ou diminuído sua capacidade de exercer as funções para as quais foi projetado
Entregas Previstas	Contrato com empresa especializada em manutenção de subestações aéreas
Unidades Envolvidas	Fóruns de Aquiraz, Maracanaú, Maranguape, São Gonçalo do Amarante, Acaraú, Granja, Itapajé, Paracuru, Crateús, Tauá, Canindé, Quixadá, Aracoiaba, Baturité, Capistrano, Aracati, Limoeiro do Norte, Nova Jaguaribara, Barbalha, Brejo Santo e Iguatu, e prédios da Corregedoria, ESMEC, Juizado da Infância e Juventude (Fortaleza) e Fórum das Turmas Recursais
Progressos	50%
Fase Atual	Realização de Pesquisa de Mercado
Contratação de manutenção predial – Região I	
Objetivo	Contratação de empresa especializada em serviços comuns de manutenção predial e adequação predial para atuação nas edificações do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), localizadas nas 54 cidades que fazem parte da Região I
Entregas Previstas	Contrato com empresa especializada em manutenção predial para Região I
Unidades Envolvidas	Todas as unidades judiciárias da Região I
Progressos	50%
Fase Atual	Solicitação de Dotação Orçamentária
Contratação de manutenção predial – Região IV	
Objetivo	Contratação de empresa especializada em serviços comuns de manutenção predial e adequação predial para atuação nas edificações do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), localizadas nas 38 cidades que fazem parte da Região IV
Entregas Previstas	Contrato com empresa especializada em manutenção predial para Região IV
Unidades Envolvidas	Todas as unidades judiciárias da Região IV
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído
Contratação de manutenção de <i>no breaks</i> e Estabilizadores de grande porte	
Objetivo	Proporcionar a manutenção preventiva e corretiva, conforme padrões preestabelecidos, como forma de buscar aumento de disponibilidade e da vida útil dos equipamentos
Entregas Previstas	Contrato com empresa especializada em manutenção de <i>no breaks</i>
Unidades Envolvidas	CDI – Centro de Documentação e Informática Fórum Clóvis Beviláqua
Progressos	80%
Fase Atual	Análise pela Consultoria Jurídica

Continua



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Continuação

Contratação de manutenção de elevadores	
Objetivo	Contratação de serviço de manutenção especializada em elevadores
Entregas Previstas	Contrato com empresa especializada em manutenção de elevadores
Unidades Envolvidas	Palácio da Justiça, Fórum Clóvis Beviláqua, Fórum de Sobral e Fórum de Crateús
Progressos	70%
Fase Atual	Análise pela Comissão de Licitação
Contratação de manutenção de data centers	
Objetivo	Proporcionar a manutenção preventiva e corretiva, buscando manter o perfeito funcionamento e segurança da <i>data center</i> , com o objetivo de se evitar o risco de ocorrência de graves danos e/ou interrupção de acesso aos ativos de tecnologia da informação hospedados no <i>data center</i>
Entregas Previstas	Contrato com empresa especializada em manutenção de <i>data centers</i>
Unidades Envolvidas	CDI – Centro de Documentação e Informática do Fórum Clóvis Beviláqua
Progressos	70%
Fase Atual	Análise pela Comissão de Licitação
Vistoria nos mobiliários de todas as unidades judiciárias do interior do Estado do Ceará	
Objetivo	Mapear as comarcas com maior necessidade de móveis e traçar um perfil com o nível de criticidade, a fim de subsidiar deliberação sobre aquisição de móveis
Entregas Previstas	-
Unidades Envolvidas	Todas as unidades do Poder Judiciário
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído
Serviços de manutenção com substituição/recarga de extintores nas unidades judiciárias do Poder Judiciário	
Objetivo	Garantir maior segurança nas instalações do Poder Judiciário, por meio do cumprimento da norma regulamentadora nº 23 do Ministério do Trabalho e Emprego, bem como a recomendação da Assistência Militar
Entregas Previstas	-
Unidades Envolvidas	Todas as unidades do Poder Judiciário.
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído
Sinalização e mapeamento de riscos da subestação	
Objetivo	Adequar as subestações elétricas, às normas vigentes de segurança, tanto quanto ao uso de equipamentos especiais, de sinalização, como de acesso, com um complementar plano de contingência para cada localidade
Entregas Previstas	Subestações sinalizadas, controle de acesso e plano de contingência
Unidades Envolvidas	Palácio da Justiça
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído
Reforma parcial e ampliação do prédio da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para a reforma parcial e ampliação do prédio da Corregedoria Geral da Justiça
Entregas Previstas	Prédio que atualmente abriga a Corregedoria Geral da Justiça possui área construída de 1.067,00m ² distribuído em dois pavimentos, a fim de suprir a demanda de espaço com vistas à reestruturação do quadro funcional foi projetada uma ampliação de 424,01m ² , conforme projetos construtivos
Unidades Envolvidas	Corregedoria, Secad e Setin
Progressos	25%
Fase Atual	Execução da Obra

Continua



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Continuação

Execução de pintura e recuperação da fachada do antigo Palácio da Justiça	
Objetivo	Contratação de empresa de prestação de serviços com fornecimento de materiais para a execução de pintura e recuperação e da fachada do antigo Palácio da Justiça
Entregas Previstas	Pintura e recuperação da fachada do antigo Palácio da Justiça, compreendendo área de pintura de 1.019,54m ²
Unidades Envolvidas	Secad
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído em novembro/2014
Revitalização do sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) do Fórum Clóvis Beviláqua	
Objetivo	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços com fornecimento de material para a execução dos serviços de revitalização do sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) do Fórum Clóvis Beviláqua
Entregas Previstas	Revitalização do sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA)
Unidades Envolvidas	Secad e Fórum Clóvis Beviláqua
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído em maio/2014
Reforma do auditório Dom Aloísio Lorscheider do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para a execução dos serviços de complementação da reforma do auditório Dom Aloísio Lorscheider
Entregas Previstas	Execução dos serviços de demolições, pavimentação, forro, pintura, instalação elétrica, esquadrias, ar condicionado, instalação de rede estruturada e instalação de infraestrutura de sonorização
Unidades Envolvidas	Secad
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído em maio/2014
Contratação para elaboração do projeto executivo de condicionamento de ar, incluindo ventilação, automação e exaustão do prédio do TJCE	
Objetivo	Contratação para elaboração do projeto executivo de condicionamento de ar, incluindo ventilação, automação e exaustão
Entregas Previstas	Projeto executivo detalhado de condicionamento de ar, incluindo ventilação, exaustão, projeto completo de automação do sistema, destinados à reforma do edifício do Tribunal de Justiça e do edifício da Setin, com área aproximada de 18.265,66m ² e 773,00m ² , respectivamente
Unidades Envolvidas	Secad
Progressos	60%
Fase Atual	Execução de projetos
Reforma do muro do condomínio de Juazeiro do Norte	
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra de construção do novo muro do Condomínio Judiciário da Comarca de Juazeiro do Norte
Entregas Previstas	Construção do novo muro, compreendendo serviços de demolições diversas, movimento de terra, execução de alvenaria, concreto, revestimento, pavimentação e pintura
Unidades Envolvidas	Secad
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído em maio/2013

Continua



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Conclusão

Reforma do prédio da comarca de Maracanaú e adaptação das duas residências oficiais para uso do fórum como depósito de bens apreendidos	
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra de reforma do prédio do Fórum da Comarca de Maracanaú e das duas residências Oficiais de Juiz
Entregas Previstas	Adaptação das duas residências oficiais para uso do Fórum como depósito de bens apreendidos, com área construída cada de 166,80m ² , totalizando área de 333,60m ²
Unidades Envolvidas	Secad
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído em agosto/2014
Execução dos serviços de reforma do fórum da comarca de São Gonçalo do Amarante	
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para a execução dos serviços de reforma parcial do prédio que abriga o fórum da comarca de São Gonçalo do Amarante a fim de climatizar as áreas comuns
Execução dos serviços de reforma do fórum da comarca de São Gonçalo do Amarante (continuação)	
Entregas Previstas	Edifício composto de Vara Única, totalizando área construída de 619,60m ² , com execução dos serviços de demolições, retiradas, execução de alvenaria/ forro/ pintura, revestimento, instalação elétrica de baixa tensão esquadrias e serviços finais
Unidades Envolvidas	Secad
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído em agosto/2014
Serviços de perfuração de poço tubular profundo do fórum da comarca de Canindé	
Objetivo	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços com fornecimento de material para a execução dos serviços de perfuração de poço tubular profundo, incluindo locação, estudos hidrogeológicos e geofísicos, no terreno do Fórum da comarca de Canindé
Entregas Previstas	Perfuração de poço tubular profundo, incluindo locação, estudos hidrogeológicos e geofísicos
Unidades Envolvidas	Secad
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído em março/2014
Complementação da reforma do fórum da comarca de Horizonte	
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para a complementação da reforma do prédio do fórum da Comarca de Horizonte
Entregas Previstas	Edifício composto de Vara Única, Ministério Público, depósito de bens, arquivo, Ministério Público e Cartório Eleitoral totalizando área construída de 492,65m ² em terreno de 1.232,50m ² , conforme projetos construtivos
Unidades Envolvidas	Secad e Setin
Progressos	100%
Fase Atual	Execução da obra
Reforma do fórum da comarca de Itaiçaba	
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para a complementação da reforma do prédio do Fórum da Comarca de Itaiçaba
Entregas Previstas	Edifício composto de Vara Única, com Ministério Público totalizando área construída de 204,67m ² em terreno de 1.124,93m ² , conforme projetos construtivos
Unidades Envolvidas	Secad
Progressos	13%
Fase Atual	Elaboração de Termo de Referência

Continua



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Conclusão

Reforma do fórum da comarca de Miraima	
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para a complementação da reforma do prédio do Fórum da Comarca de Miraima
Entregas Previstas	Edifício composto de Vara Única, totalizando área construída de 274,00m ² em terreno de 1.021,00m ² , conforme projetos construtivos
Unidades Envolvidas	Secad
Progressos	13%
Fase Atual	Elaboração de Projetos
Reforma do fórum da comarca de Crato	
Objetivo	Contratação de empresa especializada em engenharia para a complementação da reforma prédio do fórum da comarca de Crato
Entregas Previstas	Edifício composto de dois pavimentos com quatro varas, totalizando área construída de 1.328,80m ² em terreno de 5.554,50m ² , conforme projetos construtivos
Unidades Envolvidas	Secad
Progressos	5%
Fase Atual	Elaboração de Projetos

Fonte: Secretaria de Administração

8.3 Aquisições e contratações de bens móveis e imóveis

Segue lista dos projetos do biênio 2013-2014, relacionados à aquisição e locação de bens móveis e imóveis:

Tabela 39 – Reformas e manutenções prediais

Projeto de aquisição de bombas de água	
Objetivo	Manter disponíveis os sistemas de abastecimento cisterna – caixa d'água e reduzir gastos com manutenções corretivas
Entregas Previstas	Ata de registro de preço para aquisição de 61 bombas de água (centrífugas, injetoras e submersas)
Unidades Envolvidas	Todas as unidades do Poder Judiciário
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído
Projeto de locação de vans adaptadas para Juizado Móvel	
Objetivo	Garantir a continuidade do serviço do Juizado Móvel da Comarca de Fortaleza, através do fornecimento de veículos adequados, adaptados ao uso específico exigido pelo serviço em questão e com motoristas
Entregas Previstas	Contrato de locação de cinco vans com motoristas adaptadas para o Juizado Móvel
Unidades Envolvidas	10ª unidade JECC
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído

Continua



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Continuação

Aquisição de equipamento de ar-condicionados (32 “Splitões”, 859 Splits e 260 janelários)	
Objetivo	Aquisição de ata de registro de preços para aparelhos condicionadores de ar com serviço de instalação
Entregas Previstas	Ata de Registro de preço para aquisição de 32 splitões, 859 split's e 260 janelários, para atender às demandas de manutenção e engenharia
Unidades Envolvidas	Todas as unidades do Poder Judiciário
Progressos	100%
Fase Atual	36% dos equipamentos adquiridos
Contratação do serviço de ambulância para o Tribunal de Justiça e Fórum Clóvis Beviláqua	
Objetivo	Prestação de serviço de unidade móvel de suporte básico à vida (ambulância de suporte básico – tipo b), para eventuais ocorrências verificadas nas dependências do Tribunal de Justiça e/ou outra unidade judiciária dentro da Capital, durante cinco dias por semana, no período de doze meses
Unidades Envolvidas	Unidades localizadas no Cambeba e Fórum Clóvis Beviláqua
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído
Aquisição de detectores de metal tipo portáteis e portal	
Objetivo	Proporcionar mais segurança por meio da revista pessoal na entrada dos edifícios do Poder Judiciário do Estado do Ceará
Entregas Previstas	-
Unidades Envolvidas	Todas as unidades do Poder Judiciário
Progressos	98%
Fase Atual	Concluído
Aquisição de catracas e divisores de fluxo	
Objetivo	Equipar os edifícios do Poder Judiciário de mecanismos de controle de acesso
Entregas Previstas	-
Unidades Envolvidas	Todas as unidades do Poder Judiciário
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído
Veículos tipo pick-up e SUV	
Objetivo	Renovação da frota de veículos (parte da frota está bastante desgastada pelo uso ao longo do tempo, além de ter um alto custo com manutenção)
Entregas Previstas	-
Unidades Envolvidas	Palácio da Justiça
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído
Contratação de leiloeiro público oficial	
Objetivo	Realizar as licitações promovidas pelo TJCE, na modalidade leilão oficial, para venda de bens móveis e materiais de uso e consumo que compõem o patrimônio do TJCE e que forem considerados inservíveis ao Poder Judiciário Estadual
Entregas Previstas	-
Unidades Envolvidas	Palácio da Justiça
Progressos	50%
Fase Atual	Em andamento

Continua



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Conclusão

Aquisição de mobiliário	
Objetivo	Dotar os novos Fóruns (Crateús, Boa Viagem, Itapipoca etc.) e Varas recentemente criadas no Fórum Clóvis Beviláqua de mobiliários adequados, a fim de proporcionar um ambiente de trabalho mais polido
Entregas Previstas	-
Unidades Envolvidas	Fórum Clóvis Beviláqua, Boa Viagem, Crateús, Aracati, Itapipoca, Maracanaú, Várzea Alegre e Caucaia
Progressos	70%
Fase Atual	Em andamento
Contratação de serviço de transporte de servidores do Tribunal de Justiça (rotas)	
Objetivo	Fornecimento de serviço de locomoção de servidores no deslocamento “residência – TJCE – residência” por meio de transporte de uso coletivo
Entregas Previstas	Contrato de serviço de transporte de servidores
Unidades Envolvidas	Palácio da Justiça
Progressos	40%
Fase Atual	Elaboração de Termo de Referência
Contratação de serviços de locação de veículos institucionais	
Objetivo	Fornecimento de veículos para atender às demandas de deslocamentos de magistrados, demais autoridades e dos serviços de apoio jurídico, técnico e administrativo do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
Entregas Previstas	Ata de registro de preço para contratação de serviço de locação de 85 veículos
Unidades Envolvidas	Todas as unidades do Poder Judiciário
Progressos	70%
Fase Atual	Análise pela Comissão de Licitação
Projeto de integração dos serviços de telefonia	
Objetivo	Integrar e otimizar a operação de telefonia de todas as unidades do Poder Judiciário e reduzir custos de telefonia do TJCE
Entregas Previstas	Integração do sistema de telefonia e redução de R\$650.000,00 por ano com custos de telefonia
Unidades Envolvidas	Todas as unidades do Poder Judiciário
Progressos	10%
Fase Atual	Conclusão do estudo de viabilidade técnica-econômica
Projeto de aquisição de <i>software</i> de gestão de manutenção	
Objetivo	Aquisição ou disponibilização de <i>software</i> para controle e gerenciamento das atividades de manutenção
Entregas Previstas	<i>Software</i> para gerenciamento dos serviços de manutenção
Unidades Envolvidas	Departamento de Manutenção e Serviços Gerais
Progressos	50%
Fase Atual	Em análise pela Setin
Modernização do sistema de áudio e vídeo do auditório do Pleno do TJCE	
Objetivo	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços com fornecimento de material para a execução dos serviços de modernização do sistema de áudio e vídeo do auditório do Pleno do Tribunal de Justiça Estado do Ceará e fornecimento de televisores
Entregas Previstas	Instalações dos sistemas de distribuição e controle de microfones, de distribuição e controle de áudio, de captação e distribuição vídeo
Unidades Envolvidas	Secad e Setin
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído em fevereiro/2014

Fonte: Secretaria de Administração



8.4 Cessão de imóveis em desuso ou subaproveitados

Durante o ano de 2014, mediante a análise de cada caso concreto, procedeu-se a cessão a outros órgãos públicos de 71 imóveis de propriedade do Poder Judiciário Estadual que estavam em desuso ou subaproveitados. Os processos de cessão foram conduzidos pela Secretaria de Administração em parceria com a Consultoria Jurídica.

É de se ressaltar que, com essa medida, além de desonerar o Poder Judiciário Estadual das despesas com a manutenção e a reforma de tais imóveis, beneficiou-se a sociedade como um todo, que passou a contar com novos equipamentos de utilidade pública.

8.5 Projeto de Segurança do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

O projeto tem como principais objetivos: proporcionar segurança a magistrados, servidores e jurisdicionados; evitar o furto de armas de fogo das Unidades do Poder Judiciário; controlar o acesso, a permanência e a circulação de pessoas às dependências do Tribunal de Justiça e das demais unidades judiciárias; aumentar a sensação de segurança no ambiente interno das repartições da Justiça estadual, além de contribuir para o atendimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça acerca da segurança institucional (Resoluções nº 104/2010 e nº 176/2013).

Em razão de sua complexidade, o projeto envolveu várias secretarias e assessorias, com atribuições específicas: Assistência Militar, Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, Secretaria de Administração, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Finanças, Consultoria Jurídica, Assessoria Institucional e Assessoria Especial da presidência do TJCE.

Dentre as principais entregas do Projeto em tela, destacam-se:

8.5.1 Aquisição de detectores de metais portáteis

Por meio do Pregão Eletrônico nº 24/2013, foram adquiridos e entregues 222 detectores de metais portáteis em todos os Fóruns do Poder Judiciário estadual, instrumentos estes utilizados para salvaguardar a integridade física do corpo de magistrados e servidores no exercício de suas



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

funções. Esses equipamentos, desde janeiro de 2014, passaram a ser utilizados em todas as comarcas.

8.5.2 *Aquisição e instalação de pórticos detectores de metais*

Por meio do Pregão Eletrônico nº 39/2013, foram adquiridos 248 pórticos detectores de metais. O processo de instalação dos referidos equipamentos teve início em 10 de fevereiro de 2014 com previsão de encerramento em 31 de janeiro de 2015. Até a presente data, 243 pórticos foram instalados nas diversas unidades da capital, da região metropolitana e do interior do Estado, restando pendentes apenas sete portais, a serem instalados nas seguintes unidades judiciárias: 25ª unidade do JECC (Unifor), 12ª unidade do JECC (FIC); nova sede do JECC da Comarca de Aracati e Fórum de Juazeiro do Norte.

8.5.3 *Implantação do sistema VW/ACESSO e contratação de recepcionistas*

Por meio do Pregão Presencial nº 02/2013 foi celebrado o Contrato de Trabalho nº 56/2013, tendo como objeto a contratação de 27 recepcionistas, cuja finalidade principal é identificar e cadastrar visitantes, por meio de sistema informatizado de controle de acesso, encaminhando-os ao setor desejado mediante a entrega de crachá ou adesivo de identificação. Referido sistema de controle, denominado Sistema de Controle de Visitantes (SISCONVI), foi implantado nas seguintes unidades do Poder Judiciário: Sede do Tribunal de Justiça, Corregedoria Geral de Justiça, Centro de Documentação e Informática, Fórum Clóvis Beviláqua, Fórum das Turmas Recursais, Fórum da Comarca de Caucaia, Fórum da Comarca de Maracanaú, Fórum da Comarca de Sobral e Fórum da Comarca de Juazeiro do Norte.

8.5.4 *Implantação do sistema de segurança eletrônico e uso obrigatório de crachás*

Por meio do Pregão Eletrônico nº 13/2014, foi adquirido sistema de segurança eletrônico contendo catracas eletrônicas, *software* de controle de acesso, impressora/codificadora de cartões e cartões de proximidade inteligentes. Referido sistema foi instalado nas seguintes unidades: Palácio da Justiça, Corregedoria Geral da Justiça, Centro de Documentação e Informática, Fórum Clóvis Beviláqua, Fórum das Turmas Recursais, Fórum de Caucaia, Fórum de Maracanaú, Fórum



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

de Sobral e Fórum de Juazeiro do Norte. O processo de instalação do sistema teve início em 14 de julho de 2014 e se encerrou em 05 de agosto de 2014.

No que se refere aos cartões de acesso, foram distribuídos, até novembro do corrente ano, 4.586 crachás de identificação para magistrados, servidores, terceirizados, estagiários e visitantes com a finalidade de permitir o acesso dos usuários por meio das catracas instaladas nas dependências do Palácio da Justiça, Corregedoria, Fórum da capital e nas entrâncias finais. A produção dos crachás foi realizada pelo Departamento Editorial Gráfico da Assessoria Institucional.

8.5.5 Regulamentação do acesso aos prédios do Tribunal de Justiça

Por meio da Portaria de nº 1133/2014, publicada Diário da Justiça de 30 de maio de 2014, foi regulado o controle de acesso, a circulação e a permanência de pessoas nas dependências do Poder Judiciário do Estado do Ceará, disciplinando, inclusive, o acesso de pessoas armadas aos prédios da Justiça Estadual.

8.5.6 Aquisição de veículos para recolhimento de armas

Por meio do Pregão Eletrônico nº 01/2014 foram adquiridos dois veículos tipo pick-up com a finalidade de dar continuidade aos serviços de recolhimento de armas nas comarcas do interior do Estado do Ceará.

8.5.7 Operacionalização do CADARM

O sistema de Cadastro, Acompanhamento e Destruição de Armas e Munições (CADARM) apreendidas e de posse nas unidades judiciárias do Estado do Ceará possibilitou a inclusão, a movimentação, a consulta, o recolhimento e o encaminhamento para destruição de armas e munições. Esse procedimento encontra-se em fase de operacionalização.

8.5.8 Formação e requalificação de brigadas de combate a incêndios

Na área de prevenção e combate a incêndio foram tomadas as seguintes providências:



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

8.7 Atividades operacionais

Seguem as principais ações desenvolvidas pela Assistência Militar com o apoio da 3ª Companhia de Policiamento de Guarda e da 8ª Seção de Bombeiros:

- i. elaboração de planos de policiamento para atividades diversas (Operação Carnaval, Operação Eleição, Solenidade de Posse dos Desembargadores, dentre outros);
- ii. segurança nas sedes das diversas unidades do Poder Judiciário da capital;
- iii. fiscalização diária, por parte dos Oficiais de serviço, das unidades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Poder Judiciário;
- iv. Segurança dos desembargadores por ocasião da realização das sessões do Órgão Especial e do Pleno do TJCE;
- v. segurança nas salas de audiências e julgamentos para os magistrados de primeiro ou segundo grau;
- vi. controle, por parte dos comandantes de guarnições de serviço do TJCE, dos serviços realizados no interior do prédio aos sábados, domingos e feriados;
- vii. atuação preventiva de combate a incêndio e primeiros socorros nas Missas de Ação de Graças, Solenidades de Posse dos novos desembargadores, nos Órgãos Especiais, Câmaras Cíveis e Criminais e Conselho da Magistratura e nos eventos: júris (Fórum Clóvis Beviláqua), Semana da Conciliação (Fórum Clóvis Beviláqua e unidades dos Juizados Cíveis e Criminais) e nas Palestras e Seminários ocorridos na ESMEC;
- viii. atendimentos pré-hospitalar (primeiros socorros), com aferição de pressão arterial no Palácio da Justiça e no Fórum Clóvis Beviláqua;
- ix. poda de árvores em situação de risco de queda na sede do Palácio da Justiça, no Fórum Clóvis Beviláqua, nas unidades de Juizado Especial, no CDI, no Fórum das Turmas Recursais e na Creche do Poder Judiciário.

Seguindo as diretrizes do Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua e as orientações da Assistência Militar do TJCE, foram desenvolvidas as seguintes atividades no citado Fórum:

- i. acompanhamento de cumprimento de mandados: executadas 415 ações de auxílio aos oficiais de justiça por determinação judicial no cumprimento de mandado,



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

quando são utilizados dois policiais do efetivo do grupo de segurança do Fórum Clóvis Beviláqua;

- ii. condução de presos ou menores/adolescentes: executadas 243 determinações para condução às delegacias e aos Centros Educacionais para Menores e Projeto Justiça Já, sendo 90 prisões e 153 apreensões;
- iii. apoio ao plantão judicial e urgência (cumprimento de mandados): executados 46 acompanhamentos aos oficiais de justiça, sendo 18 no plantão judiciário, em saídas durante os finais de semana e feriados e 28 em caráter de urgência para o cumprimento de mandados judiciais;
- iv. atendimento de ocorrências: foram atendidas 56 ocorrências, tanto interna como externamente, para garantir a tranquilidade na execução do mister do Poder Judiciário, bem como cumprir o ditame constitucional de preservação da ordem pública;
- v. acompanhamento de audiências das varas do júri e dos plantões: oferecida segurança em 310 sessões de julgamentos e audiências, onde foram empregados de um a dois policiais em cada sessão, dependendo da solicitação do magistrado e/ou da quantidade de réus.



9. AUDITORIA E CONTROLE INTERNO

9.1 Plano Anual e de Longo Prazo de Atividades de Auditoria

As atividades de Auditoria têm como suporte os Planos Anuais de Atividades aprovados pela Presidência do TJCE, os quais são balizadores das ações de controle ao longo dos períodos considerados, destacando-se que são passíveis de alterações para se adequarem a novos cenários e atenderem a demandas extraordinárias de órgãos internos e externos.

Em 2013, por exigência da Resolução nº 171, de 1º de março de 2013, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Auditoria Administrativa de Controle Interno do TJCE (Audin) elaborou o primeiro Plano de Auditoria de Longo Prazo, compreendendo as atividades dos anos de 2014 a 2017.

Os planos são elaborados tendo como premissas básicas as atribuições legais da Audin, os objetivos estratégicos do Poder Judiciário e as diretrizes estabelecidas pelo CNJ, observando-se, principalmente, os riscos dos recursos públicos aplicados envolvendo a materialidade, a criticidade, a complexidade e a relevância.

Como toda atividade que depende em parte de fatos e acontecimentos futuros, um Plano de Auditoria estará sempre passível de modificações quanto às prioridades antes definidas, necessitando de adequações pontuais a partir do momento em que se apresente nova realidade no curso do interstício considerado de realizações.

As atividades de auditoria realizadas no biênio de 2013-2014 estão especificadas a seguir, destacadas por tipo a que se referem.

9.2 Atividades de gestão, acompanhamento e assessoramento

As atividades executadas relativas à gestão, acompanhamento e assessoramento foram:

- i. elaboração dos Relatórios Anuais de Atividades da Auditoria Interna dos anos de 2013 e 2014;
- ii. elaboração dos Planos Anuais de Atividades da Auditoria Interna para os anos de 2014 e 2015;
- iii. elaboração do Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP 2014-2017);



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

- iv. análise e certificação das Prestações de Contas de 2012 e 2013 do TJCE;
- v. análise e certificação das prestações de contas de 2012 e 2013 do Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário (Fermoju);
- vi. análise e certificação das prestações de contas de 2012 e 2013 do Fundo Especial Estadual de Segurança dos Magistrados (Funseg);
- vii. análises e certificação dos relatórios trimestrais da gestão fiscal – 2012 a 2014;
- viii. acompanhamento da execução orçamentária de 2013 e 2014;
- ix. monitoramento das recomendações formuladas em relatórios de auditoria;
- x. análise e emissão de parecer sobre atos e processos administrativos;
- xi. monitoramento do Portal da Transparência e do Portal de Acesso à Informação;
- xii. apoio aos órgãos de controle externo.

9.3 Auditorias de processos operacionais ou de regularidade

As auditorias de processos operacionais ou de regularidades estão especificadas a seguir:

- i. Fermoju – PIMPJ Fonte 15;
- ii. Folha de Pagamento – Levantamento de Dados;
- iii. Folha de Pagamento – Despesa de Pessoal;
- iv. Despesas de Exercícios Anteriores;
- v. Fermoju – Recursos Diretamente Arrecadados (02 auditorias);
- vi. Equipamentos e Material Permanente;
- vii. Suprimentos de Fundos (02 auditorias)
- viii. Locação de Mão de Obra;
- ix. Indenizações e Restituições – Compensação aos Registros Cíveis;
- x. Manutenção, Conservação e Guarda de Documentos;
- xi. Folha de Pagamento (PCCR);
- xii. Material de Consumo;
- xiii. Auxílio-Alimentação.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

- iii. Gestão de Processos Judiciais de 1ª Instância (Sistema – Módulo de Distribuição Processual);
- iv. Depósitos Judiciais (Sistema de Guias Extrajudiciais Online);
- v. Modelo de Contratação e Gestão de Soluções de Tecnologia da Informação – ação coordenada pelo CNJ.

9.7 Auditorias especiais

A seguir, estão relacionadas as auditorias especiais que foram realizadas para atender à solicitação expressa de autoridade competente:

- i. Construtora Nocal (contrato nº 34/2009);
- ii. Avaliação de Controle Interno – ação coordenada pelo CNJ;
- iii. Reforma do Fórum Clóvis Beviláqua (contrato nº 51/2012 – Lotil Engenharia Ltda; contrato nº 22/2013 – Acistel Comércio, Manutenção e Instalação Ltda. ME; contrato nº 31/2013 – IGC Empreendimentos Imobiliários Ltda; contrato nº 44/2010 – Consórcio Justo);
- iv. Contrato nº 46/2009 – Embratec Good Card.

9.8 Auditorias preventivas

Realização de atividades de auditoria de cunho preventivo, buscando-se, em parceria concomitante com os demais órgãos do TJCE, aprimorar os processos e procedimentos no seu nascedouro, de sorte a se evitar ou minimizar distorções operacionais posteriores. Durante o período em análise, destacam-se as auditorias preventivas realizadas na Comissão Permanente de Licitação, envolvendo os seguintes processos: Pregão Eletrônico nº 57/2012, Pregão Eletrônico nº 59/2012, Pregão Eletrônico nº 63/2012, Pregão Eletrônico nº 67/2012, Pregão Eletrônico nº 71/2012 e Tomada de Preços nº 07/2012.



9.9 Atividades de monitoramento

Realização de atividades de acompanhamento das recomendações inseridas nos relatórios de auditoria, quanto a sua efetiva e tempestiva implantação por parte dos gestores das áreas objeto dos trabalhos de auditoria.

Destaque-se a adesão dos gestores no sentido de se reportarem às recomendações presentes nos relatórios de auditoria, inferindo-se êxito no propósito de conscientizá-los quanto à necessidade de adoção de controles eficazes em suas áreas de atuação, ocasionando, assim, melhoria dos processos e procedimentos operacionais, administrativos e de gestão, possibilitando, ainda, minimizar riscos na execução das atividades da administração pública.

9.10 Apoio ao controle externo

A unidade de Controle Interno prestou apoio e assessoramento aos trabalhos de inspeção e as visitas realizadas pelos órgãos de controle externo no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, cumprindo atribuições e competências normativas.

9.11 Seminário interno de auditoria

O Seminário Interno de Auditoria é realizado anualmente objetivando nivelar e integrar a equipe da Audin sobre os procedimentos de auditoria, contando com a participação de todos os servidores da unidade, onde são discutidas ações e procedimentos de interesse do grupo a serem implementados ou aprimorados.

A participação efetiva da equipe no Seminário é fator decisivo para o sucesso do seminário, onde são apresentados e discutidos planejamento, procedimentos, novas tendências de auditoria, ou seja, temas impactantes para as atividades de controle interno.

9.12 Meta 16/2013 do CNJ

No ano de 2013, o Conselho Nacional de Justiça estabeleceu atribuições para fortalecer a estrutura de controle interno dos Tribunais de Justiça para realização das atividades de auditoria, com funcionamento regulamentado e pessoal qualificado para as funções de controle.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Referida Meta, cujo monitoramento foi realizado pela Secretaria de Controle Interno do CNJ, surgiu no contexto do combate a desperdícios de dinheiro público e do estabelecimento de ações preventivas a eventuais atos de improbidade que possam ser cometidos em âmbito interno do Poder Judiciário.

A unidade Administrativa de Controle Interno do TJCE, ao longo do ano de 2013, cumpriu em 100% da meta estabelecida pelo CNJ para as unidades de controle interno do Poder Judiciário.

9.13 Sistema Informatizado de Auditoria – SISAUD

As atividades de auditoria compreendem o planejamento, a execução, a supervisão e a emissão de relatórios, além do acompanhamento das recomendações efetivadas nas auditorias realizadas.

Para tanto, faz-se necessário dotar a unidade de Controle Interno com uma solução de tecnologia que automatize tais atividades de avaliação e controle do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, tornando-as mais céleres e eficientes.

Diante dessa necessidade está sendo realizado levantamento dos requisitos do Sistema de Auditoria, cuja solução proporcionará, principalmente, a automatização e integração dos procedimentos e sistemas; a racionalização, padronização e otimização das rotinas de trabalho; a garantia da infraestrutura adequada para a excelência na gestão; economicidade e eficiência na utilização dos recursos e maior transparência e intercâmbio de conhecimento entre os membros da equipe.

9.14 Controle interno de precatórios

A Assessoria de Precatórios tem primado, desde sua implantação em 2013, pela contínua auditoria nos precatórios, especialmente quando possível a liberação de recursos em favor dos credores.

Também constitui função essencial o controle dos processos administrativos dos entes devedores e respectivas contas bancárias (contas especiais), buscando acompanhar os aportes



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

realizados, identificar a necessidade de promover sequestros e conhecer o montante de recursos disponíveis para pagamento dos precatórios de cada ente.

Para atingir os fins acima descritos, houve a redistribuição de tarefas com o envolvimento de dois servidores na execução das mesmas atividades, inclusive no que diz respeito ao controle de precatórios, cronologia, credores/devedores, observando o movimento diário das contas dos entes públicos.

Inclui-se ainda, no ponto, a verificação prévia da formação do precatório, quando do envio pelo juízo da execução de requisições novas via SAPRE para observância dos documentos necessários à adequada instrução do precatórios e conformidade dos valores requisitados com o título executivo de onde originado o crédito.

Considerando a necessidade de garantir a guarda segura das informações contidas nos autos de precatórios em favor das partes interessadas, sobretudo quando contiverem informações pessoais e bancárias das mesmas, foi publicada a Portaria nº 395/2014. A partir desse ato, os precatórios passaram a tramitar em segredo de justiça, sendo exigido, para o acesso aos respectivos processos virtuais, o uso de senha fornecida às partes legitimadas.



10. COMUNICAÇÃO

10.1 Produção de notícias

As atividades voltadas à divulgação das ações e decisões da Justiça estadual são coordenadas pela Assessoria de Comunicação do Poder Judiciário (Ascom) tendo, como parâmetros, diretrizes da Presidência do TJCE e da Resolução nº 85/2009 do CNJ. Durante a gestão 2013-2015, foram centrados esforços para subsidiar a mídia com informações que mostrassem um Judiciário atuante com iniciativas em busca de melhoria na prestação jurisdicional.

Para a produção de notícias, a Ascom conta com a disponibilidade do corpo de magistrados, gestores e servidores do Poder Judiciário e também recorre a outras fontes de informação como o Diário da Justiça Eletrônico, a cobertura das sessões do Tribunal Pleno, Órgão Especial, Câmaras Cíveis e Criminais.

Os profissionais do setor fazem a cobertura jornalística (textos e fotos) dos principais eventos do Judiciário do Ceará, buscando a instantaneidade da informação. Com essa diretriz, procura atualizar constantemente o site e as redes sociais do Tribunal.

Figura 1 – Cobertura jornalística dos principais eventos da Justiça



Fonte: Assessoria de Comunicação



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

10.2 Canais de divulgação

O site do TJCE (www.tjce.jus.br), o Facebook, o Twitter e dois boletins eletrônicos são os principais meios utilizados diariamente para divulgar as notícias da Justiça estadual. De acordo com levantamento realizado pela Secretaria de Tecnologia da Informação a partir da ferramenta Google Analytics, a consulta de notícias está entre as cinco páginas mais acessadas do Portal do Tribunal. A principal estratégia utilizada para conquistar o leitor é a credibilidade da informação. Além disso, há a preocupação de apresentar textos com linguagem clara e acessível, buscando-se sempre tornar de fácil compreensão eventuais termos jurídicos utilizados.

Figura 1 – Site do TJCE



Fonte: Assessoria de Comunicação

Por meio do *link* “Fale com a Assessoria”, disponível no site do TJCE, o setor atende às mais diversas demandas, incluindo solicitação da imprensa local e nacional. De janeiro de 2013 a outubro de 2014, 1.114 e-mails foram encaminhados à Assessoria. Todos os e-mails são checados e anotados em planilha com autor, data e conteúdo. O contato com a imprensa é feito também por telefone. A Ascom é responsável, ainda, pela organização de entrevistas durante eventos realizados no âmbito da Justiça estadual.

O incremento do número de acessos ao Facebook e ao Twitter do Tribunal é um desafio que vem sendo monitorado desde o segundo semestre de 2013, quando foram contabilizados 3.639 seguidores no Twitter e Facebook. Até outubro de 2014, esse valor subiu para 8.726. Apesar do significativo aumento, ainda é preciso conquistar mais pessoas.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

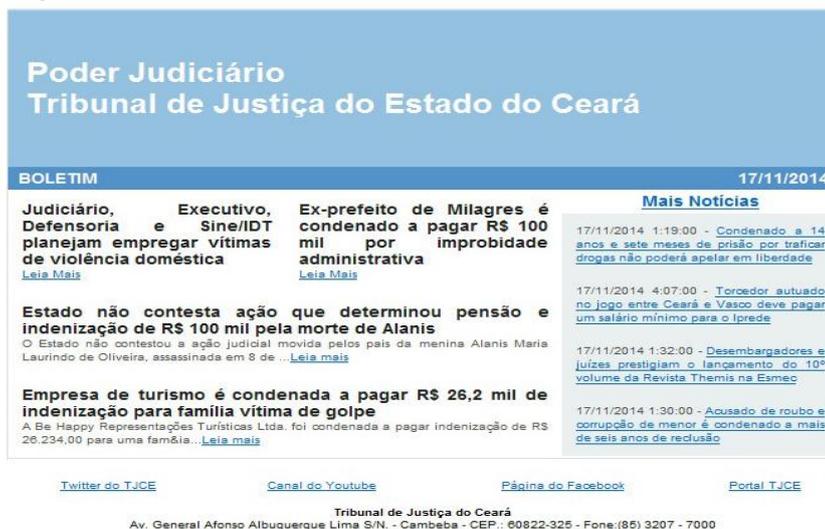
Figura 3 – Twitter (à esquerda) e Facebook (à direita)



Fonte: Assessoria de Comunicação

Além da disponibilização das matérias no site e nas redes sociais do TJCE, são editados diariamente dois boletins, um, às 15h, direcionado a rádios da capital e do interior), e o outro, ao final da tarde, para 106 veículos cadastrados no mailling. Foi criado sistema para produção e envio dos boletins em formato “newsletter”, com *layout* funcional, valorizando as principais notícias. Até o final de 2014, a nova ferramenta deverá funcionar integralmente.

Figura 4 - Boletins de Notícias



Fonte: Assessoria de Comunicação



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Registra-se que a Assessoria de Comunicação é ainda responsável pelo monitoramento das matérias produzidas pelo setor e aproveitadas pelos veículos de comunicação. O setor também contabiliza o número de seguidores nas redes sociais e classifica o conteúdo publicado em jornais, blogs e sites como positivo ou negativo. Já o acompanhamento das notícias veiculadas em TVs e rádios é feito por empresa terceirizada.

Programa de Rádio e campanha para incrementar o acesso às redes sociais do TJCE integram as estratégias da Ascom para ampliar os canais de divulgação nos próximos anos. Também é meta do setor incluir o Judiciário estadual no Instagram e no Flickr, a exemplo do Conselho Nacional de Justiça e do Superior Tribunal de Justiça. Tal medida deverá constar no próximo Plano de Comunicação.

10.3 Publicações: “Judiciário Notícias” e “Judiciário em Foco”

As principais notícias produzidas no intervalo de dois meses são publicadas no jornal bimestral “Judiciário Notícias”, com tiragem de 750 exemplares. Com projeto gráfico da Ascom, o jornal é distribuído nas unidades do Judiciário da Capital e do Interior, bem como a autoridades do Executivo, Legislativo e jornalistas diversos. No final do ano, é editada a revista “Judiciário em Foco” e, no final de cada gestão, publicada uma edição com as mais significativas ações durante o biênio.

Figura 5 – Jornal e Revista



Fonte: Assessoria de Comunicação



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

10.4 Programa “Judiciário em Evidência”

A celebração de convênio entre o Tribunal de Justiça e duas emissoras de televisão – TV Assembleia (canal 30 da TV aberta e do Multiplay), em outubro de 2013, e TV O Povo (canal 48 da TV aberta e 23 do Multiplay), em novembro de 2013 – expandiu o alcance do programa de TV “Judiciário em Evidência”, produzido pela Assessoria de Comunicação com exibição semanal. Antes o programa fazia parte somente da grade de programação de uma emissora – a TV Fortaleza (canal 6 do Multiplay, 61.4 da TV aberta digital e 361.4 da Sky). Agora, além das três televisões, é veiculado no site do TJCE e no YouTube. Até outubro de 2014, foram produzidos 81 programas.

Figura 6 – Frame da gravação em estúdio



Fonte: Assessoria de Comunicação

10.5 Clipping de Notícias

O *clipping* das notícias publicadas no Diário do Nordeste, O Povo e O Estado é feito diariamente pela Ascom, que monitora também 40 principais blogs e sites. Em 2014, a inserção do *clipping* na *intranet* do TJCE passou a ser feita por meio da plataforma *wordpress*. Foi desenvolvido, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação, sistema para o *clipping*



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

digital, possibilitando economia de papel. Anteriormente, o *clipping* era impresso no Parque Gráfico e entregue nos 43 gabinetes dos desembargadores.

Figura 7 – Clipping Eletrônico

The screenshot shows the website interface for the Poder Judiciário do Estado do Ceará. The header includes the logo and navigation links like 'Início Clipping', 'Notícias RSS', 'Fale Conosco', and 'Webmail'. The main content area features a search bar, a calendar for November 2014 (with the 6th highlighted), and a news section. The featured article is titled '[LEI MARIA DA PENHA] Monitoramento eletrônico para infratores no interior é pauta de debate no TJCE'. Below the article, there are 'Notícias' listed with dates and titles.

Fonte: Assessoria de Comunicação

10.6 Campanhas e divulgações internas

A *intranet* é o meio mais utilizado pela Assessoria de Comunicação para interagir com o público interno, por meio de notícias, *banners* e *clipping* eletrônico. Em média, são publicadas dez matérias por dia, de âmbito administrativo e judicial. Até janeiro de 2015, será disponibilizada a nova intranet do TJCE, desenvolvida conjuntamente pela Setin, Seplag e Ascom, com *layout* que proporcionará mais visibilidade às ações desenvolvidas pelas secretarias e departamentos.

Vale registrar, ainda, a criação e divulgação de campanhas institucionais, por meio da produção de *banners*, cartazes e logomarcas, a saber:

- i. logomarca do “Fórum Sustentável”;
- ii. projeto gráfico do folder “Conhecendo o Fórum Clóvis Beviláqua”;
- iii. banner com as ações da gestão 2013-2015;
- iv. campanha institucional para divulgação do Selo Extrajudicial Digital;
- v. cartazes para mutirões e datas comemorativas, como Doação de Brinquedos, Dia das Mães e Mutirão de Conciliação.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Figura 8 - Campanhas Institucionais



Fonte: Assessoria de Comunicação

10.7 Programa Justiça e Cidadania

Tem como objetivo estabelecer um canal de comunicação entre o Judiciário cearense e a Sociedade, por meio de iniciativas que divulguem, com transparência, clareza e linguagem acessível, aspectos relativos ao papel, estrutura e funcionamento deste Poder, além de orientar o cidadão sobre seus direitos.

Dentre as iniciativas contempladas pelo Programa, destaca-se o acolhimento de estudantes da rede municipal e estadual de ensino, bem como, das universidades públicas e privadas, proporcionando-lhes visitas guiadas às dependências do Tribunal de Justiça, com a finalidade de conhecerem o Judiciário. Ainda faz parte do Programa a ida de magistrados às escolas para a realização de palestras sobre temas variados.

Em 2014, um total de 8.928 estudantes foram contemplados pelo Programa, que é conduzido pela Assessoria de Cerimonial, em parceria com a Assessoria Institucional e com a Assessoria de Comunicação.



10.8 Projeto Cidadania Judiciária

Com vistas a aproximar o Poder Judiciário cearense e a sociedade, foi idealizado pela Assessoria Institucional, o Projeto de Cidadania Judiciária, que resultou no contrato celebrado entre o Tribunal de Justiça e a Fundação Demócrito Rocha para o desenvolvimento do Programa de Cidadania Judiciária, uma iniciativa inédita no âmbito do Poder Judiciário que visa a promover a qualificação integrada e o aperfeiçoamento do diálogo e debate social, com base em ferramentas de democracia participativa.

Tendo como foco a cidadania na cena do Judiciário com a sociedade, os movimentos sociais, agentes públicos, alunos e professores de ensino médio, o Programa fundamenta-se na utilização de instrumentos pedagógicos de ensino à distância, ferramentas voltadas para o resgate histórico deste Tribunal, além de subsídios que visem à mobilização em mídias sociais. O objetivo é o desenvolvimento de um canal de comunicação entre a sociedade e o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

O conteúdo do Programa foi subdividido em duas fases, a saber:

- i. 1ª fase:
 - temas abordados: “Direitos e Deveres do Cidadão”, “Organização Social Brasileira” e “Cidadania na Comunidade”;
 - material disponibilizado: kit “Cidadania Judiciária” contendo 03 DVDs-libretos, com material impresso e em vídeo alusivos aos subtemas da etapa, a serem distribuídos a 2.500 entidades da sociedade organizada.
- ii. 2ª fase:
 - temas abordados: “A Justiça e a Escola”, “A Justiça e os Direitos Sociais” e “Agentes da Justiça”.
 - material disponibilizado: kit “Cidadania Judiciária” contendo 03 DVDs-libretos, que serão repassados a 600 escolas da rede pública, 500 entidades de movimentos sociais e a agentes da Justiça.

Além deste material, serão confeccionados fascículos a serem encartados em jornal de grande circulação para acesso à população em geral, sendo realizados também, por meio de um ambiente virtual de aprendizagem, cursos relacionados às vertentes utilizadas para os interessados em participar.



11. OUTRAS AÇÕES E PROJETOS

11.1 Realização do II Ciclo de Palestras – Gestão Organizacional: Eficiência na Gestão Pública

Tendo como objetivo a disseminação de metodologias de gestão adequadas ao desenvolvimento organizacional, foram realizadas palestras e mesa redonda com personalidades da área estratégica dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, destinadas a gestores e servidores do TJCE. A ação foi promovida pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas, e incluiu a realização dos seguintes eventos:

- i. Palestra Inovação em Gestão (22/08/2104)
- ii. Palestra Controle Externo (12/09/2014)
- iii. Mesa Redonda: Programa GesPública (22/10/2014)
- iv. Palestra Governança, Estratégia e Desempenho no Setor Público (28/11/2014)

11.2 Gestão do conhecimento organizacional

Tendo como objetivo a implantação de práticas relacionadas aos processos de identificação, armazenamento, estruturação e compartilhamento do conhecimento organizacional, foram conduzidas diversas ações pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão ao longo do biênio 2013-2014, merecendo realce:

- i. padronização, elaboração de regras e realização de capacitação junto às unidades do TJCE para elaboração do Relatório Anual de Gestão, em conformidade com as regras da ABNT, às diretrizes dos órgãos de controle externo e aos objetivos institucionais de retenção de conhecimento;
- ii. reestruturação do Portal da Transparência do TJCE, com a reorganização das páginas e menus de acesso, um melhor detalhamento das informações e a disponibilização de arquivos em formatos abertos e não proprietários. Foram realizados, ainda, um mapeamento de informações, prazos e periodicidades de atualização, bem assim um



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

- alinhamento junto às unidades responsáveis pelos dados, como forma de garantir a completude e atualização dos dados disponibilizados à sociedade;
- iii. desenvolvimento de repositório central de informações e conhecimentos organizacionais – a Central do Conhecimento – que proporcionou aos servidores, gestores e magistrados um acesso ampliado e simplificado às informações e aos conhecimentos organizacionais existentes, bem como uma plataforma virtual de compartilhamento e colaboração;
- iv. realização das palestras “Transformando Conhecimento em Valor” no Tribunal de Justiça e no Fórum Clóvis Beviláqua, com o objetivo de difundir a importância dos conhecimentos organizacionais e estimular a cultura de compartilhamento e criação de novos conhecimentos no Poder Judiciário cearense;
- v. reestruturação e modernização do Portal do TJCE na rede mundial de computadores e da *intranet*, esta última a ser divulgada até janeiro de 2015;
- vi. elaboração das Políticas de Gestão de Conteúdos da *intranet* e do Portal do TJCE na rede mundial de computadores, a segunda instituída por meio da Portaria nº 672, de 07 de abril de 2014, contendo regras e permissões para inclusão, atualização e gestão dos conteúdos institucionais disponibilizados no referido portal;
- vii. levantamento de conteúdos, padronização e fornecimento de orientações às unidades do TJCE para elaboração do Relatório de Transição 2014, em conformidade com as regras da ABNT e às diretrizes estabelecidas na resolução nº 95 do CNJ, de 29 de outubro de 2009, que dispõe sobre a transição dos dirigentes dos Órgãos do Poder Judiciário.

11.3 Acompanhamento de estatísticas e informações gerenciais

No campo das estatísticas, além das ações descritas na seção “Estatística Processuais”, foi empreendida pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão uma série de ações buscando o acompanhamento sistemático e um maior suporte a magistrados e servidores em relação a metas e indicadores do TJCE, destacando-se:



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

- i. criação de novos modelos de acompanhamento das metas do Judiciário Nacional, que apresentam tabelas e gráficos com os resultados alcançados por cada instância do TJCE;
- ii. apoio no acompanhamento pelo Gestor da Meta 4 de 2014, Desembargador Inácio Alencar, referente a processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública, como forma de subsidiar os trabalhos por ele executados e fomentar o cumprimento da meta;
- iii. constante revisão e adequação de parâmetros de extração das informações referentes ao relatório Justiça em Números e às Metas do Conselho Nacional de Justiça (Metas 1, 2, 4 e 6 em 2014), em prol da fidedignidade dos dados;
- iv. Apoio metodológico na construção de indicadores e metas para o Planejamento Estratégico 2015-2020.

Elencam-se, demais disso, os estudos estatísticos e os relatórios de gestão elaborados pela Seplag ao longo do biênio, que subsidiaram a Gestão na tomada de decisão e no acompanhamento sistemático de resultados, promovendo, ainda, um melhor entendimento por parte de magistrados e servidores a respeito das metas e indicadores do TJCE, a saber:

Tabela 42: Estudos e Relatórios elaborados pelo Departamento de Informações Gerenciais

Nome	Descrição
Boletim Estatístico 2013.1	Consolida e apresenta os resultados do TJCE em indicadores estratégicos, do Relatório Justiça em Números e Metas Nacionais, referentes ao 1º semestre de 2013
Nota Técnica 01/2013	Analisa e fornece esclarecimentos a respeito do desempenho do TJCE nos indicadores contidos no Relatório Justiça em Números 2013 (ano-base 2012)
Relatório Anual de Gestão 2013	Consolida e apresenta as principais ações, projetos e resultados obtidos pelo TJCE no exercício de 2013
Boletim Estatístico 2013	Consolida e apresenta os resultados do TJCE em indicadores estratégicos, do Justiça em Números e Metas Nacionais, referentes ao ano de 2013
Nota Técnica 01/2014	Analisa de forma detalhada os critérios estabelecidos na Resolução nº 184/2013 do CNJ, que dispõe sobre os critérios para criação de cargos, funções e unidades judiciárias no âmbito do Poder Judiciário, bem assim apresenta o desempenho do TJCE nos referidos parâmetros.

Continua



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Conclusão

Nome	Descrição
Boletim Estatístico 2014.1	Consolida e apresenta os resultados do TJCE em indicadores estratégicos, do Justiça em Números e Metas Nacionais, referentes ao 1º semestre de 2014
Estudo Técnico 01/2014	Analisa os resultados obtidos pelo TJCE nos principais indicadores do Relatório Justiça em Números referentes ao exercício de 2013, trazendo, ainda, análises comparativas envolvendo a evolução dos mesmos com relação aos anos anteriores
Nota Técnica 02/2014	Analisa e fornece esclarecimentos a respeito do desempenho do TJCE nos indicadores contidos no Relatório Justiça em Números 2014 (ano-base 2013)
Nota Técnica 03/2014	Atualiza os resultados apresentados na Nota Técnica 01/2014, com a inclusão dos dados divulgados no Relatório Justiça em Números 2014 (ano-base 2013), bem como analisa os critérios estabelecidos na Resolução nº 184/2013 do CNJ e apresenta o desempenho do TJCE nos referidos parâmetros
Estudo Técnico 02/2014	Analisa a série histórica de resultados obtidos com relação às metas institucionais contidas no Plano Estratégico 2010-2014, bem como apresenta propostas de indicadores para o Plano Estratégico 2015-2020, de acordo com os macrodesafios estipulados pelo CNJ e com os objetivos estratégicos do novo plano
Relatório de Transição	Consolida e apresenta as principais ações, projetos e resultados obtidos pelo TJCE no biênio de 2013-2014 visando ao aporte informações para a equipe de gestores que estará à frente do Judiciário do Ceará no próximo biênio
Relatório de Gestão 2014	Consolida e apresenta as principais ações, projetos e resultados obtidos pelo TJCE no biênio de 2013-2014 com vistas ao registro gerencial e histórico da equipe de Gao tão que esteve à frente do TJCE nos anos de 2013 e 2014

Fonte: Departamento de Informações Gerenciais/Seplag

11.4 Curso Gestão do Conhecimento e Inovação

Visando ao aprimoramento de processos, produtos e serviços nas unidades judiciárias e administrativas do Poder Judiciário do Ceará, foi realizado o curso “Gestão do Conhecimento e Inovação”, em plataforma EaD, abordando conceitos introdutórios e técnicas relacionadas à inovação e à melhoria da gestão do conhecimento organizacional. A tutoria e a elaboração do conteúdo do curso foram realizadas por servidores da Secretaria Especial de Planejamento e Gestão.

11.5 Café da Gestão

Tendo como objetivo o aprimoramento de competências gerenciais e estratégicas dos seus servidores, a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão promove, semanalmente, o Café da Gestão – ciclo de palestras ministradas por gestores, servidores e convidados, sobre temas



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

relacionados à gestão. Os encontros proporcionam integração, compartilhamento de conhecimentos e debates em torno das lições aprendidas e das oportunidades de melhorias identificadas. Uma vez por mês mantém-se a rotina de convidar um palestrante externo para apresentar temas e discussões condizentes com os propósitos do Café da gestão. Nessas ocasiões, também são convidados servidores de outras áreas do Tribunal. Durante o ano de 2013, foram realizados 35 encontros do Café da Gestão, dos quais 02 foram conduzidos por palestrantes convidados de outras instituições governamentais. Por sua vez, em 2014 foram realizados 37 encontros, sendo 04 conduzidos por palestrantes externos.

11.6 Compartilhamento, fomento e reconhecimento de boas práticas de gestão

O TJCE, por meio da Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, busca incentivar a cultura da publicação de boas práticas de gestão no serviço prestado pelo Poder Judiciário do Estado através do Banco de Boas Práticas do Judiciário cearense. O Banco fica situado *on line* na Central do Conhecimento.

No ano de 2013, o Banco de Boas práticas recebeu o seguinte quantitativo de participações:

Tabela 43 – Práticas publicadas no Banco de Boas Práticas em 2013

Classificação	Boas práticas internas	Boas práticas externas
Administrativas	7	3
Jurídicas	4	5
Socioambiental	1	4

Fonte: Divisão de Gerenciamento da Inovação/Seplag

Já no ano de 2014, foi empreendido alinhamento das metas setoriais da GAM de 13 unidades do Judiciário cearense no sentido de as mesmas encaminharem semestralmente, no mínimo, uma boa prática de gestão para o Banco. No referido ano, o quantitativo de participações foi:



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tabela 44 – Práticas publicadas no Banco de Boas Práticas em 2014

Classificação	Boas práticas internas	Boas práticas externas
Administrativas	19	4
Jurídicas	1	5
Socioambiental	5	2

Fonte: Divisão de Gerenciamento da Inovação/Seplag

Com o intuito de reconhecer a qualidade e o compartilhamento de práticas de gestão, no ano de 2014 foi promovida a 2ª edição do “Prêmio Melhores Práticas de Gestão”. A premiação, ocorrida em março de 2014, referiu-se às boas práticas inscritas no Banco no ano de 2013, sendo esses os resultados da edição do Prêmio, conforme disciplinamentos editados pela Gestão 2013-2015 (Portaria nº 1117/2013 e Portaria nº 20/2014):

Tabela 45 - Edição 2013 do Prêmio Melhores Práticas de Gestão (premiação realizada em março de 2014)

Prática (título)	Colocação	Comarca	Autor(es)
Planejamento, metas e gestão de pessoas na administração judiciária como fator de valorização da imagem do Judiciário	1º lugar	Itapiúna	Dr. Erick Omar Soares Araujo (Magistrado)
Manual de rotinas cíveis e criminais	2º lugar	Fortaleza – 14ª unid. JECC	Francisca Nelzeny Feitosa Santos (Servidora)
Excelência no atendimento ao jurisdicionado	3º lugar	Fortaleza – TJCE	Desa. Sérgia Maria Mendonça Miranda (Magistrada)

Fonte: Divisão de Gerenciamento da Inovação/Seplag

11.7 Construção, validação, implantação e evolução do fluxo digital do plantão judiciário

Foi implantado pela Secretaria Judiciária, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação, o fluxo digital do Plantão Judiciário de segundo grau, a fim de possibilitar o recebimento, o cadastramento e o encaminhamento, no sistema SAJ-SG, dos processos recebidos durante os Plantões Judiciários realizados nos finais de semana e nos feriados.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

11.8 Análise do manual de racionalização de procedimentos do CNJ e validação da nova tabela de índices para realização de cálculos judiciais

Foi realizada, pela Secretaria Judiciária, análise do Manual de Racionalização de Procedimentos do Conselho Nacional de Justiça e validação de nova tabela de índices para a realização de cálculos judiciais.

11.9 Reforma nas instalações físicas das unidades administrativas vinculadas à Secretaria Judiciária

Foram realizadas reformas nas instalações do Departamento Judiciário Cível, Divisão de Distribuição e Departamento de Serviços Judiciários de Apoio, racionalizando os respectivos espaços físicos e adequando-os à realidade do processo eletrônico.

A reforma apresentou um quadro positivo de controle das atividades exercidas pelos servidores, melhorando o desempenho dos mesmos, a exemplo da concentração dos Serviços de Recursos das Câmaras em uma única área, como também a mudança do Serviço de Cálculos para uma sala com maior espaço físico e mais privacidade considerando o trabalho que o setor realiza.

11.10 Saneamento das informações dos sistemas SProc e SAJ-SG

Com escopo de reduzir a taxa de congestionamento do 2º grau (Meta Institucional nº 02), nos termos da Resolução nº 06/2014 do Órgão Especial, foi realizado pela Secretaria Judiciária o saneamento das informações processuais contidas nos sistemas SProc e SAJ-SG.

11.11 Descentralização do protocolo administrativo

Os departamentos desta Corte implantaram como boa prática, no exercício de 2014, a protocolização de CPA (Cadastro de Processo Administrativo) em todas as suas unidades, em conformidade com a Portaria nº 1994/2012.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

11.12 Projeto de transparência do protocolo e da distribuição

Visa disponibilizar ao público em geral informações acerca dos processos interpostos, através de monitores alocados no “hall” dos setores respectivos. O projeto é coordenado pela Secretaria Judiciária.

11.13 Certidão *on line* do 2º grau

O projeto, que é conduzido pela Secretaria Judiciária e se encontra em fase de planejamento, visa disponibilizar, no Portal do TJCE na rede mundial de computadores, o serviço de emissão de “Certidão *on line*” dos processos de 2º grau.

11.14 Reestruturação do setor de cálculos judiciais

Objetiva racionalizar, padronizar e manualizar os procedimentos e metodologias de cálculos financeiros adotados no Tribunal de Justiça e no Serviço de Contadoria do Fórum Clóvis Beviláqua, bem como adequar o espaço físico e os equipamentos, incrementar o quadro de pessoal e capacitar os servidores. O projeto se encontra na fase de realização e vem sendo coordenado pela Secretaria Judiciária.

11.15 Reestruturação da Assessoria de Precatórios

Conferindo especial atenção ao Serviço de Precatórios, foi proposto ao Poder Legislativo Estadual a alteração da Lei nº 12.483, de 3 de agosto de 1995, com o objetivo de transformar o antigo Serviço de Precatórios em Assessoria de Precatórios, órgão de assessoramento direto à Presidência, integrado por uma Assessoria de Cálculos e uma Assessoria Jurídica, sob a coordenação de um Assessor-chefe. A transformação ocorreu em 15 de julho de 2013, com a publicação da Lei nº 15.380, de 11 de julho de 2013.

Atualmente, referida unidade administrativa, além das assessorias citadas – dois assessores jurídicos e uma assessora técnica de cálculos –, conta com equipe de apoio compreendendo seis servidores efetivos, quatro funcionários terceirizados e doze estagiários, bem



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

como recebe o auxílio de dois assessores jurídicos cedidos pela Consultoria Jurídica e um assessor jurídico cedido pelo gabinete do Desembargador ocupante da Presidência.

Foi reestruturado, de igual forma, o espaço físico do setor, tendo sido iniciado projeto de ampliação e modernização nas suas instalações, objetivando adaptá-lo à nova estrutura organizacional trazida pela Lei nº 15.380/2013. O novo layout disponibiliza espaços que possibilitam comunicação direta entre o Assessor-chefe, as Assessorias Jurídica e de Cálculos, Sala de Apoio e o Gabinete do Juiz Auxiliar da Presidência, permitindo maior rendimento dos servidores atualmente lotados nesta unidade administrativa.

Nesse passo, houve alteração nas instalações do protocolo próprio da Assessoria de Precatórios, que passou a contar com espaço mais reservado para o atendimento às partes (credores/advogados/procuradores).

O protocolo também foi modernizado com a implantação do Sistema SAJ Protocolo, que permite o recebimento, digitalização e juntada imediata das petições apresentadas pelos credores em meio físico ao SAJ-SG – Fluxo de Precatórios. Importante salientar que os advogados cadastrados, a partir da publicação da Resolução nº 13/2013, do TJCE, passaram a apresentar suas petições virtualmente, fazendo uso do Sistema SAJ-SG.

No contexto da reestruturação, foram, ainda, realizadas as seguintes ações:

- i. promovida a readequação de metas e indicadores da GAM do setor;
- ii. oportunizada a capacitação da equipe de colaboradores: promoção de treinamento dirigido a todos os servidores da unidade no Sistema SAPRE, e, no decorrer do mês de novembro, o treinamento para uso do SAJ-SG – Fluxo de Precatórios (2013). Sobre o Sistema SAPRE, também foi promovida pela Assessoria de Precatórios capacitação externa, para servidores lotados no Fórum Clóvis Beviláqua e no TJCE (2014);
- iii. idealizado e posto em prática projeto de capacitação interna da equipe de colaboradores, compreendendo matéria de interesse da Assessoria de Precatórios e apresentada por servidores da própria unidade administrativa (2014);
- iv. alocação de servidores e estagiários, de acordo com suas aptidões, nas unidades internas da Assessoria de Precatórios (Apoio, Assessoria Jurídica e Assessoria Técnica de Cálculos);



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

- v. desenvolvimento de cultura interna do conhecimento compartilhado no setor, dotando todos os servidores do conhecimento geral sobre o trabalho dos colegas, com o objetivo de permitir que cada um possa substituir os demais quando necessário, em virtude de férias ou licenças, o que tem garantido a continuidade do serviço público prestado pelo setor;
- vi. reestruturação e atualização do Portal Eletrônico da Assessoria de Precatórios, com sua atualização constante, buscando o aprimoramento das informações a serem por meio dele divulgadas, incluindo ferramentas de consultas aos precatórios em andamento e peticionamento eletrônico.

11.16 Projeto Custeio da Prova em Processos Cíveis com Gratuidade Judicial

O projeto foi desenvolvido pela Secretaria Geral com o objetivo de possibilitar o pagamento, com fonte de custeio definida no orçamento do Poder Judiciário estadual, de honorários a peritos, tradutores e intérpretes em processos cíveis em que deferido o benefício da justiça gratuita, constituindo-se atualmente atividade desenvolvida pela Secretaria Judiciária.

A normatização da matéria se deu mediante à Resolução nº 10/2012, do Órgão Especial, tendo o projeto sido finalizado em outubro de 2014, com a publicação do Edital de Credenciamento nº 01/2014, de 31/10/2014, publicado no DJe de 03/11/2014, possibilitando ao Poder Judiciário estadual a formação do Banco de Peritos. Participaram da elaboração do referido edital de credenciamento a Consultoria Jurídica, a Secretaria Judiciária e a Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua

Foi ainda desenvolvido e implantado sistema informatizado para interessados em integrar o Banco Estadual de Peritos, mediante inscrição pela *internet*, possibilitando às unidades judiciárias o acompanhamento das informações relativas aos peritos cadastrados por comarca.

11.17 Gestão de Pessoas – magistrados de 1º Grau das comarcas do interior do Estado

É realizado, pela Secretaria Geral, o controle de todas as movimentações e afastamentos dos magistrados do 1º grau das comarcas do interior do Estado), tais como substituições, férias, licença para tratamento de saúde, outros afastamentos, bem como os procedimentos referentes à



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

promoção, à remoção, ao acesso e às permutas, além daqueles referentes ao provimento de vagas de membro efetivo e suplente das Turmas Recursais.

Nesse sentido, foi criada pasta compartilhada com informações sobre magistrados de 1º grau, permitindo seu acesso pelo Gabinete da Presidência, Secretaria Geral e Fórum Clóvis Beviláqua. Relativamente aos magistrados de 1º grau, são ainda realizadas:

- i. concessão de Suprimento de Fundo a magistrados do interior do Estado;
- ii. recadastramento dos pedidos de auxílio-moradia, havendo sido analisados cerca de 90 processos administrativos em 2013 e 71 em 2014, com verificação da instrução, expedição de comunicações, informações, despachos e planilhamento dos processos deferidos, implantados em folha, indeferidos ou com pendências;
- iii. análise de processos administrativos referentes às escolhas de Juízes Eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, na classe de Juiz de Direito, efetivos e suplentes, inclusive com preparo dos expedientes necessários às votações pertinentes durante sessão do Tribunal Pleno para a indicação dos escolhidos;
- iv. análise e autorização de cadastro dos magistrados e servidores no Infoseg, Renajud, Bacenjud e Infojud;
- v. levantamento sobre todas as situações de "respondência" dos magistrados lotados em comarcas do interior do Estado – seja dentro e/ou fora da respectiva zona judiciária de atuação, registrando-se a elaboração de portarias para definição de novas situações;
- vi. concessão de licença para tratamento de saúde a magistrados da capital.

Tabela 46 – Movimentações e afastamentos de magistrados das comarcas do interior do Estado

Portaria de designação para atuar em processo por natureza	2013	2014
Suspeição/Impedimento	43	20
Auxílio em Comarca	6	3
Resp. Férias	68	37
Resp. Licença	15	21
Resp. Vacância	31	10
Afastamento	3	4
Diretoria de Fóruns	20	8
Revogação	20	8
Celebração de Casamento	29	13

Fonte: Secretaria Geral



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

11.18 Assessoramento administrativo e financeiro/exercício de delegação

A Secretaria Geral atua no exercício de delegação de competências, na autorização, análise e revisão de informações em processos de compras e outros serviços cujo valor seja superior ao estabelecido para a modalidade Carta Convite – acima de R\$ 80.000,00, e, ainda, dos seguintes tipos de procedimentos:

- i. autorização de abertura de licitação, celebração de convênios, respectiva autorização de emissão de empenho, assinatura de Notas de Empenhos e reconhecimento de dívida, conjuntamente com os Secretários das áreas;
- ii. autorização de abertura de licitação, celebração de convênios, respectiva autorização de emissão de empenho, assinatura de Notas de Empenhos e reconhecimento de dívida;
- iii. ordenação e autorização de despesas relativas às atividades do Gabinete da Presidência e do Gabinete da Vice-Presidência, até o limite do valor estabelecido para a modalidade Tomada de Preços, inclusive a instauração de procedimento licitatório, sua homologação e ainda para compra e contratação de prestação de serviços para essas Unidades.

Os dados a seguir demonstram o volume quantitativo das citadas atividades:

Tabela 47 - Análise e Decisões em Processos Administrativos 2013-2014

Entrada		Saída		Arquivados	
2013	2014	2013	2014	2013	2014
10.105	9.051	9.748	8.797	393	215

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

Dentre outras ações desenvolvidas pela Secretaria Geral, destacam-se:

- i. a revisão da normatização da edição do Diário da Justiça – Portaria nº 41/2014;
- ii. a realização de campanhas, a cargo do Departamento de Serviços Integrados de Saúde como Triagem Vocal, Vacinação contra Gripe e Hepatite B, Combate e Prevenção da Obesidade, Combate à Hipertensão Arterial, Dia Mundial da Voz, Outubro Rosa e Novembro Azul;



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

entendimentos firmados pelo setor e encampados pela Presidência do TJCE no biênio 2013-2014. Espera-se que a revista sirva de parâmetro de consulta para as gestões vindouras.

11.21 Guarda e gerenciamento de processos físicos

Com a adoção pelo Tribunal de Justiça do Ceará do processo judicial eletrônico e, considerando o aumento da produção de informações em formato digital, tornou-se necessário que a Assessoria Institucional, por meio da sua Divisão de Gerenciamento Eletrônico de Documentos, realizasse a guarda e o gerenciamento dos autos físicos após a sua conversão. No biênio 2013-2014 foram recebidos 23.760 processos físicos, referentes às varas Cíveis, da Fazenda Pública, Criminais e de Trânsito. Da parte da Secretaria Judiciária, foram recebidos 7.896 processos.

No que concerne aos processos relativos ao 2º grau, a Assessoria Institucional, por meio da sua Divisão de Arquivo, desempenhou as seguintes ações: conferência, higienização, triagem e reorganização de 1.200 caixas de 20kg e de 760 caixas tipo box; arquivamento e desarquivamento de 15.447 processos, dos quais 14.955 eram jurídicos; conferência de 627 fichas financeiras digitalizadas dos servidores, proporcionando maior segurança nas juntadas de peças de processos digitais; organização de livros de atas, de acórdãos e de cursos de apelação cíveis e criminais, totalizando 600 livros de períodos diversos (englobando exemplares datados do ano de 1881 a 2004); e a reestruturação da sala-cofre, com a realocação de estantes e a consequente organização de 887 caixas alocadas no espaço.

11.22 Biblioteca Desembargador Jaime de Alencar Araripe

A Biblioteca Desembargador Jaime de Alencar Araripe encontra-se totalmente informatizada, possuindo um acervo de 9.706 títulos e 13.725 exemplares de livros, além de 210 títulos de periódicos, disponíveis para pesquisas e empréstimos. Há de se ressaltar que, no biênio 2013-2014, a Biblioteca realizou um total de 4.164 empréstimos e, somente em 2014, recebeu a visita de cerca de 1.600 alunos oriundos de diversas escolas públicas e faculdades de direito. Além disso, é realizada mensalmente uma pesquisa de percepção do grau de satisfação do público com o material disponibilizado na Biblioteca e com os serviços prestados, sendo aferido que os usuários se encontram com nível de satisfação de 98%.



11.23 Programa Nacional de Gestão Documental

Em consonância com a Recomendação nº 37 e com a Portaria nº 616/2010, ambas do Conselho Nacional de Justiça, que instituíram, respectivamente, o Programa Nacional de Gestão Documental e o Programa de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname), a Assessoria Institucional, por meio do Departamento de Gestão de Documentos, iniciou os trâmites necessários ao atendimento das citadas normas, a saber:

- i. estudo, desenvolvimento, planejamento e coordenação das atividades relacionadas à organização técnica e administrativa de gestão documental;
- ii. coordenação do grupo de trabalho de gestão documental, referente ao recebimento e guarda dos processos digitalizados oriundos do Fórum Clóvis Beviláqua;
- iii. catalogação de normas arquivísticas;
- iv. esboço das tabelas de temporalidade de documentos.

Nesse contexto, foram iniciados, em 2013, os trabalhos necessários à implantação da política de gestão documental no âmbito do Poder Judiciário cearense (Proged), que definirá as condições necessárias à padronização e à melhoria dos processos de trabalho, bem como à preservação e à divulgação das informações, resultando no aprimoramento da prestação jurisdicional e da utilização dos acervos judiciais como fonte de pesquisa histórica.

Vale salientar que, além de atender às diretrizes e normativos do CNJ, a implantação do Proged resultará na criação de Tabela de Temporalidade, que será utilizada pelo TJCE como parâmetro para o descarte de documentos físicos e eletrônicos, incorrendo em redução de custo e otimização no uso do espaço disponível.

11.24 Projeto “Amor à Vida, Crack Não!”

Realizado em parceria com o Instituto Venelouis Xavier Pereira / Jornal O Estado, o Projeto leva, a diversas escolas públicas, palestras com psicólogos e ex-usuários de drogas esclarecendo sobre o uso do crack e de outras drogas.

Sob monitoramento e execução da Assessorial de Cerimonial do TJCE, já foram beneficiados pela ação 2.027 alunos da rede pública estadual e municipal.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

11.25 Eventos

Seguem listas de eventos e ações realizados e/ou acompanhados pela Assessoria de Cerimonial:

Tabela 48 - Eventos – Gestão 2013-2015

Data	Hora	Eventos	Local
29/01/2013	14h	Solenidade de Posse do novo Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua	Fórum Clóvis Beviláqua
29/01/2013	16h30min	Solenidade de Transmissão de Cargo de Corregedor Geral de Justiça	Corregedoria
05/02/2013	19h30min	Solenidade de Posse Diretor da Esmec	Esmec
22/02/2013	15h	Solenidade de Posse do Presidente da Cejai	Sala de Convivência do TJCE
08/03/2013	9h30min	Debate sobre Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	Colégio Deputado Paulo Benevides
15/03/2013	14h30min	Missas em Ação de Graças pela Posse da Desa. Maria Gladys Lima Vieira	Capela do TJCE
20/03/2013	9h às 12h	Reunião Conjunta do TJCE/MP/Defensoria Pública com membros do GTDA (Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Detenção Arbitrária, diplomatas e representantes Governo Federal)	Antigo Pleno
23/04/2013	16h	Reunião com Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ Luciano Losekann sobre Mutirão Carcerário	Antigo Pleno
03/05/2013	15h	Páscoa dos Magistrados	1º Salão do Júri do Fórum Clóvis Beviláqua
11/05/2013		Passeio ao Beach Park	Beach Park
13/05/2013	12h	Missas em Ação de Graças à Nossa Senhora de Fátima, Dia das Mães e Coroação de Maria	Capela do TJCE
14/05/2013	12h	Culto em Ação de Graças ao Dia das Mães	Hall do 1º andar do TJCE
16/05/2013	16h30min	Aposição de fotografias dos ex-presidentes do TJCE	Galeria do TJCE - andar térreo
05/06/2013	9h	Visita de Alunos da EMEIF Dom Antonio Batista Fragozo	TJCE
05/06/2013	10h	Solenidade do dia do Meio Ambiente	TJCE
12/06/2013	14h30min	Palestra da Magistrada Rosália Gomes dos Santos na Escola de Ensino Médio Presidente Humberto Castelo Branco	Escola
13/06/2013	12h	Missas em Ação de Graças pela Posse dos novos Dirigentes do TER	Capela do TJCE
14/06/2013	16h	Solenidade de Posse dos novos Dirigentes do TRE	Pleno do TJCE
17/06/2013	10h	Sessão Pública de escolha de comarcas dos novos Juizes	Antigo Pleno
24/06/2014	10h	Homenagem do TJCE ao Centenário de Luiz Gonzaga e festividades juninas do Poder Judiciário	TJCE
04/07/2013	14h	Solenidade de Posse de 35 Juizes Substitutos em Comarcas do Interior	Pleno do TJCE

Continua



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Continuação

Data	Hora	Eventos	Local
09/07/2013	17h	Missa em Ação de Graças pelo Natalício do Des. Suenon Mota	Capela Nossa Senhora de Fátima - TJCE
16/07/2013	10h	Solenidade de conclusão do Curso de Brigadistas do Poder Judiciário cearense	Auditório da Corregedoria
26/07/2013	16h	Solenidade de Posse dos Magistrados Lisete de Sousa Gadelha e Raimundo Nonato Silva Santos como Desembargadores do TJCE	Pleno do TJCE
08/08/2013	16h	Solenidade de Posse do Advogado Paulo Airton Albuquerque Filho como Desembargador do TJCE	TJCE
14/08/2013	17h	Aula-show com Ariano Suassuna	Esmec
02/09/2013		Abertura da Exposição “Os símbolos Oficiais e a construção da identidade nacional”	TJCE
16/09/2013	8h	Abertura do Curso de Mediação e Conciliação no âmbito dos Cartorários	Esmec
19/09/2013	16h30min	Missa em Ação de Graças pelo aniversário natalício do Des. Manoel Cefas Fonteles Tomaz	Capela do TJCE
24/09/2013	14h30min	Palestra do Magistrado Cristiano Rabelo Leitão	Escola EMEIF Profa. Aldaci Barbosa
14/10/2013		Viagem a Crateús – Reunião do Presidente com Magistrados do Interior	Fórum de Crateús
16/10/2013	14h30min	Palestra de Magistrado na EEM Colégio Estadual Liceu do Ceará	Liceu do Ceará
22/10/2013	14h30min	Palestra de Magistrado Cid Peixoto do Amaral na EMEIF Marieta Cals	Colégio
24/10/2013	9h30min	Apresentação do Coral pelo Dia do Servidor Público	TJCE
25/10/2013	9h30min	Comemorações do Dia do Servidor	TJCE
04/11/2013		Viagem a Limoeiro do Norte - Reunião do Presidente com Magistrados do Interior	Fórum Limoeiro do Norte
05/11/2013	9h	Reunião de Trabalho acerca da Implantação do Selo Digital para Cartorários da capital e Região Metropolitana	Auditório da Corregedoria
05/11/2013	14h	Visita de Alunos da EMEIF Marieta Cals	TJCE
11/11/2013		Viagem a Juazeiro do Norte - Reunião do Presidente com Magistrados do Interior	Fórum de Juazeiro do Norte
13/11/2013	12h	Missa em Ação de Graças pela Posse dos Magistrados Mário Parente Teófilo Neto e Maria Edna Martins como Desembargadores do TJCE	Fórum Clóvis Beviláqua
13/01/2013	12h	Missa em Ação de Graças pelo Aniversário Natalício do Des. Francisco Auricélio Pontes	Capela do TJCE
07/02/2014	10h	Entrega do Diploma “Missão Cumprida”	Antigo Pleno
10/03/2014	9h30min	Apresentação do Coral pelo Dia Internacional da Mulher	TJCE, CDI e Corregedoria
13/03/2014	8h às 18h	Curso e Seminário sobre Adoção	Esmec
17/03/2014		Solenidade de Abertura da I Semana Nacional do Juri	Fórum Clóvis Beviláqua
20/03/2014	14h	Visita de 30 Alunos do Master Concursos	TJCE

Continua



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Continuação

Data	Hora	Eventos	Local
26/03/2014	9h	Visita de Alunos da EMEIF Professora Aldaci Barbosa	TJCE
26/03/2014	14h	Visita de Alunos da EMEIF Belarmina Campos	TJCE
27/03/2014	14h	Visita de 30 Alunos do Master Concursos	TJCE
15/04/2014	14h30min	Palestra na EEM Liceu de Messejana	Liceu de Messejana
24/04/2014	8h às 17h	VI Seminário sobre Mediação	Esmec
25/04/2014	14h30min	Palestra na EM Aldemir Martins	Escola
26/04/2014	9h às 13h	Páscoa dos Magistrados	CEU
30/04/2014	16h	Solenidade de Lançamento do Livro “Série Direito Vivo Vol. II – Sentenças”	Restaurante dos Desembargadores
08/05/2014	10h	Solenidade em Homenagem ao Dia das Mães	TJCE
20/05/2014	14h30min	Palestra na EEFM Moema Távora	Colégio
28/05/2014	9h	Visita de Alunos da EM Professora Lireda Facó	TJCE
28/05/2014	12h	Missa em Ação de Graças pela Posse dos novos Desembargadores José Tarcílio e Tereze Neumann	Fórum Clóvis Beviláqua - Salão do Juri
29/05/2014	16h	Solenidade de Posse dos Magistrados José Tarcílio Souza da Silva e Tereze Neumann Duarte Chaves	TJCE
30/05/2014	14h30min	Palestra de Magistrados na EM Prof. Antonieta Cals	Escola
06/06/2014	16h	Lançamento do Livro “Série Direito Vivo – Vol. II – Sentenças”	Restaurante dos Desembargadores
09/06/2014	14h	Assinatura de Convênio com Sinduscon	Sala da Presidência
08/07/2014	11h	Assinatura de convênio de cessão remunerada de imóveis do Interior do Estado para a instalação de Cartórios Eleitorais	Sala da Presidência
14/07/2014	14h	Posse da Desa. Maria Edna Martins como Ouvidora Geral do Poder Judiciário	Sala da Presidência
22/07/2014	14h30min	Palestra do Magistrado Yuri Cavalcante Magalhães na EEFM Monsenhor Dourado	EEFM Monsenhor Dourado
19/08/2014	14h30min	Palestra de Magistrado na EEFM General Eudoro Correia	Escola
28/08/2014	10h	Sessão Pública FCC	Antigo Pleno
28/08/2014	15h	Solenidade de instalação do Conselho da Comunidade de Fortaleza	1º Salão do Júri
25/08/2014	13h30min	Cerimônia de entrega do Relatório do III Mutirão Carcerário no Estado do Ceará com Conselheiro Guilherme Calmon	Pleno do TJCE
13/01/2014	12h	Missa em Ação de Graças pelo Aniversário Natalício do Des. Francisco Auricélio Pontes	Capela do TJCE
15/09/2014	8h às 17h	Reunião da 1ª etapa de elaboração do Plano Estratégico 2015-2020 (1º Encontro)	Esmec

Continua



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Continuação

Data	Hora	Eventos	Local
16/09/2014	14h30min	Palestra de Magistrado em Escola Projeto Amor à vida, Crack não	EEFM Liceu Prof. Domingos Brasileiro
19/09/2014	8h às 17h	Reunião da 1ª etapa de elaboração do Plano Estratégico 2015-2020 (2º Encontro)	Esmec
22/09/2014	8h às 17h	Reunião da 1ª etapa de elaboração do Plano Estratégico 2015-2020 (3º Encontro)	Esmec
24/09/2014	16h	Julgamento dos Recursos do Concurso para Juiz	Antigo Pleno
26/09/2014	8h às 17h	Reunião da 1ª etapa de elaboração do Plano Estratégico 2015-2020 (4º Encontro)	Esmec
26/09/2014	14h30min	Palestra de Magistrado no Projeto Justiça e Cidadania	EM Filgueiras Lima
13/10/2014	12h	Missa em Ação de Graças pela Posse de novas Desembargadoras	1º Salão do Júri – Fórum Clóvis Beviláqua
15/10/2014	16h	Solenidade de Posse das Magistradas Maria de Fátima de Melo Loureiro e Helena Lúcia Soares como Desembargadoras desta Egrégia Corte de Justiça	Auditório Bernardo Machado da Costa Dória (Pleno 1º andar)
21/10/2014	14h30min	Palestra na EEFM Telina Barbosa	Escola (Rua Dr. Pergentino Maia, 811 – Messejana)
29/10/2014	15h	Ato Ecumênico em homenagem ao Dia do Servidor Público	Hall do 1º andar - TJCE
30/10/2014	9h	Apresentação do Coral do TJCE em homenagem ao Dia do Servidor Público	TJCE e Fórum Clóvis Beviláqua
31/10/2014	14h30min	Palestra na EM Dom Antonio de Almeida Lustosa	Escola (Rua Geraldo Barbosa, 3901 – Granja Lisboa)
24/11/2014	8h	Abertura da Semana Nacional de Conciliação	Fórum Clóvis Beviláqua
28/11/2014	14h30min	Palestra do Promotor de Justiça Francisco Edson de Sousa Landim na EM José Carvalho	Escola (Rua Clodoaldo Arruda, 1.300 - José de Alencar)
28/11/2014	16h	Solenidade de Encerramento da Semana Nacional de Conciliação	Fórum Clóvis Beviláqua
03/12/2014	10h	Prêmio Cidadania Judiciária	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
05/12/2014	10h	Solenidade de entrega da Medalha do Mérito Jurisdicional Desembargador Carlos Facundo - “Valorização do 1º Grau”	Auditório da Corregedoria
10/12/2014	15h	Natal do Poder Judiciário	Hall do 1º andar - TJCE
12/12/2014	14h	Lançamento do Código de Normas do Serviço Notarial e Registral do Estado	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
15/12/2014		Medalha do Mérito Judiciário Clóvis Beviláqua	Pleno do TJCE
17 a 19/12/2014	16h	Lançamento de Livros do Conselho Editorial do TJCE	Hall do 1º andar - TJCE

Fonte: Assessoria de Cerimonial



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tabela 49 - Serviços de Floricultura da Assessoria de Cerimonial – Gestão 2013-2015

Data	Eventos	Local
18/01/2013	Inauguração da 22ª JECC Faeece/Fafor	JECC
25/01/2013	Missa de Ação de Graças pelo novos dirigentes do TJCE	TJCE
28/01/2013	Posse do Presidente do TJCE	TJCE
05/02/2013	Posse do Diretor da Esmec	Esmec
14/03/2013	Posse da Desa. Maria Gladys Lima Vieira	TJCE
10/04/2013	Velório da Sra. Terezinha Melo	Velório
03/05/2013	Páscoa dos Magistrados	Fórum Clóvis Beviláqua
22/05/2013	Velório da Sra. Eulália Medeiros	Velório
28/06/2013	Velório do Sr. José Lima de Oliveira	Velório
26/07/2013	Velório do Sr. Fco. das Chagas Oliveira	Velório
26/07/2013	Posse da Desa. Lisete e Des. Raimundo Nonato	TJCE
08/08/2013	Posse do Des. Paulo Airton	TJCE
07/08/2013	Abertura do Mutirão Carcerário	Fórum Clóvis Beviláqua
22/08/2013	Velório da Sra. Meyre Augusto	Velório
27/08/2013	Palestra na Esmec	Esmec
14/10/2013	Velório do Des. aposentado Raimundo Hélio de Paiva Castro	Velório
31/10/2013	Velório do Sr. José Humberto Diniz de Freitas	Velório
13/11/2013	Missa no Fórum dos Desembargadores	Fórum Clóvis Beviláqua
14/11/2013	Posse dos Desembargadores Mário Parente e Edna Martins	TJCE
27/02/2014	Funeral da Sra. Maria Helena Cordeiro Cavalcante	Velório
12/05/2014	Funeral da Sra. Leda Maria Granja de Castro	Velório
28/05/2014	Missa em ação de graças pela posse dos novos Desembargadores	TJCE
29/05/2014	Posse dos novos Desembargadores	TJCE
06/06/2014	Lançamento do 2º volume da “Série Direito Vivo Sentenças”	TJCE
05/08/2014	Funeral do Des. Carlos Facundo	Velório
06/10/2014	Funeral da Sra. Maria Goreti de Macedo Sátiro	Velório
04/11/2014	Funeral da Sra. Maria Irma Belfort Cavalcante	Velório
12/11/2014	Posse das Desembargadoras Maria de Fátima Loureiro e Helena Lúcia Soares	TJCE

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 50 - Serviços de Sonorização da Assessoria de Cerimonial – Gestão 2013-2015

Data	Eventos	Local
25/10/13	Solenidade de encerramento da Semana do Servidor	TJCE
05/11/13	Palestra do Profº Juez Freitas	Esmec
14/11/13	Posse dos Desembargadores Mário Parente e Maria Edna	TJCE
14/03/13	Vídeo-aula realizada pela Seplag e Coges	TJCE
08/05/14	Homenagem ao dia das mães	TJCE
29/05/14	Posse dos Desembargadores Tereze Neumann e José Tarcílio	TJCE
15/10/14	Posse das Desembargadoras Fátima Loureiro e Helena Lúcia	TJCE

Fonte: Assessoria de Cerimonial



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tabela 51 - Serviços de *Buffet* da Assessoria de Cerimonial – Gestão 2013-2015

Data	Eventos	Local	Quantidade de pessoas
02/01/13	Coquetel posse do Corregedor	TJCE	157
28/01/13	Coquetel posse do Presidente	TJCE	800
05/02/13	Coquetel posse do Diretor da Esmec	Esmec	327
14/03/13	Coquetel posse da Desa. Gladys	TJCE	300
09/04/13	Almoço Pres. Assembléia Zezinho Albuquerque	TJCE	30
17/05/13	Almoço Pres. Assembléia Zezinho Albuquerque	TJCE	32
26/07/13	Posse Desa. Lisete e Des. Raimundo Nonato	TJCE	400
08/08/13	Coquetel posse do Des. Paulo Airton	TJCE	500
27/08/13	Coquetel Esmec	Esmec	55
31/03/14	Abertura da Semana Nacional do Tribunal do Júri	Fórum Clóvis Beviláqua	40
04/04/14	Encerramento da Semana Nacional do Tribunal do Júri	Fórum Clóvis Beviláqua	40
09/05/14	VI seminário na Esmec	Esmec	100
02/06/14	Posse dos Desembargadores Thereze Neumann e José Tarcílio Souza	TJCE	400
16/10/14	Posse das Desembargadoras Maria de Fátima Loureiro e Helena Lúcia Soares	TJCE	400

Fonte: Assessoria de Cerimonial



12. VICE-PRESIDÊNCIA

12.1 Introdução

Com as atribuições previstas pela Portaria nº 358/2011, a partir de então, a Vice-Presidência passou a desempenhar novas funções administrativas e judiciais ao compartilhar com a Presidência do Tribunal, dos juízos de admissibilidade, apreciação de providências de urgência, cautelares para concessão de efeito suspensivo, determinar o cumprimento de decisões proferidas etc. Ainda cumpre a esta unidade as disposições relativas à distribuição de processos.

Ademais, tendo em vista a alteração processual inaugurada com a Lei nº 11.672/2008, que criou, para os tribunais superiores o julgamento por amostragem, a Vice-Presidência passou, também, a ter competência para obstaculizar a admissão dos recursos excepcionais e, ainda, proceder ao juízo de conformidade do acórdão impugnado, com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em repercussão geral ou pelo Superior Tribunal de Justiça em recurso representativo da controvérsia.

Dessa forma, destaca-se o crescimento do acervo processual digital, bem como o quantitativo exacerbado de processos físicos, localizados no Serviço de Recursos Privativos, muitos dos quais sobrestados/suspensos, em aguardo ao julgamento dos temas paradigmas pelos Tribunais Superiores.

Pautando-se em valores institucionais imprescindíveis ao exercício da função jurisdicional, quais sejam: celeridade, transparência, imparcialidade, cooperação e respeito ao jurisdicionado, a Vice-Presidência, sob a administração do Desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva, envidou esforços para contribuir com o fortalecimento e a eficiência do Poder Judiciário estadual, no que lhe compete.

12.2 Estatística processual

12.2.1 Procedimentos Administrativos

Durante o biênio 2013-2014, o Desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva atuou como relator de um total de 14 procedimentos administrativos de competência da Vice-Presidência



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

no Conselho da Magistratura.

12.2.2 Processos Distribuídos e Redistribuídos

Neste biênio foram distribuídos 117.193 processos, dos quais 96.485 foram distribuídos/redistribuídos e outros 20.708 foram transferidos.

12.2.3 Processos Analisados

Durante a atual Gestão, 10.005 processos foram analisados, onde foram proferidos 4.179 juízos prévios de admissibilidade dos recursos constitucionais; 427 despachos de sobrestamento, suspensão do processo, indeferimento, não conhecimento ou retenção do recurso; e, ainda, 5.399 despachos de adoção de providências, redistribuição e mero expediente. A seguir, apresenta-se quadro com maior detalhamento:

Tabela 52 – Processos Analisados pela Vice-Presidência

Processos Analisados	Quantidade
Recursos Especiais	3.019
Recursos Extraordinários	559
Recursos Ordinários	601
Decisões Diversas	427
Despachos de mero expediente	5.399

Fonte: Vice-Presidência

12.2.4 Processos com Pedido de Providência Urgente

Nos termos do art. 39, §10 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, foram apreciados 227 pedidos de providência urgente em *Habeas Corpus*, Agravo de Instrumento e Mandado de Segurança. Analisou-se, ainda, 16 Cautelares apresentadas no intuito de atribuir efeito suspensivo aos recursos excepcionais. Segue detalhamento:



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

- ix. despachos de mero expediente;
- x. informação mensal ao Conselho Nacional de Justiça acerca da produtividade da unidade;
- xi. informação mensal ao setor competente acerca da produtividade da unidade com relação à da Gratificação por Alcance de Metas Estratégicas (GAM);
- xii. atendimento ao público;
- xiii. controle do material de papelaria e copos, na busca por reduzir o seu consumo.

Durante os anos de 2013 e 2014, o Vice-Presidente realizou viagens institucionais, representando o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. De igual forma, em algumas oportunidades assumiu interinamente a Presidência do Tribunal de Justiça. O Desembargador Francisco Lincoln também participou do programa Judiciário em Evidência, oportunidade em que falou sobre a experiência de ocupar a função na atual administração do Tribunal de Justiça estadual e tratou das matérias de competência da Vice-Presidência.

Em virtude da Resolução nº 02/2013, do Órgão Especial, foi criado no âmbito deste Tribunal de Justiça, o Núcleo de Repercussão Geral de Recursos Repetitivos (Nurer).

O núcleo é vinculado à Vice-Presidência e supervisionado por Juiz Auxiliar da Vice-Presidência, conforme Portaria nº 1.294/2013.

Dentre as funções relacionadas ao Nurer, tem-se a identificação, a catalogação e a atualização dos recursos representativos da controvérsia, bem como o acompanhamento da tramitação dos recursos paradigmas nos Tribunais Superiores. O núcleo compila, ainda, os dados referentes aos recursos sobrestados/suspensos nas Turmas e Colégios Recursais, sem prejuízo de outros mecanismos ou atividades que possam ser criados para possibilitar o gerenciamento dos processos submetidos à sistemática da repercussão geral e dos recursos repetitivos.



13. CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

13.1 Introdução

A Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará (CGJ), sob gestão do desembargador Francisco Sales Neto (Gestão 2013/2015), planejou e desenvolveu diversas atividades, com a missão de fiscalizar, orientar e aprimorar os serviços judiciais e extrajudiciais prestados à sociedade, bem como zelar pela regular conduta dos juízes, servidores e delegatários.

Dentre as ações implementadas, estão os mutirões processuais, realizados em comarcas do interior do Estado, em busca da redução do congestionamento processual no 1º grau de Jurisdição. Os trabalhos movimentaram um total de 13.133 processos nos municípios de Icó, Várzea Alegre, Mauriti, Crateús, Senador Pompeu, Juazeiro do Norte e Acopiara.

Na busca pela excelência dos serviços judiciais e extrajudiciais, foram realizadas ações correicionais em 267 unidades jurisdicionais e 382 cartórios.

A Corregedoria Geral da Justiça do Ceará, em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, implantou o novo Selo Extrajudicial Digital, que substitui o selo físico utilizado nas atividades cartorais, promovendo, assim, maior eficiência, transparência e segurança na autenticação e validação de documentos.

Ainda nas ações dirigidas às serventias extrajudiciais, a atual Gestão editou o novo Código de Normas do Serviço Notarial e Registral do Estado do Ceará, orientado pela busca de uma prestação de serviço mais célere e eficiente.

Dentre os projetos desenvolvidos pela Corregedoria, destacam-se o Projeto Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento e o Projeto Pai Presente que, em parceria com o CNJ, promovem a cidadania e garantem acesso aos Direitos Humanos da população do Estado do Ceará.

As ações e projetos citados estão alinhados aos Planejamentos Estratégicos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e da Corregedoria Geral do Estado do Ceará. Nesta perspectiva, a Gestão 2013-2015 buscou a efetividade da prestação jurisdicional e extrajudicial cearense, priorizando a Justiça cidadã.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

13.2 Estatística processual

13.2.1 Atos normativos/documentos publicados

Tabela 54 – Portarias 2013-2014 (até novembro de 2014)

Portarias	Quantidade
Sindicâncias instauradas	15
Processos Administrativos Disciplinares (PAD) instaurados	4
Prorrogar de prazo conclusão sindicância/PAD	29
Inspeções/correições	229
Reconduzir comissão sindicante	6
Outras	16
Total	299

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

Tabela 55 – Provimentos 2013-2014 (até novembro de 2014)

Provimentos	Quantidade
Diversos	20

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

Tabela 56 - Editais 2013-2014 (até novembro de 2014)

Editais	Quantidade
Correições	6

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

13.2.2 Documentos expedidos pela Divisão de Correições

Tabela 57 - Certidões para Juízes 2013-2014 (até novembro de 2014)

Certidões	Interior	Capital	Total
Fins gerais	7	8	15
Promoção/remoção	167	27	194
Permuta	2	2	4
Acesso desembargador	-	91	91
Substituição de desembargador	-	-	-
Vitaliciedade	15	-	15
Juiz corregedor	-	8	8
Total	191	136	327

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tabela 58 – Informações 2013-2014 (até novembro de 2014)

Informações	Quantidade
Em procedimentos administrativos	3

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

Tabela 59 - Senhas concedidas junto ao sistema SGEN 2013-2014 (até novembro de 2014)

Senhas Concedidas	Quantidade
Interior	99
Capital	66
Total	165

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

13.2.3 Movimento estatístico relativo aos anos de 2013 e 2014

Dentre as atividades da competência da Divisão de Correções da Corregedoria, estão o recebimento das planilhas estatísticas, por meio do Sistema SGEN, a conferência de dados e a elaboração de relatórios mensais e informações utilizadas na rotina de expedição de documentos, tais como: certidões para magistrados, Relatórios da Meta 7 do Conselho Nacional de Justiça e os demonstrativos mensais que registram a estatística dos processos e a prestação jurisdicional de juízes de primeiro grau. Destacamos, abaixo, a resenha da Estatística do Biênio 2013-2014:

Tabela 60 – Acervo Processual 1º Grau – 2013

Variável	Cível	Criminal	Total
Total de Processos da Capital	455.145	64.430	519.575
Total de Processos do Interior	446.443	136.971	583.414
Total de Processos	901.588	201.401	1.102.989
Total de Precatórias da Capital	4.926	4.355	9.281
Total de Precatórias do Interior	8.849	8.723	17.572
Total de Precatórias	13.775	13.078	26.853

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tabela 61 – Acervo Processual 1º Grau – 2014 (até outubro)

Variável	Cível	Criminal	Total
Total de Processos da Capital	484.558	66.566	551.124
Total de Processos do Interior	446.799	143.353	590.152
Total de Processos	931.357	209.919	1.141.276
Total de Precatórias da Capital	6.349	5.241	11.590
Total de Precatórias do Interior	11.402	12.185	23.587
Total de Precatórias	17.751	17.426	35.177

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

Tabela 62 - Prestação Jurisdicional: Sentenças e Precatórias Devolvidas – 2013-2014 (até outubro de 2014):

	Sentenças Cíveis	Sentenças Criminais	Total de Sentenças	Cartas Precatórias Devolvidas Cíveis	Cartas Precatórias Devolvidas Criminais	Total de Cartas Precatórias
Capital	211.082	31.205	242.287	24.732	12.838	37.570
Interior	261.288	82.793	344.081	48.320	38.533	86.853
Total	472.370	113.998	586.368	73.052	51.371	124.423

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

Tabela 63 - Prestação Jurisdicional: Audiências e Processos Arquivados – 2013-2014 (até outubro de 2014)

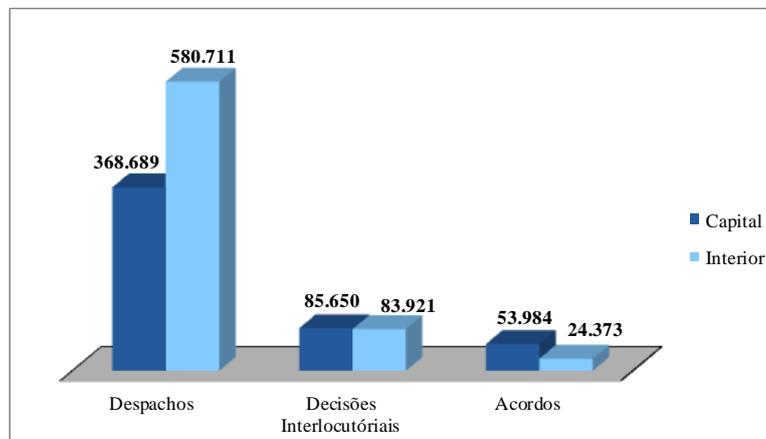
	Audiências Cíveis	Audiências Criminais	Total Audiências	Processos Arquivados Cíveis	Processos Arquivados Criminais	Total Proc. Arquivados
Capital	66.427	33.748	100.175	274.113	40.042	314.155
Interior	115.264	79.249	194.513	272.881	78.061	350.942
Total	181.691	112.997	294.688	546.994	118.103	665.097

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Gráfico 17 – Prestação Jurisdicional 1º Grau 2013-2014 (até outubro de 2014)



Fonte: Sistema de Gerenciamento Estatístico da Corregedoria /Divisão de Correções-CGJ

Tabela 67 – Processos Arquivados, Sentenciados e Total de Processos – 1º Grau – 2013

Processos	Quantidade
Arquivados	355.801
Sentenciados	312.099
Total de Processos	1.298.904

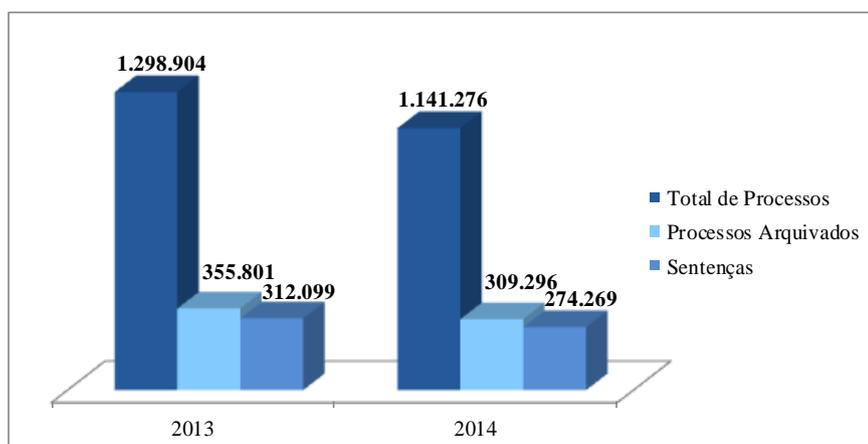
Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

Tabela 68 – Processos Arquivados, Sentenciados e Total de Processos – 1º Grau – 2014 (até outubro)

Processos	Quantidade
Processos Arquivados	309.296
Sentenças	274.269
Total de Processos	1.141.276

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

Gráfico 18 – Processos Arquivados, Sentenciados e Total de Processos – 1º Grau 2013-2014 (até outubro)



Fonte: Sistema SGEC/Divisão de Correções-CGJ



13.3 Ações e projetos

13.3.1 Promoção do quadro funcional

Propõe-se a atender a Meta de Nivelamento das Corregedorias, com o fito de reestruturar o quadro de servidores efetivos e funções comissionadas para dar resposta à crescente demanda de serviços da capital e do interior.

O projeto foi encaminhado à presidência do Tribunal de Justiça do Ceará em 5/11/2013 (processo nº 8518686.48.2013.8.06.0000), para aprovação pelo Tribunal Pleno, contudo, o percurso do processo foi suspenso em dezembro de 2013, tendo em vista superveniência da Resolução nº 184/2013 do CNJ, que determina, no seu art. 1º, § 3º, que cópias dos anteprojetos de criação de cargos de magistrados e servidores, cargos em comissão, funções comissionadas e unidades judiciárias no âmbito dos Tribunais de Justiça dos Estados sejam encaminhadas àquele órgão, o que foi efetivado para o projeto em tela e, até presente data, aguarda-se a manifestação do CNJ.

13.3.2 Capacitação de magistrados e servidores

O projeto visa capacitar juízes e servidores na área de procedimento administrativo disciplinar e auditoria nos cartórios. Estão envolvidos no projeto a Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, a Escola Superior da Magistratura (Esmec) e o Serviço de Treinamento do Tribunal de Justiça do Ceará. Das entregas previstas, foram realizados apenas dois módulos jurídicos, com carga horária de 40 horas, na área de Registro Imobiliário e Notarial do Estado do Ceará, em outubro de 2014.

13.3.3 Revisão e atualização do Regimento Interno

Considerando a necessidade de adequar o Regimento Interno vigente às atuais funções institucionais da Corregedoria, foi desenvolvido estudo e elaborado um novo Regimento.

Embasado em recentes orientações do Conselho Nacional de Justiça, o mencionado projeto buscou elaborar um Regimento Interno mais dinâmico e atual, inserindo medidas necessárias à reestruturação da organização administrativa da Corregedoria Geral da Justiça do



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Estado do Ceará.

Foram normatizados instrumentos que viabilizassem as garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório, com a inclusão da disciplina de procedimentos, tais como: a Sindicância e o Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

Estão envolvidos no projeto em tela a Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará e o Tribunal de Justiça do Ceará.

13.3.4 Reestruturação física da Corregedoria Geral da Justiça do Ceará

O Projeto objetiva reformar o prédio atual da Corregedoria Geral da Justiça, visando à nova estrutura física e de pessoal, garantindo assim, uma infraestrutura adequada para a acomodação dos seus servidores e juízes. A obra está orçada em R\$ 1.532.695,40 e serão ampliados 424,01m².

No pavimento superior da Corregedoria serão construídos cinco gabinetes para os juízes corretores auxiliares e uma sala de apoio. O pavimento inferior contará com sete salas, sendo quatro destinadas aos auditores; uma para a Assessoria Pedagógica, de Comunicação e Tecnologia da Informação; outra para Reunião; e uma para o Apoio. A reforma será promovida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

As obras tiveram início no dia 24 de novembro de 2014 e os serviços serão concluídos em 120 dias. O projeto envolve a Corregedoria Geral da Justiça do Ceará e as Secretarias de Administração e de Finanças do TJCE.

13.3.5 Inspeções e correções extrajudiciais

No que diz respeito às ações relacionadas às inspeções e correções extrajudiciais, efetivou-se o planejamento destes procedimentos nas diversas serventias extrajudiciais do Estado, com levantamento de dados para seleção de amostras, em que foram considerados a materialidade e os riscos identificados, sendo observados, neste processo, os princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência, transparência e moralidade.

Nessa perspectiva, todas as ações de fiscalização e orientação realizadas nos diferentes cartórios foram pautadas pelo padrão ético, consubstanciado, principalmente, nos relatórios



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

produzidos, os quais traduzem o sentido pedagógico de, após a constatação de uma eventual irregularidade, informar e prestar os esclarecimentos pertinentes aos respectivos tabeliães, conduzindo-os às correções e aos acertos norteados pelas normas reguladoras, com o objetivo de tornar mais célere, eficiente, transparente e revestida da necessária segurança jurídica a prestação extrajudicial à sociedade.

Coube à Auditoria, dentre outras atribuições, o exame da regularidade dos recolhimentos efetuados pelos cartórios ao Fermoju e da conformidade dos procedimentos adotados na prestação do serviço notarial e ou registral. No biênio 2013-2014, foram inspecionadas 419 serventias extrajudiciais, correspondendo à cobertura de 62% das 675 unidades extrajudiciais atualmente ativas.

13.3.6 Portal Extrajudicial (PEX)

Por meio do Provimento nº 10/2013-CGJ/CE, a Corregedoria Geral da Justiça implantou e disciplinou a utilização do Portal Extrajudicial (PEX) pelas serventias extrajudiciais do Estado, com o objetivo de otimizar a remessa de documentos/informações e agilizar a atualização dos dados cadastrais das unidades, com considerável redução de custo de impressão e de postagem, contribuindo, assim, com a sustentabilidade ambiental.

A ferramenta, que funciona como canal de comunicação entre os cartórios, o Tribunal de Justiça do Ceará, a Corregedoria e o Fermoju, faz parte do programa de virtualização do Judiciário cearense.

Uma das funções do Portal é gerenciar o encaminhamento de expedientes das varas e outras instituições públicas, referentes às demandas sobre bens e demais serviços cartorários. Por meio da ferramenta, os representantes das serventias extrajudiciais também terão acesso aos atos normativos (portarias, resoluções, provimentos, avisos) e os usuários poderão consultar endereços de cartórios, nomes dos responsáveis e portarias referentes às inspeções.

Dessa forma, o PEX visa promover a comunicação adequada, segura, célere e não onerosa entre a Corregedoria e os cartórios, solucionando com maior rapidez as demandas do público. O sistema convergirá, nas próximas versões, para também se tornar meio de acesso integrado aos demais sistemas de controle extrajudicial.

A fase de validação dos dados do PEX, necessária para liberação de todas as



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

funcionalidades desenvolvidas para a ferramenta, está sendo concluída. Ao todo, foram três meses de trabalho, que contou também com a participação de servidores do Fermoju e da Secretaria de Gestão de Pessoas do TJCE. O acesso ao sistema está disponível no portal da Corregedoria.

13.3.7 Selo extrajudicial digital

A Corregedoria Geral da Justiça do Ceará, em parceria com a Secretaria de Finanças e a Secretaria de Tecnologia da Informação do TJCE, vem realizando as ações de implantação do selo digital junto às serventias extrajudiciais do Estado do Ceará, com o objetivo de promover maior agilidade, transparência e segurança na autenticação e na validação de documentos, bem como melhor controle acerca da utilização dos selos pelo TJCE.

A iniciativa consiste na virtualização dos selos extrajudiciais impressos em papel adesivo, o que permite redução de custos para o Tribunal e maior segurança na conferência dos atos extrajudiciais praticados. A iniciativa disponibilizou para a sociedade a possibilidade de obter informações e confirmar a autenticidade do selo utilizado nos atos lavrados, apenas acessando o site www.tjce.jus.br/fermoju. Os dados ficarão disponíveis 24 horas.

O selo digital está sendo implantado nas serventias extrajudiciais de Fortaleza e será implementado, gradativamente, nas demais unidades do Estado.

13.3.8 Malote digital inserindo as serventias extrajudiciais

A Corregedoria Geral da Justiça do Ceará regulamentou a utilização do sistema *Hermes Malote Digital* pelas serventias extrajudiciais do Ceará, mediante o Provimento nº 11/2013-CGJ/CE, integrando, assim, as unidades extrajudiciais alencarinas com os demais órgãos do Judiciário e do Extrajudiciário nacional, de forma a viabilizar a comunicação de forma eficiente, rápida, segura e com pequeno custo. A CGJ, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação do TJCE, implementou e vem assegurando os cadastros dos cartórios no aludido sistema.

13.3.9 Código de Normas do Serviço Notarial e Registral do Estado do Ceará

O Código de Normas das Serventias Extrajudiciais do Estado do Ceará é um ato



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

normativo interno de competência do corregedor geral da Justiça, expedido por meio de Provimento, que compila todos os procedimentos referentes aos notários, registradores e distribuidores das serventias extrajudiciais do Estado do Ceará. O Código assume a tarefa de uniformizar os procedimentos necessários a uma prestação de serviço notarial mais célere e eficiente.

Vários foram os provimentos expedidos pela Corregedoria Geral para regulamentar os atos praticados pelas serventias extrajudiciais nos últimos anos, contudo, a última atualização do Código de Normas datava de 2010, necessitando, assim, de uma reforma. A atualização fazia-se necessária, ainda, tendo em vista os novos modelos e procedimentos adotados em todo o país, bem como a expedição de vários atos normativos pelo Conselho Nacional de Justiça, pela Corregedoria Nacional de Justiça, dentre outros.

Neste sentido, verificando a necessidade de atualização do Código de Normas, a gestão do biênio 2013-2014, atualizou-o e reativou-o como Norma Magma para a condução de procedimentos internos. Impende ressaltar que a elaboração do referido Código contou com a colaboração do desembargador Paulo Airton Albuquerque Filho, especialista na matéria extrajudicial.

O Código de Normas das serventias extrajudiciais do Estado do Ceará atualizado foi lançado no dia 12 de dezembro, no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

13.3.10 Revisão e otimização das atividades de controle desenvolvidas internamente

A Auditoria da CGJ reformulou os processos e atividades internas, bem como aprimorou as ferramentas e revisou seus objetivos e prioridades, buscando o alcance das metas institucionais estabelecidas.

13.3.11 Revisão e manualização dos procedimentos de fiscalização junto às serventias extrajudiciais

A Auditoria da CGJ procedeu com manualização dos procedimentos de fiscalização e revisão dos papéis de trabalho, com a implantação de questionários específicos e outros formulários aplicados durante os trabalhos de fiscalização junto às serventias extrajudiciais, tudo em consonância com o planejamento prévio baseado nos riscos conhecidos.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

13.3.12 Serviços inspecionais judiciais

Visando dar cumprimento ao disposto na Meta de Nivelamento 3/2014 das Corregedorias, que consiste em realizar, anualmente, correições ordinárias ou extraordinárias, presenciais ou remotas, em pelo menos 34% das unidades judiciais, com entrega de relatório conclusivo em até 30 dias após o término da inspeção, a Corregedoria Geral da Justiça do Ceará inspecionou, em 2014, um total de 142 unidades judiciais, sendo 124 inspeções ordinárias previstas no cronograma anual e 18 inspeções extraordinárias, de um universo de 413 unidades judiciais efetivamente instaladas no início de 2014. Em 2013, foram inspecionadas 125 unidades judiciais. Assim, o biênio 2013-2014 inspecionou um total de 267 unidades.

13.3.13 Mutirões processuais

A Corregedoria Geral da Justiça do Ceará realizou, ao longo dos anos de 2013 e 2014, sete mutirões processuais nas seguintes comarcas: Icó, Várzea Alegre, Mauriti, Crateús, Senador Pompeu, Juazeiro do Norte e Acopiara.

Referidas forças-tarefas tiveram como objetivo a redução do congestionamento processual no 1º grau de jurisdição, de forma a promover a diminuição dos transtornos ocasionados às populações locais. Os mutirões foram supervisionados pelo Corregedor Geral, Desembargador Francisco Sales Neto, e contou com o auxílio de mais de dez magistrados. Os trabalhos movimentaram um total de 13.133 processos.

13.3.14 Elaboração de minutas de provimentos, portarias, despachos e outros atos

Na realização dessas atividades, a Assessoria Jurídica da Corregedoria Geral da Justiça, no biênio 2013-2014, foi responsável pela expedição de cerca de 8.800 minutas de despachos, ofícios e decisões, bem como pela emissão de 31 pareceres jurídicos sobre as mais diversificadas matérias jurídicas de interesse social, dos quais se destacam aquele que fixou as atribuições extrajudiciais para a elaboração de contratos marítimos no Estado e o que versou sobre a possibilidade de registro de títulos de domínio pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará (Idace). Ainda no auxílio das funções correccionais, a Assessoria Jurídica da Corregedoria



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Geral da Justiça foi responsável pela produção de 12 votos.

Além disso, a Assessoria foi responsável pela elaboração das minutas de dez provimentos normativos expedidos pela Corregedoria Geral da Justiça no biênio sob referência, com destaque para os que dispuseram acerca da dispensa de expediente de trabalho de indivíduos investidos na função de jurados nas sessões de julgamento no Tribunal de Justiça do Ceará (Provimento n.º 01/2013); da lavratura de escritura pública de declaração de convivência de união estável homoafetiva e sua conversão em casamento (Provimento n.º 02/2013); do assento de nascimento de indígena no registro Civil de Pessoas Naturais (Provimento n.º 06/2013); e sobre o funcionamento do colegiado de que tratam a Lei Federal nº 12.694, de 24 de julho de 2012 (Provimento nº 05/2014).

13.3.15 Relatórios estatísticos

A Divisão de Correições da Corregedoria Geral da Justiça elaborou e executou, pela segunda vez (a primeira no ano de 2013), projeto visando a estimular as unidades judiciárias de 1º Grau a potencializarem a prestação jurisdicional. O projeto consiste na elaboração de relatórios estatísticos contendo a produtividade mensal de cada unidade jurisdicional, relativos ao primeiro semestre de 2014, combinado com tabelas e gráficos originados a partir dos dados contidos nos relatórios estatísticos enviados pelas unidades à Corregedoria por meio do sistema SGEC.

Objetivando ser um referencial aos juízes para autoavaliação da prestação jurisdicional, referidos relatórios foram enviados às comarcas do interior e de Fortaleza, inclusive às comarcas/varas vagas, para que os juízes titulares, ou em respondência em razão de vacância, adotem medidas que viabilizem promover o efetivo acréscimo da prestação jurisdicional e a redução dos processos paralisados, através de análise dos fatores que contribuíram para o resultado, seja ele satisfatório ou não.

13.3.16 Conselho da Comunidade

A Lei de Execução Penal nº 7.210/84 estabeleceu que, em cada comarca, o juiz da Execução Penal deve compor, instalar e acompanhar o funcionamento do Conselho da Comunidade, cabendo aos seus integrantes visitar mensalmente os estabelecimentos e serviços penais existentes



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

na comarca, dentre outras atribuições. O Conselho Nacional de Justiça expediu a Resolução nº 47/2007, determinando aos juízes de execução penal que realizassem pessoalmente inspeção mensal nos estabelecimentos penais, bem como compusessem e instalassem referido Conselho.

Uma das atribuições da Divisão de Correições da Corregedoria Geral da Justiça consiste em manter um banco de dados sobre o Conselho da Comunidade de cada Comarca. Para tanto, regularmente são solicitadas aos juízos competentes informações atualizadas sobre a instalação e o funcionamento dos Conselhos. Como forma de dar maior agilidade à captação dessas informações, foi implementado no formulário criminal do Sistema de Estatística item específico sobre o pleno funcionamento do Conselho na Comarca, o qual deverá ser informado a partir do envio referente ao mês de outubro do corrente ano.

13.3.17 *Correições internas permanentes*

Compete aos juízes de 1º Grau a correição permanente das secretarias de suas varas, nos termos do artigo 102, do Código de Divisão e de Organização Judiciária do Estado do Ceará. De forma complementar, a Corregedoria Nacional de Justiça, por meio da Recomendação nº 12/2013 e, visando por em prática medidas de organização de trabalho nas unidades judiciais, recomendou a todos os magistrados de 1º Grau que inspecionassem as suas unidades judiciais, com periodicidade não superior a um ano, a fim de que verifiquem o cumprimento de vários itens descritos no ato em alusão.

Nesse contexto, como forma de promover o aumento das inspeções internas e a sua incorporação à rotina de atividades dos magistrados de 1º grau, foi desenvolvido, pela Divisão de Correições da Corregedoria Geral da Justiça, um controle das inspeções internas realizadas pelas unidades judiciais durante o ano de 2014, por meio de comunicações eletrônicas e publicações no Diário da Justiça eletrônico.

13.3.18 *Projeto Certidão On line “Nada Consta”*

Trata-se do desenvolvimento de uma funcionalidade junto ao Sistema CPA, ou outro em uso na Corregedoria Geral da Justiça, que emita certidão *on line*, informando se há procedimento administrativo relacionado a magistrado ou servidor (representação, reclamação, denúncia, pedido



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

de providências, carta precatória) em tramitação na Corregedoria, bem como o registro da última movimentação do procedimento. O projeto encontra-se na fase inicial e envolve a Divisão de Correições da CGJ e a Secretaria de Tecnologia da Informação do TJCE.

13.3.19 Criação do módulo de perfil das unidades judiciárias junto ao sistema Eficiência.jus

Trata-se da criação de um módulo, junto ao Sistema Eficiência.Jus, visando a registrar informações das unidades judiciárias do Estado do Ceará, conforme as orientações contidas no Cojece e as necessidades internas desta Corregedoria Geral da Justiça, tais como: juízes que atuaram na unidade, data de inspeções/correições, informações contidas nos formulários Fiva/Ficovi etc. O projeto encontra-se em fase inicial e envolve a Divisão de Correições da Corregedoria Geral da Justiça do Ceará, Secretaria de Tecnologia da Informação e a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão do TJCE.

13.3.20 Projeto Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento

Por meio do Provimento nº 13/2009, o Conselho Nacional de Justiça estabeleceu as diretrizes básicas do projeto em tela, tendente a disciplinar a emissão da certidão de nascimento e da primeira via da certidão respectiva nas unidades hospitalares de todo o País.

Consoante previsão constante do citado ato normativo, o registro de nascimento e a emissão da primeira via da certidão seriam feitos na própria unidade hospitalar, mediante contato com o cartório de registro civil, por meio de sistema de informática via rede mundial de computadores.

Foram então encetadas diversas medidas em todas as comarcas do Estado do Ceará, capitaneadas pela Corregedoria, sendo que, em maior ou menor proporção, dependendo da comarca, criou-se a consciência no sentido de garantir ao nascituro o direito básico à identificação civil. Magistrados, servidores do Poder Judiciário, das Prefeituras, das Secretarias de Desenvolvimento, Trabalho e Ação Social e da Secretaria de Saúde, além dos cartorários, uniram-se com o firme propósito de levar a diante um programa de tamanha repercussão social.

Em reunião realizada na sede da Corregedoria Geral da Justiça, no dia 26 de março de 2014, onde estiveram presentes representantes da Corregedoria Geral de Justiça, da Secretaria de



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Desenvolvimento, Trabalho e Ação Social do Estado do Ceará (SDTS) e da Secretaria de Saúde (SESA), foi feita avaliação geral a respeito da atual situação do Projeto, tendo a Secretaria de Saúde informado que este teria sido encerrado no âmbito do Governo Estadual, inclusive, com prestação de contas dos recursos aplicados.

Ainda por ocasião do encontro, restou decidido que a Corregedoria Geral da Justiça entraria em contato com os juízes das comarcas do Interior, para que estes informassem se a Unidade Interligada (UI) estava funcionando normalmente, conectando as serventias extrajudiciais, qual sistema estaria sendo utilizado, se houve convênio para a instalação da Unidade e se a Unidade Interligada havia sido cadastrada no Sistema Justiça Aberta do CNJ.

Em face dessa situação, ao longo do biênio, foram mantidos contatos com os Juízes das comarcas do Interior, obtendo-se os resultados relatados a seguir.

As comarcas de Crato e Tianguá efetuaram reuniões para implantação do Projeto, tendo, inclusive, recebido o kit específico. As unidades de Lavras da Mangabeira, Horizonte, Beberibe, Boa Viagem, Ibiapina, Cedro, Morada Nova, Quixadá e Quixeramobim vêm observando o Projeto e chegaram a celebrar convênio entre os respectivos cartórios e hospitais. A Comarca de Itapiúna não implantou o Projeto, porquanto não dispõe de maternidade.

As unidades de Araripe, Irauçuba, Brejo Santo, Várzea Alegre e Paracuru sinalizaram no sentido de não possuírem interesse na implantação do Projeto, seja por baixo número de nascimentos ou limitação de ordem financeira.

Em algumas comarcas, os kits não foram recebidos, ou, se recebidos, não foi instalada a Unidade Interligada, dentre elas: São Gonçalo do Amarante, Russas, Aquiraz, Salitre, Canindé, Juazeiro do Norte, Santana do Acaraú, Cruz, Jaguaribe, Ipu, Mucambo, Ipueiras, Redenção, Itarema, Marco, Viçosa do Ceará, Pereiro, Pacajus, Nova Russas, Tamboril, São Benedito, Itapipoca, Missão Velha, Maranguape, Mauriti e Aurora. Em algumas delas, um servidor do cartório se desloca até o hospital e efetua os registros de nascimento.

As demais comarcas, no total de 141, foram contatadas pela Corregedoria, estando as mesmas em processo de implantação do Projeto.

13.3.21 Projeto Pai Presente

O Projeto Pai Presente, coordenado pela Corregedoria Nacional de Justiça e



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

implementado em todo o País, objetiva estimular o reconhecimento da paternidade de pessoas sem esse registro.

Conforme o CNJ, a declaração de paternidade pode ser feita espontaneamente pelo pai ou solicitada por mãe e filho. O sistema denominado Coletor Estatístico do Projeto Pai Presente – CEPP, desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TJCE, monitora mensalmente os resultados do Projeto, a partir dos dados informados pelos módulos jurisdicionais.

No Estado do Ceará, as unidades do interior e algumas varas da capital (Família, Infância e Juventude e Registros Públicos) recebem mídias digitais com a lista de alunos que não têm paternidade conhecida em seus registros de nascimento, remetidas pelo Censo Escolar e já readequadas por circunscrição judiciária. Com isso, são promovidas as medidas necessárias à intimação dos supostos pais, os quais comparecerão em Juízo para firmarem, ou não, a paternidade reclamada.

No biênio 2013-2014 obteve-se os seguintes resultados: 1.293 reconhecimentos voluntários, 253 reconhecimentos a partir de exames de DNA e 1.874 não atenderam ou negaram a paternidade. Perfizeram “outros casos” o total de 11.084.

13.3.22 Política Institucional do Poder Judiciário na Utilização dos Recursos Oriundos da Aplicação da Pena de Prestação Pecuniária

Consiste, em suma, na adoção de medidas em âmbito estadual para o cumprimento do que é determinado na Resolução nº 154/2012, do Conselho Nacional de Justiça, que estabelece que os valores oriundos de prestações pecuniárias aplicadas em substituição à prisão, ou ainda como condição para a suspensão condicional do processo ou transação penal, sejam recolhidos em conta judicial vinculada ao respectivo Juízo da execução, movimentados apenas por meio de alvará judicial e destinados, preferencialmente, a entidades públicas ou privadas com finalidade social, previamente conveniadas.

Foi apresentada à Presidência do Tribunal de Justiça uma minuta de resolução a ser editada pelo Órgão Especial que condensa regras da Resolução nº 154/2012 e do Provimento nº 21/2012, da Corregedoria Nacional de Justiça, tomando por base, ainda, regulações sobre o mesmo tema, criadas pelos Tribunais de Justiça dos Estados do Rio Grande do Norte (Provimento nº 99, de 7 de dezembro de 2012), São Paulo (Provimento CG nº 01/2013) e de Minas Gerais (Provimento



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Conjunto nº 27/2013).

Resguarda-se, em privilégio das expressas previsões dos normativos editados pelo CNJ e pela Corregedoria Nacional, a determinação de que as transferências de recursos estejam condicionadas à assinatura de convênio entre a entidade beneficiária e o Tribunal de Justiça, evitando-se a prática do mero “credenciamento” da entidade perante a unidade gestora. Neste tocante, a minuta contempla, com adaptações, regras semelhantes às atualmente em vigor no âmbito do Poder Executivo Estadual para a formalização de convênios, constantes da Lei Complementar Estadual nº 119, de 28 de dezembro de 2012, bem assim do Decreto nº 31.406, de 29 de janeiro de 2014, notadamente quanto aos requisitos necessários para que sejam formalizados os pactos.

Atentou-se, ainda, para o que foi decidido pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça nos autos da Consulta nº 0006364-95.2012.2.00.0000, em especial a necessidade de que as unidades gestoras tomem as contas das entidades beneficiárias e as prestem ao Tribunal de Justiça, e este, por seu turno, as encaminhe ao Tribunal de Contas. Diante do que manifestado em discussões conduzidas pela Corregedoria Geral com juízes e da atuação nas unidades dos Juizados Especiais da Comarca da Capital, a minuta de resolução prevê a concentração do recolhimento dos recursos oriundos de decisões aplicadas no âmbito do Foro Criminal em Fortaleza na Vara Única de Penas Alternativas, dispensando-se as demais da abertura de conta bancária para recolhimento de recursos.

O documento foi encaminhado ao exame da Presidência do Tribunal de Justiça e aguarda deliberação sobre sua submissão ao crivo do Órgão Especial.

13.3.23 Grupo de trabalho para a implementação do Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP)

Referido Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria nº 1367/2011, é supervisionado por um juiz corregedor e, dentre suas atribuições, está a de coordenar e fiscalizar o cumprimento da Resolução nº 137/2011, do Conselho Nacional de Justiça, oferecendo apoio técnico e operacional aos magistrados encarregados da expedição de mandados de prisão.

Dentre as principais medidas adotadas pelo Grupo, destaca-se o levantamento, ainda em curso, junto à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, notadamente a Delegacia de Capturas, de todos os mandados de prisão em aberto cadastrados no sistema do órgão, permitindo a oportuna conferência da higidez dos dados pelos respectivos Juízos expedidores e a atualização dos



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

mandados, com o devido cadastramento no Banco Nacional, mantido no site do CNJ.

O Provimento nº 09/2013 da Corregedoria Geral, de 30 de abril de 2013, fixou o prazo de seis meses para que todas as unidades judiciárias cadastrem no BNMP os mandados expedidos anteriormente à entrada em vigor do ato normativo e ainda não cumpridos, o que tem sido inspecionado pela CGJ. O último levantamento compartilhado entre os integrantes do Grupo de Trabalho do BNMP, relativos a agosto de 2014, apontavam mais de onze mil mandados de prisão cadastrados pela Justiça Estadual do Ceará, enquanto em abril de 2013 esse número era de aproximadamente cinco mil.

13.3.24 Grupo de trabalho para implementação da Central Integrada de Apoio à Área Criminal (CIAAC), instituído pela Portaria nº 1706/2012

A instituição da Central Integrada de Apoio à Área Criminal é fruto do Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2012-TJCE-SEJUS-SSPDS, que contou com a interveniência da Corregedoria Geral da Justiça e busca oferecer um serviço integrado, no âmbito do Fórum Clóvis Beviláqua, para o intercâmbio de informações de interesse recíproco na área criminal, otimizando, dentre outras tarefas, o cumprimento de alvarás de soltura.

A instituição da CIAAC foi formalizada por meio da Portaria nº 58/2013, do Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua e seu funcionamento foi iniciado no dia 13 de junho de 2013.

Contando com a atuação de servidores do Tribunal de Justiça, da Sejus e da SSPDS, a Central executa, dentre outras atribuições, as consultas necessárias ao cumprimento dos alvarás de soltura, conforme previsto no art. 4º do citado normativo, e opera com um fluxo automatizado de processos desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação, garantindo maior controle, confiabilidade e segurança na execução da soltura dos presos custodiados pelo sistema prisional do Estado do Ceará. A CIAAC substituiu a Central de Localização de Presos e está atuando, nesta primeira fase, através de projeto piloto que envolve a 4ª e a 6ª Varas Criminais, tendo, ainda, a atribuição quanto ao cumprimento de requisições de réus presos para comparecimento ao Fórum, a fim de participar dos diversos atos processuais, expedidas por todos os Juízos com competência criminal da Capital.

O Grupo de Trabalho deliberou, em 2014, estender a utilização da CIACC, quanto ao cumprimento de alvarás de soltura, para as cinco Varas do Júri da Comarca de Fortaleza.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

As ações da CIAAC estão abrangidas, ainda, pelo Convênio de Cooperação Técnica nº 020/2011, de 1º de novembro de 2011, entre o Estado do Ceará (mediante interveniência das Secretarias de Justiça e de Segurança Pública) e o Tribunal de Justiça, para o fim de propiciar o compartilhamento de informações entre os partícipes e uma melhor execução das respectivas atividades, o qual fundamenta o desenvolvimento do Projeto Integrajus, cujas ações estão sendo acompanhadas, no âmbito deste Tribunal, pela Secretaria de Tecnologia da Informação e pela Corregedoria Geral da Justiça.

13.3.25 Representação da Corregedoria Geral da Justiça na Comissão de Organização do Ciclo Permanente para Difusão de Boas Práticas Judiciárias e Administrativas da Justiça Estadual

Desenvolvido mediante parceria com a Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec), o Ciclo Permanente para Difusão de Boas Práticas Judiciárias e Administrativas da Justiça Estadual passa a ser realizado anualmente e pretende estreitar relação entre os órgãos, propiciando o aprimoramento das atividades de formação inicial e continuada de magistrados, a melhoria da qualidade técnica e ética da prestação jurisdicional e das atividades administrativas, bem como a facilitação dos trabalhos de correição e fiscalização.

13.3.26 Representação da Corregedoria Geral da Justiça na Comissão Participativa de Elaboração e Execução do Orçamento e do Planejamento Estratégico do TJCE

A participação da Corregedoria Geral da Justiça na Comissão Participativa de Elaboração e Execução do Orçamento e do Planejamento Estratégico possibilitou a aprovação de importantes projetos estratégicos de interesse do órgão, destacando-se os que preveem a adequação do quadro funcional e a reestruturação das instalações físicas, esta já iniciada e com previsão de término para março de 2015, conferindo à CGJ a infraestrutura necessária para atender ao aumento da demanda ocorrido nos últimos anos.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

13.3.27 Representação da Corregedoria Geral da Justiça na Comissão Multidisciplinar de Acompanhamento e Avaliação do IV Curso de Formação Inicial de Juízes Substitutos

Instituída pela Portaria nº 07/2013, do diretor da Esmec, a Comissão Multidisciplinar tem a finalidade de acompanhar, supervisionar e orientar a avaliação de magistrados durante a realização do IV Curso de Formação Inicial de juízes substitutos, o qual foi encerrado em abril de 2014.

13.3.28 Gestão de metas institucionais do Plano Estratégico do TJCE 2010-2014

As metas do Plano Estratégico do Tribunal de Justiça em que a Corregedoria Geral da Justiça figura como gestora dizem respeito à redução da taxa de congestionamento e ao aumento da produtividade dos magistrados de 1º Grau e dos Juizados Especiais. Tais metas passaram por revisão durante o ano de 2013. Além disso, de acordo com a Meta 7 de 2013 das Corregedorias Estaduais, fixada durante o VI Encontro Nacional do Poder Judiciário, incumbe à CGJ, em relação ao primeiro grau, monitorar, permanentemente, o cumprimento de 100% das metas do Poder Judiciário.

13.3.29 Desempenho da função de Juiz Cooperador do Interior e de membro do Comitê Estratégico do Poder Judiciário

O Juiz Cooperador do Interior integra o Núcleo de Cooperação Judiciária do TJCE, nos termos da Portaria nº 1.548/2014, promovendo o estreitamento de relações do Poder Judiciário Estadual com outros órgãos judiciais. Nessa qualidade, o Juiz Cooperador tem assento, ainda, no Comitê Estratégico do Poder Judiciário, que se reúne periodicamente para examinar o alcance das metas nacionais e institucionais.



14. OUVIDORIA GERAL DA JUSTIÇA

14.1 Introdução

A Ouvidoria Geral atua no atendimento ao público externo e interno, com atribuições básicas voltadas ao atendimento pessoal (presencial) e virtual. O atendimento presencial é feito diretamente na Ouvidoria, com o registro da manifestação pelo cidadão em formulário apropriado, podendo ter pronto atendimento ou receber resposta após os encaminhamentos realizados pela Ouvidoria. Quanto ao atendimento virtual, em regra é feito pelo *e-mail* da Ouvidoria Geral, disponibilizado no Portal do TJCE na *internet*, ocasião em que os atendentes procedem consultas diárias aos e-mails, resolvendo as demandas com informações já disponíveis ou providenciando o encaminhamento das demandas remanescentes em busca de respostas aos manifestantes. Os assuntos demandados são os mais diversos (reclamação, sugestão, crítica, pedido de informação, agradecimento e outros), registrando-se maior incidência nas questões relacionadas à falta de movimentação processual.

No biênio de 2013 e 2014, sendo este último ano com registro até o mês de outubro, contabilizou-se 8.259 demandas. Os resultados vêm trazendo satisfação ao usuário e demonstrando uma Ouvidoria proativa, garantindo ao cidadão pleno exercício da sua cidadania perante o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, com crescente credibilidade na comunidade local. Nesse sentido, havendo sido apresentado maior número de agradecimentos e elogios, firmou-se a Ouvidoria Geral como um canal direto de acessibilidade à sociedade, elevando o conceito dos serviços prestados pelo Tribunal.

Junto a Ouvidoria Geral funciona também o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), instituído pela Portaria nº 980/2012, cuja expedição deu-se pela necessidade de se cumprir a Lei de Acesso à Informação (Lei Nº 12.527) e atender à Recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) constante do Ofício-Circular Nº 221/2012.

Ainda no campo de ação da Ouvidoria Geral, podemos citar o encaminhamento de projeto que tem por objetivo a estruturação do órgão, com a sugestão de encaminhamento de Projeto de Lei para criação de cargos comissionados.



14.2 Ações e projetos

Por iniciativa da Ouvidoria Geral, foi encaminhado, em outubro de 2013, à Presidência deste Tribunal, proposta de projeto de estruturação da Ouvidoria Geral, denominada PJSOU2013001 - Estruturação da Ouvidoria Geral. O Projeto tem como objetivo, dentre outros, de regulamentar, por Regimento Interno, os procedimentos da Ouvidoria Geral. O presente projeto encontra-se em fase de readequação tendo em vista a Resolução nº 184 do CNJ.

No decorrer do ano de 2013, desenvolveu-se, ainda, juntamente com a Secretaria de Tecnologia da Informação, o Sistema de Ouvidoria Geral (SIOGE/SIC), que funcionará no sítio eletrônico do TJCE na rede mundial de computadores e atenderá, via sistema, as manifestações da Ouvidoria Geral e do Serviço de Acesso à Informação. O SIOGE/SIC foi aprovado pelo Órgão Especial deste Tribunal no dia 13 de março de 2014, atualmente aguardando publicação a cargo da Secretaria Geral.

Também faz parte do campo de atuação da Ouvidoria, o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), instituído pela Portaria nº 980/2012, cuja competência subsume-se aos ditames da Lei nº 12.527/2011 (LAI) e da Lei Estadual Nº 15.175. As atividades do SIC são delegadas a um grupo de servidores, coordenados por um servidor da Ouvidoria, com o auxílio de mais dois servidores, que juntos integram o Grupo de Auxílio ao Atendimento à Lei de Acesso à Informação, instituído pelo Provimento nº 20/2012. Os pedidos de informações feitos pelo SIC são direcionados ao citado Grupo, que os analisam, prestam as informações, ou, se for o caso, dão os encaminhamentos necessários na busca da informação requestada, obedecendo-se os prazos instituídos nos citados normativos.

No biênio observado, a Ouvidoria Geral atendeu 8.259 demandas, com encaminhamento de todas e com quase 100% de resolutividade, o que evidencia resultado positivo e a proatividade do órgão. No entanto, mesmo diante dos resultados alcançados, é necessário apontar algumas situações que devem ser enfrentadas em prol da melhoria e estabilidade dos serviços prestados pela Ouvidoria Geral, sobretudo no que atine ao número crescente de demandas.

Cumprir destacar, ainda, que os servidores da Ouvidoria Geral, por iniciativa própria, participaram de cursos, palestras e treinamentos, em especial, cursos direcionados a Ouvidorias Públicas.

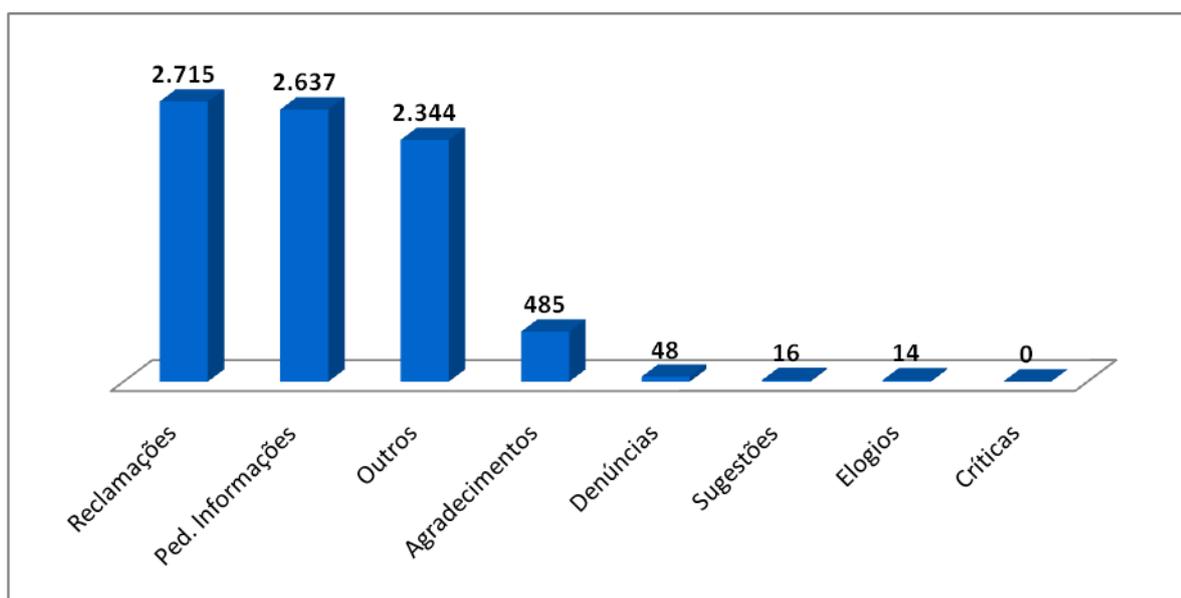
No campo dos avanços, pode-se destacar não só a crescente quantidade de demandas e



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

suas respectivas soluções, mas também a melhoria na qualidade do atendimento, o que é aferido pela maior satisfação dos usuários que em diversas situações retornam a Ouvidoria com agradecimentos e elogios aos serviços prestados.

Gráfico 19 – Manifestações recebidas pela Ouvidoria



Fonte: Relatório Estatístico da Ouvidoria Geral



15. ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA

15.1. Introdução

No decorrer do biênio 2013-2015, a Gestão da Escola Superior da Magistratura do Estado Ceará (Esmec), sob direção do Desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo, procurou aprimorar os objetivos institucionais da Escola, sobretudo no tocante à formação e ao aperfeiçoamento de magistrados e servidores do Judiciário estadual. Para tanto, várias ações foram desenvolvidas no período.

Foi realizado o IV Curso de Formação Inicial para Juízes Substitutos, com um número recorde de 45 magistrados inscritos. Em relação à turma anterior, foi dobrada a carga horária do curso, que também inovou ao adotar o acompanhamento, por parte de juízes formadores, das atividades práticas dos novos juízes nas comarcas.

O auditório da Esmec acolheu convidados de renome nacional e até internacional, com públicos recordes, como nos casos das palestras do escritor Ariano Suassuna, do jurista português Jorge Miranda e do psiquiatra Augusto Cury, dentre outras.

Além de concorridas palestras, congressos, seminários, lançamento de livros e outros eventos realizados na Escola, foram ofertados vários cursos de curta duração, a maior parte credenciada pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam, oportunidade em que foram debatidos temas atuais e de suma importância para os profissionais do Direito, tais como: Gestão de Pessoas e Processos, Administração Judiciária, Seguro Dpvat, Dosimetria da Pena, Improbidade Administrativa, Direito da Infância e da Família, Adoção, Direito Registral e Imobiliário, novo CPC, Mediação e Solução de Conflitos, dentre outros.

Dentre outros resultados obtidos na Gestão 2013-2015, destacam-se, ainda: o lançamento de quatro edições da revista científica Themis, regularizando-se a sua periodicidade; a ampliação substancial do acervo da Biblioteca da Escola; a realização de reformas no prédio da Escola e a aquisição de novos móveis e equipamentos, com destaque para a modernização dos sistemas informatizado (computadores, *no-breaks*, *rack* e cabeamento) e o início ao processo de virtualização das rotinas da Esmec, com a criação do Sesmec.

A preocupação com a inclusão social foi também outra marca da Administração, quando foram distribuídos alimentos e ofertados cursos para a comunidade do Dendê.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Outra política adotada diz respeito à interiorização das atividades da Escola, com a criação dos Polos de Aprendizagem da Esmec nas cidades de Crato, Iguatu, Sobral e Crateús.

Oportuno destacar, de igual forma, a assinatura de Convênios de Cooperação Técnica com a Escola Nacional da Magistratura (ENM), com a Associação Cearense de Magistrados (ACM), com a Universidade Regional do Cariri (Urca) e com a Rede de Escolas de Governo.

15.2. Ações e projetos

Segue a relação de projetos do biênio 2013-2014:

Tabela 69 – Projetos Esmec

Educação a distância em parceria	
Objetivo	Ofertar quatro turmas, com vinte vagas cada, em seis cursos de aperfeiçoamento, na modalidade a distância, durante 2013 e 2014, nas áreas do Direito e correlatas (Administração, Gestão de Pessoas, Psicologia Jurídica) em parcerias diversas
Entregas Previstas	Dois turmas do curso de Administração Judiciária (23/09 a 11/10/2013, 14/10 a 1º/11/2013 e 10 a 28/02/2014) e duas turmas do Curso de Informática Aplicada à Jurisdição (11 de novembro a 13 de dezembro de 2013 e 10 a 21 de março de 2014)
Unidades Envolvidas	TJCE, Esmec e Enfam
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído
Eventos culturais	
Objetivo	Realização de eventos culturais de diversas naturezas (lançamento de livros, mostras de cinema e artes plásticas, mesas redondas, debates, cafés culturais, esquetes teatrais, colóquios, seminários, entre outros) durante os anos de 2013 e 2014, com temas de interesse da comunidade acadêmico-jurídica
Entregas Previstas	Aula-espetáculo de Ariano Suassuna, em 15 de agosto de 2013 e II Seminário de Literatura e Direito em 2014
Unidades Envolvidas	TJCE e Esmec
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído
Cursos de Capacitação na Área da Infância e da Adolescência	
Objetivo	Ofertar, ao longo de 2013, pelo menos dois cursos de aperfeiçoamento, voltados especificamente para a área da infância e da adolescência
Entregas Previstas	Curso Direito da Infância e da Juventude, (12 e 13 de dezembro de 2013); Direito de Família em Debate (21, 22, 28 e 29 de março de 2014); Guarda no Direito de Família (04 de abril)
Unidades Envolvidas	TJCE e Esmec
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído
Curso de formação de novos juízes	
Objetivo	Assegurar recursos que permitam o cumprimento da obrigação constitucional de oferecimento de curso de formação inicial para novos juízes
Entregas Previstas	IV Curso de Formação de Novos Juízes
Unidades Envolvidas	CGJ, TJCE e Esmec
Progressos	100%
Fase Atual	Concluído

Continua



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

- iii. novos aparelhos de ar-condicionado e modernização da central;
- iv. aquisição de novos computadores, *no breaks*, *notebooks* e aparelhos de audiovisual (projetores multimídia) para a Secretaria, Assessoria Pedagógica, Biblioteca e salas de aula;
- v. equipamentos de som mais modernos para o auditório (sistema de gravação, microfones etc.);
- vi. proposta de cerca verde para o entorno da Escola;
- vii. colocação de portal detector de metal na entrada principal da Esmec.

15.2.3 Ações de comunicação

- i. *mailing* e SMS: intensificação no envio de informações (sobre cursos, seminários, lançamento de livros etc.) para jornais, blogs, assessorias de comunicação e outros públicos locais e nacionais. Envio de SMS para juízes, a partir de parceria com a ACM;
- ii. publicação jornalística: impressão de quatro edições do informativo Esmec Notícias, periódico distribuído para desembargadores, juízes, Escolas da Magistratura, imprensa, professores e alunos da Esmec, dentre outros públicos;
- iii. Portal da Esmec: em março de 2014 foi ao ar o Portal Esmec, que modernizou e tornou mais interativo o antigo *site* da Escola. A enquete sobre o conteúdo do Portal mostra um índice de 83% de aprovação por parte dos internautas, conforme dados apurados em 19/11/2014;
- iv. cobertura fotográfica: aquisição de câmera fotográfica profissional para cobertura dos eventos da Escola, cujas fotos foram utilizadas em informativos e no Portal Esmec, bem como enviadas para jornais, Assessoria de Comunicação do TJCE e outros interessados;
- v. clipagem: assinatura dos jornais O Povo e Diário do Nordeste (O Estado já vinha sendo recebido regularmente) para o recorte de matérias de interesse da Esmec, objetivando não só o arquivamento de notícias, mas também a utilização como subsídio à tomada de decisão por parte da Direção da Escola.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

15.2.4 Outras ações

- i. atualização da periodicidade da revista Themis, com a publicação dos volumes 9, 10, 11 e 12 do periódico científico;
- ii. interiorização das atividades da Escola, com a implantação dos Polos de Aprendizagem nas cidades de Crato, Iguatu, Sobral e Crateús;
- iii. novas aquisições para o acervo da Biblioteca da Esmec: no período de fevereiro de 2013 a outubro de 2014 foram adquiridos 943 livros, 13 periódicos e 57 monografias. Realizados 277 empréstimos;
- iv. ações de responsabilidade socioambiental, tais como: doação de alimentos e materiais de reciclagem para a população da comunidade do entorno da Escola, oferta de cursos para mulheres da comunidade do Dendê, participação na Comissão de Responsabilidade Socioambiental do TJCE, redução no consumo de papel e copo descartável etc.
- v. participação em encontros nacionais que reuniram diretores de Escolas da Magistratura, tais como os eventos promovidos pela Enfam, Copedem e ENM;
- vi. assinatura de Convênios de Cooperação Técnica com instituições como a Escola Nacional da Magistratura, Associação Cearense de Magistrados, Universidade Regional do Cariri e Rede de Escolas de Governo;
- vii. lançamento de seis livros no auditório da Esmec, seguido de palestras com convidados ilustres, como o jurista português Jorge Miranda.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE METAS POR EIXO, ÁREA TEMÁTICA E PROGRAMA

Tabela 70 – Relatório Consolidado de Metas por Eixo, Área Temática e Programa

CÓD.	EIXO	CÓD.	ÁREA TEMÁTICA	CÓD.	PROGRAMA	CÓD.	META	QTD. PROGRAMADA 2014	QTD. REALIZADA 2014
03	GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE	24	JUDICIÁRIO	013	AÇÃO JUDICIÁRIA	00007	REALIZAR MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA NAS 08 MACRORREGIÕES	8	3
03	GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE	24	JUDICIÁRIO	013	AÇÃO JUDICIÁRIA	00044	IMPLANTAR E MANTER O SISTEMA PROCESSUAL DIGITAL NAS 184 COMARCAS DO PODER JUDICIÁRIO CEARENSE	0	0
03	GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE	24	JUDICIÁRIO	013	AÇÃO JUDICIÁRIA	00045	IMPLANTAR E MANTER 07 MÓDULOS DO PROJETO DE VIRTUALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	2	1
03	GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE	24	JUDICIÁRIO	013	AÇÃO JUDICIÁRIA	00956	CONSTRUIR 18 UNIDADES JUDICIÁRIAS NO ESTADO DO CEARÁ.	8	7
03	GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE	24	JUDICIÁRIO	013	AÇÃO JUDICIÁRIA	00957	REFORMAR 76 UNIDADES JUDICIÁRIAS NO ESTADO DO CEARÁ.	28	26
03	GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE	24	JUDICIÁRIO	013	AÇÃO JUDICIÁRIA	00962	OTIMIZAR E NORMALIZAR 70 PROCEDIMENTOS JUDICIAIS E/OU ADMINISTRATIVOS	26	29
03	GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE	24	JUDICIÁRIO	013	AÇÃO JUDICIÁRIA	00963	VEICULAR 169 PROGRAMAS DE TELEVISÃO SOBRE AS AÇÕES DO JUDICIÁRIO CEARENSE	52	52

Continua



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Continuação

CÓD.	EIXO	CÓD.	ÁREA TEMÁTICA	CÓD.	PROGRAMA	CÓD.	META	QTD. PROGRAMADA 2014	QTD. REALIZADA 2014
03	GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE	24	JUDICIÁRIO	013	AÇÃO JUDICIÁRIA	00963	VEICULAR 169 PROGRAMAS DE TELEVISÃO SOBRE AS AÇÕES DO JUDICIÁRIO CEARENSE	52	52
03	GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE	24	JUDICIÁRIO	098	SEGURANÇA E ASSISTÊNCIA AOS JUÍZES COLOCADOS EM SITUAÇÃO DE RISCO EM RAZÃO DE SUA ATIVIDADE JURISDICIONAL	00014	APRIMORAR E ADEQUAR A SEGURANÇA FÍSICA E PATRIMONIAL DE 07 UNIDADES DA JUSTIÇA ESTADUAL NA RMF	53	56
03	GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE	24	JUDICIÁRIO	098	SEGURANÇA E ASSISTÊNCIA AOS JUÍZES COLOCADOS EM SITUAÇÃO DE RISCO EM RAZÃO DE SUA ATIVIDADE JURISDICIONAL	00015	APRIMORAR E ADEQUAR SEGURANÇA FÍSICA E PATRIMONIAL DE 49 UNIDADES INTERIORES DO ESTADO DA JUSTIÇA ESTADUAL	191	187

Obs.: Os valores programados são os correspondentes à revisão do PPA 2012-2015, ocorrida em 2014.

Fonte: Secretaria Especial de Planejamento e Gestão



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará é composto de 3 órgãos em sua estrutura, que são:

- Tribunal de Justiça - CNPJ 09.444.530./0001-01;
- Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário - FERMOJU – CNPJ 41.655.846/0001-47; e
- Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG - CNPJ 16.368.546/0001-30.

Cada um destes órgãos possui orçamento e execução orçamentária e financeira distintos, apresentando o Tribunal de Justiça a seguinte execução orçamentária em 2014:

Figura 9 – Execução Orçamentária 2014 – Tribunal de Justiça

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Acumulado até: DEZEMBRO		
				Pago	% Emp.	% Pago
04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	810.767.754,00	857.832.333,95	857.715.803,94	851.256.111,27	99,99	99,23
31 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	773.719.201,00	804.524.232,67	804.450.345,94	802.023.514,37	99,99	99,69
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36.982.553,00	50.249.897,10	50.233.330,14	47.491.156,92	99,97	94,51
44 INVESTIMENTOS	66.000,00	3.058.204,18	3.032.127,86	1.741.439,98	99,15	56,94
Total Geral	810.767.754,00	857.832.333,95	857.715.803,94	851.256.111,27	99,99	99,23

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

O Tribunal de Justiça, dentro desta trílice estrutura orçamentária e financeira, é o órgão gestor dos recursos oriundos do Tesouro Estadual do Ceará. Seu principal Grupo de Despesa é o Pessoal e Encargos Sociais, representando 93,79% dos recursos disponíveis e executados, sendo assim distribuídos:



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Figura 10 – Execução Orçamentária 2014 – Tribunal de Justiça – Pessoal e Encargos Sociais

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Acumulado até: DEZEMBRO		
				Pago	% Emp.	% Pago
04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	773.719.201,00	804.524.232,67	804.450.345,94	802.023.514,37	99,99	99,69
319003 PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	3.169.699,00	4.050.805,21	4.050.805,21	4.050.805,21	100,00	100,00
319011 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	629.723.244,00	656.024.671,70	656.024.671,70	656.024.671,70	100,00	100,00
319012 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	3.998.366,00	3.691.925,59	3.691.925,59	3.691.925,59	100,00	100,00
319013 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	6.140.955,00	6.042.118,27	6.042.118,27	6.042.118,27	100,00	100,00
319016 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	14.425,00	18.358,10	18.358,10	18.358,10	100,00	100,00
319091 SENTENÇAS JUDICIAIS	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
319092 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	28.252.421,00	23.988.040,06	23.988.040,06	22.397.640,51	100,00	93,37
319093 INDENIZAÇÕES	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
319096 RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	964.228,00	966.932,42	966.932,42	966.932,42	100,00	100,00
319113 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	101.380.863,00	109.105.705,30	109.103.062,54	108.266.630,52	100,00	99,23
319192 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	50.000,00	28.756,03	28.756,03	57,51	57,51
319196 RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	0,00	535.676,02	535.676,02	535.676,02	100,00	100,00
Total Geral	773.719.201,00	804.524.232,67	804.450.345,94	802.023.514,37	99,99	99,69

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Relativamente ao Grupo de Despesa Outras Despesas Correntes, tem-se o seguinte detalhamento:

Figura 11 – Execução Orçamentária 2014 – Tribunal de Justiça – Outras Despesas Correntes

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Acumulado até: DEZEMBRO		
				Pago	% Emp.	% Pago
04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	36.982.553,00	50.249.897,10	50.233.330,14	47.491.156,92	99,97	94,51
338037 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	192.861,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339008 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	114.482,00	80.394,88	80.394,88	80.394,88	100,00	100,00
339014 DIÁRIAS - CIVIL	1.598.091,00	2.285.753,73	2.285.753,73	2.285.753,73	100,00	100,00
339015 DIÁRIAS - MILITAR	25.529,00	105.525,00	105.525,00	105.525,00	100,00	100,00
339030 MATERIAL DE CONSUMO	430.038,00	334.036,59	333.948,33	292.878,33	99,97	87,68
339031 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVA	0,00	18.693,00	18.693,00	18.693,00	100,00	100,00
339032 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	22.476,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.077.863,00	1.057.942,40	1.057.942,40	1.057.942,40	100,00	100,00
339035 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	3.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339036 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.680.819,00	6.057.732,98	6.057.732,98	6.057.332,98	100,00	99,99
339037 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	5.193.559,00	6.212.505,59	6.212.505,59	5.852.436,82	100,00	94,20
339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.815.374,00	9.985.236,32	9.970.732,20	7.630.909,63	99,85	76,42
339041 CONTRIBUIÇÕES	5.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339046 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	18.666.000,00	17.550.879,57	17.550.879,57	17.550.879,57	100,00	100,00
339047 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	5.250,00	18.559,12	18.559,12	18.457,14	100,00	99,45
339049 AUXÍLIO-TRANSPORTE	173.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339092 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.473.561,00	5.664.048,59	5.662.074,01	5.661.364,11	99,97	99,95
339093 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	500.000,00	878.589,33	878.589,33	878.589,33	100,00	100,00
339139 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral	36.982.553,00	50.249.897,10	50.233.330,14	47.491.156,92	99,97	94,51

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Quanto ao Grupo de Despesa Investimentos, tem-se o seguinte detalhamento:



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Figura 12 – Execução Orçamentária 2014 – Tribunal de Justiça – Investimentos

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Acumulado até: DEZEMBRO		
				Pago	% Emp.	% Pago
04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	66.000,00	3.058.204,18	3.032.127,86	1.741.439,98	99,15	56,94
449030 MATERIAL DE CONSUMO	13.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
449051 OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	1.471.400,08	1.469.500,08	1.469.500,08	99,87	99,87
449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	53.000,00	1.578.804,10	1.562.627,78	271.939,90	98,98	17,22
Total Geral	66.000,00	3.058.204,18	3.032.127,86	1.741.439,98	99,15	56,94

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Convém destacar, no exercício sob comento, a preocupação relativa ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, informando-se que, dos R\$ 14.394.882.435,00 (quatorze bilhões, trezentos e noventa e quatro milhões, oitocentos e oitenta e dois mil e quatrocentos e trinta e cinco reais) da Receita Corrente Líquida – RCL, foram empregados R\$ 768.139.742,00 (setecentos e sessenta e oito milhões, cento e trinta e nove mil e setecentos e quarenta e dois reais) em despesa com pessoal, montante que representa 5,34% da RCL, estando, pois, abaixo do limite prudencial de 5,70% previsto na Lei nº 101/2000.

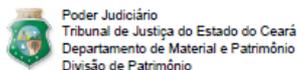
Importante destacar que as informações orçamentárias, financeiras e contábeis no Estado do Ceará são produzidas e geridas pela Secretaria de Fazenda do estado, não tendo o Tribunal de Justiça interferência sobre os demonstrativos ora disponibilizados.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

RECURSOS PATRIMONIAIS

Figura 13 – Recursos Patrimoniais do Poder Judiciário do Estado do Ceará



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
Departamento de Material e Patrimônio
Divisão de Patrimônio

Período: 01/01/2014 a 31/12/2014

Conta	Descrição	Saldo ant.(R\$)	Incorp.(R\$)	Baixas(R\$)	Reinc.(R\$)	Reav. (R\$)	Saldo atual(R\$)
000000000	CONTA CONTABIL - MIGRAÇÃO	17.723.552,02	0,00	50.346,92	84,20	0,00	17.673.289,30
3390300015	PECAS E ACESSORIOS PARA EQUIP DE COMUNICACAO	1.335,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.335,00
3390300025	Material para áudio e vídeo	224,00	0,00	0,00	0,00	0,00	224,00
3390300026	MATERIAL DE PROTECAO SEGURANCA E SOCORRO	10.614,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.614,00
4490520001	VEICULOS E EQUIP PARA VEICULOS	3.738.702,74	538.600,00	0,00	0,00	0,00	4.277.302,74
4490520002	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	0,00	1.672.883,27	0,00	0,00	0,00	1.672.883,27
4490520004	MAQUINAS MOTORES E AP DIVERSOS	4.166.865,74	310.901,72	6.213,20	0,00	0,00	4.471.554,26
4490520007	APARELHOS E UTENSILIOS TIPO DOMESTICO	240.511,12	61.951,48	0,00	0,00	0,00	302.462,60
4490520010	BANDEIRAS E FLAMULAS	21.401,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.401,00
4490520011	LIVROS E PUBLIC TECNICAS	728.600,81	73,00	0,00	0,00	0,00	728.673,81
4490520012	EQUIP DE PROTECAO SEG E SOCORRO	85.234,97	3.380,00	0,00	0,00	0,00	88.614,97
4490520013	EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	598.724,77	14.965,00	0,00	0,00	0,00	613.689,77
4490520015	APAREL DE USO ODON HOSP E LABORATORIAIS	128.653,30	1.827,50	0,00	0,00	0,00	130.480,80
4490520016	DECORACAO OBJETOS DE ARTE COLECAO	44.999,07	1.420,95	0,00	0,00	0,00	46.420,02
4490520017	EQUIP PARA AUDIO VIDEO E FOTO	478.188,23	45.124,00	0,00	0,00	0,00	523.312,23
4490520020	MOBILIARIO EM GERAL	32.733.967,81	3.938.694,20	4.039,66	0,00	0,00	36.668.622,35
4490520028	OBRAS DE ARTE E PECAS P/MUSEU	3.659,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.659,00
4490520080	EQUIPAMENTOS P/TECNOLOGIA DA INFORMACAO	19.193.275,77	3.861.291,02	2.860,00	133,00	0,00	23.051.839,79
4490520099	OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	382.779,97	1.233,00	1.663,40	0,00	0,00	382.349,57
	Total:	80.281.289,32	10.452.345,14	65.123,18	217,20	0,00	90.668.728,48

Fonte: Secretaria de Administração do TJCE



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

INFRAESTRUTURA

Tabela 71 – Relação de imóveis do Governo do Estado e disponíveis para o Poder Judiciário do Estado do Ceará

ITEM	COMARCA	TIPO	LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP
001	ABAIARA	Prédio	RUA JOÃO FELITO DE SOUSA		CENTRO	63.240-000
002	ACARAPE	Prédio	RUA CHICO VIEIRA		CENTRO	62.580-000
003	ACARAU	Casa	RUA SANTO ANTÔNIO	1495	CENTRO	62.580-000
004	ACARAU	Prédio	PRAÇA MANUEL DUCA DA SILVEIRA		CENTRO	62.580-000
005	ACARAU	Prédio	RUA CAMPO DE AVIAÇÃO		CAMPO DE AVIAÇÃO	62.580-000
006	ACOPIARA	Prédio	RUA CÍCERO MANDU	S/N	CENTRO	63.5660-000
007	ACOPIARA	Casa	RUA DR. TIBURCIO SOARES	437	CENTRO	63.5660-000
008	ACOPIARA	Casa	RUA QUINTINO BOCAUVA	420	CENTRO	63.5660-000
009	AIUABA	Casa	RUA ARMANDO ARRAIS FEITOSA	6	CENTRO	63.575-000
010	AIUABA	Prédio	RUA JOSÉ DE MORAIS FEITOSA	S/N	CAIÇARA	63.575-000
011	AIUABA	Casa	RUA RAIMUNDO DIAS DE OLIVEIRA	50	CENTRO	63.575-000
012	ALCANTARAS	Prédio	RUA FRANCISCO CUNHA		SÃO JOSÉ	62.120-000
013	ALTANEIRA	Prédio	RUA PE. LUIZ ANTÔNIO		CENTRO	63.195-000
014	ALTO SANTO	Prédio	RUA CORONEL SIMPRICIO BEZERRA		CENTRO	62.970-000
015	ALTO SANTO	Casa	RUA JOÃO QUINCÓ		CENTRO	62.970-000
016	AMONTADA	Terreno	RUA MARIA MELO	S/N	TORRE	62.540-000
017	AMONTADA	Prédio	RUA MANUEL MARTINS TEIXEIRA	1310	TORRE	62.540-000
018	AMONTADA	Casa	RUA MANUEL MARTINS TEIXEIRA	S/N	TORRE	62.540-000
019	ANTONINA DO NORTE	Prédio	AV. CENTRAL		CENTRO	63.570-000
020	APUIARÉS	Prédio	AV. GOMES DA SILVA		CENTRO	62.630-000
021	AQUIRAZ	Casa	LOTEAMENTO		CHÁCARAS DA PRAINHA	61.700-000
022	AQUIRAZ	Casa	LOTEAMENTO		CHÁCARAS DA	61.700-



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

ITEM	COMARCA	TIPO	LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP
					PRAINHA	000
023	AQUIRAZ	Casa	LOTEAMENTO		CHÁCARAS DA PRAINHA	61.700-000
024	AQUIRAZ	Prédio	AV. AUGUSTO SÁ		CENTRO	61.700-000
025	AQUIRAZ	Prédio	RUA VIRGÍLO COELHO	112	CENTRO	61.700-000
026	ARACATI	Casa	RUA DO CASTELO	131	CENTRO	62.800-000
027	ARACATI	Casa	RUA CORONEL ALEXANDRINO	1224	CENTRO	62.800-000
028	ARACATI	Prédio	RUA CORONEL ALEXANDRINO	789	CENTRO	62.800-000
029	ARACATI	Casa	RUA DO CASTELO	130	CENTRO	62.800-000
030	ARACATI	Terreno	TRAV. FELISMINO FILHO		FÁTIMA	62.800-000
031	ARACATI	Terreno	LOTEAMENTO VILA GREGA		VILA GREGA	62.800-000
032	ARACOIABA	Casa	RUA LUIS RIBEIRO DE SOUZA	34	PLANALTO ARACOIABA	62.750-000
033	ARACOIABA	Casa	RUA RAIMUNDO DE CASTRO DA SILVA		CENTRO	62.750-000
034	ARACOIABA	Prédio	AV. TIRADENTES	1449	CENTRO	62.750-000
035	ARARENDA	Prédio	RUA PREFEITO FRANCISCO LANDIM		CANÁRIO	62.210-000
036	ARARIPE	Casa	RUA VICENTE ALENCAR BARBOSA	S/N	CENTRO	63.170-000
037	ARARIPE	Prédio	AV. SIMPLICIO DE ALENCAR		CENTRO	63.170-000
038	ARATUBA	Casa	RUA JULIO PEREIRA	40	FORQUILHA	62.762-000
039	ARATUBA	Prédio	RUA JULIO PEREIRA	30	FORQUILHA	62.762-000
040	ARNEIROZ	Prédio	AV CEL VIRGILIO TAVORA		CENTRO	63.670-000
041	ASSARE	Casa	RUA MARIA DE JESUS OLIVEIRA	40	VILA MOTA	63.140-000
042	ASSARE	Terreno	RUA RAUL ONOFRE DE PAIVA	S/N	BELO HORIZONTE	63.140-000
043	ASSARE	Terreno	RUA SEM DENOMINAÇÃO OFICIAL	S/N	BANGUÊ	63.140-000
044	ASSARE	Prédio	RUA PADRE EMILIO CABRAL	320-A	CENTRO	63.140-000
045	AURORA	Casa	RUA MARIA CORAÇÃO BEZERRA	S/N	VILA PAULO GONÇALVES	63.360-000



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

ITEM	COMARCA	TIPO	LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP
046	AURORA	Prédio	RUA CORONEL JOSÉ LEITE	S/N	ARAÇA	63.360-000
047	BAIXIO	Casa	RUA CEL. FRANCISCO LUIZ	S/N	CENTRO	63.320-000
048	BAIXIO	Prédio	PRAÇA DOS TRÊS PODERES	S/N	CENTRO	63.320-000
049	BANABUIU	Prédio	RUA QUEIROZ PESSOA		CENTRO	63.960-000
050	BARBALHA	Casa	RUA MADRE ILDUARA	693	CENTRO	63.180-000
051	BARBALHA	Casa	RUA MADRE ILDUARA	707	CENTRO	63.180-000
052	BARBALHA	Terreno	RUA PRINCESA ISABEL		CENTRO	63.180-000
053	BARBALHA	Prédio	RUA ZUCA SAMPAIO		CENTRO	63.180-000
054	BARBALHA	Prédio	RUA PRINCESA ISABEL	118-A	CENTRO	63.180-000
055	BARBALHA	Casa	RUA CEL JOÃO DA CRUZ	198	CENTRO	63.180-000
056	BARBALHA	Casa	RUA CEL JOÃO DA CRUZ	198	CENTRO	63.180-000
057	BARREIRA	Prédio	RUA PAULO JACÓ	190	CENTRO	62.795-000
058	BARRO	Casa	RUA CRISANTINA MONTEIRO DINIZ	S/N	CENTRO	63.380-000
059	BARRO	Prédio	AV. FRANCISCO AUDELEY CARDOSO	S/N	CENTRO	63.380-000
060	BARROQUINHA	Prédio	AV. MARIA DIAMANTINAS VERAS	S/N	CENTRO	62.410-000
062	BATURITE	Prédio	AV. 07 DE SETEMBRO	949	CENTRO	62.760-000
061	BATURITE	Casa	AV. OUVIDOR-MOR VITORINO S. BARBOSA	1025	SANHARÃO	62.760-000
063	BATURITE	Casa	AV. OUVIDOR-MOR VITORINO S. BARBOSA	1025	SANHARÃO	62.760-000
064	BATURITE	Casa	AV. OUVIDOR-MOR VITORINO S. BARBOSA	1025	SANHARÃO	62.760-000
068	BATURITE	Prédio	AV. OUVIDOR-MOR VITORINO S. BARBOSA		CENTRO	62.760-000
065	BATURITE	Prédio	PRAÇA WALDEMAR FALCÃO	S/N	CENTRO	62.760-000
066	BATURITE	Terreno	RUA PADRE ANTONIO PINTO	S/N	CENTRO	62.760-000
067	BATURITE	Prédio	TRAVESSA 14 DE ABRIL	S/N	CENTRO	62.760-000
069	BEBERIBE	Casa	RUA JUAQUIM DE QUEIROZ FACÓ		NOVO PLANALTO	62.840-000



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

ITEM	COMARCA	TIPO	LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP
070	BEBERIBE	Terreno	RUA DEPUTADO RAIMUNDO DE Q. FERREIRA		CENTRO	62.840-000
071	BEBERIBE	Prédio	RUA JUAQUIM DE QUEIROZ FACÓ		NOVO PLANALTO	62.840-000
072	BELA CRUZ	Casa	RUA JOSÉ CHEIREZ	S/N	CENTRO	62.570-000
073	BELA CRUZ	Prédio	RUA SANTA CRUZ	S/N	CENTRO	62.570-000
074	BELA CRUZ	Casa	RUA CAPITÃO MIGUEL LOPES	S/N	CENTRO	62.570-000
075	BOA VIAGEM	Terreno	RUA ERNESTO PEREIRA DE SOUSA		TIBIQUARI	63.870-000
076	BOA VIAGEM	Prédio	RUA JOSÉ RANGEL DE ARAÚJO	S/N	CENTRO	63.870-000
077	BOA VIAGEM	Casa	RUA 21 DE NOVEMBRO	566	TIBIQUARI	63.870-000
078	BREJO SANTO	Casa	RUA MANOEL TIBURTINO	544	CENTRO	63.260-000
079	BREJO SANTO	Casa	RUA MANOEL TIBURTINO	301	CENTRO	63.260-000
080	BREJO SANTO	Prédio	AV. ANTÔNIO FLORENTINO	S/N	CENTRO	63.260-000
081	BREJO SANTO	Prédio	RUA JOSÉ MATIAS SAMPAIO	274	CENTRO	63.260-000
082	CAMOCIM	Casa	RUA DA INDEPENDÊNCIA	561-A	CENTRO	62.400-000
083	CAMOCIM	Casa	RUA DA INDEPENDÊNCIA	561-B	CENTRO	62.400-000
084	CAMOCIM	Prédio	RUA 24 DE MAIO	S/N	CENTRO	62.400-000
085	CAMPOS SALES	Casa	RUA ENEAS ARAES	394	CENTRO	63.150-000
086	CAMPOS SALES	Prédio	RUA MANOEL MORAES		CENTRO	63.150-000
087	CANINDÉ	Casa	RUA CELIO MARTINS	714	CENTRO	62.700-000
088	CANINDÉ	Casa	RUA JOÃO PINTO DAMASCENO	268	CENTRO	62.700-000
089	CANINDÉ	Casa	RUA GERONICIO BRIGIDO NETO	268	BELA VISTA	62.700-000
090	CANINDÉ	Prédio	RUA GERONICIO BRIGIDO NETO		BELA VISTA	62.700-000
091	CANINDÉ	Prédio	RUA LARGO FRANCISCO XAVIER DE MEDEIROS		CENTRO	62.700-000
092	CAPISTRANO	Casa	RUA ANTÔNIO FERNANDES BEZERRA	S/N	CENTRO	62.748-000
093	CAPISTRANO	Casa	RUA CEL. FRANCISCO	S/N	CENTRO	62.748-



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

ITEM	COMARCA	TIPO	LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP
			NUNES CAVALCANTE			000
094	CAPISTRANO	Prédio	RUA JOSÉ SARAIVA SOBRINHO	S/N	CENTRO	62.748-000
095	CARIDADE	Casa	RUA CEL. LINHARES	S/N	CENTRO	62.730-000
096	CARIDADE	Prédio	RUA CEL. LINHARES	S/N	CENTRO	62.730-000
097	CARIRE	Casa	RUA VEREADOR HONÓRIO DE BRITO	S/N	CENTRO	62.184-000
098	CARIRE	Prédio	RUA VEREADOR MANUEL HONÓRIO DE BRITO	S/N	CENTRO	62.184-000
099	CARIRIAÇU	Casa	RUA SEM DENOMINAÇÃO OFICIAL	S/N	PARAISO	63.220-000
100	CARIRIAÇU	Prédio	RUA LUIZ BEZERRA	S/N	PARAISO	63.220-000
101	CARIUS	Casa	PRAÇA DA REPÚBLICA	S/N	CENTRO	63.530-000
102	CARIUS	Prédio	RUA VEREADOR BENEDITO ALVES DE OLIVEIRA	S/N	NOVO HORIZONTE	63.530-000
103	CARNAUBAL	Casa	RUA 22 DE JULHO	S/N	CENTRO	62.375-000
104	CARNAUBAL	Prédio	RUA JOSÉ BARROSO	143	CENTRO	62.375-000
105	CASCAVEL	Casa	RUA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	508	PLANALTO NOVA CASCAVEL	62.850-000
106	CASCAVEL	Casa	AV. PREFEITO JOSÉ DE QUEIROZ FERREIRA	S/N	CENTRO	62.850-000
107	CASCAVEL	Prédio	RUA PROF. JOSÉ A DE QUEIROZ		CENTRO	62.850-000
108	CATARINA	Casa	RUA JOAQUIM LEOPOLDO ARAÚJO CHAVES	217	CENTRO	63.595-000
109	CATARINA	Prédio	RUA JOÃO FERREIRA DOS SANTOS	S/N	CENTRO	63.595-000
110	CATUNDA	Prédio	RUA ANTÔNIO TIMBÓ		CENTRO	62.297-000
111	CAUCAIA	Casa	RUA JOSÉ DA ROCHA	521		61.600-000
112	CAUCAIA	Casa	RUA JOSÉ DA ROCHA	503		61.600-000
113	CAUCAIA	Casa	RUA JOSÉ DA ROCHA	483		61.600-000
114	CAUCAIA	Casa	RUA CEL. JOÃO LICÍNIO	517		61.600-000
115	CAUCAIA	Casa	RUA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS	251		61.600-000



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

ITEM	COMARCA	TIPO	LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP
116	CAUCAIA	Prédio	RUA JOACI SAMPAIO PONTES	2091		61.600-000
117	CAUCAIA	Prédio	RUA 15 DE NOVEMBRO			61.600-000
118	CEDRO	Casa	RUA AZARIAZ ALVES DINIZ	129	CENTRO	63.400-000
119	CEDRO	Prédio	RUA CEL. JOÃO CANDIDO	578	CENTRO	63.400-000
120	CHAVAL	Casa	RUA ZEFERINO COSTA	265	CENTRO	62.420-000
121	CHAVAL	Prédio	RUA MAJOR FIEL	299	CENTRO	62.420-000
122	CHAVAL	Casa	PRAÇA MONSENHOR CARNEIRO	1185	CENTRO	62.420-000
123	CHORO LIMÃO	Prédio	ESTRADA DA SERRA DO ESTEVÃO		CENTRO	63.920-000
124	CHOROZINHO	Casa	AV. DR. LUIZ COSTA	S/N	LEIRÕES	62.875-000
125	CHOROZINHO	Prédio	AV. DR. LUIZ COSTA	S/N	LEIRÕES	62.875-000
126	COREAU	Casa	RUA CONJ. COHAB	S/N	CENTRO	62.160-000
127	COREAU	Prédio	ROD. CE 071	S/N		62.160-000
128	COREAU	Casa	RUA CEL. ANTÔNIO TELES	S/N	CENTRO	62.160-000
129	CRATEÚS	Casa	RUA MOREIRA DA ROCHA	S/N	CENTRO	63.700-000
130	CRATEÚS	Casa	RUA MOREIRA DA ROCHA	S/N	CENTRO	63.700-000
131	CRATEÚS	Casa	RUA GENTIL BARREIRA	S/N	CENTRO	63.700-000
132	CRATEÚS	Terreno	AV EDILBERTO FROTA	S/N	CENTRO	63.700-000
133	CRATEÚS	Prédio	GALERIA GENTIL CARDOSO	S/N	CENTRO	63.700-000
134	CRATO	Casa	QUADRA D5A LOT JARDIM NOVO HORIZONTE	S/N	GRANJEIRO	63.100-000
135	CRATO	Casa	QUADRA D5B LOT JARDIM NOVO HORIZONTE	S/N	GRANJEIRO	63.100-000
136	CRATO	Casa	QUADRA D5C LOT JARDIM NOVO HORIZONTE	S/N	GRANJEIRO	63.100-000
137	CRATO	Casa	QUADRA D5D LOT JARDIM NOVO HORIZONTE	S/N	GRANJEIRO	63.100-000
138	CRATO	Prédio	RUA ALVARO PEIXOTO	S/N	SÃO MIGUEL	63.100-



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

ITEM	COMARCA	TIPO	LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP
			DE ALENCAR			000
139	CROATA	Casa	RUA VEREADOR RAIMUNDO DE ABREU	8	CAROBA	62.390-000
140	CROATA	Prédio	RUA VEREADOR RAIMUNDO DE ABREU	S/N	CAROBA	62.390-000
141	CRUZ	Casa	RUA 7 DE SETEMBRO	S/N	CENTRO	62.595-000
142	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	Prédio	RUA FRANCISCA BARROSO GOMES		PRAÇA DOS 3 PODERES	63.645-000
143	ERERE	Prédio	TRAVESSA MARIANA DE MOURA		CENTRO	63.470-000
144	EUSÉBIO	Casa			LAGOA DOS PATOS	61.760-000
145	EUSÉBIO	Prédio	AV. EUSÉBIO DE QUEIROZ		CENTRO	61.760-000
146	FARIAS BRITO	Casa	RUA CEL MANUEL PINHEIRO DE ALMEIDA	S/N	CENTRO	63.185-000
147	FARIAS BRITO	Prédio	RUA CEL MANUEL PINHEIRO DE ALMEIDA	S/N	CENTRO	63.185-000
148	FORQUILHA	Casa	AV. CRIANÇA DANTE VALÉRIO	S/N	CENTRO	62.115-000
149	FORQUILHA	Prédio	AV. CRIANÇA DANTE VALÉRIO	S/N	CENTRO	62.115-000
150	FORTALEZA	Prédio	AV. SANTOS DUMONT	1400	ALDEOTA	60.150-160
151	FORTALEZA	Prédio	AV GEN AFONSO A LIM	S/N	CAMBEBA	60.839-900
152	FORTALEZA	Prédio	RUA DR. JOÃO GUILHERME	25	ANTONIO BEZERRA	60.356-770
153	FORTALEZA	Prédio	RUA HERMINA BONAVIDES		PRAIA DO FUTURO	60.182-260
154	FORTALEZA	Prédio	AV DA UNIVERSIDADE	3281	BENFICA	60.020-181
155	FORTALEZA	Prédio	RUA 729	443	CONJ. CEARÁ	60.531-760
156	FORTALEZA	Prédio	RUA SANTA EFIGÊNIA	360	MESSEJANA	60.871-020
157	FORTALEZA	Prédio	RUA DES JOÃO FIRMINO	3288	MONTESE	60.425-560
158	FORTALEZA	Prédio	AV DA UNIVERSIDADE	2922	BENFICA	60.020-181
159	FORTALEZA	Prédio	RUA BARÃO DO RIO BRANCO	340	FÁTIMA	60.025-062
160	FORTALEZA	Prédio	RUA DO LAGO	636	TANCREDO NEVES	60.820-370
161	FORTALEZA	Prédio	RUA DR ALMEIDA FILHO	800	JACARECANGA	60.320-510
162	FORTALEZA	Prédio	RUA CARLOS CHAGAS	421	BONSUCESSO	60.541-



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

ITEM	COMARCA	TIPO	LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP
						550
163	FORTALEZA	Prédio	AV. C	1301	CONJ. NOVA ASSUNÇÃO	60.347-500
164	FORTALEZA	Prédio	RUA MÁRIO MAMEDE	1200	PIEDADE	60.415-000
165	FORTALEZA	Prédio	AV GEN OSÓRIO DE PAIVA	130	PARANGABA	60.720-000
166	FORTALEZA	Prédio	AV K	1330	JOSÉ WALTER	60.750-100
167	FORTALEZA	Prédio	RUA BETEL	230	SERRINHA	60.741-810
168	FORTALEZA	Prédio	AV. GODOFREDO MACIEL	3100	MARAPONGA	60.710-000
169	FORTALEZA	Prédio	AV GENERAL AFONSO A LIMA	S/N	CAMBEBA	60.822-325
170	FORTALEZA	Prédio	RUA SENADOR POMPEU	1200	CENTRO	60.025-061
171	FORTALEZA	Prédio	RUA ROBERTO SILVA	70	EDSON QUEIROZ	60.812-230
172	FORTALEZA	Prédio	RUA TABELIÃO FABIÃO	114	PRESIDENTE KENEDY	60.320-010
173	FORTALEZA	Prédio	RUA RAMIREZ MARANHÃO DO VALE	70	EDSON QUEIROZ	60.811-670
174	FORTALEZA	Prédio	RUA DES. FLORIANO BENEVIDES	220	EDSON QUEIROZ	60.811-902
175	FORTALEZA	Prédio	RUA ALMIRANTE MAXILIANO DA FONSECA	1395	EDSON QUEIROZ	60.811-020
176	FORTALEZA	Prédio	RUA VISCONDE DE MAUA	1940	ALDEOTA	60.235-270
177	FORTIM	Casa	RUA JOAQUIM CRISOSTOMO	S/N	CENTRO	62.815-000
178	FORTIM	Prédio	RUA JOAQUIM CRISOSTOMO	S/N	CENTRO	62.815-000
179	FRECHEIRINHA	Casa	RUA TENENTE EUFRÁSIO	S/N	CENTRO	62.340-000
180	FRECHEIRINHA	Terreno	RUA JOAQUIM PEREIRA	S/N	CENTRO	62.340-000
181	FRECHEIRINHA	Prédio	RUA JOAQUIM PEREIRA	S/N		62.340-000
182	GENERAL SAMPAIO	Prédio	RUA JOSÉ SEVERINO FILHO	S/N	CENTRO	62.738-000
183	GRAÇA	Casa	AV JOSÉ CANDIDO DE CARVALHO	S/N	CENTRO	62.365-000
184	GRAÇA	Prédio	RUA EUCLIDES AUGUSTO RIBEIRO	S/N	CENTRO	62.365-000
185	GRANJA	Casa	RUA DEPUTADO CARVALHO ROCHA	S/N	SÃO RAIMUNDO	62.430-000



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

ITEM	COMARCA	TIPO	LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP
186	GRANJA	Casa	RUA DEPUTADO CARVALHO ROCHA	S/N	SÃO RAIMUNDO	62.430-000
187	GRANJA	Prédio	RUA VALDOMIRO CAVALCANTE	S/N	CENTRO	62.430-000
188	GRANJEIRO	Prédio	AV. ANTÔNIO MONTEIRO GRANJEIRO	S/N	CENTRO	63.230-000
189	GROAIRAS	Casa	RUA JOSE FERREIRA DO NASCIMENTO	S/N	CENTRO	62.190-000
190	GROAIRAS	Prédio	RUA PRINCESA ISABEL	1520	CAP. JOSÉ LINHARES	62.190-000
191	GROAIRAS	Prédio	RUA JOÃO GUARINO FEIJÃO	S/N	CAP. JOSÉ LINHARES	62.190-000
192	GUAIBUBA	Prédio	RUA DES. FAUSTO ALBUQUERQUE	S/N	CENTRO	61.890-000
193	GUARACIABA DO NORTE	Casa	AV NOSSA SENHORA DOS PRAZERES	S/N	CRUZ	62.380-000
194	GUARACIABA DO NORTE	Prédio	RUA PADRE BERNADINO MEMÓRIA	322	CENTRO	62.380-000
195	GUARAMIRANGA	Prédio	RUA JOAQUIM ALVES NOGUEIRA		CENTRO	62.766-000
196	HIDROLANDIA	Casa	RUA ANTÔNIO RODRIGUES MARROCOS		CENTRO	62.270-000
197	HIDROLANDIA	Prédio	AV CLÁUDIO CAMELO TIMBÓ	S/N	CENTRO	62.270-000
198	HORIZONTE	Casa	RUA ANA NOGUEIRA	305	CENTRO	62.880-000
199	HORIZONTE	Terreno	RUA ANA NOGUEIRA		CENTRO	62.880-000
200	HORIZONTE	Prédio	AV. EUDES XIMENES		CENTRO	62.880-000
201	IBARETAMA	Prédio	RUA DR. NELSON DE ANDRADE SALES		CENTRO	63.970-000
202	IBIAPINA	Casa	AV. SARGENTO GOMES NETO	S/N	CENTRO	62.360-000
203	IBIAPINA	Terreno	RUA VEREADOR MANOEL RODRIGUES	S/N	CENTRO	62.360-000
204	IBIAPINA	Prédio	AV. DEPUTADO ALVARO SOARES	S/N	CENTRO	62.360-000
205	IBICUITINGA	Prédio	AV. CAPITÃO MANOEL ANTÔNIO		CENTRO	62.955-000
206	ICAPUI	Casa	RUA DOS PORFÍRIOS	S/N	CENTRO	62.810-000
207	ICAPUI	Prédio	AV. CHICO FELIX	S/N	CENTRO	62.810-000
208	ICÓ	Casa	RUA FRANCISCO MORAIS MOREIRA	1472	CENTRO	63.430-000
209	ICÓ	Casa	RUA JOSEFA NOGUEIRA MONTEIRO	1788	CENTRO	63.430-000



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

ITEM	COMARCA	TIPO	LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP
210	ICÓ	Prédio	AV JOSEFA NOGUEIRA MONTEIRO	1760	CENTRO	63.430-000
211	IGUATU	Casa	AV JOSÉ AMARO	261	PLANALTO IGUATU	63.500-000
212	IGUATU	Casa	RUA JOÃO XXIII	35	SÃO SEBASTIÃO	63.500-000
213	IGUATU	Casa	RUA JULIO CAVALCANTE	1650	CENTRO	63.500-000
214	IGUATU	Casa	RUA FLORIANO PEIXOTO		CENTRO	63.500-000
215	IGUATU	Prédio	RUA EDIMAR AMARO	S/N	BUGI	63.500-000
216	IGUATU	Prédio	AV AGENOR ARAUJO	S/N	CENTRO	63.500-000
217	INDEPENDENCIA	Casa	RUA FREI VIDAL	535	CENTRO	63.640-000
218	INDEPENDENCIA	Prédio	RUA SANTA TERESINHA	510	CENTRO	63.640-000
219	IPAPORANGA	Casa	RUA JOÃO LUCIANO	S/N	CENTRO	62.215-000
220	IPAPORANGA	Prédio	RUA PEDRO CORREIA LEITÃO	S/N	CENTRO	62.215-000
221	IPAUMIRIM	Casa	RUA DONA NANINHA		CENTRO	63.340-000
222	IPAUMIRIM	Prédio	VILA SÃO JOSE		CENTRO	63.340-000
223	IPU	Casa	RUA JOANA MIMOSA	884	CENTRO	62.250-000
224	IPU	Prédio	PRAÇA SÃO SEBASTIÃO	1020	CENTRO	62.250-000
225	IPUEIRAS	Casa	RUA CORONEL GUILHERMINO		CENTRO	62.230-000
226	IPUEIRAS	Prédio	RUA CORONEL GUILHERMINO		PRAÇA DO CRISTO	62.230-000
227	IRACEMA	Casa	RUA ULISES DE HOLANDA CAMPELO	461	CENTRO	62.980-000
228	IRACEMA	Prédio	RUA CELSO GOMES DA SILVA	133	CENTRO	62.980-000
229	IRACEMA	Casa	RUA GEVÁSIO HOLANDA GUERRA	1371	CENTRO	62.980-000
230	IRAUCUBA	Casa	RUA JORGE DOMINGUES		CENTRO	62.620-000
231	IRAUCUBA	Prédio	AV. PAULO BASTOS	631	CENTRO	62.620-000
232	ITAIÇABA	Prédio	VILA OLIMPICA		CENTRO	62.820-000
233	ITAITINGA	Prédio	AV CORONEL VIRGILIO TAVORA		CENTRO	61.880-000



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

ITEM	COMARCA	TIPO	LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP
234	ITAITINGA	Casa	RUA FRANCISCO CORDEIRO DE OLIVEIRA	1019	CENTRO	61.880-000
235	ITAPAJÉ	Casa	RUA TARCILA CARNEIRO	10	CENTRO	62.600-000
236	ITAPAJÉ	Casa	RUA 02 DE FEVEREIRO	440	CENTRO	62.600-000
237	ITAPAJÉ	Prédio	RUA SÃO FRANCISCO	104	CENTRO	62.600-000
238	ITAPIPOCA	Casa	RUA INOCÊNCIO BRAGA	3779	CENTRO	62.500-000
239	ITAPIPOCA	Prédio	AV ANASTACIO BRAGA	380	CENTRO	62.500-000
240	ITAPIPOCA	Casa	RUA 7 DE SETEMBRO	35	CENTRO	62.500-000
241	ITAPIPOCA	Prédio	AV ANASTACIO BRAGA	676/ALTOS	CENTRO	62.500-000
242	ITAPIPOCA	Terreno	AV. ESAU ALVES AGUIAR	S/N	FAZENDINHA	62.500-000
243	ITAPIPOCA	Casa	RUA PRESMILAU CAMERINO	68	COQUEIRO	62.500-000
244	ITAPIUNA	Casa	RUA JOAQUIM CLEMENTINO SILVA	S/N	ALTO DAS UMBURANAS	62.740-000
245	ITAPIUNA	Prédio	RUA JOAQUIM CLEMENTINO SILVA	S/N	ALTO DAS UMBURANAS	62.740-000
246	ITAPIUNA	Prédio	RUA JOAQUIM BEZERRA	S/N	CENTRO	62.740-000
247	ITAREMA	Casa	AV. RIOS	410	CENTRO	62.590-000
248	ITAREMA	Prédio	AV. RIOS	440	CENTRO	62.590-000
249	ITATIRA	Casa	RUA ANTÔNIO SABINO GUERRA		CENTRO	62.720-000
250	ITATIRA	Prédio	RUA ANTÔNIO SABINO GUERRA		CENTRO	62.720-000
251	JAGUARETAMA	Casa	AV. ADOLFO BEZERRA DE MENEZES	S/N	CENTRO	63.480-000
252	JAGUARETAMA	Prédio	RUA RIACHO DO SANGUE	786	CENTRO	63.480-000
253	JAGUARIBE	Casa	ALTO DO CRUZEIRO	S/N	CENTRO	63.475-000
254	JAGUARIBE	Prédio	AV. 08 DE NOVEMBRO	1261	CENTRO	63.475-000
255	JAGUARUANA	Casa	RUA CEL RAIMUNDO FRANCISCO	1402-A	SOCORRO	62.823-000
256	JAGUARUANA	Prédio	RUA CEL RAIMUNDO FRANCISCO	1402	SOCORRO	62.823-000
257	JARDIM	Casa	RUA SANTO ANTÔNIO		CENTRO	63.290-000



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

ITEM	COMARCA	TIPO	LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP
258	JARDIM	Prédio	RUA SANTO ANTÔNIO		CENTRO	63.290-000
259	JATI	Casa	RUA JOSÉ HUMBERTO ALCANTARA DE GONDIM		CENTRO	63.275-000
260	JATI	Prédio	RUA JOSÉ HUMBERTO ALCANTARA DE GONDIM		CENTRO	63.275-000
261	JATI	Prédio	RUA SABINO PEREIRA	38	CENTRO	63.275-000
262	JATI	Casa	RUA SABINO PEREIRA		CENTRO	63.275-000
263	JIOCA DE JERICOACOARA	Prédio	TRAVESSA RAIMUNDO ALEXANDRE		CENTRO	62.598-000
264	JUAZEIRO	Casa	QUADRA Q		LOTEAMENTO LAGOA SECA	63.040-150
265	JUAZEIRO	Casa	QUADRA Q			
266	JUAZEIRO	Casa	QUADRA Q			
267	JUAZEIRO	Casa	QUADRA Q			
268	JUAZEIRO	Casa	QUADRA Q			
269	JUAZEIRO	Casa	QUADRA Q			
270	JUAZEIRO	Terreno	PARTE DA QUADRA K		JARDIM GONZAGA	63.040-150
271	JUAZEIRO	Prédio	RUA ERIVANDO DA CRUZ	50	CENTRO	63.040-150
272	JUAZEIRO	Prédio	RUA MARCIONILIA PESSOA	800	JARDIM GONZAGA	63.040-150
273	JUAZEIRO	Prédio	RUA MANUEL MIGUEL DOS SANTOS	130	LAGOA SECA	63.040-150
274	JUCAS	Casa	AV. ORMECINDA CORREIA LEITE		PLANALTO	63.580-000
275	JUCAS	Prédio	RUA JOSÉ FACUNDO LEITE		CENTRO	63.580-000
276	LAVRAS DA MANGABEIRA	Casa	RUA JOAQUIM VICENTE MACHADO	415	CENTRO	63.300-000
277	LAVRAS DA MANGABEIRA	Casa	RUA JOÃO L SOBREIRA	126	CENTRO	63.300-000
278	LAVRAS DA MANGABEIRA	Prédio	RUA VICENTE VELOSO	S/N	VILA BANCÁRIA	63.300-000
279	LAVRAS DA MANGABEIRA	Prédio	RUA XAVIER ANGELO	174	CENTRO	63.300-000
280	LIMOEIRO DO NORTE	Casa	RUA CEL. JOSÉ NUNES	622	JOÃO XXIII	62.930-000
281	LIMOEIRO DO NORTE	Casa	RUA CEL. JOSÉ NUNES		CENTRO	62.930-000
282	LIMOEIRO DO NORTE	Terreno	RUA CEL. JOSÉ NUNES		CENTRO	62.930-000
283	LIMOEIRO DO NORTE	Prédio	RUA CEL. ANTÔNIO JOAQUIM	2187	CENTRO	62.930-000



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

ITEM	COMARCA	TIPO	LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP
284	MADALENA	Casa	RUA MARIA EURIVETE PINHO DA SILVA	S/N	NOVA MADALENA	63.860-000
285	MADALENA	Prédio	RUA JOSÉ HOMERO SARAIVA	S/N	SANTA TEREZINHA	63.860-000
286	MARACANAU	Casa	RUA EDSON QUEIROZ		CENTRO	61.900-000
287	MARACANAU	Casa	RUA EDSON QUEIROZ		CENTRO	61.900-000
288	MARACANAU	Prédio	RUA EDSON QUEIROZ		CENTRO	61.900-000
289	MARACANAU	Prédio	RUA EDSON QUEIROZ		CENTRO	61.900-000
290	MARACANAU	Casa	RUA EDSON QUEIROZ		CENTRO	61.900-000
291	MARANGUAPE	Casa	RUA DR. ARGEL BRAGA HEBSTER	705	CENTRO	61.940-000
292	MARANGUAPE	Casa	RUA DR. ARGEL BRAGA HEBSTER	705	CENTRO	61.940-000
293	MARANGUAPE	Prédio	LOTEAMENTO NOVO MARANGUAPE		OUTRA BANDA	61.940-000
294	MARANGUAPE	Prédio	PRAÇA DES. PONTES VIEIRA		CENTRO	61.940-000
295	MARCO	Casa	RUA OSTERNO	S/N	CENTRO	62.560-000
296	MARCO	Prédio	RUA FRANCISCO MONTE	S/N	CENTRO	62.560-000
297	MARTINOPOLE	Prédio	AV. CAPITÃO BRITO		CENTRO	62.450-000
298	MASSAPE	Casa	RUA JOSÉ SIGEFREDOA RRUDA		CENTRO	62.140-000
299	MASSAPE	Prédio	RUA APRIGIO COELHO		CENTRO	62.140-000
300	MAURITI	Casa	AV. BURITI GRANDE		CENTRO	63.210-000
301	MAURITI	Prédio	RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS	1000	CANÁRIO	63.210-000
302	MERUOCA	Casa	AV JOHN SAMFORD		CENTRO	62.130-000
303	MERUOCA	Prédio	RUA MONSENHOR FURTADO		CENTRO	62.130-000
304	MILAGRES	Casa	RUA SANDOVAL LUIZ		CENTRO	63.250-000
305	MILAGRES	Prédio	RUA PALMERINDO MENDONÇA E SILVA		CENTRO	63.250-000
306	MILHA	Prédio	RUA FRANCISCO ANTÔNIO DA SILVA		CENTRO	63.635-000
307	MIRAIMA	Prédio	AV. LINDOLFO BRAGA		CENTRO	62.530-000



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

ITEM	COMARCA	TIPO	LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP
308	MISSÃO VELHA	Casa	RUA VEREADOR JOSÉ FERREIRA DE SOUSA	S/N	BOA VISTA	63.200-000
309	MISSÃO VELHA	Prédio	AV. CORONEL JOSE DANTAS	S/N	BOA VISTA	63.200-000
310	MOCAMBO	Casa	RUA VICENTE GOMES	S/N	CENTRO	62.170-000
311	MOCAMBO	Prédio	RUA VICENTE GOMES	S/N	CENTRO	62.170-000
312	MOMBAÇA	Casa	TRAV.DR. JOSÉ CARNEIRO	17	ANTÔNIO SOARES	62.170-000
313	MOMBAÇA	Prédio	RUA SILVINO LOPES E SÁ BENEVIDES	S/N	VILA SALETE	63.610-000
314	MONSENHOR TABOSA	Casa	RUA JOÃO PAMPLONA	S/N	CENTRO	63.780-000
315	MONSENHOR TABOSA	Prédio	PRAÇA LUIZ ALVES DE MESQUITA	S/N	CENTRO	63.780-000
316	MONSENHOR TABOSA	Casa	RUA CORONEL EPIFANIO	96	CENTRO	63.780-000
317	MORADA NOVA	Casa	RUA RAIMUNDO NERI	761	CENTRO	62.940-000
318	MORADA NOVA	Casa	RUA RAIMUNDO NERI	779	CENTRO	62.940-000
319	MORADA NOVA	Prédio	AV MANOEL CASTRO	680	CENTRO	62.940-000
320	MORAUJO	Prédio	RODOVIA CE-071		CENTRO	62.480-000
321	MORRINHOS	Casa	AV. CORAÇÃO DE MARIA		CENTRO	62.550-000
322	MORRINHOS	Prédio	RUA MONSENHOR ATAIDE	S/N	ALTO DA MATRIZ	62.550-000
323	MULUNGU	Casa	RUA ANTENOR FROTA WANDERLEY	S/N	CENTRO	62.764-000
324	MULUNGU	Prédio	RUA ANTENOR FROTA WANDERLEY	S/N	CENTRO	62.764-000
325	NOVA JAGUARIBARA	Prédio	PRAÇA DOS TRÊS PODERES	186	CENTRO	63.490-000
326	NOVA OLINDA	Prédio	RUA ALVINA ALVES		CENTRO	63.190-000
327	NOVA RUSSAS	Casa	RUA LEONARDO ARAÚJO	1761	PATRONATO	62.200-000
328	NOVA RUSSAS	Casa	RUA Nº 01	948	CONJUNTO COHAB	62.200-000
329	NOVA RUSSAS	Terreno	RUA EXPEDITO CHAVES		UNIVERSIDADE	62.200-000
330	NOVA RUSSAS	Prédio	RUA LEONARDO ARAÚJO	1752	PATRONATO	62.200-000
331	NOVO ORIENTE	Casa	RUA COELHO DA SILVA	90	CENTRO	63.740-000



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

ITEM	COMARCA	TIPO	LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP
332	NOVO ORIENTE	Prédio	AV. FRANCISCO RUFINO		CENTRO	63.740-000
333	NOVO ORIENTE	Prédio	RUA DEOCLECIANO ARAGÃO	53	CENTRO	63.740-000
334	NOVO ORIENTE	Casa	RUA CAZUZA ROCHA	57	CENTRO	63.740-000
335	NOVO ORIENTE	Casa	RUA CAPITÃO RODRIGO	193	CENTRO	63.740-000
336	OCARA	Prédio	CEL JOÃO FELIPE		CENTRO	62.755-000
337	OROS	Casa	LOTEAMENTO POR DO SOL	S/N	CENTRO	63.520-000
338	OROS	Prédio	AV. JOSE FARES LOPES	S/N	CENTRO	63.520-000
339	PACAJUS	Casa	RUA JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA	600	COAÇU	62.870-000
340	PACAJUS	Casa	RUA CEL CICERO NOGUEIRA	363	CENTRO	62.870-000
341	PACAJUS	Prédio	AV. LÚCIO JOSÉ DE MENEZES	S/N	CROTA II	62.870-000
342	PACATUBA	Casa	RUA RAIMUNDO SIQUEIRA	2006	CENTRO	61.800-000
343	PACATUBA	Casa	RUA URBANO PINHEIRO	257	CENTRO	61.800-000
344	PACATUBA	Prédio	RUA CEL. JOSE LIBANIO		CENTRO	61.800-000
345	PACOTI	Casa	RUA JOÃO HIPOLITO		CENTRO	62.770-000
346	PACOTI	Prédio	RUA PADRE QUILIANO	57	CENTRO	62.770-000
347	PACOTI	Casa	RUA CASTELO BRANCO		CENTRO	62.770-000
348	PACUJA	Prédio	RUA DOMINGOS MARIANO	S/N	CENTRO	62.180-000
349	PALHANO	Prédio	AV. POSSIDÔNIO BARRETO		CENTRO	62.910-000
350	PALMACIA	Casa	RUA JOSÉ SIMPLICIO	S/N	VILA CAMPOS	62.780-000
351	PALMACIA	Prédio	RUA JOSÉ SIMPLICIO	S/N	VILA CAMPOS	62.780-000
352	PARACURU	Casa	RUA SÃO JOÃO EVANGELISTA		BOCA DO POÇO	62.680-000
353	PARACURU	Prédio	AV. JOÃO LOPES MEIRELES		BOCA DO POÇO	62.680-000
354	PARAIPABA	Casa	RUA EVARISTO GOMES	39	CENTRO	62.685-000
355	PARAIPABA	Prédio	RUA DOMINGOS BARROSO	S/N	MONT-ALVERNE	62.685-000



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

ITEM	COMARCA	TIPO	LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP
356	PARAMBU	Casa	RUA ABDIAS ALVES DE ARAUJO		CENTRO	63.680-000
357	PARAMBU	Prédio	RUA LUIZ MOREIRA LIMA		CENTRO	63.680-000
358	PARAMOTI	Prédio	AV. PREFEITO WUILSON SAMPAIO	S/N	CENTRO	62.720-000
359	PEDRA BRANCA	Casa	RUA FRANCISCO VIEIRA CAVALCANTE		CENTRO	63.630-000
360	PEDRA BRANCA	Prédio	RUA FRANCISCO VIEIRA CAVALCANTE		CENTRO	63.630-000
361	PENAFORTE	Prédio	AV ANA TEREZA DE JESUS		CENTRO	63.280-000
362	PENTECOSTE	Casa	AV. TABELIÃO FRANCISCO ALVES	S/N	CENTRO	62.640-000
363	PENTECOSTE	Casa	AV. DOUTOR MOREIRA DE AZEVEDO	134	CENTRO	62.640-000
364	PENTECOSTE	Prédio	RUA ANTÔNIO MARTINS BANDEIRA	S/N	CENTRO	62.640-000
365	PEREIRO	Casa	RUA JOÃO HOLANDA		CENTRO	63.460-000
366	PEREIRO	Terreno	AV. JOSÉ MILTON DE MORAIS		SITIO CAFUNDO	63.460-000
367	PEREIRO	Prédio	RUA CORONEL PORTO		CENTRO	63.460-000
368	PINDORETAMA	Prédio	RUA ODILO MAIA GONDIM		CENTRO	62.860-000
369	PIQUET CARNEIRO	Prédio	RUA ANTÔNIO FERNANDES	S/N	CENTRO	63.605-000
370	PIRES FERREIRA	Prédio	AV. PRESIDENTE CASTELO BRANCO		CENTRO	62.255-000
371	PORANGA	Casa	RUA EPITÁCIO PINHO		CENTRO	62.220-000
372	PORANGA	Prédio	RUA EPITÁCIO PINHO		VILA NOVA	62.220-000
373	PORTEIRAS	Casa	RUA JOÃO PIRES DOS SANTOS		CENTRO	63.270-000
374	PORTEIRAS	Prédio	RUA PROJETADA		CENTRO	63.270-000
375	POTENGI	Prédio	RUA ANTONIO GUEDES NETO		CENTRO	63.160-000
376	POTENGI	Prédio	RUA MÃE DOS SANTOS		CENTRO	63.160-000
377	POTIRETAMA	Prédio	RUA EXPEDITO LEITE DA SILVA	50	CENTRO	62.990-000
378	QUITERANOPOLIS	Prédio	RUA JOSÉ COSTA LIMA	S/N	CIDADE NOVA	63.650-000
379	QUIXADÁ	Casa	RUA CARLOS JEREISSATI	772	CENTRO	63.900-000



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

ITEM	COMARCA	TIPO	LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP
380	QUIXADÁ	Prédio	RUA PLACIDO CASTELO	2028	CENTRO	63.900-000
381	QUIXADÁ	Prédio	AV. JESUS MARIA JOSÉ	S/N	JARDINS DOS MONOLITOS	63.900-000
382	QUIXADÁ	Casa	TRAV. TIRADENTES	229	CENTRO	63.900-000
383	QUIXADÁ	Prédio	RUA JOSÉ JUCA	S/N	CENTRO	63.900-000
384	QUIXADÁ	Casa	RUA DIVINO ESPIRITO SANTO	1107	PLANALTO UNIVERSITÁRIO	63.900-000
385	QUIXELO	Casa	RUA SÃO FRANCISCO	S/N	CENTRO	63.515-000
386	QUIXELO	Prédio	RUA DAS PALMEIRAS	S/N	CENTRO	63.515-000
387	QUIXERAMOBIM	Casa	RUA MIGUEL PINTO	423	CENTRO	63.800-000
388	QUIXERAMOBIM	Casa	GERALDO BIZARRIA DE CARVALHO	1003	CENTRO	63.800-000
389	QUIXERAMOBIM	Terreno	RUA NORTE E SUL	2	CENTRO	63.800-000
390	QUIXERAMOBIM	Prédio	AV. DR. JOAQUIM FERNANDES	670	CENTRO	63.800-000
391	QUIXERE	Casa	RUA MANOEL GONÇALVES	231	CENTRO	62.920-000
392	QUIXERE	Prédio	RUA MANOEL GONÇALVES	257	CENTRO	62.920-000
393	REDENÇÃO	Casa	RUA PADRE BARROS	267	CENTRO	62.790-000
394	REDENÇÃO	Prédio	RUA PADRE BARROS	264	CENTRO	62.790-000
395	RERIUTABA	Casa	RUA CEL. AGRIPÍNO TEODORO SOARES	S/N	BARRO VERMELHO	62.260-000
396	RERIUTABA	Prédio	AV. JOSÉ CASSIMIRO DE ALBUQUERQUE	S/N	CENTRO	62.260-000
397	RUSSAS	Prédio	RUA CEL. PERDIGÃO SOBRINHO	S/N	CENTRO	62.900-000
398	RUSSAS	Casa	RUA DR. JOSÉ RAMALHO	1335	CENTRO	62.900-000
399	RUSSAS	Prédio	TRAVESSA JOÃO NOGUEIRA	S/N	CENTRO	62.900-000
400	RUSSAS	Prédio	RUA PADRE ZACARIAS RAMALHO	137	CENTRO	62.900-000
401	RUSSAS	Casa	AV. BENJAMIN CONSTANT	294	CENTRO	62.900-000
402	SABOEIRO	Casa	RUA VEREADOR ELIZIO FLORENTINO TEIXEIRA	140	PRAÇA DA JUSTIÇA	63.590-000
403	SABOEIRO	Prédio	RUA VEREADOR ELIZIO FLORENTINO TEIXEIRA	S/N	PRAÇA DA JUSTIÇA	63.590-000



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

ITEM	COMARCA	TIPO	LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP
404	SALITRE	Prédio	PRAÇA SÃO FRANCISCO		CENTRO	63.155-000
405	SANTA QUITERIA	Casa	RUA PROJETADA		CENTRO	62.280-000
406	SANTA QUITERIA	Casa	RUA PROJETADA	2	CENTRO	62.280-000
407	SANTA QUITERIA	Prédio	RUA DR. OTÁVIO LOBO		CENTRO	62.280-000
408	SANTANA DO ACARAU	Casa	RUA DR. MANUEL JOAQUIM		JOÃO ALFREDO DE ARAÚJO	62.150-000
409	SANTANA DO ACARAU	Prédio	RUA DR. MANUEL JOAQUIM		CENTRO	62.150-000
410	SANTANA DO CARIRI	Casa	AV. PATATIVA DO ASSARÉ		CENTRO	63.190-000
411	SANTANA DO CARIRI	Prédio	RUA DEP. FURTADO LEITE		CENTRO	63.190-000
412	SÃO BENEDITO	Casa	AV TABAJARA	S/N	CENTRO	62.370-000
413	SÃO BENEDITO	Casa	RUA MONSENHOR CUSTÓDIO	S/N	CENTRO	62.370-000
414	SÃO BENEDITO	Prédio	AV. TABAJARA	S/N	CENTRO	62.370-000
415	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	Casa	RUA DO PROGRESSO		CENTRO	62.670-000
416	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	Prédio	RUA ADITE MOTA		CENTRO	62.670-000
417	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	Prédio	AV. CORONEL NECON MARTINS	298	CENTRO	62.670-000
418	SÃO JOÃO DO JAGUARIBE	Prédio	RUA DANIEL RODRIGUES	547	CENTRO	62.965-000
419	SÃO LUIS DO CURU	Casa	RUA MIGUELINA DE OLIVEIRA		CENTRO	62.665-000
420	SÃO LUIS DO CURU	Prédio	RUA FLORÊNCIO TABOSA		CENTRO	62.665-000
421	SENADOR POMPEU	Casa	RUA DR. ELÁDIO MAGALHÃES		CENTRO	63.600-000
422	SENADOR POMPEU	Casa	RUA DR. ANDONIAS MANO DE CARVALHO		CENTRO	63.600-000
423	SENADOR POMPEU	Terreno	RUA SENADOR CARLOS JEREISSATI	S/N	CENTRO	63.600-000
424	SENADOR POMPEU	Prédio	RUA ABILIO GURGEL		CENTRO	63.600-000
425	SOBRAL	Casa	RUA EDUARDO DE ALMEIDA SANFORD	300	DOMINGOS OLIMPIO	62..022-390
426	SOBRAL	Casa	RUA EDUARDO DE ALMEIDA SANFORD	300	DOMINGOS OLIMPIO	62..022-390
427	SOBRAL	Casa	RUA EDUARDO DE ALMEIDA SANFORD	300	DOMINGOS OLIMPIO	62..022-390



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

ITEM	COMARCA	TIPO	LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP
428	SOBRAL	Casa	RUA EDUARDO DE ALMEIDA SANFORD	300	DOMINGOS OLIMPIO	62..022-390
429	SOBRAL	Casa	RUA EDUARDO DE ALMEIDA SANFORD	300	DOMINGOS OLIMPIO	62..022-390
430	SOBRAL	Casa	RUA EDUARDO DE ALMEIDA SANFORD	300	DOMINGOS OLIMPIO	62..022-390
431	SOBRAL	Prédio	RUA ANTÔNIO RODRIGUES MAGALHÃES		DOM EXPEDITO	62.011-010
432	SOBRAL	Prédio	RUA ANTÔNIO RODRIGUES MAGALHÃES	330	DOM EXPEDITO	62.050-100
433	SOBRAL	Prédio	AV. MONSENHOR ALOÍSIO PINTO	1300	DOM EXPEDITO	62.050-262
434	SOBRAL	Prédio	PRAÇA SENADOR FILGUEIRAS	S/N	CENTRO	62.011-010
435	SOLONOPOLE	Casa	RUA MARIA FRANCELINA P. LANDIM	1046	CENTRO	63.620-000
436	SOLONOPOLE	Casa	RUA ANTÔNIO OZIRES PINHEIRO	94	CENTRO	63.620-000
437	SOLONOPOLE	Prédio	AV. PREFEITO JOSÉ SIFREDO PINHEIRO	108	CENTRO	63.620-000
438	TABULEIRO DO NORTE	Casa	RUA JERÔNIMO BATISTA	4278	CENTRO	62.960-000
439	TABULEIRO DO NORTE	Prédio	RUA MAIA ALARCON	433	CENTRO	62.960-000
440	TAMBORIL	Casa	RUA ANA ARAÚJO RIBEIRO - PRAÇA DA MATRIZ	S/N	CENTRO	63.750-000
441	TAMBORIL	Prédio	RUA JESUITA ADEODATO	S/N	CENTRO	63.750-000
442	TARRAFAS	Prédio	RUA D. MARIA LUIZA LEITE		CENTRO	63.145-000
443	TAUA	Casa	RUA DOMINGAS GOMES		CENTRO	63.660-000
444	TAUA	Casa	RUA VALDIZAR ALEXANDRINO		CENTRO	63.660-000
445	TAUA	Casa	RUA DONDON FEITOSA	636	CENTRO	63.660-000
446	TAUA	Terreno	AV. ABGAIL CIDRÃO DE OLIVEIRA		TAUZINHO/COLIBRIS	63.660-000
447	TAUA	Prédio	AV. CEL. VICENTE ALEXANDRINO DE SOUSA	10	CENTRO	63.660-000
448	TAUA	Prédio	RUA CEL. LOURENÇO FEITOSA	211	CENTRO	63.660-000
449	TEJUÇUOCA	Prédio	JOSÉ ANDRADE DE SOUSA	329	CENTRO	62.610-000



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

ITEM	COMARCA	TIPO	LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP
450	TIANGUÁ	Casa	AV. MOISES MOITA	555	CÓRREGO	62.320-000
451	TIANGUÁ	Terreno	RUA MESSIAS AGUIAR	S/N	CENTRO	62.320-000
452	TIANGUÁ	Casa	AV. PREFEITO JAQUES NUNES	1250	CENTRO	62.320-000
453	TIANGUÁ	Prédio	AV. MOISES MOITA	S/N	CÓRREGO	62.320-000
454	TIANGUÁ	Casa	RUA CONSELHEIRO JOÃO LOURENÇO		CENTRO	62.320-000
455	TIANGUÁ	Prédio	AV. MOISES MOITA		CENTRO	62.320-000
456	TRAIRI	Casa	AV. DR. CELSO BARROSO		VOLTA DO S	62.690-000
457	TRAIRI	Prédio	RUA FORTUNATO BARROSO		CENTRO	62.690-000
458	TRAIRI	Casa	RUA MANOEL TEIXEIRA	120	CENTRO	62.690-000
459	TURURU	Prédio	RUA PEDRO LEITÃO		CENTRO	62.655-000
460	UBAJARA	Prédio	AV. CORONEL FRANCISCO CAVALCANTE	149	CENTRO	62.350-000
461	UBAJARA	Casa	RUA ABDEL KADER MAGALHÃES	112	MONTE CASTELO	62.350-000
462	UBAJARA	Terreno	RUA PROJETADA		JOÃO RIBEIRO LIMA	62.350-000
463	UMARI	Prédio	AV DOM QUINTINO	S/N	CENTRO	63.310-000
464	UMIRIM	Prédio	RUA CARLOS ANTÔNIO SALES		CENTRO	62.660-000
465	URUBURETAMA	Casa	TRAV. JOAQUIM AVILA	122	CENTRO	62.650-000
466	URUBURETAMA	Casa	AV. MAJOR SALES	S/N	ITAMARATY	62.650-000
467	URUBURETAMA	Prédio	RUA MAJOR SALES	697	CENTRO	62.650-000
468	URUOCA	Casa	RUA BOA VISTA		BRASÍLIA	62.460-000
469	URUOCA	Prédio	RUA DR. JOÃO RODRIGUES		CENTRO	62.460-000
470	VARJOTA	Prédio	RUA MANOEL RODRIGUES TAVARES		CENTRO	62.265-000
471	VÁRZEA ALEGRE	Casa	RUA IRACI BEZERRA	344	CENTRO	63.540-000
472	VÁRZEA ALEGRE	Prédio	RUA PROFESSORA SOCORRO ROLIM	60	CENTRO	63.540-000
473	VÁRZEA ALEGRE	Terreno	RUA ESTÁDIO JUREMAL		JUREMAL	63.540-000



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

ITEM	COMARCA	TIPO	LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP
474	VIÇOSA DO CEARÁ	Casa	RUA FONTENELE SOBRINHO		CENTRO	62.300-000
475	VIÇOSA DO CEARÁ	Terreno	RUA FRANCISCO CALDAS	548/556	CENTRO	62.300-000
476	VIÇOSA DO CEARÁ	Prédio	PRAÇA DESTINO CARNEIRO PASSOS		CENTRO	62.300-000
477	VIÇOSA DO CEARÁ	Casa	RUA PE. BEVILÁQUA	639	CENTRO	62.300-000

Fonte: Secretaria de Administração



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

QUADRO DE PESSOAL

Tabela 72 – Quadro de Pessoal e Alocação da Força de Trabalho no Poder Judiciário do Estado do Ceará

Cargo	TJ	Fórum	Interior	Total
Magistrados	43	170	184	397
Efetivos	773	1195	1177	3.145
Comissionados sem vínculo	177	139	123	439
Terceirizados	528	359	107	994
Estagiários	215	309	144	668
Total	1.736	2.172	1.735	5.643

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas e Secretaria Geral.
Atualização: Dezembro de 2014.



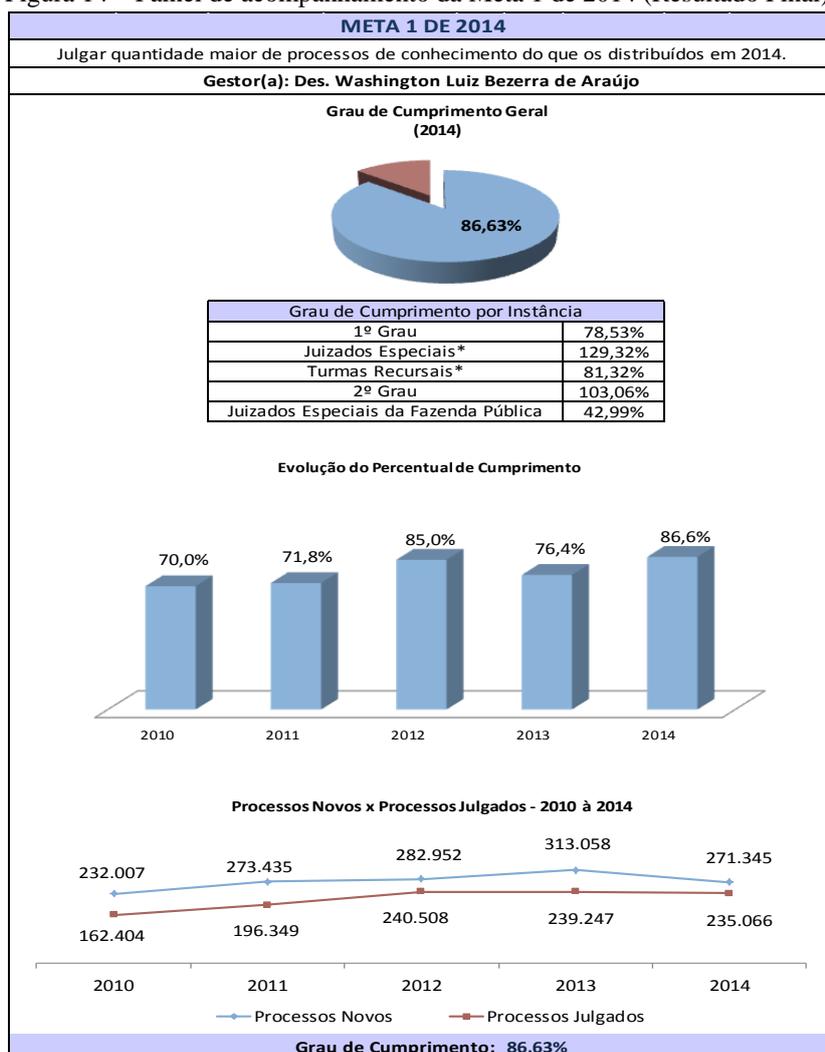
Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

INDICADORES DE GESTÃO E DE DESEMPENHO

1. METAS NACIONAIS 2014

Como resultado geral das ações empreendidas em 2014 em prol do cumprimento das Metas Nacionais pelo TJCE, pontua-se a redução de 52,4% do acervo de processos enquadrados nas Metas 2, 4 e 6 de 2014, o qual passou de 121.006 processos, em dezembro de 2013, para 57.582 ao final de 2014, bem assim o julgamento de 235.066 processos da meta 1 de 2014; 61.510 processos da meta 2 de 2014; 1.126 processos da meta 4 de 2014 e 788 processos da meta 6 de 2014, conforme se observa nas figuras a seguir.

Figura 14 – Painel de acompanhamento da Meta 1 de 2014 (Resultado Final)



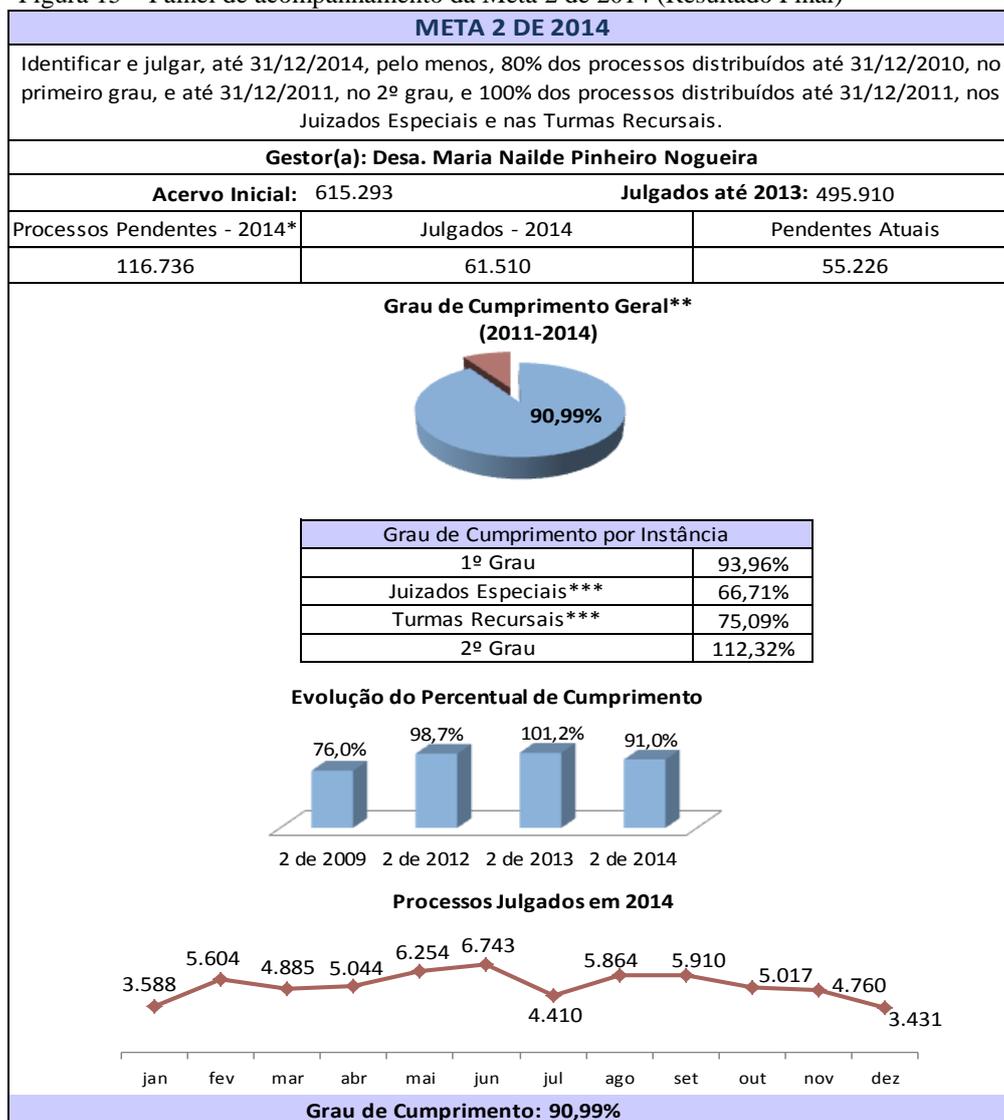
Fonte: Secretaria Especial de Planejamento e Gestão



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

*As informações referentes ao PJe para Juizados Especiais e Turmas Recursais não estão sendo coletadas devido a inexistência de relatórios de Metas no referido sistema.

Figura 15 – Painel de acompanhamento da Meta 2 de 2014 (Resultado Final)



Fonte: Secretaria Especial de Planejamento e Gestão

*Os processos pendentes em 2014 já levam em consideração os processos entrados e saídos da meta, de acordo com as definições do CNJ.

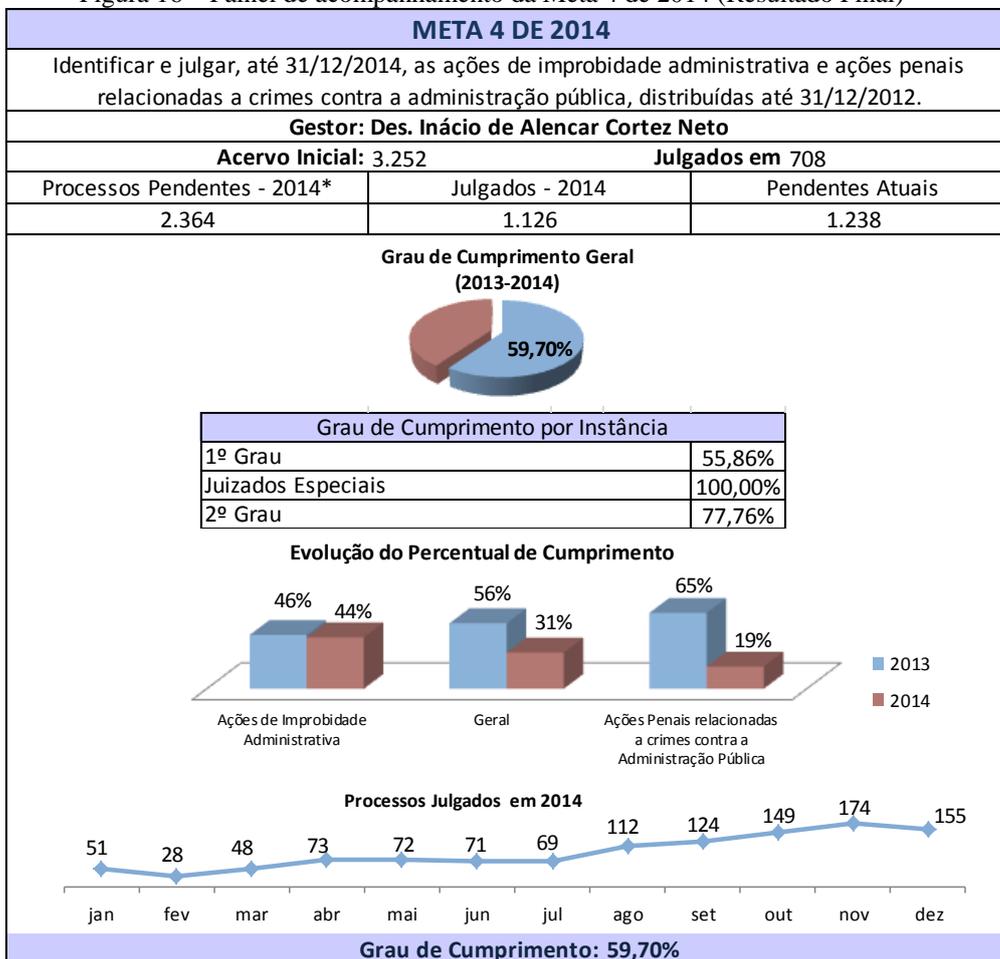
**O percentual de cumprimento global foi calculado pela Divisão de Estatística do TJCE, o CNJ calcula os percentuais de cumprimento separadamente.

***As informações referentes ao PJe para Juizados Especiais e Turmas Recursais não estão sendo coletadas devido a inexistência de relatórios de Metas no referido sistema.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Figura 16 – Painel de acompanhamento da Meta 4 de 2014 (Resultado Final)



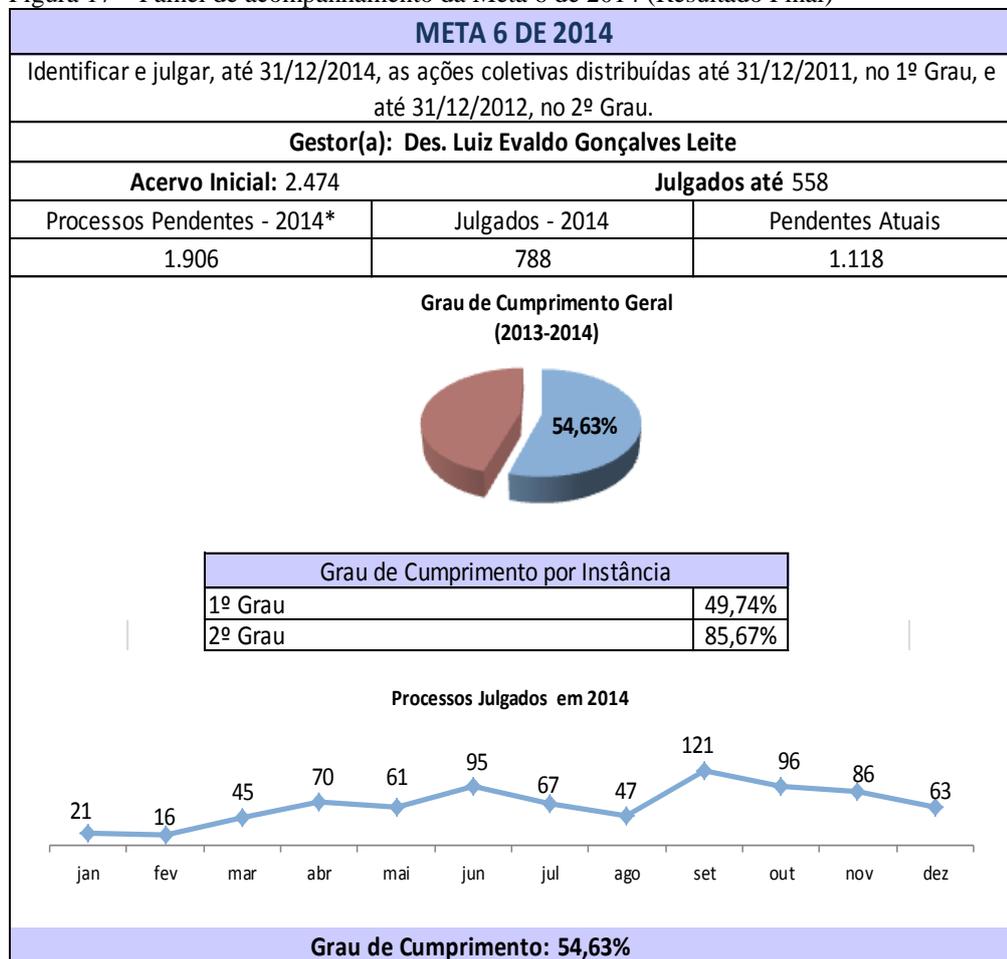
Fonte: Secretaria Especial de Planejamento e Gestão

*Os processos pendentes em 2014 já levam em consideração os processos que entraram e saíram da meta, de acordo com as definições do CNJ.



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Figura 17 – Painel de acompanhamento da Meta 6 de 2014 (Resultado Final)



Fonte: Secretaria Especial de Planejamento e Gestão

*Os processos pendentes em 2014 já levam em consideração os processos que entraram e saíram da meta, de acordo com as definições do CNJ.

Tabela 72 – Meta 3 de 2014

Meta 3 de 2014		
Estabelecer e aplicar parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho, vinculados à demanda de processos, com garantia de estrutura mínima das unidades da área fim.		
Gestora: Diana Santos Pontes		
Ações em andamento: Estudo coordenado pela Seplag, em parceria com SGP e Sejud, com vistas ao levantamento e análise dos parâmetros.	Progressos:	Estudo concluído, contendo os parâmetros de distribuição da força de trabalho e lotação paradigma das unidades do TJCE.
	Próximas atividades:	Atualização dos dados (inclusão de 2014) e apresentação à Presidência.

Fonte: Secretaria Especial de Planejamento e Gestão



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tabela 74 – Meta Específica da Justiça Estadual de 2014

Meta Específica para a Justiça Estadual		
Mapear, pelo menos, 60% das competências servidores do 1º grau, até 31/12/2014, para subsidiar a implantação da gestão por competências.		
Gestora: Vlândia Santos Teixeira		
Ações em andamento: Projeto gerenciado pela SGP (PJS GP2012002 - Solução integrada em mapeamento de competências, avaliação e gestão por desempenho, ascensão funcional e plano de capacitação funcional dos servidores do Poder Judiciário cearense).	Progresso:	Concluído

Fonte: Secretaria Especial de Planejamento e Gestão

2. JUSTIÇA EM NÚMEROS

O Conselho Nacional de Justiça lança anualmente o Relatório estatístico denominado “Justiça em Números”, que, baseado nos dados fornecidos pelos tribunais de todo o país, apresenta e faz uma análise comparativa dos principais indicadores do Judiciário Nacional relativos ao orçamento, aos recursos humanos, à litigiosidade, à produtividade e ao congestionamento processual.

No tocante à atividade final do órgão (a lida com a litigiosidade em âmbito estadual), as principais realizações foram traduzidas em indicadores, a seguir discriminados, que versam sobre quantidades de processos em diversas categorias, tais como, *natureza* (se processo de conhecimento ou execução), *recorribilidade* e *reforma da decisão*. Estes dados foram, ainda, divididos por graus (instâncias), nos termos a seguir explicitados (a elaboração dos indicadores é regida pela Resolução nº 76/2009 do CNJ):

Tabela 75 – Justiça em Números 2014: Casos em Geral

CASOS EM GERAL	
2º GRAU	
Casos Novos no 2º Grau Criminais	8.327
Casos Novos no 2º Grau Não-Criminais	20.715
Casos Pendentes no 2º Grau Criminais	13.040
Casos Pendentes no 2º Grau Não-Criminais	32.683
Recursos Internos no 2º Grau	14.802
Recursos Internos Pendentes no 2º Grau	18.675
Total de Processos Baixados no 2º Grau Criminais	9.466
Total de Processos Baixados no 2º Grau Não-Criminais	18.595
Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal no 2º Grau	9.905
Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal no 2º Grau	15.856



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

1º GRAU – CONHECIMENTO	
Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Criminais	23.938
Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	162.836
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Criminais	166.460
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	501.010
Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento	3.541
Recursos Internos Pendentes no 1º Grau na Fase de Conhecimento	4.396
Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Criminais	65.179
Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Não-Criminais	209.338
Sentenças de Conhecimento no 1º grau Criminais	26.034
Sentenças de Conhecimento no 1º grau Não-Criminais	116.670
1º GRAU – EXECUÇÃO	
Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	20.687
Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	5.789
Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	173.506
Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	26.622
Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	681
Execuções de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	6.598
Execuções Judiciais no 1º Grau, exceto execuções penais	14.309
Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	15.874
Execuções Pendentes de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	30.149
Execuções Judiciais Pendentes no 1º Grau, exceto execuções penais	33.656
Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	7.989
Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais e penais	16.920
Incidentes de Execução Fiscal no 1º Grau	1.575
Incidentes de Execução no 1º Grau, exceto em execuções fiscais e penais	7.101
Incidentes de Execução Fiscal Pendentes no 1º Grau	1.155
Incidentes de Execução Pendentes no 1º Grau, exceto em execuções fiscais e penais	4.147
Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau	54.590
Total de Processos Baixados de Execução de Títulos Extrajudiciais no 1º Grau, exceto execuções fiscais	4.385
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	155
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	3.781
Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau, exceto execuções penais	15.824
Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau	19.900
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto sentenças em execução fiscal	2.019
Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º grau	1.459
Sentenças em Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º grau	2.342
Sentenças em Execução Judicial no 1º grau, exceto sentenças em execução penal	8.275
TURMA RECURSAL	
Casos Novos nas Turmas Recursais Criminais	174
Casos Novos nas Turmas Recursais Não-criminais	4.431
Casos Pendentes nas Turmas Recursais Criminais	294
Casos Pendentes nas Turmas Recursais Não-Criminais	11.207
Recursos Internos nas Turmas Recursais	396



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Recursos Internos Pendentes nas Turmas Recursais	347
Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Criminais	228
Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Não-Criminais	5.364
Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal nas Turmas Recursais	188
Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal nas Turmas Recursais	8.065
JUIZADO ESPECIAL – CONHECIMENTO	
Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	11.888
Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	47.106
Casos Novos Eletrônicos nos Juizados Especiais	29.075
Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	35.795
Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	99.076
Recursos Internos da Fase de Conhecimento nos Juizados Especiais	782
Recursos Internos Pendentes nos Juizados Especiais na Fase de Conhecimento	38
Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Criminais	2.546
Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Não-Criminais	72.366
Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	44.566
Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	53.322
JUIZADO ESPECIAL – EXECUÇÃO	
Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	1.703
Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	4.897
Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	90
Execuções Judiciais nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	440
Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	571
Execuções Judiciais Pendentes nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	898
Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	972
Incidentes de Execução nos Juizados Especiais	2.627
Incidentes de Execução Pendentes nos Juizados Especiais	214
Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	2.857
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de liberdade nos Juizados Especiais	169
Total de Processos Baixados de Execução Judicial nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	776
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	167
Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	57
Sentenças em Execução nos Juizados Especiais Não-Criminais	2.819

Fonte: Secretaria Especial de Planejamento e Gestão do TJCE

Tabela 76 – Justiça em Números 2014: Recorribilidade

RECORRIBILIDADE	
2º GRAU	
Recursos à Instância Superior no 2º Grau	996
Acórdãos Publicados no 2º Grau	16.380
Decisões Passíveis de Recurso Interno no 2º Grau	55.607
1º GRAU	
Recursos à Instância Superior no 1º Grau	4.650
Decisões no 1º Grau Passíveis de Recurso Externo	266.734
Sentenças no 1º Grau Passíveis de Recurso Interno	195.504



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

TURMA RECURSAL	
Recurso interno nas Turmas Recursais	396
Decisões nas Turmas Recursais Passíveis de Recurso Interno	1.766
JUIZADO ESPECIAL	
Recursos à Instância Superior nos Juizados Especiais	1.686
Decisões nos Juizados Especiais Passíveis de Recurso Externo	24.977
Sentenças nos Juizados Especiais Passíveis de Recurso Interno	23.169
Impugnações a Decisões dos Juizados Especiais	78
Decisões nos Juizados Especiais Passíveis de Impugnação	24.957

Fonte: Secretaria Especial de Planejamento e Gestão do TJCE

Tabela 77 – Justiça em Números 2014: Reforma da Decisão

REFORMA DA DECISÃO	
1º GRAU	
Recursos das Decisões de 1º Grau Providos pelos Tribunais Estaduais em Agravos de Instrumento (ainda que parcialmente)	70
Recursos das Decisões de 1º Grau Providos pelos Tribunais Estaduais em Recurso de Apelação (ainda que parcialmente)	224
Recursos de Agravos de Instrumento Julgados pelos Tribunais Estaduais	320
Recursos de Apelações Julgados pelos Tribunais Estaduais	969
Recursos Inominados das decisões dos Juizados Especiais providos pelas Turmas Recursais (ainda que parcialmente)	982
Recursos Inominados julgados pelas Turmas Recursais	3.144

Fonte: Secretaria Especial de Planejamento e Gestão do TJCE

As tabelas e gráficos a seguir apresentam os principais números relacionados à demanda e à produtividade do TJCE em 2014, com os respectivos percentuais de aumento/redução com relação a exercícios anteriores:

Figura 18: Movimentação Processual do TJCE em 2014

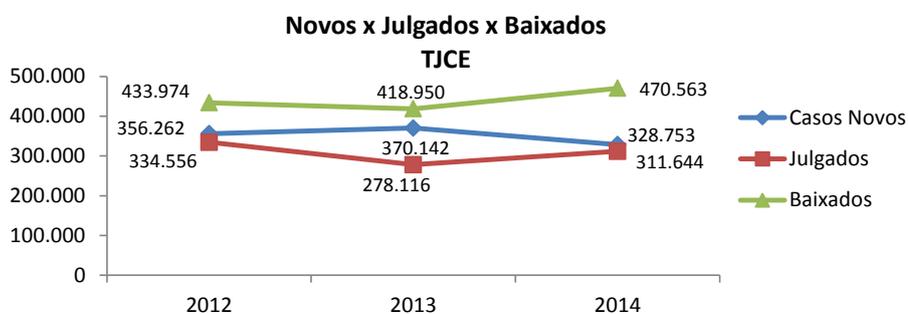
	Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado
2º Grau	56.117	↑ 39,3%	28.083	↓ -3,5%	25.761	↑ 18,3%	33.005	↑ 16,2%	51.195
1º Grau	947.277	↑ 11,9%	234.838	↓ -4,0%	176.699	↑ 5,9%	353.252	↑ 14,9%	828.863
Turmas Recursais	11.501	↑ 11,3%	4.605	↓ -17,6%	8.253	↑ 16,7%	5.592	↓ -9,9%	10.514
Juizados Especiais	141.237	↑ 4,7%	61.227	↓ -32,6%	100.931	↑ 21,8%	78.714	↑ 2,3%	123.750
Total	1.156.132	↑ 12,0%	328.753	↓ -11,2%	311.644	↑ 12,1%	470.563	↑ 12,3%	1.014.322

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE (adaptado de Relatório Justiça em Números 2014 (Ano base 2013) – CNJ)



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

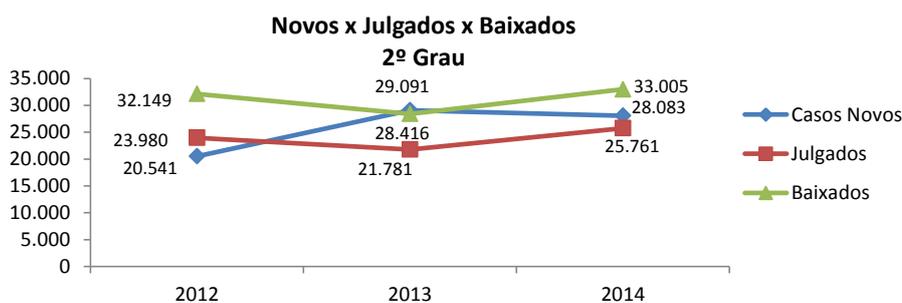
Gráfico 20 – Evolução do número de processos novos, julgados e baixados - TJCE – 2012-2014



Fonte:

Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

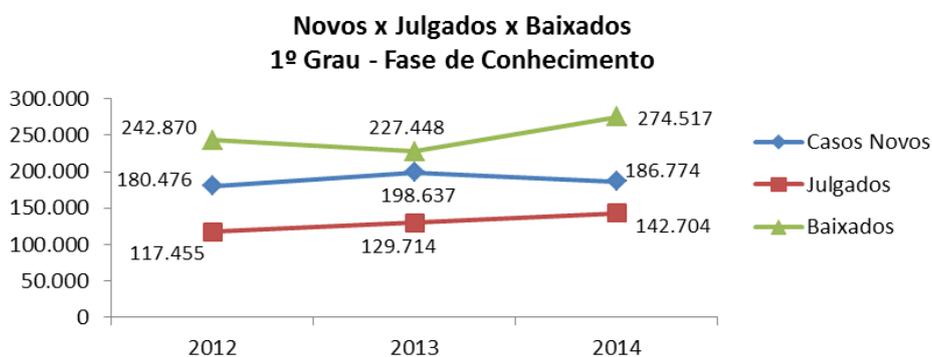
Gráfico 21 – Evolução do número de processos novos, julgados e baixados - 2º Grau - 2012-2014



Fonte:

Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

Gráfico 22 – Evolução do número de processos novos, julgados e baixados – 1º Grau Conhecimento – 2012-2014

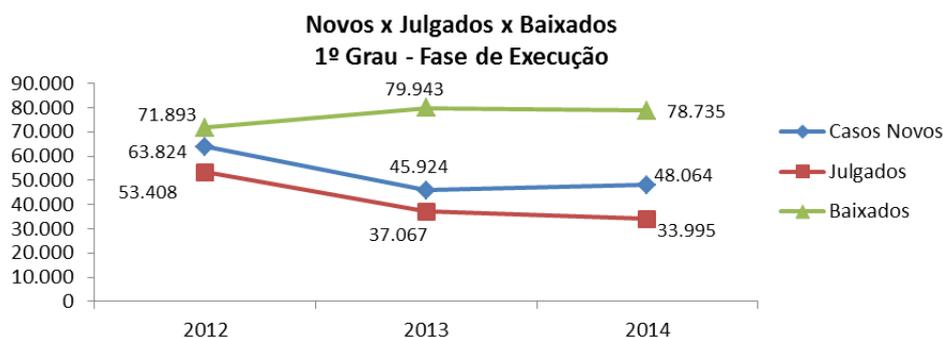


Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE



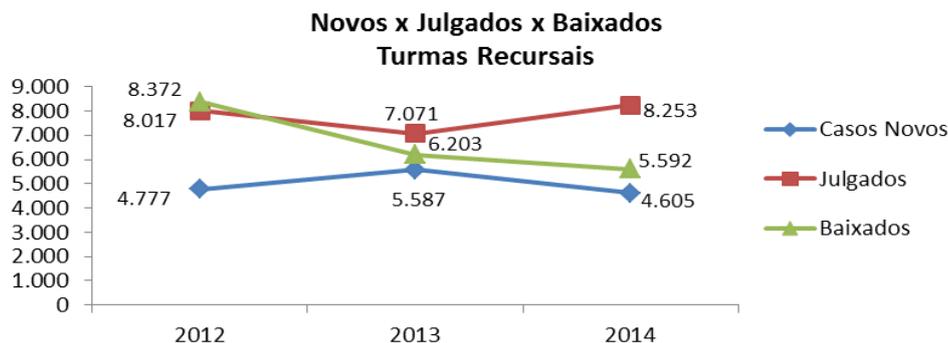
Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Gráfico 23 – Evolução do número de processos novos, julgados e baixados – 1º Grau Execução – 2012-2014



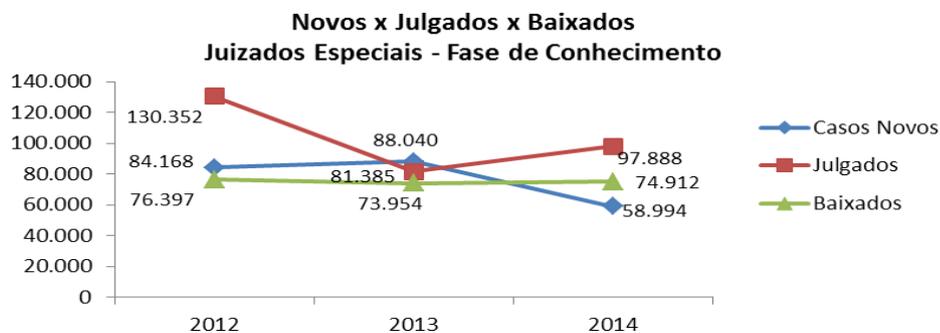
Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

Gráfico 24 – Evolução do número de processos novos, julgados e baixados – Turmas Recursais – 2012-2014



Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

Gráfico 25 – Evolução do número de processos novos, julgados e baixados – Juizados Especiais Conhecimento – 2012-2014

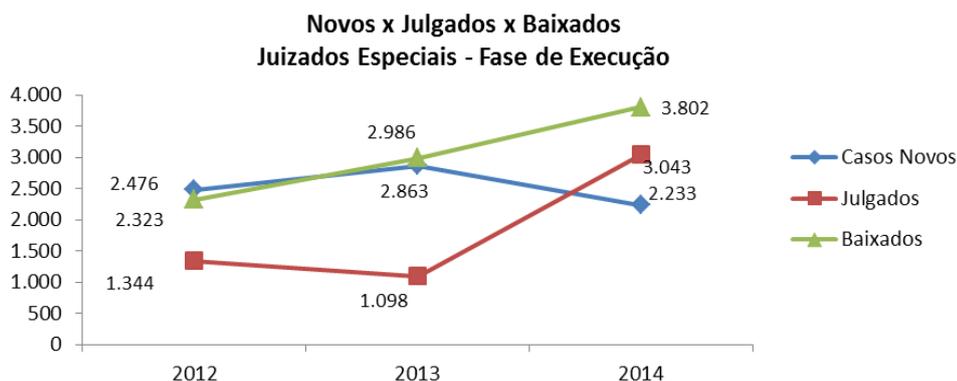


Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Gráfico 26 – Evolução do número de processos novos, julgados e baixados – Juizados Especiais Execução – 2012-2014



Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

Tabela 78 - Evolução do estoque, casos novos, julgados e baixados 2012-2014

Tribunal de Justiça	Estoque			Casos Novos			Julgados			Baixados		
	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014
2º Grau	37.607	40.297	56.117	20.541	29.091	28.083	23.980	21.781	25.761	32.149	28.416	33.005
1º Grau	804.516	846.627	947.277	244.300	244.561	234.838	170.863	166.781	176.699	314.763	307.391	353.252
Turmas Recursais	9.965	10.334	11.501	4.777	5.587	4.605	8.017	7.071	8.253	8.372	6.203	5.592
Juizados Especiais	120.872	134.928	141.237	86.644	90.903	61.227	131.696	82.483	100.931	78.690	76.940	78.714

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

Tabela 79 – Carga de Trabalho dos Magistrados e Número de Decisões por Magistrado do TJCE – 2012-2014

Segmento	Carga de Trabalho por Magistrado			Sentenças/Decisões por Magistrado		
	2012	2013	2014	2012	2013	2014
2º Grau	1.959	2.217	2.736	585	507	599
1º Grau	3.361	3.619	4.027	537	543	591
Turmas Recursais	833	974	1.202	422	416	590
Juizados Especiais	5.643	6.156	4.876	3.559	2.229	2.403
Média Geral	4.041	3.749	4.083	984	719	825

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tabela 80 – Carga de Trabalho e Produtividade por Servidor – 2012-2014

Segmento	Carga de Trabalho por Servidor da Área Judiciária			Índice de Produtividade por Servidor da Área Judiciária		
	2012	2013	2014	2012	2013	2014
2º Grau	250	322	343	100	96	96
1º Grau	450	473	581	133	131	170
Turmas Recursais	720	753	841	381	282	280
Juizados Especiais	607	624	701	229	211	270
Média Geral	449	482	566	142	139	172

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

A taxa de congestionamento (TC) mede a relação entre os processos judiciais baixados e o somatório entre casos novos e pendentes, ou seja, mostra o percentual de processos que chegam ao final do ano sem resolução. Já a taxa de baixados por caso novo (Tb/Cn) é medida pela relação entre o total de processos judiciais baixados e o total de processos novos, isto é, representa o percentual de saída dos processos em relação aos que entram.

O desempenho do TJCE nestes indicadores pode ser observado a seguir:

Figura 19 – Indicadores de Produtividade no TJCE – 2014

Segmento	Baixados/CN	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Taxa de Congestionamento	
					Conhecimento	Execução
2º Grau	117,5%	↑ 19,8%	60,8%	↑ 1,8%	não se aplica	
1º Grau	150,4%	↑ 24,7%	70,1%	↓ -1,7%	67,9%	76,0%
Turmas Recursais	121,4%	↑ 10,3%	65,3%	↑ 4,3%	não se aplica	
Juizados Especiais	128,6%	↑ 44,0%	61,1%	↓ -4,8%	61,4%	55,8%
TJCE	143,1%	↑ 29,9%	68,3%	↓ -1,8%	66,7%	75,5%

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

Tabela 81 – Evolução da Taxa de Congestionamento – 2012-2014

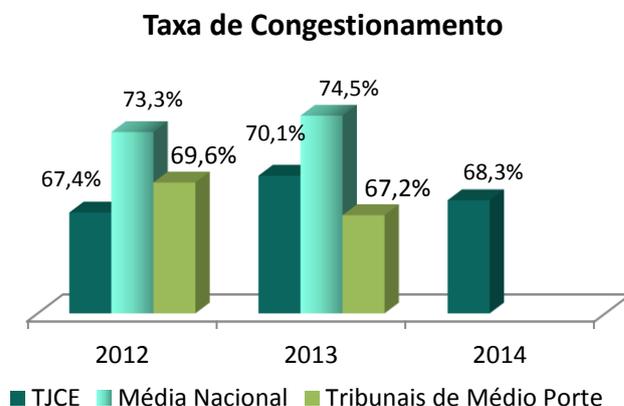
Instância	Taxa de Congestionamento (Geral)		
	2012	2013	2014
2º Grau	44,7%	59,1%	60,8%
1º Grau	70,0%	71,8%	70,1%
Turmas Recursais	43,2%	61,0%	65,3%
Juizados Especiais	62,1%	65,9%	61,1%

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE



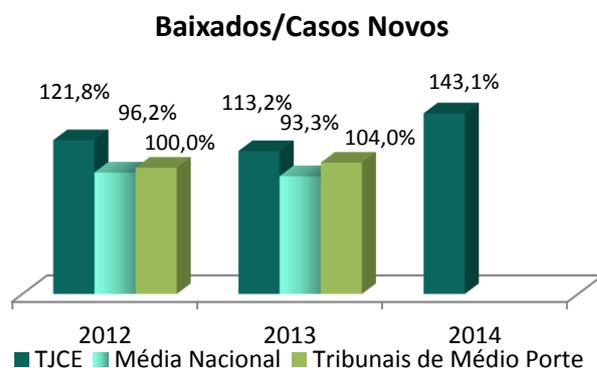
Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Gráfico 27: Taxa de Congestionamento – 2012-2014



Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

Gráfico 28: Baixados/Casos Novos – 2012-2014



Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

3. INDICADORES E METAS ESTRATÉGICAS

O Plano Estratégico 2010-2014 contou com 38 indicadores e metas, das quais 32 são metas originadas do próprio Plano e 06 foram incluídas por serem de caráter nacional e pertinentes à Justiça Estadual. A seguir, apresentam-se os resultados de cumprimento de cada um dos objetivos estratégicos do Plano, os quais foram calculados considerados os cumprimentos das metas que convergiram para cada um dos objetivos, conforme segue:



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

INDICADOR 01: ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO JURISDICIONADO

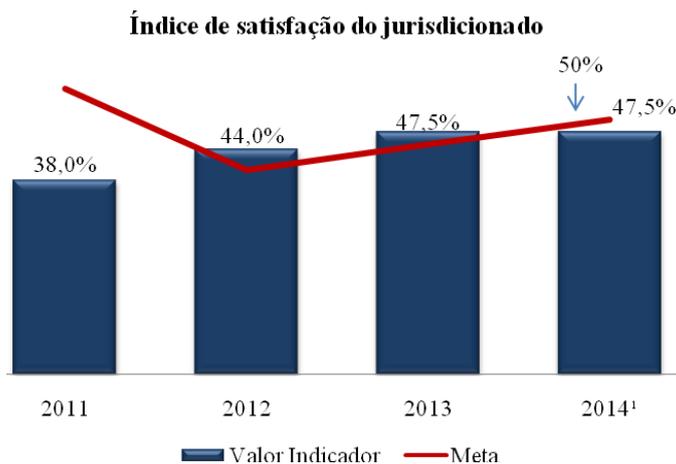
Gestor: Assessoria Especial da Presidência

% Cumprimento: 95%

Tabela 82 – Índice de Satisfação do Jurisdicionado – 2011-2014

Ano	Valor Indicador	Meta
2011	38,0%	56%
2012	44,0%	40%
2013	47,5%	45%
2014 ¹	47,5%	50%

Gráfico 29: Evolução do Indicador 01



INDICADOR 02: TAXA DE CONGESTIONAMENTO NO 2º GRAU

Gestor: Secretaria Judiciária

% Cumprimento: 44%

Tabela 83 – Taxa de Congestionamento no 2ª Grau – 2011-2014

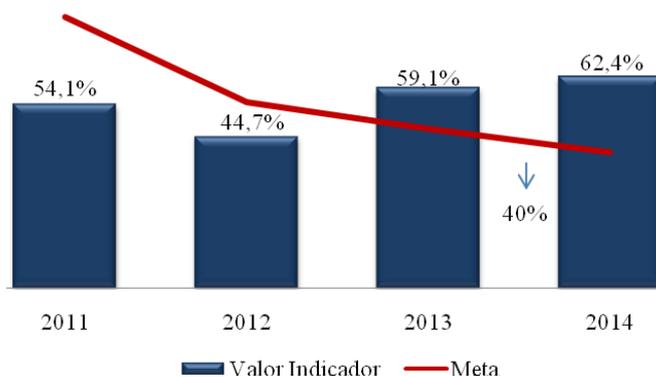
Ano	Valor Indicador	Meta
2011	54,1%	80%
2012	44,7%	55%
2013	59,1%	47%
2014	62,4%	40%



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Gráfico 30: Evolução do Indicador 02

Taxa de Congestionamento no 2º grau



INDICADOR 03: TAXA DE CONGESTIONAMENTO NA FASE DE CONHECIMENTO NO 1º GRAU

Gestor: Corregedoria Geral da Justiça

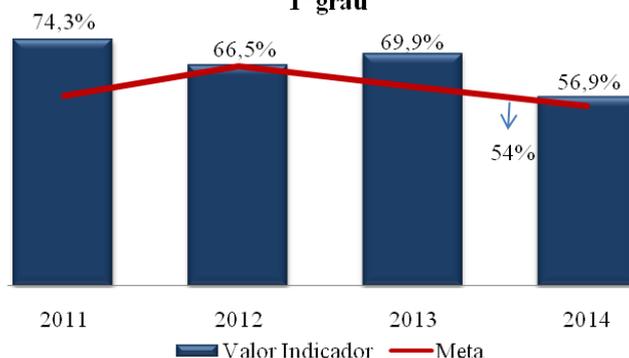
% Cumprimento: 95%

Tabela 84 – Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento no 1º Grau – 2011-2014

Ano	Valor Indicador	Meta
2011	74,3%	57%
2012	66,5%	66%
2013	69,9%	60%
2014	56,9%	54%

Gráfico 30: Evolução do Indicador 03

Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento
1º grau





Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

INDICADOR 04: TAXA DE CONGESTIONAMENTO NA FASE DE EXECUÇÃO NO 1º GRAU

Gestor: Corregedoria Geral da Justiça

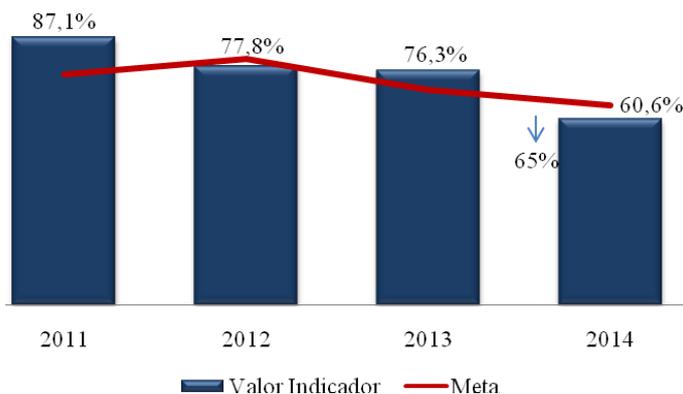


Tabela 85 – Taxa de Congestionamento na fase de execução no 1º Grau – 2011-2014

Ano	Valor Indicador	Meta
2011	87,1%	75%
2012	77,8%	80%
2013	76,3%	70%
2014	60,6%	65%

Gráfico 31: Evolução do Indicador 04

Taxa de Congestionamento na fase de execução 1º grau



INDICADOR 05: TAXA DE CONGESTIONAMENTO NAS TURMAS RECURSAIS

Gestor: Fórum das Turmas Recursais Professor Dollor Barreira

% Cumprimento: 68%

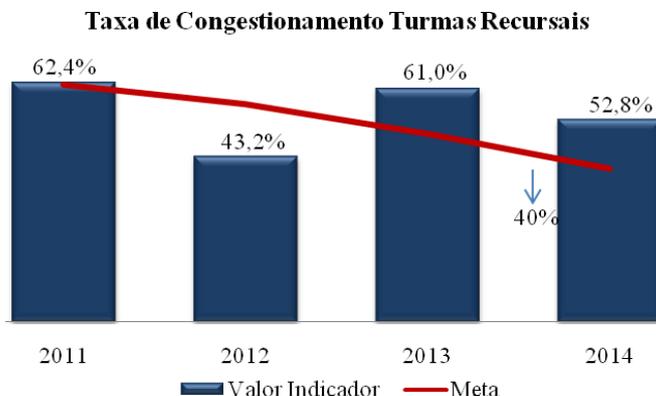
Tabela 86 – Taxa de Congestionamento nas Turmas Recursais – 2011-2014

Ano	Valor Indicador	Meta
2011	62,4%	62%
2012	43,2%	57%
2013	61,0%	49%
2014	52,8%	40%



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Gráfico 32: Evolução do indicador 05



INDICADOR 06: TAXA DE CONGESTIONAMENTO NA FASE DE CONHECIMENTO NOS JUIZADOS ESPECIAIS

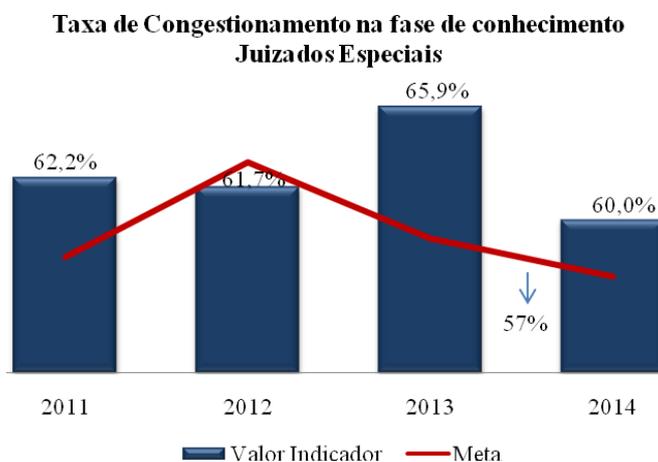
Gestor: Corregedoria Geral da Justiça

% Cumprimento: 95%

Tabela 87 – Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento nos Juizados Especiais – 2011-2014

Ano	Valor Indicador	Meta
2011	62,2%	58%
2012	61,7%	63%
2013	65,9%	59%
2014	60,0%	57%

Gráfico 33: Evolução do Indicador 06





Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

INDICADOR 07: TAXA DE CONGESTIONAMENTO NA FASE DE EXECUÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS

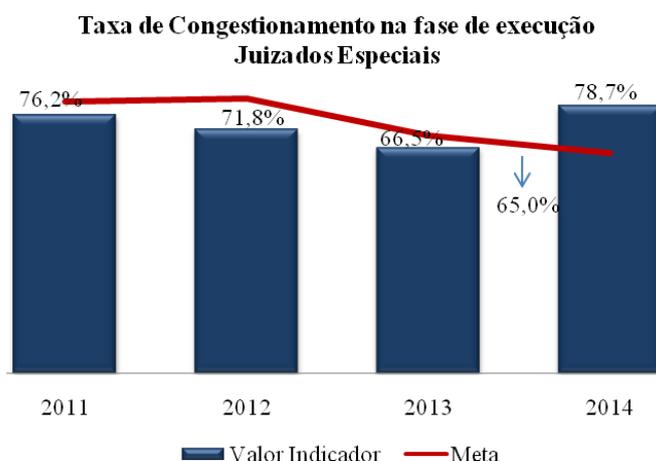
Gestor: Corregedoria Geral da Justiça

% Cumprimento: 79%

Tabela 88 – Taxa de Congestionamento na fase de execução nos Juizados Especiais – 2011-2014

Ano	Valor Indicador	Meta
2011	76,2%	80,0%
2012	71,8%	81,0%
2013	66,5%	70,0%
2014	78,7%	65,0%

Gráfico 34: Evolução do Indicador 07



INDICADOR 08: NÚMERO DE AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS REALIZADAS

Gestor: Comissão de Responsabilidade Socioambiental

% Cumprimento: 73%

Tabela 89 – Número de Ações Socioambientais Realizadas -2013-2014

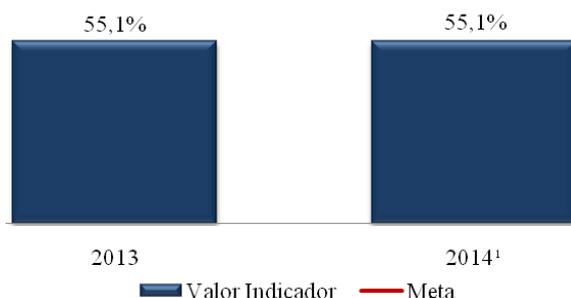
Ano	Valor Indicador	Meta
2013	55,1%	
2014	55,1%	75%



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Gráfico 35 – Evolução do Indicador 06

Número de ações socioambientais realizadas



INDICADOR 09: NÚMERO DE NOVAS UNIDADES JUDICIÁRIAS IMPLANTADAS

Gestor: Assessoria Especial da Presidência

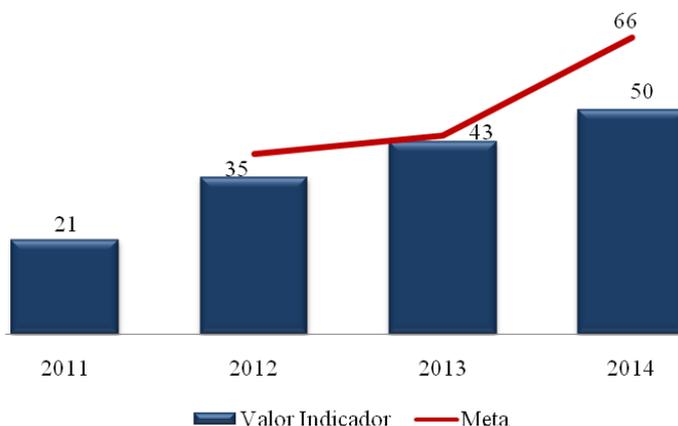
% Cumprimento: 76%

Tabela 90 – Número de Novas Unidades Judiciárias Implantadas – 2011-2014

Ano	Valor Indicador	Meta
2011	21	
2012	35	40
2013	43	44
2014	50	66

Gráfico 36 – Evolução do Indicador 09

Número de novas unidades judiciárias implantadas





Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

INDICADOR 10: NÚMERO DE AÇÕES PARA AMPLIAR O ATENDIMENTO AO CIDADÃO

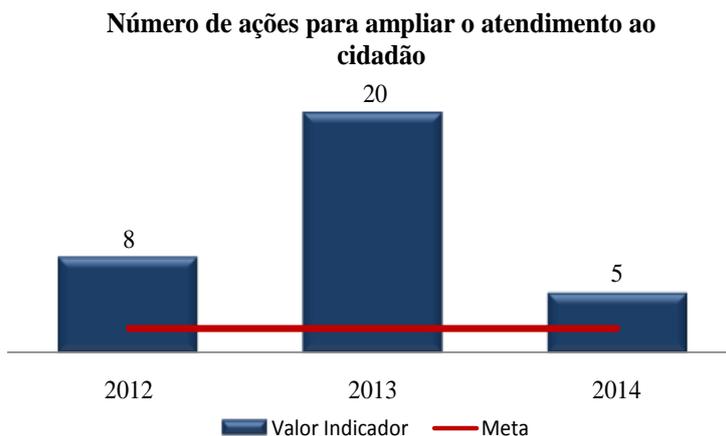
Gestor: Assessoria Especial da Presidência



Tabela 91 – Número de Ações para Ampliar o Atendimento ao Cidadão– 2011-2014

Ano	Valor Indicador	Meta
2012	8	2
2013	20	2
2014	5	2

Gráfico 37 – Evolução do Indicador 10



INDICADOR 11: ÍNDICE DE MATÉRIAS INSTITUCIONAIS POSITIVAS VEICULADAS

Gestor: Assessoria de Comunicação



Tabela 92 –Índice de Matérias Institucionais Positivas Veiculadas - 2011-2014

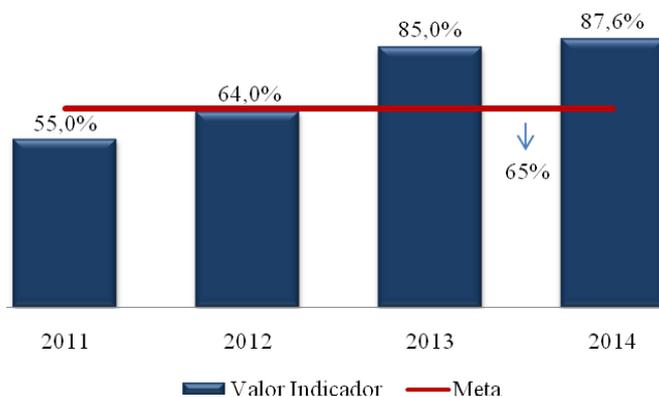
Ano	Valor Indicador	Meta
2011	55,0%	65%
2012	64,0%	65%
2013	85,0%	65%
2014	87,6%	65%



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Gráfico 38 – Evolução do Indicador 11

Índice de matérias institucionais positivas veiculadas



INDICADOR 12: NÚMERO DE PARTICIPANTES EM AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O PAPEL E O FUNCIONAMENTO DO JUDICIÁRIO CEARENSE

Gestor: Assessoria Institucional



Tabela 93 – Número de Participantes em Ações de Conscientização sobre o Papel e o Funcionamento do Judiciário Cearense - 2011-2014

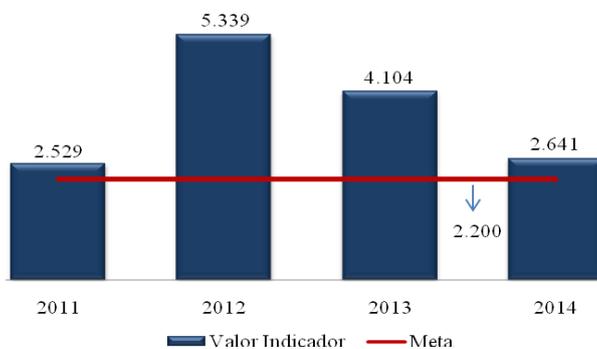
Ano	Valor Indicador	Meta
2011	2.529	2.200
2012	5.339	2.200
2013	4.104	2.200
2014	2.641	2.200



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Gráfico 39 – Evolução do Indicador 12

Número de Participantes em ações de conscientização sobre o papel e o funcionamento do Judiciário cearense



INDICADOR 13: NÚMERO DE AÇÕES PARA A REDUÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS

Gestor: Secretaria de Administração

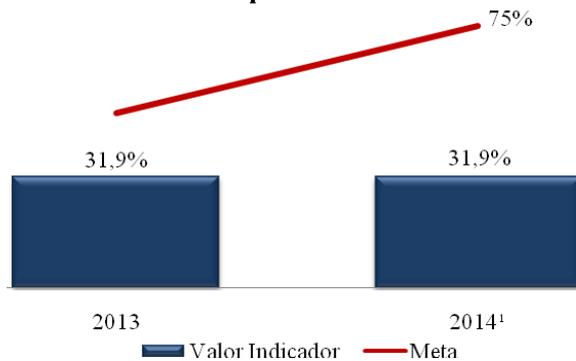
% Cumprimento: 43%

Tabela 94 – Número de Ações para a Redução dos Custos Operacionais - 2013-2014

Ano	Valor Indicador	Meta
2013	31,9%	50%
2014 ¹	31,9%	75%

Gráfico 40 – Evolução do Indicador 13

Número de ações para a redução dos custos operacionais





Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

INDICADOR 14: NÚMERO DE PARCERIAS FORMAIS EM PROL DA JUSTIÇA

Gestor: Assessoria Especial da Presidência

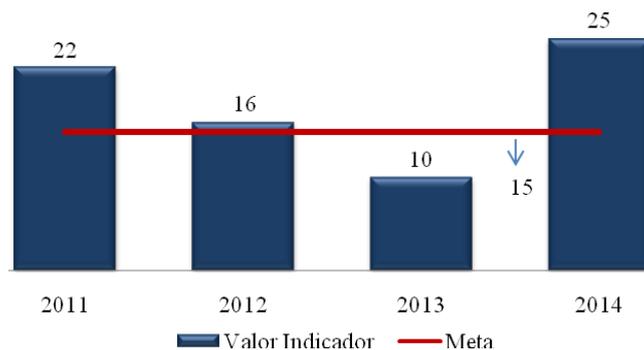


Tabela 95 – Número de Parcerias Formais em prol da Justiça - 2011-2014

Ano	Valor Indicador	Meta
2011	22	15
2012	16	15
2013	10	15
2014	25	15

Gráfico 41 – Evolução do Indicador 14

Número de parcerias formais em prol da justiça



INDICADOR 15: PRODUTIVIDADE DO MAGISTRADO DE 2º GRAU

Gestor: Secretaria Geral

% Cumprimento: 87%

Tabela 96 – Produtividade do Magistrado de 2º Grau – 2011-2014

Ano	Valor Indicador	Meta
2011	456	280
2012	585	637
2013	507	637
2014	599	690



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

INDICADOR 17: PRODUTIVIDADE DO MAGISTRADO DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Gestor: Corregedoria Geral da Justiça

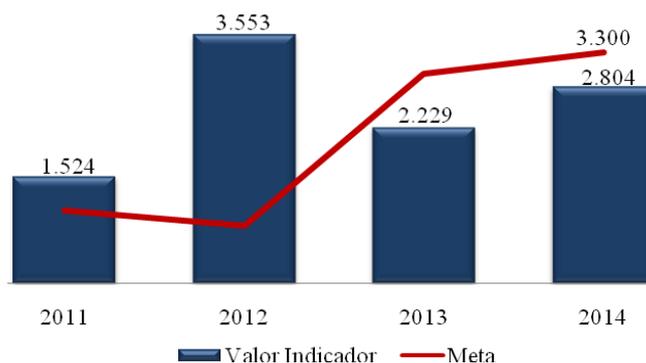
% Cumprimento: 85%

Tabela 98 –Produtividade do Magistrado de Juizados Especiais – 2011-2014

Ano	Valor Indicador	Meta
2011	1.524	1.038
2012	3.553	824
2013	2.229	3.000
2014	2.804	3.300

Gráfico 44 – Evolução do Indicador 17

Produtividade do magistrado dos Juizados Especiais



INDICADOR 18: PRODUTIVIDADE DO MAGISTRADO DAS TURMAS RECURSAIS

Gestor: Fórum das Turmas Recursais Professor Dollor Barreira



Tabela 99 – Produtividade do Magistrado de Turmas Recursais – 2011- 2014

Ano	Valor Indicador	Meta
2011	296	178
2012	422	197
2013	416	447
2014	590	447



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

INDICADOR 20: NÚMERO DE BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO IMPLEMENTADAS

Gestor: Secretaria Especial de Planejamento e Gestão

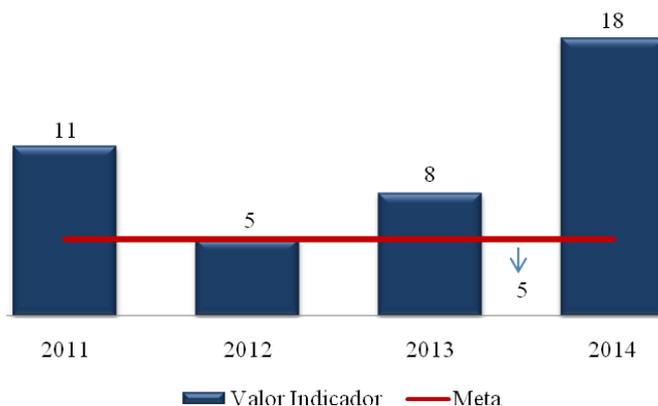


Tabela 101 - Número de Boas Práticas de Gestão Implementadas 2011-2014

Ano	Valor Indicador	Meta
2011	11	5
2012	5	5
2013	8	5
2014	18	5

Gráfico 47 – Evolução do Indicador 20

Número de boas práticas de gestão implementadas



INDICADOR 21: PERCENTUAL DE PROJETOS ESTRATÉGICOS CONCLUÍDOS

Gestor: Secretaria Especial de Planejamento e Gestão

% Cumprimento: 79%

Tabela 102 - Percentual de Projetos Estratégicos Concluídos 2011-2014

Ano	Valor Indicador	Meta
2011	18,0%	80%
2012	35,0%	80%
2013	49,0%	80%
2014	63,4%	80%



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Gráfico 48 – Evolução do Indicador 21



INDICADOR 22: ÍNDICE DO CLIMA ORGANIZACIONAL

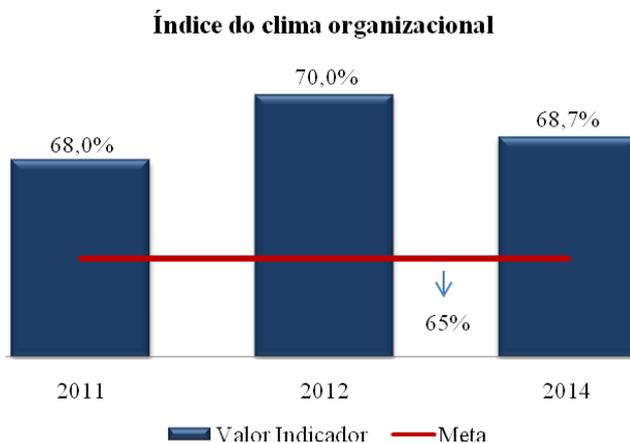
Gestor: Secretaria de Gestão de Pessoas



Tabela 103 - Índice de Clima Organizacional 2011-2014

Ano	Valor Indicador	Meta
2011	68,0%	65%
2012	70,0%	65%
2014	68,7%	65%

Gráfico 49 – Evolução do Indicador 22





Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

INDICADOR 23: ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO NAS COMPETÊNCIAS ESTRATÉGICAS

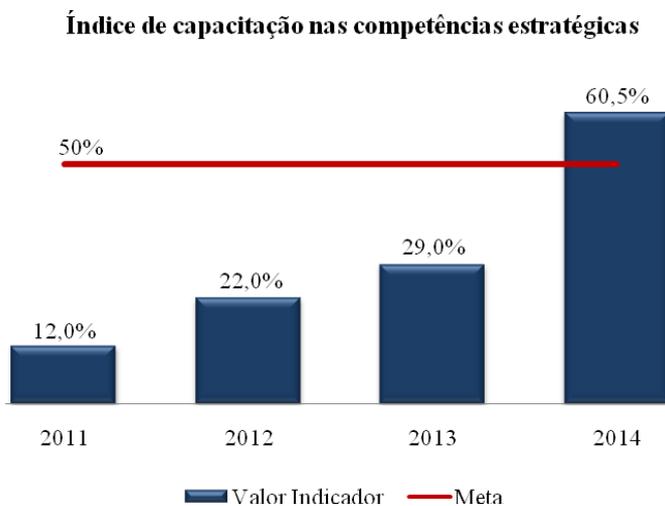
Gestor: Secretaria de Gestão de Pessoas



Tabela 104 – Índice de Capacitação nas Competências Estratégicas 2011-2014

Ano	Valor Indicador	Meta
2011	12,0%	50%
2012	22,0%	50%
2013	29,0%	50%
2014 ¹	60,5%	50%

Gráfico 50 – Evolução do Indicador 23





Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

INDICADOR 24: QUANTITATIVO DE VAGAS OFERTADAS PARA MAGISTRADOS EM CURSOS DE FORMAÇÃO E/OU DE APERFEIÇOAMENTO CREDENCIADOS PELA ENFAM

Gestor: Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará

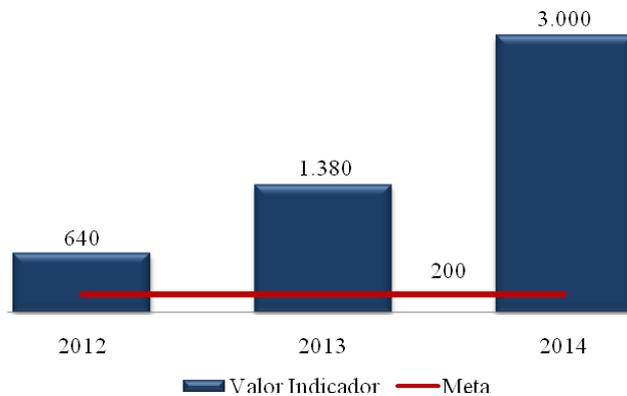


Tabela 105 – Quantitativo de Vagas Ofertadas para Magistrados 2012-2014

Ano	Valor Indicador	Meta
2012	640	200
2013	1.380	200
2014	3.000	200

Gráfico 51 – Evolução do Indicador 24

Quantitativo de vagas ofertadas para magistrados em cursos de formação e/ou aperfeiçoamento credenciados pela ENFAM





Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

INDICADOR 25: ÍNDICE DE ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE TREINAMENTO DOS SERVIDORES

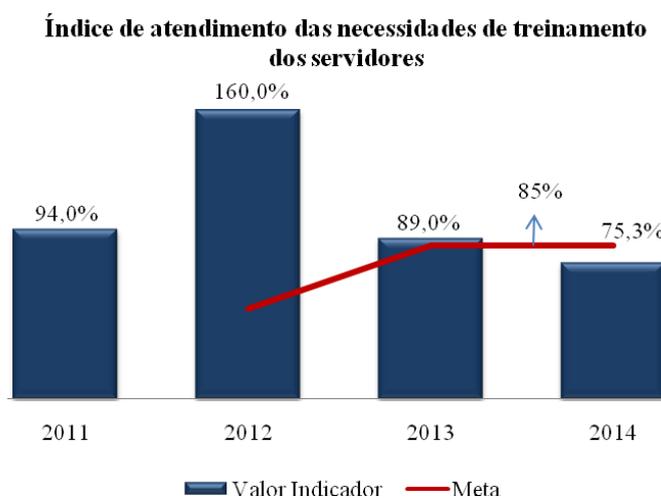
Gestor: Secretaria de Gestão de Pessoas

% Cumprimento: 89%

Tabela 106 – Índice de Atendimento das Necessidades de Treinamentos 2011-2014

Ano	Valor Indicador	Meta
2011	94,0%	
2012	160,0%	50%
2013	89,0%	85%
2014 ¹	75,3%	85%

Gráfico 52 – Evolução do Indicador 25





Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

INDICADOR 26: PERCENTUAL DE UNIDADES JUDICIÁRIAS COM QUANTIDADE ADEQUADA DE PESSOAL

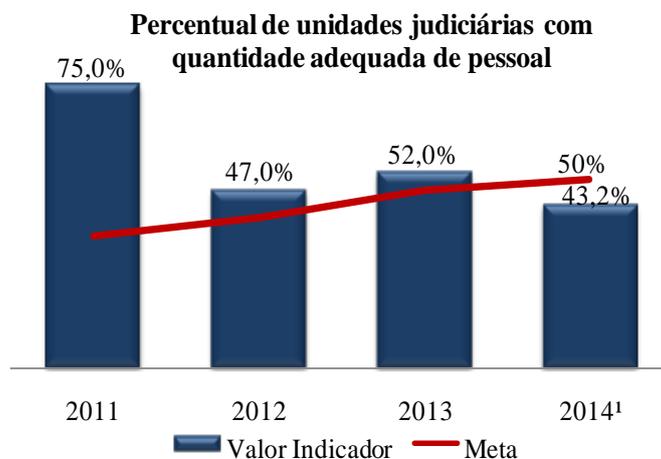
Gestor: Secretaria de Gestão de Pessoas

% Cumprimento: 87%

Tabela 107 – Percentual de Unidades Judiciárias com Quantidade Adequada de Pessoal Adequado 2011-2014

Ano	Valor Indicador	Meta
2011	75,0%	35%
2012	47,0%	40%
2013	52,0%	47%
2014 ¹	43,2%	50%

Gráfico 53 – Evolução do Indicador 26



INDICADOR 27: ÍNDICE DE VIRTUALIZAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS NOVOS

Gestor: Secretaria de Tecnologia da Informação

% Cumprimento: 95%

Tabela 108 – índice de Virtualização de Processos Judiciais Novos 2012-2014

Ano	Valor Indicador	Meta
2012	50,0%	65%
2013	58,0%	65%
2014	61,7%	65%



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

INDICADOR 29: ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ESTRATÉGICO

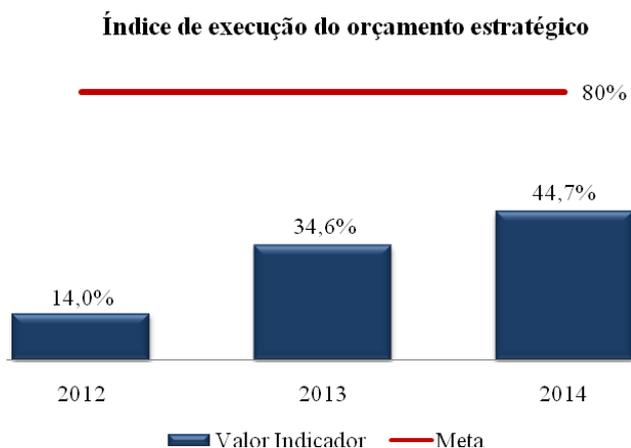
Gestor: Assessoria Especial da Presidência

% Cumprimento: 56%

Tabela 110 – Índice de Execução do Orçamento Estratégico 2012-2014

Ano	Valor Indicador	Meta
2012	14,0%	80%
2013	34,6%	80%
2014	44,7%	80%

Gráfico 56 – Evolução do Indicador 29



INDICADOR 30: ÍNDICE DE OTIMIZAÇÃO DA ARRECADAÇÃO

Gestor: Secretaria de Finanças

% Cumprimento: 79%

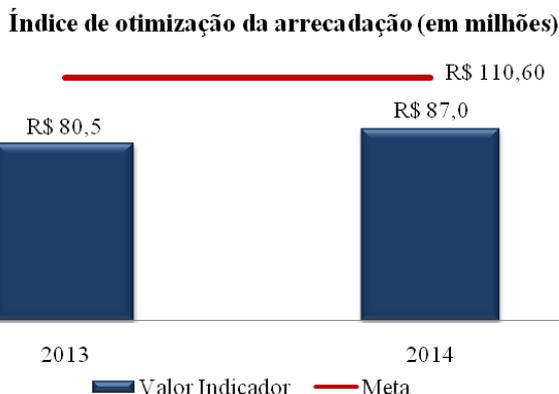
Tabela 111 – Índice de Otimização da Arrecadação 2013-2014

Ano	Valor Indicador	Meta
2013	R\$ 80,5	R\$ 110,60
2014	R\$ 87,0	R\$ 110,60



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Gráfico 57 – Evolução do Indicador 30



INDICADOR 31: ÍNDICE DE BOM ESTADO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DOS FÓRUNS

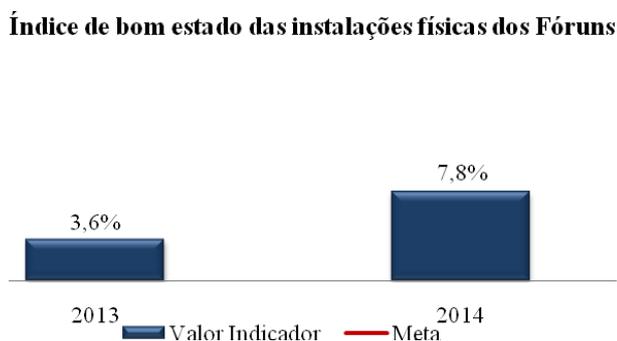
Gestor: Secretaria de Administração

% Cumprimento: 49,9%

Tabela 112 – Índice de Bom Estado das Instalações Físicas dos Fóruns 2013-2014

Ano	Valor Indicador	Meta
2013	3,6%	
2014	7,8%	15,6%

Gráfico 58 – Evolução do Indicador 31





Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

INDICADOR 32: ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DAS METAS DO PETI ALINHADAS AO OBJETIVO “GARANTIR A INFRAESTRUTURA DE TIC NECESSÁRIA PARA AS ATIVIDADES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS”

Gestor: Secretaria de Tecnologia da Informação

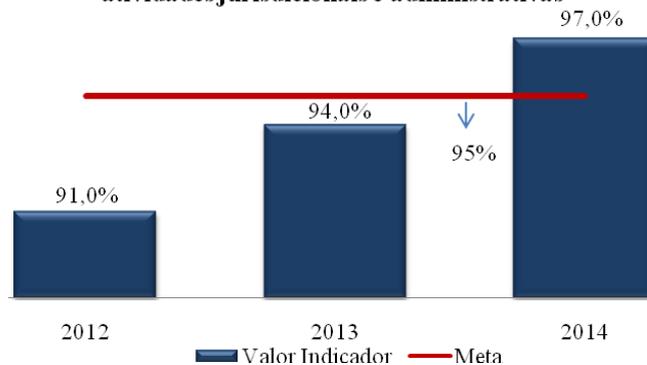


Tabela 113 – Índice de cumprimento das metas do Peti alinhadas ao objetivo “garantir a infraestrutura de TIC 2012-2014

Ano	Valor Indicador	Meta
2012	91,0%	95%
2013	94,0%	95%
2014	97,0%	95%

Gráfico 59 – Evolução do Indicador 32

Índice de cumprimento das Metas PETI alinhadas ao objetivo "Garantir a infraestrutura de TIC para as atividades jurisdicionais e administrativas"





Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

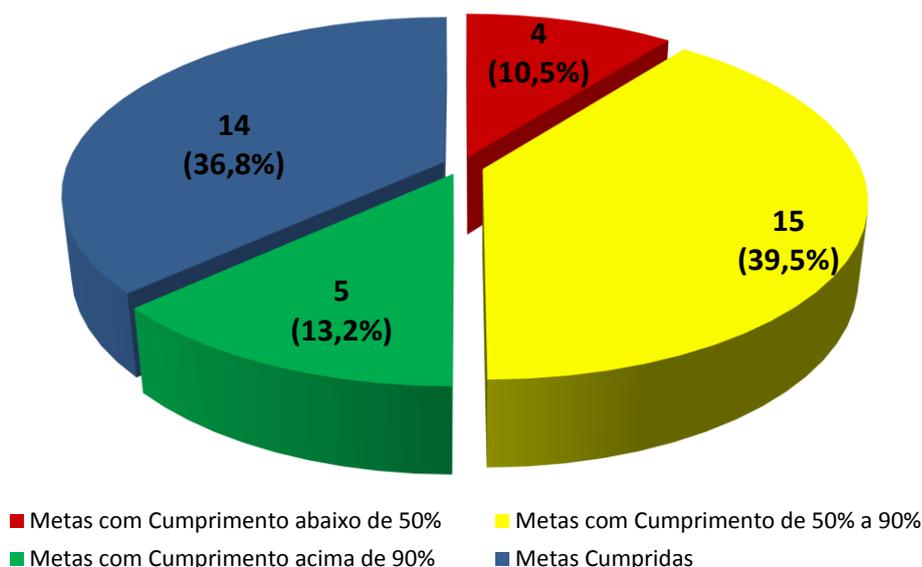
GRAU DE CUMPRIMENTO POR OBJETIVO ESTRATÉGICO

Tabela 114 – Grau de cumprimento das metas por objetivo estratégico

Objetivo Estratégico	Grau de Cumprimento
Ser reconhecido pela sociedade como modelo de instituição moderna, ética e que assegure o direito e a cidadania ¹	95,0%
Assegurar uma prestação jurisdicional célere e efetiva	77,9 %
Exercer a Responsabilidade Socioambiental ²	73,3%
Maximizar o acesso dos cidadãos à Justiça	87,9%
Informar para Conscientizar	100,0%
Buscar a excelência na gestão de custos operacionais ³	42,5%
Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições	100,0%
Melhorar a Produtividade	90,2%
Buscar a Modernização contínua	100,0%
Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do judiciário	78,8%
Garantir a valorização dos magistrados e servidores	100,0%
Alinhar pessoas às demandas de prestações de serviços ⁴	91,7%
Automatizar e integrar procedimentos e sistemas	97,5%
Assegurar recursos para a execução da estratégia	67,3%
Garantir infraestrutura adequada	74,9%

Fonte: Secretaria Especial de Planejamento e Gestão

Gráfico 60 – Grau de cumprimento das metas institucionais



Fonte: Secretaria Especial de Planejamento e Gestão



4. AVALIAÇÃO E MEDIÇÃO DE PROJETOS

Os projetos estratégicos são empreendimentos temporários para o alcance dos objetivos e das metas institucionais, executados pelas unidades do Poder Judiciário cearense e monitorados pelo Escritório Corporativo de Projetos (ECP) vinculado à Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, o qual foi criado por meio da Resolução nº 13 de 20 de dezembro de 2011 do Órgão Especial. Institucionalmente, há duas figuras que se envolvem diretamente com o gerenciamento de projetos: o gerente de projetos e o patrocinador.

As atribuições do Escritório, em linhas gerais, são: monitorar a elaboração e execução de iniciativas estratégicas, desenvolver e implantar metodologia de gerenciamento de projetos, apoiar os Patrocinadores e gerentes na condução dos projetos estratégicos e prestar suporte à alta administração para a tomada de decisões.

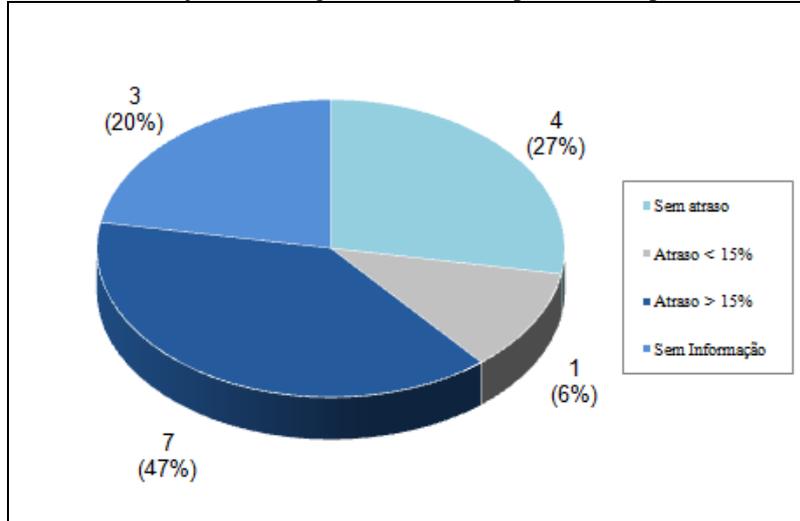
O gerente de projetos é o profissional responsável pelo planejamento detalhado e pelo monitoramento da execução das atividades do projeto e tem como foco o cumprimento dos prazos, respeitando as restrições de escopo, qualidade e custos. Por sua vez, o patrocinador é aquele que provê os recursos e dá suporte institucional para o projeto, bem como resolve os riscos, conflitos e problemas que estão além da alçada do gerente de projetos.

Para acompanhar a evolução de suas práticas relativas ao gerenciamento de projetos, o TJCE adota um modelo de avaliação e medição da sua maturidade com relação à aplicação de conhecimentos, habilidades e técnicas nas atividades de gerenciamento de projetos, visando ao alcance dos objetivos organizacionais. Ou seja, a maturidade em questão diz respeito ao grau de utilização de gerenciamento de projetos na Organização. Dessa forma, em agosto de 2011, antes da implantação do Escritório Corporativo de Projetos, foi realizada avaliação (por meio de questionário no modelo Prado-MMGP, o qual permite avaliar cinco níveis de maturidade, considerando: processos, pessoas, tecnologia e estratégia) para analisar o nível de conhecimento em gerenciamento de projetos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e, baseadas nessas análises, diversas ações foram empreendidas durante os anos de 2011 a 2014 para aumentar a maturidade em gerenciamento de projetos. Os resultados dessas ações revelam-se na elevação da maturidade, conforme apresenta o gráfico a seguir:



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Gráfico 64 - Projetos estratégicos ativos – cumprimento de prazos



Fonte: Secretaria Especial de Planejamento e Gestão/ECP

Vale ressaltar, ainda, o Índice de Desempenho de Prazo – IDP, que é o indicador responsável por medir a eficiência do cumprimento do cronograma de um projeto. Seu cálculo é obtido através da equação abaixo:

$$IDP = 1 - [(DP - DLB) / DLB]$$

Onde:

- DP: Duração Projetada: corresponde a duração do cronograma do projeto em execução, contemplando os atrasos e adiantamentos do mesmo.
- DLB: Duração da Linha de Base: corresponde a duração da linha de base mais recente aprovada pelos responsáveis.

O resultado compreende qualquer valor no conjunto dos números inteiros (... , -2, ..., -1, ..., 0, ..., 1, ..., 2, ...) e serão interpretados da seguinte forma:



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Figura 20 – Interpretação IDP

IDP	Interpretação	Cor
1	Significa que a execução do projeto corresponde exatamente ao que foi planejado. Trata-se do cenário ideal.	●
> 1	Significa que a execução do projeto está adiantada em relação ao que foi planejado. Apesar de parecer um excelente cenário, a menos que possua justificativa plausível, pode não representar um bom planejamento do tempo, pois, provavelmente, algumas atividades tiveram seus prazos superdimensionados.	●
$1 > IDP \geq 0,85$	Significa que a execução do projeto está atrasada em relação ao que foi planejado. Representa um atraso de no máximo 15% em relação à duração aprovada.	●
< 0,85	Significa que a execução do projeto está atrasada em relação ao que foi planejado. Representa um atraso maior que 15% em relação à duração aprovada.	●

Fonte: Secretaria Especial de Planejamento e Gestão

Tabela 115 - Projetos estratégicos ativos

Unidade	Nome do Projeto	Fase	IDP
Ass. Militar	Modernização do Projeto de Segurança do TJCE	Realização	-
Secad	Fórum Novo de Itapipoca	Realização	1,13
	Novo JECC de Aracati	Conclusão	-
	Fórum Novo de Senador Pompeu	Concepção	-
	Fórum Novo de Russas	Preparação	-
Sejud	Garantir a Descentralização do Acesso dos Cidadãos às Certidões Cíveis e Criminais	Concepção	-
	Análise, Racionalização e Manualização de Processos do Departamento Judicial de Apoio e Divisão de Distribuição	Realização	1,12
Seplag	Elaboração do Plano Estratégico 2015-2020 do Poder Judiciário do Estado do Ceará	Realização	1,01
Setin	Sala de Audiência – Gravação Áudio Vídeo	Realização	0,69
	Módulo de Distribuição e Controle Integrado de Mandados – Oficiais de Justiça	Realização	0,15
	Implantação de Ferramenta de Informações Gerencias	Realização	0,78
	Integrajus	Realização	0,31
	Modernização dos Portais TJCE	Realização	0,94
SGP	Solução Integrada em Mapeamento de Competências, Avaliação e Gestão por Desempenho, Ascensão Funcional e Plano de Capacitação Funcional dos Servidores do Poder Judiciário cearense	Realização	-
	Concurso Público para Ingresso de Magistrados	Realização	1,0
Total: 15 projetos			

Fonte: Secretaria Especial de Planejamento e Gestão/Escritório Corporativo de Projetos



Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES OUTROS

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no exercício de 2014, não recebeu nenhum recurso por transferências mediante convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.

Eis, em síntese, o que se tinha a relatar.

Atenciosamente,

José Joaquim Neto Cisne
Secretário Especial de Planejamento e Gestão do TJCE

Alex Araújo
Secretário de Finanças do TJCE

Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará